

Faculdade de Letras da Universidade do Porto - FLUP

TEREZINHA BATISTA DE SOUZA

**O ENSINO DE REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA NOS CURSOS DA
ÁREA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL E EM PORTUGAL
Estudo Comparativo**

**Tese submetida à Faculdade de Letras da Universidade do Porto como
requisito parcial para obtenção do grau de doutor em Ciências Documentais**

Orientadora: Professora Doutora Fernanda Ribeiro

**PORTO
2009
v.1**

FICHA TÉCNICA:

Autor: Terezinha Batista de Souza

Título: O ensino de Representação Descritiva nos cursos da área de Ciência da Informação no Brasil e em Portugal: estudo comparativo

Composição e arranjo do texto: Terezinha Batista de Souza

Reprodução gráfica e brochura: Oficina Gráfica da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto - FEUP

Data: 2009

Dedico este trabalho aos meus filhos, Daniel e Thaís, pelo apoio de sempre.

Com amor, a vocês.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela oportunidade conseguida e pelas experiências proporcionadas ao longo deste percurso.

À Fundação para a Ciência e a Tecnologia – FCT, pelo apoio financeiro para o desenvolvimento dessa tese de doutoramento.

À Professora Doutora Fernanda Ribeiro, que tive a imensa sorte e alegria de ter como orientadora. Sempre atenciosa e segura.

À Doutora Maria Manuela Gomes de Azevedo Pinto pela atenção e colaboração.

À amiga Bete Catarino, sempre presente física e virtualmente, pelo carinho e amizade.

Aos colegas do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina.

Aos coordenadores, diretores dos cursos, docentes – portugueses e brasileiros – que gentilmente forneceram os dados necessários para o desenvolvimento desta pesquisa.

E especialmente aos meus filhos Daniel e Thais pelo incentivo, carinho e cuidados extremos para comigo.

Obrigada.

A pesquisa buscou verificar semelhanças e diferenças no ensino de representação descritiva de documentos nos cursos de licenciatura em Ciência da Informação de Portugal e nos cursos de graduação em Biblioteconomia e Arquivologia no Brasil. Tem o objetivo de fazer um comparativo no que tange aos conteúdos programáticos abordados nos referidos cursos, tendo como principal foco as normas internacionais utilizadas para a descrição bibliográfica nas bibliotecas e as normas internacionais que estabelecem orientações para descrição arquivística. Para tanto, traz traços da evolução histórica da Biblioteconomia e da Arquivologia nos dois países, aborda as questões terminológicas da catalogação bem como das normas existentes e das adotadas pelas escolas portuguesas e brasileiras. Uma perspectiva diacrônica da formação profissional e do ensino da representação descritiva no Brasil e em Portugal é também traçada. Diante do referido estado da arte, a pesquisa apresenta e caracteriza os cursos brasileiros e portugueses que fizeram parte do estudo para depois contextualizar o seu objeto, ou seja, os conteúdos programáticos das disciplinas dos cursos no que tange ao ensino da catalogação/representação descritiva. Fizeram parte da investigação oito cursos de Biblioteconomia e oito cursos de Arquivologia ofertados pela mesma universidade, no caso do Brasil. Quanto aos cursos portugueses a pesquisa abrangeu todas as licenciaturas em Ciência da Informação atualmente em funcionamento, num total de onze, entretanto, apenas nove fizeram parte da análise, uma vez que um deles nunca funcionou por falta de candidatos e o outro por ser recente e ainda não possuir os planos de ensino das unidades curriculares pertinentes à investigação. Para o desenvolvimento da pesquisa utilizou-se da análise documental. Nesse sentido apresenta as semelhanças e diferenças de nomenclaturas atribuídas aos cursos e às unidades curriculares, bem como as cargas horárias e os principais conteúdos abordados no ensino da representação descritiva de documentos de bibliotecas e documentos de arquivo. Por fim, chega-se a uma aproximação entre os cursos portugueses, entre os cursos brasileiros e entre os cursos dos dois países, relativamente ao ensino da representação descritiva de documentos de bibliotecas e documentos de arquivos.

Palavras-chave: Licenciatura em Ciência da Informação-Portugal; Graduação em Biblioteconomia-Brasil; Graduação em Arquivologia-Brasil; Representação descritiva-ensino-Portugal; Representação descritiva-ensino-Brasil; Catalogação.

The research aims to evaluate similarities and differences in descriptive representation teaching among Information Science undergraduate courses from Portugal and the Brazilian Library and Archive Science courses. It compares the programmatic content of these courses, the main focus on international standards used for bibliographic description in libraries and the international standards that establish guidelines for archives description. It brings some facts of the historical evolution of Library and Archival Science in both countries, addresses terminology issues of cataloging, as well as points out the existing standards and the ones which are adopted by Brazilian and Portuguese's schools. A diachronic perspective of descriptive representation training and education in Brazil and Portugal is also drawn. Considering the state of the art, the research presents and characterizes the Brazilian and Portuguese courses that were part of the study and, in a second stage, contextualizes the study object: the programmatic content of the subject regarding the teaching of cataloging/descriptive representation. Eight Library Science and eight courses of Archive Science from the same Brazilian universities took part of the research. In Portugal, the research covered all the currently research degrees in Information Science, a total of eleven, however; only nine took part of the analysis, since one never offered the major due to a lack of candidates and the other for being a recent course without plans of teaching subjects relevant to the present research. The research was developed through the application of the documentary analysis technique. In this sense, the similarities and differences in classifications assigned to courses and to the curriculum units, the hourly load and the main content covered by descriptive representation content concerning libraries and archives' documents are presented. Finally, an approach between the Portuguese courses, the Brazilian courses and between the courses of the two countries is established in regard of the descriptive representation teaching of libraries and archives' documents.

Keywords: Degree in Information Science - Portugal; Degree in Library Science – Brazil; Degree in Archival Science – Brazil; Descriptive Representation – Teaching – Portugal; Descriptive Representation – teaching – Brazil; Cataloging.

La recherche a cherché de vérifier des similitudes et des différences dans l'enseignement de la représentation descriptive de documents aux cours de licence au domaine de la science de l'Information de Portugal et aux cours de licence en Bibliotéconomie et Arquivologie au Brésil. Il a le but de faire un étude comparatif en ce qui concerne les contenus programmatiques abordés aux cours mentionnés ci-dessus, en ayant comme principal foyer les normes internationales utilisées pour la description bibliographique dans les bibliothèques et les normes internationales qui établissent des orientations pour la description en Arquivologie. Ainsi, il apporte des traces de l'évolution historique de la Bibliotéconomie et de l'Arquivologie à ces deux pays, il aborde les questions terminologiques de la catalogation, ainsi que des normes existantes et adoptées par les écoles portugaises et brésiliennes. Une perspective diachronique de la formation professionnelle et de l'enseignement de la représentation descriptive au Brésil et au Portugal aussi est tracée. Devant l'état de l'art décrit, la recherche présente et caractérise les cours brésiliens et portugais qui ont fait partie de l'étude pour ensuite mettre en scène leur objet, c'est-à-dire, les contenus programmatiques des disciplines des cours en ce qu'il concerne à l'enseignement de la catalogation/représentation descriptive. Huit cours de Bibliotéconomie et huit cours d'Arquivologie offerts par la même université, au Brésil ont fait partie de la recherche. En ce qui concerne les cours portugais, la recherche a inclus toutes les licences en Science de l'Information actuellement en fonctionnement, dans un total d'onze, néanmoins, seulement neuf ont fait partie de l'analyse, puisque que l'un d'eux n'a jamais fonctionné à cause de la manque de candidats et l'autre pour être récent et il ne possède pas encore les plans d'enseignement des unités curriculaires pertinentes à la recherche. Pour le développement de la recherche, il s'utilise de l'analyse documentaire. Dans ce sens, il présente les similitudes et les différences de nomenclatures attribuées aux cours et aux unités curriculaires, ainsi que les chargements horaires et les principaux contenus abordés dans l'enseignement de la représentation descriptive de documents de bibliothèques et les documents d'archive. Finalement, il s'arrive à une approche entre les cours portugais, entre les cours brésiliens et entre les cours des deux pays, à l'égard de l'enseignement de la représentation descriptive de documents de bibliothèques et de documents d'archives.

Mots-clés: Licence en Science de l'Information-Portugal; Licence en Bibliotéconomie-Brésil ; Licence en Arquivologie-Brésil ; Représentation descriptive-enseignement-Portugal ; Représentation descriptive-enseignement-Brésil ; Catalogation.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Documento de Arquivo <i>versus</i> Documento de Biblioteca	51
Quadro 2 – Comparativos entre as normas de descrição arquivística brasileira e portuguesa	123
Quadro 3 – Fases e marcos históricos da Biblioteconomia brasileira	157
Quadro 4 – Marcos de maior relevância para a Biblioteconomia no Brasil	165
Quadro 5 – Instituições federais brasileiras que oferecem cursos na área de Ciência da Informação	202
Quadro 6 – Instituições estaduais brasileiras que oferecem cursos na área de Ciência da Informação	203
Quadro 7 – Instituições confessionais, comunitárias e privadas brasileiras que oferecem cursos na área de Ciência da Informação	203
Quadro 8 – Cursos e habilitações em Ciência da Informação no Brasil	204
Quadro 9 – Mestrados e Doutorados em Ciência da Informação no Brasil	204
Quadro 10 – Licenciaturas na área de Ciência da Informação em Portugal	209
Quadro 11 – Especializações na área de Ciência da Informação em Portugal ...	210
Quadro 12 – Mestrados na área de Ciência da Informação em Portugal	210
Quadro 13 – Doutoramentos na área de Ciência da Informação em Portugal	211
Quadro 14 – Unidades curriculares de Representação Descritiva/Catalogação nos cursos de pós-graduações/especializações - Portugal	229
Quadro 15 – Licenciaturas que fizeram parte do estudo	240
Quadro 16 – Cursos brasileiros que fizeram parte do estudo	263
Quadro 17 – Nomenclaturas dos cursos portugueses e brasileiros	290
Quadro 18 – Designações das unidades curriculares dos cursos de LCI em Portugal e graduação no Brasil	292
Quadro 19 – Descrição das unidades curriculares dos cursos portugueses	293
Quadro 20 – Disciplinas dos cursos de Arquivologia brasileiros que contemplam conteúdos sobre representação descritiva	299
Quadro 21 – Descrição das disciplinas dos cursos de Biblioteconomia brasileiros que contemplam conteúdos sobre Representação Descritiva/Catalogação	305

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Partes que compõem a catalogação	71
Figura 2 – Entidades e relações principais do Grupo 1 dos FRBR.....	100
Figura 3 – Entidades e relações de “responsabilidade” do Grupo 2 dos FRBR ..	101
Figura 4 – Entidades e relações de “assunto” do Grupo 3 dos FRBR.....	101
Figura 5 – A construção de um Projeto Político Pedagógico.....	172
Figura 6 – Organização do Projeto Político Pedagógico	175
Figura 7 – Documentos que integram o Projeto Político Pedagógico.....	176
Figura 8 – Classificação da Área da Ciência da Informação – CNPq.....	200
Figura 9 – Método Quadripolar	207
Figura 10 – Diagrama do campo científico da CI proposto por Silva e Ribeiro....	208

LISTA DE SIGLAS

AACR	Anglo-American Cataloguing Rules
ABEBD	Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia Documentação e Ciência da Informação
ABECIN	Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADI	American Documentation Institute
ALA	American Library Association
ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
APB	Associação Paulista de Bibliotecários
ASLIB	Association of Special Librarians and Information Bureaux
BAD	Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas
BN	Biblioteca Nacional
C&T	Ciência e Tecnologia
CALCO	Catálogo Legível Por Computador
CBBD	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação
CBC	Comissão Brasileira de Catalogação
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CCAA	Código de Catalogação Anglo Americano
CCN	Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDS	Computerized Documentation System
CDU	Classificação Decimal Universal
CECD	Curso de Especialização em Ciências Documentais
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
CFE	Conselho Federal de Educação
CI	Ciência da Informação
CIA	Conselho Nacional de Arquivos
CND	Comitê de Normas de Descrição
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COMUT	Programa de Comutação Bibliográfica
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CTNDA	Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
ECTS	European Credit Transfer and Accumulation System
ESAE	Educação, Tecnologia e Gestão, Agrária de Elvas e Saúde
ESE	Escola Superior de Educação
ESEIG	Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão
ESTG	Escola Superior de Tecnologia e Gestão
ESTGA	Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições
FEUP	Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIAB	Federação Internacional de Associações de Bibliotecários
FID	Federação Internacional de Documentação
FLUP	Faculdade de Letras da Universidade do Porto
FRANAR	Functional Requirements for and Numbering for Authority Records
FRBR	Functional Requirements for Bibliographic Records
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GTPT	Grupo de Trabalho em Processos Técnicos
HTLM	HyperText Markup Language
IAN/TT	Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBECC	Instituto Brasileiro para Educação, Ciência e Cultura
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICCP	International Conference on Cataloguing Principles
ICIAB	Instituto de Ciências de Informação Arquivística e Biblioteconómica
IES	Instituições de Ensino Superior
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
INL	Instituto Nacional do Livro
IPP	Instituto Politécnico de Portalegre
IQF	Instituto para a Qualidade na Formação

ISAAR(CPF)	International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons, and Families
ISAD(G)	General International Standard Archival Description
ISBD	International Standard Bibliographic Description
ISBD(A)	International Standard Bibliographic Description for Older Monographic Publications (Antiquarian)
ISBD(CF)	International Standard Bibliographic Description for Computer File
ISBD(CM)	International Standard Bibliographic Description for Cartographic Material
ISBD(CR)	International Standard Bibliographic Description for Serials and Other Continuing Resources
ISBD(ER)	International Standard Bibliographic Description for Electronic Resources
ISBD(G)	General International Standard Bibliographic Description
ISBD(M)	International Standard Bibliographic Description for Monographic Publications
ISBD(NBM)	International Standard Bibliographic Description for Non Book Material
ISBD(PM)	International Standard Bibliographic Description for Printed Music
ISBD(S)	International Standard Bibliographic Description for Serials
ISSN	International Standard Serial Number
JSCAACR	Joint Steering Committee for Revision of AACR
LC	Library of Congress
LCI	Licenciatura em Ciência da Informação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAD	Manual of Archival Description
MARC	Machine Readable Cataloging
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NOBRADE	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
OCLC	Online Computer Library Center
OEA	Organização dos Estados Americanos
OPAC	Online Public Access Catalog
PDF	Portable Document Format
PNDA	Programa de Normalização da Descrição em Arquivo

RAD	Rules for Archival Description
RAK	Regeln für die Alphabetische Katalogisierung
RBU	Repertório Bibliográfico Universal
RDA	Resource Description and Access
RIEC	Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação
RPC	Regras Portuguesas de Catalogação
SEER	Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas
SESu/MEC	Secretaria de Educação Superior /Ministério da Educação
SIC	Serviço de Intercâmbio de Catalogação
SICON	Sistema de Informações do Congresso Nacional
SNICT	Serviço Nacional de Informação Científica e Tecnológica
UA	Universidade de Aveiro
UAb	Universidade Aberta
UAL	Universidade Autónoma de Lisboa
UALg	Universidade do Algarve
UBCIM	Universal Bibliographic Control and International MARC
UC	Universidade de Coimbra
UCP	Universidade Católica Portuguesa
UE	Universidade de Évora
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIMARC	Universal Machine Readable Cataloging
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UP	Universidade do Porto
UPT	Universidade Portucalense

LISTA DE QUADROS	xi
LISTA DE FIGURAS	xiii
LISTA DE SIGLAS	xv
 INTRODUÇÃO	 1
 CAPÍTULO 1	
TRAÇOS DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA BIBLIOTECONOMIA E DA ARQUIVOLOGIA	7
1.1 Evolução Histórica da Biblioteconomia, dos Catálogos e da Catalogação nas Bibliotecas.....	9
1.2 Evolução Histórica da Arquivologia, da Inventariação e da Catalogação nos Arquivos	33
1.3 A Biblioteconomia e a Arquivologia: Pontos de Encontro em Caminhos Diferentes.....	46
 CAPÍTULO 2	
CATALOGAÇÃO: TERMINOLOGIA E NORMAS	59
2.1 Questões Terminológicas.....	63
2.2 A Representação Descritiva	86
2.2.1 Normas de Descrição de Documentos de Bibliotecas.....	90
2.2.1.1 International Standard Bibliographic Description – ISBD.....	90
2.2.1.2 Functional Requirements for Bibliographic Records – FRBR.....	95
2.2.2 Normas de Descrição de Documentos de Arquivos	105
2.2.2.1 Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE.....	113
2.2.2.2 Norma Portuguesa de Descrição Arquivística	118
2.3 A Normalização dos Pontos de Acesso	124
2.3.1 As Anglo American Cataloguing Rules – AACR.....	124
2.3.2 Resource Description and Access – RDA	126
2.3.3 Normas brasileiras de catalogação de documentos de bibliotecas	129
2.3.4 Normas portuguesas de catalogação de documentos de bibliotecas.....	133
2.3.5 Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias – ISAAR(CPF)	140
 CAPÍTULO 3	
A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E O ENSINO DA REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA NO BRASIL E EM PORTUGAL: PERSPECTIVAS DIACRÔNICAS	145
3.1 A Formação em Biblioteconomia e Arquivologia no Brasil e em Portugal	148
3.1.1 Graduação em Biblioteconomia no Brasil.....	148
3.1.2 Graduação em Arquivologia no Brasil	166
3.1.3 A formação dos bibliotecários e dos arquivistas em Portugal	177
3.2 A Ciência da Informação.....	191
3.2.1 A Ciência da Informação no Brasil	198
3.2.2 A Ciência da Informação em Portugal	204
3.3 O Ensino de Representação Descritiva na Formação Tradicional	211

CAPÍTULO 4

A REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA NOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DOS CURSOS

PORTUGUESES E BRASILEIROS: ANÁLISE E ESTUDO DE CASOS	231
4.1 Questões Metodológicas	233
4.2 A Licenciatura em Ciência da Informação em Portugal	237
4.2.1 Licenciatura em Ciência da Informação – Universidade do Porto – UP.....	241
4.2.2 Licenciatura em Ciência da Informação – Universidade Autónoma de Lisboa – UAL	244
4.2.3 Licenciatura em Ciência de Informação Arquivística e Biblioteconómica – Universidade de Coimbra – UC.....	245
4.2.4 Licenciatura em Ciências da Informação e da Documentação – Universidade Portugalense – Infante D. Henrique – UPT	248
4.2.5 Licenciatura em Ciências da Informação e da Documentação – Universidade Católica Portuguesa – UCP	250
4.2.6 Licenciatura em Ciências da Informação e da Documentação – Universidade Aberta – UAb	253
4.2.7 Licenciatura em Ciências da Informação e Documentação – Universidade de Évora – UE	254
4.2.8 Licenciatura em Ciências Documentais e Editoriais – Universidade do Algarve – UALg.....	255
4.2.9 Licenciatura em Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação – Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão - ESEIG	258
4.2.10 Licenciatura em Documentação e Arquivística – Universidade de Aveiro – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda – ESTGA	260
4.2.11 Licenciatura em Informação e Documentação – Escola Superior de Tecnologia e Gestão – Instituto Politécnico de Portalegre – IPP	261
4.3 A Graduação em Arquivologia e em Biblioteconomia no Brasil	262
4.3.1 Curso de Arquivologia – Universidade Federal da Bahia – UFBA.....	263
4.3.2 Curso de Biblioteconomia e Documentação – UFBA.....	266
4.3.3 Curso de Arquivologia – Universidade de Brasília – UnB	268
4.3.4 Curso de Biblioteconomia – UnB	270
4.3.5 Curso de Arquivologia – Universidade Federal do Espírito Santo – UFES..	270
4.3.6 Curso de Biblioteconomia – UFES.....	271
4.3.7 Curso de Arquivologia – Universidade Estadual de Londrina – UEL	273
4.3.8 Curso de Biblioteconomia – UEL	275
4.3.9 Curso de Arquivologia – Universidade Federal Fluminense – UFF	277
4.3.10 Curso de Biblioteconomia e Documentação – UFF	278
4.3.11 Curso de Arquivologia – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.....	280
4.3.12 Curso de Biblioteconomia – UNIRIO.....	281
4.3.13 Curso de Arquivologia – Universidade Estadual Paulista – UNESP	283
4.3.14 Curso de Biblioteconomia – UNESP.....	285
4.3.15 Curso de Arquivologia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	286
4.3.16 Curso de Biblioteconomia – UFRGS.....	287
4.4 Análise Documental	288
4.4.1 Nomenclatura atribuída aos cursos	289
4.4.2 Nomenclatura das unidades curriculares/disciplinas	291
4.4.3 Análise dos conteúdos programáticos	293
4.4.3.1 Licenciatura em Ciência da Informação – Portugal.....	293

4.4.3.2 Graduação em Arquivologia – Brasil	299
4.4.3.3 Graduação em Biblioteconomia – Brasil.....	304
4.5 Considerações Finais	308
CONCLUSÃO	321
REFERÊNCIAS	333

A motivação para desenvolver a investigação sobre o tema aqui proposto, ou seja, realizar um comparativo entre o ensino da representação descritiva nos cursos de licenciatura em Ciência da Informação em Portugal e o ensino da representação descritiva nos cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia no Brasil nasceu, por um lado, devido às grandes mudanças mundiais que estão ocorrendo na área de catalogação, continuamente, a partir dos anos 1990 e que obriga, nós docentes da área, a refletir sobre a necessidade de adequação do ensino e da prática na área. Tais mudanças sinalizam que o ensino e a atuação profissional de arquivistas e bibliotecários não se podem mais limitar às questões de uso de instrumentos de normalização, mas requerem maior aprofundamento teórico que se repercuta na prática.

Estamos nos referindo, particularmente, às perspectivas de mudanças ou mesmo de substituição do código vigente, as *Anglo American Cataloging Rules* – AACR, amplamente adotadas pelas escolas de Biblioteconomia no Brasil, e consequentemente da *International Standard Bibliographic Description* – ISBDs e *Regras Portuguesas de Catalogação*, adotadas pelos cursos da área de Ciência da Informação em Portugal.

A evolução ocorrida no campo da Ciência da Informação, nomeadamente do documento impresso para o recurso eletrônico, criou uma nova realidade, na qual a atividade de catalogação vem sendo alargada em seu significado e importância.

Este cenário exige do docente envolvido com essas questões, não apenas alterações em sua metodologia de ensino, mas sobretudo, nos conteúdos teóricos e práticos das unidades de catalogação, e a necessidade de readaptações curriculares periódicas. A responsabilidade que temos na formação do aluno se mostra de fundamental importância no sentido de direcionarmos suas atividades para além dos códigos/normas mutáveis e fazer emergir uma geração de catalogadores mais reflexivos.

Desta maneira, o tema encontra sua relevância no sentido de discutir o ensino da representação descritiva, as vertentes teóricas tradicionais da catalogação, quais conteúdos são ministrados nas disciplinas referentes à representação descritiva, nos dois países, tanto na parte teórica como na prática, o que abranger na parte prática em termos de suportes essenciais, qual o número

ideal de disciplinas na área, qual o número ideal de horas/aula ou créditos e também verificar o estado da arte da área.

Atualmente, a multiplicidade de recursos informacionais e a variedade de suportes estão cada vez mais invadindo os ambientes organizacionais, e isso obrigou a uma revisão dos instrumentos de normalização da catalogação, e consequentemente da sua prática que passa a assumir, ainda mais, grande importância, pois além de incluir a descrição bibliográfica do documento, o representa, tanto em seus aspectos formais quanto de conteúdo, de tal forma que cada objeto considerado possa ser não só univocamente representado e posteriormente recuperado, a partir de um universo de registros e suportes variados, como também integralmente acessado e/ou relacionado a outros objetos afins. Consequentemente, este cenário influencia no ensino e nas práticas pedagógicas dos cursos da área de Ciência da Informação de todo o mundo.

Foi, portanto, a consciência dessa realidade e dessas necessidades, que nos levou a partir para uma investigação desta natureza tendo como objetivos:

- Apresentar a evolução histórica da Biblioteconomia, e Arquivologia no Brasil e em Portugal;
- Analisar a nomenclatura atribuída à unidade curricular, periodização e carga horária, conteúdo programático e bibliografia adotada na(s) unidade(s) curricular(es) que abordam conteúdos referentes à Representação Descritiva nos cursos de graduação em Biblioteconomia e Arquivologia (Brasil) e licenciaturas em Ciência da Informação (Portugal);
- Verificar quais as normas utilizadas nos cursos brasileiros e portugueses para descrição de documentos de arquivos e documentos de bibliotecas;
- Apresentar um panorama da estrutura curricular dos cursos de Biblioteconomia e Arquivologia do Brasil e nos cursos em nível de licenciatura de Portugal.

Quando optamos por desenvolver esta investigação, o primeiro passo foi verificar o estado da arte sobre catalogação e temas afins. Constatou-se que tanto no Brasil, como em Portugal, são ainda bastante raros os trabalhos de investigação científica na área de Ciência da Informação, nomeadamente na temática catalogação. Mesmo com a proliferação dos cursos de mestrado e doutorado nos dois países, percebe-se certo desinteresse dos pesquisadores em

desenvolver trabalhos nesta área. Acreditamos que as pesquisas no campo teórico são essenciais para o crescimento e amadurecimento de uma área, uma vez que buscam a compreensão e a resolução de problemas. Além disso, seus resultados, uma vez disseminados, contribuem para o crescimento da literatura na área. Este foi também, mais um motivo para que desenvolvêssemos esta investigação, qual seja, contribuir com o estado da arte no campo da catalogação.

Para um melhor direcionamento dos aspectos metodológicos, a pesquisa dividiu-se em duas etapas: a primeira consistiu, por meio da pesquisa bibliográfica, em buscar na literatura aspectos históricos e conceituais relativos à catalogação, à representação descritiva e seu ensino no Brasil e em Portugal. A segunda foi realizada por meio da pesquisa documental, que embora se assemelhe muito à pesquisa bibliográfica, diferencia-se essencialmente desta no que diz respeito à natureza das fontes, visto que a mesma utiliza fundamentalmente as contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, enquanto a pesquisa documental é constituída pelo exame de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reexaminados com vistas a uma interpretação nova ou complementar (GODOY, 1995, p. 23), o que vem atender a proposta deste estudo.

Uma das vantagens de se trabalhar com esse tipo de pesquisa está no fato de que “os documentos constituem uma fonte estável e rica. Persistindo ao longo do tempo, os documentos podem ser consultados várias vezes e inclusive servir de base a diferentes estudos, o que dá mais estabilidade aos resultados obtidos” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 39).

Na opinião de Valentim (2005b, p. 21), a análise documental apresenta o conteúdo de um documento, de forma fiel e sintética, objetivando o estabelecimento da veracidade e posterior consulta.

Quanto à estrutura dos capítulos, primeiramente, no **Capítulo 1** buscou-se traçar a evolução histórica da Biblioteconomia e da Arquivologia, mapeando e identificando seus diversos percursos e identificando pontos comuns às duas áreas. Na primeira seção apresentamos a evolução histórica das bibliotecas, dos catálogos e da catalogação nas bibliotecas, onde se podem observar movimentos que buscaram melhorias e adequações nas representações bibliográficas, pois, à medida que a produção do conhecimento cresce e se transforma, novos mecanismos são desenvolvidos para melhorar o acesso ao

documento e à informação, isto é, transformar os instrumentos de acesso a informação, como os catálogos, por exemplo, em veículos de comunicação cada vez mais eficazes. Na segunda seção deste capítulo expomos a evolução histórica dos arquivos, da inventariação e da catalogação nos arquivos, e, finalizando este capítulo, procuramos mostrar os pontos de encontro, embora por caminhos diferentes, da Biblioteconomia e da Arquivologia.

Passamos ao **Capítulo 2**, no qual procedemos com a abordagem das questões terminológicas, procurando definições e conceitos sobre catalogação, representação descritiva, passando às normas para descrição de documentos de bibliotecas e arquivos, as gerais, as brasileiras e portuguesas e finalmente os instrumentos de normalização dos pontos de acesso.

No **Capítulo 3**, abordamos a formação profissional e o ensino da representação descritiva no Brasil e em Portugal numa perspectiva diacrônica. Assim, perpassamos pela formação em Biblioteconomia e Arquivologia nos dois países, resgatando um pouco de sua história até chegar aos dias de hoje, quando o foco é a Ciência da Informação, mostrando as diferenças e semelhanças existentes entre os dois países. Neste capítulo demos um enfoque ao ensino da representação descritiva na formação tradicional de bibliotecários e arquivistas.

O **Capítulo 4** está voltado a analisar e comparar os conteúdos programáticos ofertados aos estudantes nas unidades curriculares que contemplam a representação descritiva/catalogação nos cursos de Licenciatura na área de Ciência da Informação em Portugal e nos cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia no Brasil, objetos de estudo desta investigação. Neste capítulo também apresentamos os resultados da pesquisa, bem como a análise e a discussão a respeito dos dados levantados e finalmente considerações finais a respeito do estudo realizado, em que tentamos fazer uma síntese de tudo o que foi abordado no presente trabalho.

Os **Anexos**, em volume separado, trazem informações relevantes sobre diversos aspectos da pesquisa: grade curricular de cada curso estudado, plano de ensino completo, com metodologia de ensino, formas de avaliação e bibliografia utilizada nas unidades curriculares voltadas à descrição de documentos de bibliotecas e documentos de arquivo.

CAPÍTULO 1

TRAÇOS DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA BIBLIOTECONOMIA E DA ARQUIVOLOGIA

Este capítulo procura apresentar, em traços gerais, o caminho percorrido pelas bibliotecas e pelos arquivos em matéria de organização e representação da informação, por forma a mapear os principais desenvolvimentos e a identificar, nos seus diversos percursos, elementos de aproximação e de trabalho comum ao longo dos tempos.

Assim, referem-se, num primeiro ponto, os mais significativos momentos da evolução histórica dos catálogos e da catalogação nas bibliotecas desde os primórdios relatando figuras importantes como Amplonius Ratnick de Berka, Johann Tritheim, Conrad Gesner, Florian Trefferus, Andrew Maunsell, Thomas Bodley, Gabriel Naudé, Frederic Rostgaard, Anthony Panizzi, Charles C. Jewet, Charles Ammi Cutter, Lubetzky entre outros até chegarmos aos primeiros códigos como o da ALA, o da Biblioteca da Vaticana, o Código Anglo-Americano e a Declaração de Princípios de 1961 – conhecida por Princípios de Paris – que culminou com o aparecimento da International Standard Bibliographic Description – ISBD.

Em seguida, traçamos em breve panorâmica, a evolução histórica dos arquivos e da arquivologia, abordando a questão da descrição (inventariação e catalogação) nos arquivos.

Finaliza-se o capítulo com traços da evolução das duas áreas mostrando suas semelhanças e diferenças, bem como pontos em comum existentes entre ambas.

1.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA BIBLIOTECONOMIA, DOS CATÁLOGOS E DA CATALOGAÇÃO NAS BIBLIOTECAS

A literatura mostra que, de uma forma ou de outra, as práticas empíricas de tratamento e organização da informação sempre existiram e foram se tornando cada vez mais complexas ao longo dos tempos. Além da organização física do material, com o objetivo apenas de localizá-lo, havia, sobretudo, a preocupação e a necessidade de se ter acesso aos conteúdos, surgindo, portanto, formas de representação dos documentos possibilitando assim, aos usuários, chegarem até as informações contidas nos mesmos, sem a necessidade da pesquisa direta sobre esses documentos. Estamos nos referindo aos instrumentos de acesso à

informação, ou seja, os catálogos, os inventários, os repertórios, etc.

Portanto, organizar e representar a informação não são necessidades atuais, são preocupações que acompanham o ser humano desde os primórdios da sua própria existência, ou seja, uma preocupação que surge com a própria evolução da sociedade, que anseia pelo compartilhamento, decifração e uso do conhecimento registrado.

A constituição das bibliotecas ocorreu por meio da posse de livros por pessoas que podiam adquiri-los e que os deixavam guardados em suas casas. O livro podia ser encontrado em qualquer local, não tendo um lugar definido; muitas vezes estava em um cômodo único, ou nas diversas dependências menores. Sendo assim, quanto maior a quantidade de livros, maior a necessidade de locais para acomodá-los, como um pequeno armário, um móvel com prateleiras e até armários-bibliotecas, que eram encontrados em qualquer cômodo das residências (CHARTIER, 2004, p.191-192)

Em consequência disso, iniciam-se as tentativas de ordenação desses livros, sendo a primeira delas por tamanho. A necessidade de conservá-los exige um local próprio e então, uma dependência da residência passa a ser considerada uma biblioteca, motivada principalmente pela predileção da coleção, ou ainda, pela aparência social ou pelo interesse em manter um gabinete de curiosidades (CHARTIER, 2004, p.194).

Hoje, à concepção de biblioteca são adicionados novos significados. Nas palavras de Fantinati e Ceccantini (2004, p. 41), biblioteca é um ambiente como “sala, casa ou edifício público ou particular onde se instalam grandes coleções de livros, arrumados, ordenados e devidamente catalogados, destinados à leitura”. E complementam afirmando que a biblioteca surgiu antes do livro, e que “seus antecedentes mais remotos estão na Babilônia, com seus tabletes de argila ou coleção de tijolos gravados com caracteres cuneiformes, materiais que, no Egito, foram substituídos pelo papiro com função de arquivo e documento da escrita” (p. 43).

Assim, começam as preocupações em se criar instrumentos e práticas de organização do conhecimento registrado, que são, como já mencionados anteriormente, os catálogos, os inventários, os repertórios, os índices.

Pesquisando sobre a história da catalogação bibliográfica vê-se que, no decorrer dos séculos e dos relatos impressos, o catálogo tem suas raízes na

Antiguidade. Para Dias (1967, p.1)

[...] existem catálogos desde que existiram as primeiras bibliotecas. Até meados do século passado [XIX] não eram propriamente catálogos, no sentido especializado da palavra, mas apenas 'listas' ou 'inventários', ou ainda simples 'relações' das obras existentes nas bibliotecas. Não havia ainda a preocupação nem a necessidade de racionalizar ou sistematizar a elaboração dos catálogos tais como hoje existem, com características uniformes e compatíveis com o rápido progresso da ciência biblioteconômica.

Ruth French Strout (1956 *apud* MEY, 1995, p.12) foi a autora que realizou o mais completo levantamento sobre a história dos catálogos narrando importantes fatos que marcaram os primórdios da catalogação. Menciona uma lista de 62 títulos de livros em formato de tablete de argila, datada de 2.000 a.C. cuja finalidade, no entanto, é desconhecida. Semelhante material foi encontrado, datado de 1.400 a.C. nas escavações do Egito, escrito em língua babilônica.

As primeiras informações bibliográficas datam de 1.300 a.C. Trata-se de tabletas encontrados em escavações hititas que "identificavam o número do tablete em uma série, o título e, muitas vezes, o escriba" (MEY, 1995, p.12).

A biblioteca de Nínive, considerada a maior biblioteca do período clássico, formada por Sargon, rei de Assíria durante os anos 722-705 a.C. e por seu bisneto o rei Assurbanípal, possuía tabletas de argila, que continham "obras religiosas e de magia, históricas e de astrologia, catálogos de plantas e de animais, mapas e estipulações de toda a espécie" (DIAS, 1967, p. 76) em escrita cuneiforme¹. Esses tabletas registravam o título, o número ou volume, as primeiras palavras do tablete seguinte, o nome do possuidor original, do escriba e um selo (o que indicava tratar-se de propriedade real).

A biblioteca de Nínive foi o exemplo clássico de que, desde o início até aos fins da Idade Média, a biblioteca foi o que o seu nome indica etimologicamente, ou seja, um *depósito de livros*, conforme afirma Dias (1967, p. 71) "[...] mais o lugar onde se esconde o livro do que o lugar de onde se procura fazê-lo circular ou perpetuá-lo. Na biblioteca de Nínive, o depósito de livros "não tem saída para o exterior – a sua única porta parece dar, ao contrário, para o interior do edifício, para

¹ Escrita cuneiforme é a designação geral dada a certos tipos de escrita feito com auxílio de objetos em formato de cunha. É o mais antigo tipo conhecido de escrita, tendo sido criado pelos sumérios por volta de 3.500 a. C. Inicialmente a escrita representava formas do mundo (pictogramas), mas por praticidade as formas foram se tornando mais simples e abstractas.

o lugar onde viviam ou permaneciam os grandes sacerdotes” (DIAS, 1967, p. 72).

A partir do século IV a.C., tem-se notícia das bibliotecas dos templos gregos, sendo as mais importantes aquelas que se referem ao apogeu da cultura helênica, como a que Aristóteles criou em sua Escola de Filosofia. Acredita-se que esta biblioteca teria sido o modelo para a fundação, no século III a.C., da famosa biblioteca de Alexandria, uma das maiores que se tem notícia e que sobreviveu a muitos saques e desastres naturais.

Manguel (1997, p. 217) comenta que a cidade de Alexandria, no Egito, era uma cidade muito burocrática com um trânsito de documentos administrativos maior que sua capacidade para tal, o que demonstra grande domínio da escrita. No entanto, não se tem notícia se a biblioteca era conservada somente para uso dos eruditos ou para um público mais geral.

A Biblioteca de Alexandria, que se acreditava reunir a maior coleção de livros do mundo antigo, foi fundada por Ptolomeu I ou Ptolomeu Sóter, rei do Egito, morto em 283 anos a.C. – “um homem de letras com uma queda por tudo que estivesse ligado ao intelecto” (FLOWER, 2002, p.18) – na cidade de Alexandria.

Os eruditos encarregados da biblioteca eram considerados os homens mais capazes daquela cidade na época. Zenódoto de Éfeso foi o bibliotecário inicial, porém foi o poeta e gramático Calímaco de Cirene, por volta de 270 a.C., quem catalogou toda a coleção de papiros e códices da Biblioteca (estimada em 500 mil). Confere-se a ele, Calímaco, o princípio dos sistemas de organização e representação do conhecimento por causa dos seus *Pinakes* [Tabulas], onde registrava o número de linhas de cada obra, as palavras iniciais e os dados bibliográficos sobre os autores. Apesar de alguns pesquisadores denominarem o trabalho de Calímaco como catálogo, não se sabe ao certo se foi um catálogo, uma bibliografia ou ambos, pois não restaram vestígios dessas obras (MEY, 1995, p.13).

Flower (2002, p. 52) refere-se aos *Pinakes*, dizendo que “essas eram uma série de 120 livros nos quais as obras eram analisadas e listadas cronologicamente por ‘palavra-chave’ e ‘autor’”. Embora não se trate, obviamente, de um catálogo no sentido exato, essas *Tábuas*, como afirma Jacob (2000, p. 57), tinham “uma função de guia bibliográfico apto a orientar as pesquisas [...]”.

Parte do acervo da Biblioteca de Alexandria foi constituído principalmente a partir de um decreto de Ptolomeu III segundo o qual todos os navios que parassem em Alexandria tinham que entregar seus livros para serem

copiados. O objetivo era que houvesse uma biblioteca que abrigasse a totalidade do conhecimento humano registrado (ORTEGA, 2004, *online*).

Machado (2003 *apud* PINHO, 2006, p.10), interpreta essas tentativas de organização e representação do conhecimento da seguinte forma:

[...] os primeiros catálogos e bibliografias são puramente listas inventariais e não instrumentos bibliográficos. Nas bibliografias, a ênfase é dada aos autores e não aos livros, são biobibliografias; nos catálogos, únicos tipos de listas bibliográficas, a caracterização dá-se pela técnica pouco elaborada, falta de arranjo e transcrição sucinta e pouco precisa dos títulos.

Ainda devemos mencionar a célebre biblioteca Ulpiana, fundada por Trajano, que juntamente com a Palatina constituía as duas mais importantes das 28 bibliotecas públicas que Roma possuía no século IV a.C. Essas bibliotecas já tinham organizado e colocado em funcionamento o serviço de empréstimo (DIAS, 1967, p.78).

Lançando um último olhar sobre a organização das bibliotecas da Antiguidade, ou seja, sua ordem e arrumação dos volumes, podemos concluir que as mesmas eram divididas por armários fechados por vidro e numerados, onde se colocavam os rolos de maneira que se ocupassem o menor espaço possível. Neles, havia etiquetas visíveis que indicam os seus títulos.

Portanto, o que caracterizava as bibliotecas da Antiguidade é a constituição do seu acervo, inicialmente com tabletes de argila e posteriormente com rolos de papiro e pergaminho. Segundo afirma Dias (1967, p. 80), foi a partir de 1470, ou seja, século XV, portanto, já na Idade Média, que começam a surgir livros menores, com a folha dobrada e margens.

Na Idade Média predominaram as bibliotecas ligadas a ordens religiosas, tanto no Ocidente como no Oriente, as quais foram responsáveis pela preservação da antiga cultura greco-romana registrada. Sendo assim, só os religiosos tinham livre acesso às bibliotecas, portanto, a organização das mesmas ficava ao encargo dos monges copistas e padres responsáveis pela preservação e pelos serviços bibliotecários.

Segundo Levacov (1997, p.131),

[...] na Idade Média, as bibliotecas e as editoras eram o mesmo local (o *scriptorium*), administrado pelas mesmas pessoas (os monges

escribas) e com tradições antigas e sólidas. “Os livros eram caríssimos, difíceis de produzir e de reproduzir. Cada um deles custava o equivalente a uma pequena propriedade rural”. Curtir peles para transformá-las em pergaminhos, acumular códices, copiá-los e guardá-los eram tarefas destes mosteiros, mas faltava ainda uma maneira sistemática e uniforme de organizá-los e disponibilizá-los. A maioria das bibliotecas de mosteiros possuía tão poucos volumes, que um catálogo não era necessário. Com a introdução da tecnologia dos tipos móveis e do papel, a figura do publicador dissocia-se da dos monges bibliotecários de forma definitiva.

Martins (1996, p. 71), conta que “Até a Renascença, as bibliotecas não estão à disposição dos profanos: são organismos mais ou menos sagrados, ou, pelo menos, religiosos, a que têm acesso apenas os que fazem parte de uma certa ‘ordem’, de um ‘corpo’ igualmente religioso”.

O autor acima citado relata ainda que no período medieval, os mosteiros e conventos definiram-se como bibliotecas, e em muitos deles havia armários embutidos nas enormes paredes com variadas formas de estantes de leitura, isso “para permitir um manuseio cômodo dos grossos in-fólios medievais [...]”. Com maior ou menor interesse profano, com maior ou menor penetração leiga, são os mosteiros que salvam, para o mundo moderno, a riqueza literária da Antiguidade”. E ilustra com um provérbio afirmando que “mosteiro sem livros, praça de guerra sem armas”: *Claustum sine armario, quasi castrum sine armamentario* (MARTINS, 1996, p. 82-83). Assim, podemos considerar que o acervo desses mosteiros tinha, certamente, uma organização, armazenamento e formas de recuperação das informações pertinentes à época.

Embora a informação não fosse acessível a todos, pois era propriedade dos dominantes da época, de alguma forma era organizada ou pelo menos havia tentativas de organização, o que mostra que independente da época a sistematização da informação, nos mais variados suportes, mostra-se sempre necessária.

Catálogos propriamente ditos surgem no século IX. Entre os anos de 822 e 842, a biblioteca Richenau, na Alemanha, compilou diversos catálogos que indicavam as obras contidas em cada volume e o número de rolos ou volumes em que cada obra estava contida. Apenas o primeiro desses catálogos apresentava uma determinada ordem, reunindo as obras de cada autor (MEY, 1995, p.14).

O catálogo do mosteiro beneditino de Saint-Requier, na França,

compilado em 831, possuía 246 volumes era organizado por autor e registrava o conteúdo e o número dos volumes relativos a uma obra.

As bibliotecas crescem durante o século X. O catálogo da abadia de Bobbio, no norte da Itália, fundada pelos irlandeses no século VII, registra aproximadamente 700 volumes, sendo considerada a maior biblioteca do Ocidente (MEY, 1995, p.14).

Os séculos XI a XIII transcorrem sem novidades à história dos catálogos. Registra-se no século XIII, na Europa, o surgimento das bibliotecas das universidades, ao mesmo tempo em que aparecem, entre os nobres, os grandes colecionadores de livros. Essas coleções dão origem a algumas bibliotecas nacionais. Em princípios do século XIV, no ano de 1372, iniciam-se os registros dos acervos das bibliotecas monásticas inglesas, isto é, um catálogo coletivo em que cada biblioteca era identificada por um código numérico. Sendo assim, alguns melhoramentos já são notados, pois na Inglaterra, surge uma lista organizada pelos frades agostinianos de York. Trata-se de uma lista classificada que separa as obras do autor quando os assuntos são diferentes, registra as palavras iniciais da segunda folha de cada volume, possibilitando assim a identificação mais exata.

Provavelmente, o primeiro catálogo, ou o que mais se aproximaria dele, surgiu em 1389. Trata-se de uma lista do Convento de St. Martin em Dover. Dividia-se em três seções: a primeira, organizada pelo número de localização do livro na estante, trazia um título breve, o número da página do livro em que o número de localização foi registrado, as palavras do texto nesta página, o número de páginas do livro e o número de obras contidas no volume; a segunda, igualmente organizada pela localização, registrava o conteúdo de cada volume, paginação e as palavras iniciais de cada obra. A terceira, considerada um marco na catalogação, incluía análise das partes, ou seja, entradas analíticas e listas ordenadas alfabeticamente, às vezes de autor e outras vezes de título e autor e outras ainda, de palavras genéricas, como “livro”, “parte” ou “códice” (MEY, 1995, p.15).

Fiuza (1987, p. 44) esclarece que:

No século XIII, a atividade catalográfica desenvolveu-se nos mosteiros ingleses, com a tentativa de fazer-se um catálogo de seus acervos; no século XIV, apareceu a ideia de símbolos de localização mais completa de edições e a preocupação de se identificarem as obras publicadas ou encadernadas junto.

O século XIV também marcou o desenvolvimento das bibliotecas universitárias, que ainda eram pequenas, porém já perdiam o caráter religioso. No entanto, quase nada contribuiu para a formação dos catálogos.

No século XV, apesar de não ocorrerem grandes modificações, surge algo importante para a catalogação, isto é, as remissivas, ainda que de forma primitiva, no catálogo compilado por Amplonius Ratnick de Berka entre 1410 e 1412, na Alemanha, e no catálogo da abadia de Santo Agostinho, em Canterbury, Inglaterra, compilado por volta de 1420 (MEY, 1995, p.15).

Graças à bibliografia, no final do século XV, mais precisamente em 1494, o cenário da catalogação começa a avançar. Johannes Trithemius (1462-1516), bibliógrafo e bibliotecário alemão, também citado como Johann Tritheim, realizou uma importante contribuição para a história da catalogação. Começou seu trabalho bibliográfico com a reorganização e catalogação da biblioteca monástica de Sponheim (Alemanha) e durante o tempo em que realizou este trabalho, deu-se conta do valor de uma bibliografia de escritores eclesiásticos. O *Liber de Scriptoribus Ecclesiasticis*, por ele elaborado, enumerava 227 obras, registradas sobre 7.000 livros, que representava um considerável trabalho de investigação e teria sido qualificado como o primeiro repertório bibliográfico da idade moderna (FRÍAS MONTOYA, 1995, p. 221). Trithemius apresentou sua bibliografia em ordem cronológica, o que era pouco usual naquela época. Esta, entretanto, incluía um índice alfabético dos autores.

O final do século XV e o século XVI representaram um grande desenvolvimento nas atividades acadêmicas, intelectuais e científicas. Por volta do ano de 1440, ocorreu a invenção da imprensa pelo alemão Johann Gutemberg que apresentou, a primeira Bíblia impressa, cuja tecnologia permaneceu basicamente a mesma até o início do século XX. Segundo Ortega (2004, *online*), a tipografia foi, durante seus primeiros tempos, “uma arte hermética de iniciados que prometiam segredo sob juramento por razões mais comerciais que intelectuais, pois os produtos impressos imitavam os manuscritos e, por isso, assemelhavam-se ao trabalho lento e caro dos escribas”.

Em 1462, com a tomada da Mogúncia, na Alemanha, pelas tropas de Nassau, os impressores, subitamente sem emprego, foram dispersos pelos mais diferentes países da Europa, permitindo a vulgarização da imprensa (MARTINS, 1996, p.177). Esta revolução tecnológica impulsionou a produção do livro,

contribuindo para seu barateamento, acelerando sua distribuição e consequentemente a criação e ampliação das bibliotecas. Também propiciou o rompimento do monopólio que a Igreja exercia sobre a produção de livros.

A tecnologia da impressão foi a causa da primeira modificação nas atividades de organização e preservação de documentos, pois, gradativamente, foi retirada da biblioteca a tarefa de reprodução de manuscritos que era realizada pelos copistas, uma vez que passou a ser realizada em oficinas especializadas.

Ortega (2004, *online*) comenta que:

[...] apesar do crescente destaque social vivido pela biblioteca a partir de então, pode-se dizer que o trabalhador da biblioteca perdeu certa responsabilidade, cumplicidade e envolvimento com os documentos, já que não realizava mais a reprodução dos mesmos e a compreensão e organização dos conteúdos que lhe é decorrente.

Diante deste cenário, ocasionado pela invenção da imprensa, os acervos de bibliotecas e das livrarias careciam, portanto, de uma organização mais cuidadosa. Milanesi (2002, p. 25), afirma que “essa nova situação de acessibilidade do livro [...] acabou sendo um estímulo ao conhecimento das letras e à absorção de conhecimento. Surgiram muito mais autores porque crescia o número de leitores face à maior acessibilidade do livro”.

Os primeiros intentos de sistematização dos métodos de catalogação podem ser situados nas regras de catalogação de Conrad Gesner (1548), Florian Treflerus (1560) e Andrew Maunsell (1595) (FRÍAS MONTROYA, 1995, p. 225).

Em 1545, Conrad Gesner (1516-1564), bibliógrafo e naturalista suíço, produziu uma bibliografia organizada alfabeticamente por autores, denominada *Bibliotheca Universalis*; porém, o respectivo índice, de assuntos, só foi publicado três anos depois, em 1548. Gesner incluiu, na obra, instruções para organização de livros em bibliotecas e desenvolveu um sistema aplicável às bibliotecas e às bibliografias. Sugeriu que se utilizasse cópia de sua bibliografia como catálogo, bastando apenas acrescentar os dados de localização, ao lado do registro de cada obra.

Em 1560, Florian Trefler (o Treflerus), monge beneditino, publicou em Absburgo, um trabalho sobre a organização de uma biblioteca denominado *Methodus exhibens per vários índices, et classes subinde, quorumlibet librorum, cuiuslibet bibliothecae, breven facilem, imitabilem ordinationem* que se referia à

relação entre as exigências de uma busca e recuperação de um livro e a técnica catalográfica que deve ser usada nas bibliotecas. Desenvolveu um sistema de classificação e números de localização e desenvolveu, ainda, um catálogo em cinco partes: um ordenado alfabeticamente pelo nome do autor; um ordenado pela classificação (topográfico); um que servia como índice de assuntos dos conteúdos de todos os livros, um índice alfabético para o anterior e uma lista dos livros não integrados ao acervo geral (FRÍAS MONTOYA, 1995, p. 228).

Trinta e cinco anos depois de Treffler, no ano de 1595, produziu-se uma das contribuições mais significativas no campo da catalogação. O livreiro inglês Andrew Maunsell, compilou um catálogo de livros – *Catalogue of English Printed Book* no qual fixou regras para o registro de obras, para entradas por sobrenomes e, para as obras anônimas, usou tanto o título como o assunto e às vezes ambos; defendeu a ideia inovadora de que um livro deve ser encontrado tanto pelo sobrenome do autor como pelo assunto e pelo tradutor; estabeleceu também a entrada uniforme para bíblia. Além disso, Maunsell incluiu em seus registros o tradutor, o impressor ou a pessoa para quem foi impressa a obra, a data e o número do volume. Pode-se considerar, portanto, que Treffler e Maunsell foram os primeiros a determinarem os elementos básicos para a catalogação bibliográfica.

O início do século XVII continuou com a mesma falta de compreensão da natureza e do propósito da catalogação bibliotecária. Os conceitos persistiam com a ordenação topográfica utilizada, mais por razões administrativas que pelas necessidades dos usuários. Nesta época, podemos considerar como contribuições importantes os métodos utilizados pelos catálogos bodleianos e as valiosas instruções de Gabriel Naudé e Frederic de Rostgaard.

Trata-se de uma série de três catálogos impressos da biblioteca pública da *Oxford University*, conhecida pelo nome de seu fundador, o diplomata aposentado Thomas Bodley (1545-1613), editados respectivamente em 1605, 1620 e 1674. O de 1605, fruto de um esforço conjunto do primeiro bibliotecário, Thomas James e de Bodley, oferecia, por meio de quase 9.000 entradas, a informação de 6.000 volumes, constituindo-se em seu momento o mais rico dos índices impressos de uma biblioteca pública. O de 1620, considerado como uma segunda edição do catálogo impresso da *Bodleian Library*, cuja coleção já havia sido aumentada, continha quase 16.000 volumes e 22.000 títulos e apresentava modificações substanciais a respeito da estrutura e da ordenação adotadas na edição de 1605, ou

seja, o catálogo se apresenta agora em uma única sequência e em ordem alfabética os sobrenomes dos autores, os títulos das obras anônimas, assuntos e reagrupamentos literários.

A última edição do catálogo bodleiano teve lugar em 1674, agora sob a direção de Thomas Hyde, bibliotecário da *Bodleian Library* entre 1665 e 1701, que mantinha a mesma estrutura do anterior, porém com algumas evidências que facilitavam o seu uso, tais como o emprego de maiúsculas nos cabeçalhos, os títulos mais completos e a inclusão de notas bibliográficas.

Foi portanto, no século XVII que se concebeu o que pode ser considerado como os primeiros conceitos sobre biblioteca, da forma como é compreendida hoje. Coelho Neto (1997, p. 77) relata que Gabriel Naudé (1600-1653), por meio de sua obra intitulada *Advis pour dresser une bibliothèque* (Conselhos para formar uma biblioteca) publicada em Paris, no ano de 1627, refere-se à biblioteca como uma instituição necessariamente pública e um instrumento do progresso – aberta a todos que interessassem – e universal – por conter todos os autores que tivessem escrito sobre diversos assuntos relacionados ao ser humano, como artes e ciências.

O autor salienta que a orientação apresentada no trabalho de Naudé para o ingresso das obras na biblioteca baseava-se no critério da utilidade que essas poderiam ter para o público em geral. Uma outra orientação relevante nesse seu trabalho era a consciência dos limites em se colecionar todos os livros existentes no mundo. Para tanto, Naudé propunha incluir, na biblioteca, catálogos que informavam aos usuários onde localizariam a obra que buscavam, caso não fosse oferecida no local.

Naudé recomenda um catálogo dividido por autores e assuntos. Sugere ainda a organização das estantes de forma que permitisse a expansão da biblioteca.

Desde modo, o padrão de biblioteca proposto por Naudé revela-se como uma inovação das práticas até então adotadas, propiciando, conforme Coelho Neto (1997, p. 77), um distanciamento “da ideia tradicional da coleção de opiniões de autoridades reconhecidas”. Sua orientação sobre a importância de se selecionar obras consideradas úteis para a produção do conhecimento foi uma contribuição significativa para os dias de hoje.

Em 1698, o francês Frederic de Rostgaard, visando a reunião de todos os autores voltados para o mesmo tema e as várias edições da mesma obra,

desenvolveu normas sobre a organização do catálogo, intitulada *Project d'une nouvelle methode pour dresser le catalogue d'une bibliothèque*. Para tanto, estabeleceu um arranjo por assunto subdividido cronologicamente e por tamanho do volume; elaborou índices alfabéticos por assunto e por sobrenome dos autores; sugeriu que as obras encadernadas juntas deveriam ter registros separados e os títulos deveriam ser registrados da forma como apareciam na folha de rosto (MEY, 1995, p.18).

Apesar das evidências e de algumas práticas adotadas, as regras até então estabelecidas não tinham a finalidade de se constituírem em um código e portanto, os catálogos eram considerados apenas listas que fizessem encontrar os livros.

O primeiro código nacional de catalogação e o início do uso de catálogos em fichas tiveram lugar na França, em 1791, como decorrência da Revolução Francesa, ocorrida em 1789. Apesar disto, até 1840, praticamente nenhuma biblioteca tinha índice de assunto de seus acervos, nem estava completamente catalogada. A partir desta data, catálogos de autor e assunto passaram a ser empregados e as bibliografias foram se aperfeiçoando (ORTEGA, 2004, *online*).

Verifica-se, portanto, que no século XIX a discussão sobre catálogos estava instituída e é a partir daí que começam a ser discutidas diferentes formas de melhorá-los e torná-los mais eficientes, bem como com opiniões contrárias e críticas.

Consequentemente, os fundamentos da catalogação moderna se colocaram a partir de meados do referido século, quando o rápido crescimento das coleções públicas criou a necessidade de organizar os livros e documentos, impondo novas funções para as quais “os velhos métodos improvisados se tornaram inadequados” (LUBETZKY, 1953, p.179, tradução nossa). O processo que culminou com a elaboração dos códigos catalográficos se desenvolveu de maneira espontânea e natural, porque pressupunha a consciência das funções essenciais de um catálogo, ou seja, por um lado a preservação da memória, por outro, a representação correta do documento, segundo padrões predeterminados apoiados por regras específicas.

Alguns fatos explicam estes avanços: por volta do final do século XIX em 1841, em Londres, Inglaterra, foram publicadas as "91 regras" de catalogação

elaboradas por Anthony Panizzi² – para alguns, considerado o “pai do catálogo moderno” – para serem aplicadas aos catálogos do *British Museum* - Museu Britânico e que estabeleceram as bases da catalogação durante várias gerações. Tratava-se das *Rules for compiling of the catalogue*, publicadas no *Catalogue of the printed books of the British Museum*.

As regras de Panizzi foram concebidas para confeccionar o catálogo de livros impressos, mapas e música do Museu Britânico e deveria ser alfabético, fundamentalmente, de autores pessoais e de entidades, que permitissem aos usuários a rápida e fácil localização de uma obra, bem como o agrupamento das obras de um mesmo autor com suas distintas edições e traduções.

Entre as principais características dessas regras destacavam-se: a valorização da folha de rosto como fonte para identificar uma obra (regra essa que permanece até hoje); a introdução do conceito de autoria coletiva; a escolha do cabeçalho de entrada de um autor, conforme a folha de rosto e respeitando sempre a vontade do autor. Esse cabeçalho, por sua vez, era determinado pelo prenome, quando preferido, seguido pelo sobrenome; pelo título, no caso de obras anônimas, seguido pelo nome do autor quando identificado; pelo pseudônimo, mesmo quando o nome verdadeiro fosse identificado e pelo sobrenome de família, no caso de autores pertencentes à nobreza (BARBOSA, 1978, p. 26).

As 91 Regras de Catalogação de Panizzi podem ser consideradas o primeiro código de catalogação propriamente dito, pois tiveram forte influência nos códigos publicados posteriormente, tanto na Europa como na América.

Todavia, mais ambicioso que o de Panizzi, foi a publicação do informe sobre a elaboração de catálogos de bibliotecas pelo americano Charles Coffin Jewett, bibliotecário da Brown University dos Estados Unidos, em sua obra publicada pela Smithsonian Institution, onde trabalhava em 1852: *On the Construction of Catalogues of Libraries, and of a General Catalogue, and their Publication by Means of Separate, Stereotyped Titles, with rules and Examples*, cuja segunda edição revista surgiu em 1853.

Conhecida pelo título abreviado *On the construction of catalogs*, esta obra é considerada como sendo uma das primeiras regras americanas para

² Antony Panizzi era um advogado italiano, refugiado político que trabalhou no British Museum como bibliotecário assistente (MEY, 1995, p. 20).

determinação de autor. O empenho de Jewett, por meio desta obra, era a criação de um catálogo geral de todas as bibliotecas públicas dos Estados Unidos.

Tendo como base o código de Panizzi, sugeriu algumas modificações: que as obras escritas sob pseudônimo fossem catalogadas pelo nome verdadeiro do autor, mesmo que o pseudônimo fosse mais conhecido e que o conceito de autoria coletiva fosse firmado, adotando para entrada das publicações oficiais americanas a abreviatura U.S. (United States).

Jewett propôs a criação de um centro nacional de bibliografia e documentação a partir de um catálogo coletivo do acervo das bibliotecas públicas americanas, por meio de um modelo padronizado de fichas a serem reproduzidas com uso da estereotipia, enfatizando a importância do aprimoramento das técnicas de organização bibliográfica dos documentos das bibliotecas para sua melhor utilização. Jewett não conseguiu seu intento, o que, na opinião de Barbosa (1978, p. 28) “não lhe tira o mérito de ser o precursor deste tipo de catálogo”.

Merece destaque também a proposta de Andrea Crestadoro, leitor do British Museum, que publicou anonimamente, em 1956, sua obra *The art of making catalogues of libraries*³ a qual propunha a elaboração de registros principais detalhados, começando com o nome do autor, sem nenhuma ordenação específica pois deviam ter como suplemento um índice de nomes e um índice de assuntos, organizados em ordem alfabética e reunidos por referências cruzadas. Segundo Frías Montoya (1995, p. 281), Crestadoro sugeriu que os cabeçalhos de assuntos fossem retirados dos títulos, ideia energicamente rejeitada por Cutter (do qual falaremos mais a frente). Assim como Panizzi, Crestadoro teve a intenção de elaborar um catálogo que serviria as necessidades dos usuários, no entanto, as regras de seu código não estavam baseadas em uma investigação empírica destas necessidades.

O século XIX, segundo Barbosa (1978, p. 28) foi chamado de “o século de ouro da catalogação ou da codificação”. A normalização de regras catalográficas era motivo de preocupação por bibliotecários que sentiam cada vez mais a necessidade de uma consolidação, devido ao crescimento das bibliotecas, a produção de livros e o aparecimento de novos tipos de publicações e consequentemente novos problemas de catalogação. Destacou-se neste período

³ CRESTADORO, A. **The art of making catalogues of libraries**. London, 1956.

Charles Ammi Cutter, bibliotecário norteamericano do *Athenaeum* em Boston, considerado um gênio por Ranganathan⁴, conhecido até então por sua famosa tabela para nomes (Tabela de Cutter), criada em 1880.

Cutter publicou, em 1876, as *Rules for a printed dictionary catalogue* cuja última e definitiva edição, a quarta, veio a ser publicada em 1904 em Washington com o título de *Rules for a dictionary catalogue*. Considerado um verdadeiro código onde constavam 369 regras que incluíam normas não apenas para entradas por autor e título, mas também para a parte descritiva, cabeçalhos de assunto e ainda regras de alfabetação e arquivamentos das fichas.

Cutter aplicou suas regras primeiramente no *Boston Athenaeum* e como seu pragmatismo foi apreciado por outros bibliotecários, começou a ser utilizado em bibliotecas de todo o país. Segundo Frías Montoya (1995, p. 282), em nota preliminar, Cutter se dizia o primeiro investigador dos “primeiros princípios da catalogação” e o primeiro em “estabelecer as regras de uma forma sistemática”.

Na opinião de Mey (1995, p. 21), Cutter “determinou os objetivos do catálogo e ditou a visão do catalogador”. Já nas palavras de Barbosa (1978, p.30), Cutter “consagrou a existência da escola americana de catalogação”.

Mckitterick (2000, p.101) afirma que “desde a publicação dessa codificação viram-se várias ideias novas, mas a inspiração de Cutter, e em particular sua demonstração da unidade de um catálogo acessível por várias vias, se encontra até mesmo nas bases de dados mais recentes”.

Cutter defendia a conveniência do público, ou seja, sendo o catálogo o veículo que liga a informação aos usuários, a catalogação só será um instrumento útil e eficiente de comunicação entre ambos se for normalizada, pois é dela que resulta o catálogo e este, por sua vez, será mais útil quando for padronizado, isto é, quando houver um código de catalogação internacional. Assim explica Barbosa (1978, p. 30):

[...] sendo o catálogo um meio e não um fim, o usuário ou o público a que se destina deve ter o privilégio de ser convenientemente por ele atendido, mesmo contrariando os preceitos aos quais estão ligados os catalogadores.

⁴ Pensador indiano, Shiyali Ramamritam Ranganathan estabeleceu as 5 leis fundamentais instituídas para a Biblioteconomia e que – embora com termos mais modernos – vigoram até os dias actuais. Ranganathan era um professor de matemática indiano interessado em biblioteconomia que cursou na Inglaterra. Foi autor do livro "The Five Laws of Library Science" (1931).

K. Dziatzko publicou em 1886 o primeiro código germânico, que mencionava explicitamente a teoria do uso do catálogo em geral, assinalando que uma determinada obra é procurada e recuperada por sua própria sequência peculiar de palavras importantes em seu título, considerando a autoria uma característica secundária (FRÍAS MONTOYA, 1995, p. 287).

Este código constituiu a base para as instruções prussianas, surgidas em 1899, *Instruktion für die alphabetische Kataloge der preussischen Bibliotheken und für die preussischen Gesamtkatalog* as quais foram adotadas na Alemanha, alcançando grande aceitação na Europa influenciando países como a Áustria, Hungria, Dinamarca, Holanda e Noruega. Inicialmente foi reconhecido como “Código da Real Biblioteca”, porém quando foi publicado teve como nome definitivo *Instruções Prussianas* cujas principais características são a simplificação e a abreviação de entradas, principalmente no que se refere ao título.

As *Instruções Prussianas* foram objeto de múltiplas revisões e surgiram diferentes edições e traduções em 1908, 1930 e 1951. A estrutura de todas elas seguia sempre os princípios de se determinar em primeiro lugar a descrição bibliográfica, em seguida cabeçalhos principal e secundários, seguido da determinação da forma e ordem que deveriam seguir.

Em 1901, a *Library of Congress* – LC – Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos liderou a organização bibliográfica em bibliotecas com o sistema de comercialização de fichas catalográficas impressas e padronizadas. Este sistema funcionava da seguinte forma: em vez de cada biblioteca fazer sua própria catalogação, a LC vendia suas fichas impressas e bastava acrescentar os cabeçalhos por ela indicados. Embora nem todos concordassem com a catalogação elaborada pela LC, isso resultou numa padronização significativa, pois as fichas vendidas eram rigorosamente idênticas.

A esta altura, a American Library Association – ALA da Grã Bretanha e a Library Association dos Estados Unidos publicam a primeira edição em 1908, do seu código angloamericano, *A. A. Code: Cataloging rules: author and title entries* (Regras de catalogação: entradas de autores e títulos) ou Código da ALA como ficou conhecido. Este código teve sua origem num trabalho apresentado numa conferência anual da própria ALA denominado *Condensed rules for an author and title catalog*, publicado pela primeira vez no *Library Journal*, em 1883.

O Código da ALA alcançou um *status* de seriedade, sendo aceito sem reservas não só nos Estados Unidos mas também em outros países, embora sofrendo várias adaptações por parte de bibliotecas que o adotaram.

Nesta primeira edição do Código da ALA, como em todas as tentativas de sistematização universal de regras surgiram questões quanto a novos problemas, necessitando para isso de novas soluções. Recebeu muitas críticas, sobretudo por parte dos catalogadores da época, pois eles não encontravam soluções para seus problemas de catalogação e também gerava confusões devido ao excesso de detalhes, principalmente no que se referia a parte descritiva (BARBOSA, 1978, p. 35).

Levando essas críticas em consideração a ALA instituiu, em 1932, com o aval da LC, uma comissão de revisão do Código de Catalogação, encarregada de estudar e revisar a edição de 1908, com vistas à uma segunda edição.

Como resultado desses trabalhos, o Código da ALA foi publicado, em 1941, como segunda edição preliminar, dividido em duas partes: Entradas e cabeçalhos e Descrição do livro. Porém, esta nova edição preliminar também foi sujeita a várias críticas. A mais famosa delas foi a que Andrew Osborn fez em seu artigo *The crisis of cataloguing*⁵, na qual chamou a atenção para a complexidade das regras, denunciando dois aspectos de extrema importância, citados por Barbosa (1978, p. 36). “o abandono de princípios que as fundamentassem, e o afastamento do principal objetivo da catalogação: atender às necessidades dos usuários através dos catálogos”.

Diante de críticas como essas, a ALA nomeou uma nova Comissão sobre o uso do Código, a qual tinha a incumbência de corrigir as falhas existentes antes que uma edição definitiva fosse autorizada. Como resultado, em 1949, e em substituição à segunda edição preliminar, foi publicada a segunda edição em dois volumes distintos e independentes:

- O Volume 1, *ALA cataloguing rules for author and title entries*⁶, referente a entradas e cabeçalhos, editado por Clara Beetle, que foi chamado, devido à sua encadernação de cor vermelha de *Red book*.

⁵ OSBORN, Andrew D. The crisis in cataloguing. **Library Quarterly** v. 11, p. 393-411, 1941; **Library Assis-tant**, v. 35, p. 54-62, 69-75; OLDING R. K. **Readings in Library Cataloguing**. London: Crosby Lockwood, 1966. p. 225-241 (*apud* BARBOSA, 1978, p. 36).

⁶ AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Division of Cataloging and Classification. **ALA cataloging rules for author and title entries**. 2nd ed. Chicago, 1949. 165 p. (*apud* BARBOSA, 1978, p. 37).

- O Volume 2, *Rules for descriptive cataloging in the LC*⁷, relativamente à parte descritiva, e era chamado de *Green book*, por sua encadernação verde.

O volume referente a catalogação descritiva, ou seja, o volume 2, apresentou enorme inovação, no que diz respeito aos códigos existentes, pelo fato de possuir uma introdução contemplando os objetivos da catalogação descritiva e os princípios em que se deve fundamentar sua aplicação.

Entretanto, ainda havia insatisfação por parte dos bibliotecários, principalmente os americanos. A simplificação das regras descritivas impulsionou a procura por procedimentos semelhantes com relação às entradas e cabeçalhos, que permaneceram sem qualquer alteração. Isso obrigou a LC a uma análise geral da segunda edição do Código da ALA, relativamente às entradas de autoria coletiva. Para essa tarefa a pessoa encarregada foi Seymour Lubetzby.

De acordo com Barbosa (1978, p. 38), Lubetzby comprova:

[...] a fraqueza do código, principalmente na inconsistência, repetição e arbitrariedade de suas normas, decorrentes, em grande parte, da ausência de um plano e da organização sistemática das mesmas. O autor propõe uma revisão geral enfatizando, na introdução, que seu objetivo era fazer um código baseado mais em condições de autoria do que em tipo de trabalho, o que resultaria, conseqüentemente, num número menor de regras.

Após análises profundas, Lubetzby apresentou um relatório à Comissão de Revisão do Código de Catalogação que, avaliado pela LC, e por catalogadores experientes, resultou na obra *Cataloging rules and principles: a critique of ALA rules for entry and a proposed design for their revision* publicada em 1953⁸.

Na opinião de Barbosa (1978, p. 38) essa obra “talvez seja a mais importante contribuição do século XX no campo da Catalogação”. Foi indicada para servir de base para a revisão do futuro código, cujo editor principal da Comissão foi Lubetzky.

Devido à propagação cada vez maior de suas fichas impressas, bem como no desenvolvimento da catalogação cooperativa e na publicação regular de

⁷ ESTADOS UNIDOS. Library of Congress. Descriptive Cataloging Division. **Rules for descriptive cataloging in the Library of Congress**. Washington: L. C., 1949. 141 (*apud* BARBOSA, 1978, p.37).

⁸ LUBETZBY, Seymour. **Cataloging rules and principles: a critique of ALA rules for entry and a proposed design for their revision**. Washington: LC, 1953. 65 p. (*apud* BARBOSA, 1978, p. 38).

seus catálogos, a catalogação da LC passou a obter grande aceitação, por parte dos bibliotecários americanos e estrangeiros.

Enquanto o Código da ALA traçava sua trajetória (1908-1949) seguida pelas contribuições de Lubetzby, ora apresentadas, um outro Código era redigido especialmente para atender a reorganização da Biblioteca Apostólica Vaticana, no ano de 1931, cujo nome é *Norme per il catalogo degli stampati*⁹ (Normas para o catálogo de impressos).

Este código foi idealizado por um grupo composto por bibliotecários americanos, tendo como principal responsável um norueguês de formação americana chamado Johnneisson, e foi totalmente baseado no Código da ALA de 1908. Foi traduzido para várias línguas, inclusive a portuguesa e a espanhola, e foi amplamente aceito na América Latina, tendo sido considerado, sob vários aspectos, superior à segunda edição do Código da ALA. Aquando da sua terceira edição, em 1949, o Código da Vaticana, como ficou mundialmente conhecido, Beshop (apud BARBOSA, 1978, p. 40) comenta que ele talvez tenha sido “o melhor código de natureza enumerativa existente, e o único capaz de reconciliar as práticas europeia e americana de catalogação”.

O Código da Vaticana é dividido em quatro partes e inclui, além de regras para entradas e catalogação descritiva, outras com relação à redação de cabeçalhos de assunto e arquivamento de fichas, o que não era contemplado em outros códigos.

Verifica-se que grandes empreendimentos no campo da catalogação foram levados a efeito desde as primeiras décadas do século XX, tais como a já mencionada distribuição de fichas impressas pela LC e a catalogação cooperativa iniciada nos Estados Unidos em 1932, quando a Comissão de Catalogação Cooperativa da ALA foi instalada na Biblioteca do Congresso, em 1934, e criado o Serviço de Catalogação Cooperativa e Classificação que passou a integrar as Divisões da referida biblioteca.

A partir daí, concretizou-se o sonho de Charles C. Jewett, pioneiro da Catalogação Cooperativa nos Estados Unidos e que, em 1851, justificava o seu projeto apresentado à Smithsonian Institution dizendo, inicialmente, que “tudo que facilita a pesquisa contribui para o progresso da ciência”. Dizia, também, Jewett, que

⁹ VATICANO. **Biblioteca Vaticana**: Norme per il catalogo degli stampati. Vaticano : Biblioteca Vaticana, 1931. 42 p. (apud BARBOSA, 1978, p. 39).

um livro deveria ser catalogado uma única vez, a fim de que o “despendido por uma biblioteca na catalogação de uma obra não tornasse a onerar não só essa mesma biblioteca, como também a qualquer outra”.

Vários países da Europa, nomeadamente a Alemanha e a Dinamarca, foram os primeiros a iniciar a catalogação cooperativa. No Brasil, surgiu em 1942, com a instituição do Serviço de Intercâmbio de Catalogação – SIC, fruto da colaboração entre o Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, a Fundação Getúlio Vargas – FGV e a Imprensa Nacional. O SIC foi uma unidade do Serviço Nacional de Informação Científica e Tecnológica – SNICT, que infelizmente não prosperou (foi extinto) e o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação – IBBD, atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, acabou por assumir algumas de suas funções.

A catalogação cooperativa, a centralizada e os catálogos coletivos visavam a atender, inicialmente, às necessidades de informação de um país ou região. Entretanto, quando os meios de comunicação começavam a apresentar recursos mais amplos e atualizados, graças ao aparecimento e rápida evolução de novas tecnologias, o intercâmbio bibliográfico se intensificou. Sentiu-se então, a necessidade de uniformização dos catálogos e outras listas bibliográficas, em nível internacional.

Diante dessa situação, a Federação Internacional de Associações de Bibliotecários – FIAB, atual Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias – IFLA, decidiu organizar uma conferência internacional que proporcionasse aos bibliotecários de todos os países vasto intercâmbio de experiências, visando ao estabelecimento de princípios internacionalmente aceitos quanto às entradas de autores individuais e coletivos nos catálogos alfabéticos e listas semelhantes. Assim, foi promovida uma reunião preliminar, preparatória, em Londres, em Julho de 1959, com a participação de bibliotecários de alguns países especialmente convidados. Dois anos depois, de 9 a 18 de outubro de 1961, teve lugar no edifício da UNESCO, em Paris, o maior evento catalográfico do século XX, a memorável Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação – ICCP, a qual ficou conhecida como Conferência de Paris, cuja principal motivação para sua realização foram as críticas que Lubetsky fez à segunda edição do Código da ALA.

A Declaração de Princípios da Catalogação, habitualmente conhecida por Princípios de Paris, apresentou um resumo das regras desenvolvidas na ICCP.

Esses Princípios marcaram época por se tratarem do primeiro acontecimento no sentido da normalização internacional, e orientam a catalogação até hoje – embora estejam sendo revistos e ampliados – como se verá mais à frente – sendo usados, sempre que possível, como base para códigos de diferentes nacionalidades.

A ICCP ou Conferência de Paris foi concebida como um encontro técnico, dirigido aos catalogadores e aos responsáveis pelos departamentos de catalogação em bibliotecas nacionais e grandes bibliotecas de investigação. Reuniu representantes de 53 países e de 12 organizações internacionais, todos com filosofias e códigos diferentes, porém dispostos a um acordo. Era o momento de se estabelecer a uniformidade dos métodos de catalogação.

As decisões mais importantes desta conferência foram sobre cabeçalhos para nomes pessoais e títulos uniformes. Foi determinado que “o nome da pessoa responsável pela obra, ou assunto da obra, teria o cabeçalho de acordo com o uso da língua ou país desta pessoa [...] quanto aos títulos uniformes dever-se-ia utilizar o título original ou o título pelo qual a obra é mais conhecida” (MEY, 1995, p. 27).

Também foram discutidas, nesta conferência, as questões dos cabeçalhos para nomes de entidades coletivas e o impacto das tecnologias na catalogação, uma vez que foi nesta década que os computadores começavam a ser introduzidos nas bibliotecas.

Vários códigos foram modificados integrando e acatando as recomendações da Conferência de Paris. Em 1967, as Instruções Prussianas foram substituídas pela *Regeln fur die alphabetische Katalogisierung* – RAK (Regras para catalogação alfabética) cujas regras são regidas por princípios modernos, adaptadas ao uso do computador e a acordos internacionais.

Ainda neste ano de 1967, surge a primeira edição das *Anglo American Cataloging Rules* – AACR1 (Regras de catalogação angloamericanas). Este novo código angloamericano foi publicado com o título *Anglo-American cataloguing rules: North American text*, publicado em Chicago pela ALA¹⁰ e *Anglo-American cataloguing rules: British text*, publicado em Londres pela Library Association¹¹. São publicações diferentes porque existe alguma disparidade entre ambas:

¹⁰ ANGLO-American cataloging rules, prepared by the American Library Association... [et al.], North American text [General Editor C. Summer Spalding], Chicago: ALA, 1967.

¹¹ Idem. British text, London : Library Association, 1967.

[...] a edição inglesa manteve-se mais fiel aos princípios da Conferência de Paris. A edição americana fugiu aos princípios da Conferência, por motivos políticos e financeiros da Library of Congress, editando duas regras, a 98 e 99, não existentes no original (CRUZ, 1994, p. 94).

Em que se pese a publicação de dois textos distintos, as AACR1 podem ser consideradas um código internacional de catalogação, posto que foi fundamentado e preparado por quatro entidades pertencentes a três países: *American Library Association* e *Library of Congress* (Estados Unidos), *Library Association* (Grã Bretanha) e *Canadian Library Association* (Canadá), sempre considerando as discussões da Declaração de Princípios da Conferência de Paris. Dirigido inicialmente por Seymour Lubetzky e depois por C. Summer Spalding, o novo código foi elaborado pensando nas grandes bibliotecas de pesquisa, porém também levando-se em consideração as necessidades das demais bibliotecas. Além de conter as normas de catalogação para cabeçalhos e descrição para livros, compreendia também normas para catalogação de manuscritos, mapas e atlas, filmes, música, discos e lâminas.

Este código passou a ser um importante instrumento de trabalho para o bibliotecário, cuja 2ª. edição viria a ser publicada somente em 1978, representando o compromisso entre as novas ideias de catalogação e o que foi constatado como problemas reais em grandes bibliotecas que dispunham de catálogos extensos (BARBOSA, 1978, p. 46).

Seu objetivo principal foi fornecer regras para catalogação de livros e material não livro, visando à sua representação e integração em catálogos e outras listas, uma vez que o campo de aplicação de suas regras refere-se a todos os tipos de material bibliográfico e audiovisual.

Dias (1967, p. 5), opinando sobre o novo código de catalogação diz:

[...] se constitui na mais completa compilação de regras de catalogação de que poderiam dispor os bibliotecários americanos. Como inovação relevante observa-se, nessa edição, a inclusão de regras para a totalidade do material que as bibliotecas modernas têm que catalogar: filmes, microfilmes, música, discos, estampas etc. Inclui também regras não registradas nas edições anteriores.

Foram diversas as razões que motivaram a revisão das *Anglo American Cataloguing Rules*, edição de 1967, que ficou conhecida por AACR2:

discordâncias, no texto, entre Estados Unidos e Inglaterra, principalmente quanto à determinação de entradas de entidades coletivas, insatisfação, em relação às regras para a descrição do material não livro; necessidade de um espaço para o International Standard Book Number ISBN e International Standard Serial Number – ISSN e o desenvolvimento da catalogação automatizada (CRUZ, 1994, p. 95).

Esta edição das AACR passou a ser vista como o código padrão de catalogação, que, segundo Mey (1995, p. 28), “passou a ser adotado em quase todas as escolas de biblioteconomia brasileiras, praticamente extinguindo a diversidade de códigos no ensino”. Assim, o novo código de catalogação se transforma num indispensável instrumento de trabalho para o bibliotecário fazendo com que as regras para a catalogação descritiva sejam absorvidas para além da LC, sistematizando a catalogação.

Embora aceitas e amplamente adotadas, as AACR2 também foram alvo de muitas críticas, a partir do seu lançamento. Inúmeros pontos fracos das regras foram apontados voltados principalmente à competência do código quanto à automação dos sistemas, pois se não houvesse logo uma padronização das técnicas de catalogar, com acordos nacionais e internacionais, essas diferenças viriam a prejudicar o intercâmbio de dados e principalmente a cooperação entre as bibliotecas.

Na tentativa de sanar esses problemas, em 1969, com o apoio do *Council on Library Resources* dos Estados Unidos, foi realizada em Copenhague a Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação – RIEC, onde começou a delinear-se o embrião da Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada – ISBD, cujo início data de 1966, por ocasião da análise de Catalogação Cooperativa da LC. Contou, essa reunião, com a participação de 38 catalogadores especialistas em bibliografias nacionais, procedentes de 32 países. Essa reunião ocasionou importantes mudanças nos códigos e nas práticas de catalogação.

Segundo Barbosa (1978, p. 53), os motivos mais consistentes para a realização dessa reunião foram:

- a) os Princípios adotados na Conferência de Paris já vinham servindo de base e influenciando não só a criação mas também a revisão de inúmeros outros códigos nacionais de catalogação. No entanto, estavam sendo mal interpretados e até julgados inconsistentes, devido aos enunciados muito gerais de algumas partes, e ao número excessivo de regras alternativas, principalmente nas seções relativas

aos diversos tipos de publicações reunidas sob o cabeçalho “autoria coletiva”;

b) o projeto iniciado em 1966 pela comissão de regras uniformes de catalogação, para o estabelecimento de normas internacionais para a parte descritiva de informações bibliográficas, baseado num estudo comparativo de várias bibliografias nacionais, feito por Michael Gorman;

c) o exame de dois outros programas considerados de grande importância, por começarem a influenciar radicalmente o panorama da catalogação sob o ponto de vista internacional: a catalogação compartilhada (“shared cataloging”), da LC, com a finalidade de acelerar a aquisição e a catalogação de livros, e a aplicação do computador em bibliotecas que resultou na criação, pela FIAB, de uma Comissão de mecanização.

Na verdade, a que se refere a citação acima, a base para as discussões desta reunião de Copenhague foi o documento de trabalho n. 2, *Bibliographical data in national bibliography entries* apresentado por Michael Gorman, da British National Bibliography, após estudar e comparar as práticas catalográficas adotadas em oito bibliografias nacionais correntes¹², apresentou os resultados, num documento chamado *International Standard Bibliographic Description – ISBD* (Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada) que além de sistematizar a ordem das informações a serem especificadas em uma descrição bibliográfica, definia a pontuação que separava os elementos padronizando, portanto, as informações descritivas. As ISBDs serão detalhadamente tratadas na seção 2.2.1.1 desta tese.

Os Princípios de Paris, bem como a ISBD foram, sem dúvida, acontecimentos marcantes no âmbito da catalogação, já perduram por mais de 40 anos, continuam a constituir as bases da catalogação até os dias de hoje e têm sido usados por agências bibliográficas, códigos de catalogação nacionais e internacionais, e por catalogadores numa grande variedade de bibliotecas em todo o mundo, principalmente devido ao seu potencial para promover o compartilhamento de informações e de registros bibliográficos.

¹² As bibliografias examinadas foram as seguintes:

British National Bibliography (Londres)

Bibliographie de la France (Paris)

Deutsche Bibliographie (Frankfort del Main)

Svensk Bokförläggning (Estocolmo)

Bibliografija Jugoslavije (Belgrado)

National Union Catalog (Washington)

Magyar Könyvészet (Budapest)

Boletín Bibliográfico Nacional (Buenos Aires)

1.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ARQUIVOLOGIA, DA INVENTARIAÇÃO E DA CATALOGAÇÃO NOS ARQUIVOS

Sabemos que é por meio de testemunhos, textos escritos, objetos e outros legados, que as atividades humanas são conhecidas e foi devido a necessidade do homem registrar e transmitir seus atos e feitos que surgiu a escrita.

Credita-se aos sumérios a invenção da mais antiga língua humana escrita conhecida: a escrita cuneiforme que foi utilizada por toda a Mesopotâmia e povos vizinhos.

A escrita cuneiforme começou como um sistema pictográfico, no qual o objeto representado expressava uma ideia. Um barco marcado por determinados sinais, por exemplo, poderia significar que ele estava carregado ou vazio. Com o tempo, os cuneiformes passaram a ser escritos em tabuinhas de argila, nas quais os símbolos sumérios eram desenhados com um caniço afiado chamado estilete. As impressões deixadas pelo estilete tinham forma de cunha, razão pela qual sua escrita terminou sendo chamada de *cuneiforme*. (ver nota de rodapé, nº.1)

Os tipos de textos sumérios conhecidos incluem cartas pessoais e de negócios e/ou transações comerciais, receitas, vocabulários, leis, hinos e rezas, encantamentos de magia e textos científicos incluindo matemática, astronomia e medicina. Inscrições monumentais e textos sobre diversos objetos, como estátuas ou tijolos, também são bastante comuns. Muitos textos sobrevivem em múltiplas cópias pelo fato de terem sido transcritos repetidamente por escribas "estagiários". A escola de Edubba (termo sumério que significa "Casa de Tabuinhas"), por exemplo, era um dos centros de aprendizagem, onde arquivos e escritos literários eram guardados (ou seja, grafados) em tabuinhas de argila. Edubba foi um dos primeiros centros acadêmicos e um dos primeiros receptáculos de sabedoria de que se tem conhecimento (HISTÓRIA..., 2007, *online*).

A necessidade de conservação para posterior utilização dos referidos registros é que podemos considerar como sendo os fatores que deram origem aos arquivos, embora nos tempos mais recuados não se possa fazer uma distinção rígida entre biblioteca e arquivo.

Ribeiro (2003, p. 25) afirma que:

A Arquivística como prática é tão velha como a própria escrita e a constituição de arquivos consubstancia-se na necessidade de preservar, ao longo dos tempos, a memória da actividade humana, através de registos sob as mais variadas formas e nos mais variados suportes.

Segundo Silva e outros (2002, p. 45), “a origem dos arquivos dá-se, pois, naturalmente, desde que a escrita começou a estar ao serviço da sociedade humana”. Corroborar com esse pensamento Kato (1987) quando também afirma que a escrita surgiu em decorrência durante o início das atividades de organização sistemática de documentos.

As antigas civilizações do Oriente Médio são consideradas o berço da escrita, inventada, portanto, por diversos povos; assim, torna-se difícil fixar um ponto único para o surgimento da ideia de reunir e organizar os suportes escritos, com objetivos práticos (SILVA et al., 2002, p. 45).

Os palácios e os templos do vale do Nilo e da Mesopotâmia, desde o 4º. milênio a.C., já possuíam cidades e Estados organizados, palácios e templos já dispunham de acervos – de acesso restrito – onde conservavam diferentes textos e registros para as classes dirigentes, o que poderiam ser considerados verdadeiros arquivos (apesar de algumas vezes, por causa de seu conteúdo, desempenhar o papel de bibliotecas privadas). Tratava-se, segundo Silva e outros (2002, p. 46) de “missivas e assentos contabilísticos, como textos literários, sob a forma de oráculos, hinos religiosos ou relatos históricos”.

Esses testemunhos tinham uma importância muito grande, eram considerados verdadeiros tesouros e por isso ficavam protegidos em ambientes de acesso limitado. Além disso, havia também verdadeiros “scriptoria” (como as “redacções” dos mosteiros medievais), como a do “bairro dos escribas” de Nipur, arquivos centrais e, de administração corrente.

Silva e outros (2002, p. 48) consideram que os arquivos desta época não eram concebidos como simples depósitos de placas de argila, mas sim já constituíam:

Um complexo sistema de informação [...] havia uma estrutura organizacional, um critério selectivo de preservação e disponibilização de um serviço, determinado tanto pelo valor informativo das placas, como pela pertinência e rigor da sua integração sistémica.

Com relação aos aspectos orgânicos da estrutura arquivística, bem como a evidência de cuidados com a identidade e autenticidade dos próprios documentos, atribui-se a Ebla, importante cidade-estado localizada ao norte da Síria, onde foi encontrado o maior acervo de tabuinhas palacianas de escrita cuneiforme datadas por volta de 2.250 a.C. Referiam-se a questões econômicas; apresentavam uma boa visão da vida cotidiana dos habitantes, assim como muitas informações importantes a respeito da vida cultural, econômica e política, do norte da Síria por volta de meados do terceiro milênio a.C. Os textos são relatos dos rendimentos do estado, mas também incluem cartas reais, dicionários sumero-eblaítas, textos escolares, documentos diplomáticos, como tratados entre Ebla e outras cidades da região, todos obedecendo a um plano sistêmico, evidenciando, alguns princípios arquivísticos.

Embora não se tenha notícia de como era organizado, destaca-se o arquivo de Amarna (antiga capital do Egito), cujo acervo conservava importantes correspondências do séc. XIV a.C., enviadas à corte egípcia por soberanos estrangeiros. Destacam-se ainda os acervos do templo funerário do Rei Néferirkarê-Kakai (Templo de Abusir), onde existiam documentos com importantes informações sobre a vida econômica daqueles que o administravam, ou seja os sacerdotes, e do templo de Medinet Habu (localidade arqueológica situada na margem ocidental do Rio Nilo).

De outros povos do Médio Oriente, destaca-se o arquivo dos Hititas cujo acervo era composto por cerca de 10 mil tabuinhas e um repertório de documentos em placas de argila, encontrado em arquivos privados de Nuzu (Yorgan Tepe) na Assíria e datado de 1.500 a.C.

O arquivo hitita, acima mencionado, merece destaque, pois, segundo observam Silva e outros (2002, p. 56) “este povo indu-europeu manifesta algumas singularidades na organização urbana administrativa”. Os edifícios onde funcionavam os serviços relacionados à administração já tinham características diferentes dos palácios, nos quais se podiam encontrar edifícios construídos exclusivamente para abrigar e preservar a documentação do Estado.

Presume-se que outras civilizações orientais e mediterrânicas tenham possuído seus próprios arquivos, provavelmente formados por tabuinhas de madeira ou cera, placas de osso, etc. No início da era Cristã, os textos já eram produzidos em seda ou papel de fitas de madeira, pelos chineses.

A partir desses primeiros dados, fica evidente que “a prática administrativa impunha as suas regras, das quais a organicidade dos arquivos seria já um corolário incontestável” (SILVA et al., 2002, p. 58).

Referindo-se aos gregos, a literatura mostra que eles só mais tarde se preocuparam em dispor de serviços específicos encarregados de reunir e organizar documentos. É aproximadamente no ano 460 a.C. que se confere a Éfialtes¹³ a criação dos primeiros arquivos do Estado ateniense, que se limitam a abrigar a documentação do Senado, sendo que somente por volta de 350 a.C. os documentos oficiais foram reunidos num templo, em Cibeles, chamado Métrôn. A esse respeito Silva e outros (2002, p. 59) comentam “[...] a causa dessa escolha reforça-nos a ideia de que para eles o arquivo era como uma entidade respeitável, digna mesmo de protecção do santuário da Mãe dos deuses”.

Nesse local eram conservados as leis e os decretos governamentais, as atas das reuniões do Senado, os inventários, documentos judiciais e financeiros, as listas de efebos¹⁴. Registram-se ainda arquivos civis e religiosos em outras cidades gregas, como Delfos.

O sentido prático dos romanos e a importância que eles atribuíam à administração do Império conduziram a significativos progressos na questão da organização arquivística, por meio da prática.

A criação do primeiro arquivo da Roma antiga situava-se no templo de Saturno (Fórum) criado por um cônsul, chamado Valerius Publicola em 509 a. C. vindo a sofrer um incêndio em 83 a.C.

Roma possuía também arquivos municipais, onde ficavam as atas do conselho municipal, registros contábilísticos, duplicatas de documentos particulares e também arquivos onde era guardadas a documentação relativa ao comando do exército e da marinha de guerra.

Durante a Alta Idade Média – meados do século VIII a fins do século X – houve quase que uma perda total dos arquivos europeus devido as dificuldades institucionais decorrentes da instabilidade política e social e da fragilidade dos suportes documentais. Silva e outros (2002, p.72) afirmam que “as novas monarquias e os novos senhores da terra desenvolveram uma administração de tipo

¹³ Político grego que liderou com Péricles o movimento democrático em Atenas.

¹⁴ Moços entre 18 e 20 anos que, em muitos Estados da Grécia, especialmente em Atenas, recebiam treinamento militar e ginástico como preparação para a cidadania plena.

itinerante. Os seus *scriptoria* tornam-se ambulantes, do mesmo modo, os respectivos arquivos”.

Diante deste cenário, os reis e os patronos de alguns mosteiros e conventos se habituaram a copiar ou depositar os seus documentos nos principais cartórios eclesiásticos, tendo em vista que estes ofereciam maiores garantias de estabilidade (SILVA et al., 2002, p. 72).

Esse deslocamento constante dos cartórios e a prática de depósitos em acomodações alheias influenciou a organização arquivística durante a Idade Média. As arcas e os cofres passaram a ser a solução mais adotada para guardar os documentos, considerados importantes para a instituição. Pode-se perceber aqui, o conceito de arquivo como um valor que era preciso conservar e proteger.

Nesse sentido, Silva e outros (2002, p. 72) afirmam que:

[...] o uso de arcas em instituições de alguma complexidade administrativa conduziu a uma concepção peculiar de organização do próprio arquivo. A responsabilidade repartida da administração levou depois a que certas actividades ficassem distribuídas por funcionários especializados, até, por serviços independentes (chancelaria, desembargo, contadoria, etc.)

Na época seguinte, ou seja, na Baixa Idade Média, já se podia ver, com mais frequência, armários e gabinetes determinados a servir de arquivo.

O interesse pelas normas do direito romano impulsionou o homem medieval a “avançar em certos domínios da administração [...]”. Isso aumentou de forma considerável “o valor e função da escrita e, por consequência, os arquivos começam a recuperar importância, a estabilidade e a difusão que, de algum modo, já haviam tido na Antiguidade” (SILVA et al., 2002, p. 74).

Esse período reveste-se de grande importância para o ressurgimento da arquivística em toda a Europa, pois além dos instrumentos de confirmação de títulos ou contratos, surgem novas tipologias documentais nos arquivos provenientes das administrações, que passaram a conservar atas, minutas de correspondências, recibos, assentos contabilísticos e outros. Também destaca-se o princípio de territorialidade¹⁵ que começa a surgir nessa época, devido a importância crescente dos arquivos (SILVA et al., 2002, p. 77).

¹⁵ O princípio da territorialidade é aquele segundo o qual os tribunais de um país devem aplicar sempre, sejam quais forem as circunstâncias do caso «sub judice», as leis vigentes nesse país.

Concomitantemente, ocorre também a descentralização dos arquivos, com o consequente surgimento dos cartórios concelhios e das novas tipologias documentais, tais como os inventários, documentos financeiros, historiográficos e outros. Foi durante o século XIV que aconteceu o primeiro movimento de nomeação de arquivistas oficiais nas Cortes da Europa.

Segundo Reis (2006, *online*)

Este movimento, leva a que os arquivos sejam encarados de uma forma diferente, contribuindo para que a partir do século XV surjam grandes cronistas oficiais, juntamente com o aparecimento dos primeiros cultores da crítica filológica e textual.

No período pós-medieval, o sistema arquivístico tomou um rumo diferente devido às fortes agitações políticas, ao aparecimento de poderes absolutistas e imperiais e a saturação dos depósitos.

As grandes concentrações de arquivos com a fusão de diferentes acervos acontecem no século XVI. O primeiro arquivo a reorganizar-se foi o Archivo de la Corona de Aragón, seguido pelo da república de Génova, com a criação de um grande arquivo público em 1466, a Áustria, o reino de Nápoles, a Espanha, as repúblicas de Florença e Parma, a Inglaterra, etc. Segundo Silva e outros (2002, p. 80) todos os estados “irão constituir no século XVI os seus próprios arquivos estaduais, concentrando documentação de diversa proveniência: cortes, secretarias de Estado, administrações regionais, protocolos notariais, etc”.

Em Portugal, as decisões foram no sentido de integrar os livros de contas dos Almojarifados e Alfândegas, além da documentação das Casas do Reino e da Secretaria do Estado (SILVA et al., 2002, p. 80).

Com o advento do século XVI, surge um novo sistema administrativo, o Estado Moderno. Por sua natureza absolutista e centralizadora, contribuiu para a concentração dos arquivos, estabelecendo-se, assim, os primeiros Arquivos de Estado, que por sua vez trouxeram novas concepções de administração e reformas institucionais. A criação do Arquivo de Simancas em 1542, na Espanha, por ordem de Carlos V, visto como o Arquivo Moderno do Estado Espanhol, é um sinal bastante significativo do novo sistema administrativo, sendo considerado como o primeiro exemplo de um Arquivo de Estado, seguido pelo Arquivo Secreto do Vaticano em 1611, e ainda na Espanha o Arquivo das Índias, em 1788.

Importante frisar que, esta centralização dos documentos, naturalmente, provocou ajustamentos metodológicos, e consequentemente a elaboração de normas, regulando os preceitos de rotina do arquivista.

Segundo Jean Favier (*apud* SILVA et al., 2002, p. 92), vários monarcas reivindicaram o direito de propriedade sobre os acervos documentais reunidos por funcionários, em razão de suas funções. Assim, o arquivo transforma-se num elemento fundamental da administração e adquire uma função predominantemente jurídico-política.

Ruiz Rodríguez (*apud* REIS, 2006, *online*) defende que “nesta época, se encerra um período da História, em que os Arquivos tiveram um papel de serviço às instituições e governos que os fizeram nascer. [...] foram colaboradores dos Estados na administração dos respectivos territórios”.

A partir de 1789, com a Revolução Francesa acontece uma verdadeira mudança na história da Europa. Começa um modo de administração diferente, onde, segundo Couture e Rosseau (1998, p. 31) “o documento já não desempenha apenas o papel jurídico, mas constitui um instrumento cujo acesso é sinal do poder do povo”. Obviamente, isso iria refletir na noção e funcionalidade dos arquivos. Com o advento do Estado de Direito nasce um novo conceito, a Soberania Nacional que traz em seu bojo os princípios de responsabilidade, de garantia, eficácia e justiça da atuação da administração perante os cidadãos e o Arquivo passa então a ser considerado como garantia dos direitos dos cidadãos, e jurisprudência da atuação do Estado.

Desta maneira, o Estado reconhece sua responsabilidade de preservar o patrimônio documental do passado, bem como, os documentos que ele próprio produziu, assim como proclama o direito público de acesso aos arquivos (JARDIM; FONSECA, 1992, p. 32).

Considerado como um dos grandes marcos, para a história dos arquivos, a criação, em 1789 dos Archives *Nationales* de França, e com eles a célebre Lei de 7 Messidor, ano II da Revolução Francesa (decreto de 25 de junho de 1794), que proclama que os Arquivos estabelecidos junto da representação nacional eram um depósito central para toda a República. Com essa Lei surge um conceito moderno e liberal de arquivo, segundo o qual o Arquivo Central do Estado deixou de ser um privilégio dos órgãos de poder e passou a ser entendido como Arquivo da Nação aberto ao cidadão comum. “O uso, no entanto, prosseguia sendo o jurídico-administrativo, isto é, os documentos servindo somente como instrumentos de

informação administrativa e como arsenal de testemunhos das relações Estado-cidadão” (BELLOTTO, 2004, p. 4).

No século XIX, a política de concentração dos Arquivos permanece por toda a Europa. O início deste século, perante o desenvolvimento do Positivismo, que preconizava a verificação documental ao serviço da análise histórica, contribui para que os arquivos adquirissem uma posição instrumental relativamente à Paleografia e à Diplomática, disciplinas em ascensão desde os finais do século XVIII.

Já na segunda metade deste mesmo século e agora sob a proteção do Historicismo os arquivos vão-se transformar em verdadeiros laboratórios do saber histórico (REIS, 2006, *online*).

Na Época Contemporânea os arquivos adquirem uma via de mão dupla, pois se por um lado são garantia dos direitos dos cidadãos, por outro conservam e gerenciam a memória do passado da nação e por isso passam ser objeto da investigação histórica.

No século XX consolida-se o conceito e função de Arquivo, como

Conjunto de documentos, independentemente da data, da forma e do suporte material, produzidos ou recebidos por qualquer pessoa, física ou moral, ou por qualquer organismo público ou privado no exercício da sua actividade, conservados pelos seus criadores ou sucessores para as suas próprias necessidades ou transmitidos a instituições de Arquivos (REIS, 2006, *online*).

Na sequência da Revolução Francesa nasce a Arquivística, tentando afirmar-se às disciplinas Paleografia e Diplomática. Porém, o grande marco na evolução da Arquivística, foi com a publicação do *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archiven*, mais conhecido como Manual dos Arquivistas Holandeses¹⁶, da autoria de Muller, Feith e Fruin, em 1898, com o qual se abre uma nova era para a disciplina, e que representa a afirmação e libertação da Arquivologia, relativamente ao papel secundário em relação à História para o qual tinha sido remetida até então.

¹⁶ MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. **Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archieven**. Groningen : Erven B. van der Kamp., 1898. (Trad. brasileira de Manoel Adolpho Wanderley, sob o título: Manual de arranjo e descrição de arquivos. 2. ed. Rio de Janeiro : Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1973).

Segundo Silva e outros (2002, p.115) “esta obra representa um grande avanço na teorização arquivística, pelo pensamento que lhe é subjacente e pelo carácter sistemático da sua apresentação”.

Nesse manual já se contemplavam aspectos essenciais considerados importantes e que são discutidos até hoje, tais como o conceito de arquivo, o tratamento e a organização dos documentos, a descrição, o uso de normas, etc. O referido manual deixa de contemplar, entretanto, aspectos como triagem e eliminação, assim como a inclusão dos arquivos privados, uma vez que todo o estudo é concebido sob o ângulo dos arquivos da administração pública (SILVA et al., 2002, p.115).

Reis (2006, *online*) afirma que:

[...] muito antes, do nascimento formal da Arquivística como disciplina, já existia como prática de sistematização e conservação de fundos documentais, desde que o Homem criou os primeiros Arquivos, como depósitos dos testemunhos escritos e como base do seu direito.

Como vimos anteriormente, desde a Roma Antiga já havia uma metodologia de trabalho, a que atualmente denomina-se *princípio de proveniência*, pela qual os documentos produzidos por diferentes setores se conservavam em várias galerias do *Tabularium* e do Templo de Saturno, mantendo independentes cada um desses fundos, onde os documentos eram já ordenados cronologicamente, formando séries. Tratava-se, no entanto, de uma organização empírica, ou seja, uma orientação lógica, em que não se pensava num futuro interesse histórico dos documentos nem na prescrição de uma doutrina arquivística.

Somente a partir do século XVII, com a proliferação da literatura arquivística, cuja produção cresceu durante o século XVIII, iniciaram-se as discussões sobre os conceitos para a organização dos arquivos, ao mesmo tempo em que estes começam a ser consultados por investigadores e eruditos, colhendo subsídios para a preparação das primeiras obras de carácter mais teórico, fator que influenciaria a Arquivologia nos séculos seguintes.

Foi no século XX que a Arquivologia começou a se preocupar efetivamente com questões como a descrição, e a consequente elaboração de instrumentos de recuperação que permitissem ao historiador encontrar mais facilmente a informação para suas investigações, embora, desde, pelo menos, a

Idade Média, os inventários e os registros comecem a surgir para controle físico das espécies documentais.

Assuntos como esses foram temas de discussão em alguns eventos como congressos, mesas redondas, e criação de algumas instituições, como é o caso da American Historical Association, nos Estados Unidos, o encontro da Public Archives Commission, o Congresso Internacional de Arquivistas e Bibliotecários (Bruxelas, 1910); e foram objeto de publicações como o *Manual of Archive Administration*, de Hilary Jenkinson, em 1922, o manual *Archivística*, em 1928, de Eugenio Casanova, as Conferências Internacionais da *Table Ronde des Archives*, a Revista *Archivum*, em 1951 e do *Elsevier's Lexicon of Archive Terminology*, em 1964, este último trazendo uma acentuada vertente técnica.

Alguns fatos podem ser apontados como sinais de preocupação integradora, tanto em nível de ações conjuntas, quanto das questões de normalização. Um deles foi em 1931, no âmbito do Comitê Consultivo Permanente de Arquivistas, da Sociedade das Nações, quando surgiu uma proposta de unificação da terminologia arquivística internacional e da publicação de um léxico, tema retomado durante o 2º. Congresso Internacional de Arquivos, em Haia, no ano de 1953.

Em Portugal, a ênfase dada às questões técnicas envolvendo a catalogação tiveram seu início, pelo Decreto n.º 4.312, de 8 de Maio de 1918¹⁷, quando nas disposições do art. 10.º está claro que “Em todas as bibliotecas e arquivos dependentes do Ministério da Instrução Pública será uniforme o sistema de catalogação” (*apud* RIBEIRO, 2003, p. 483).

Porém, considerada pioneira, foi a promulgação das *Normas para o serviço de catalogação*, publicadas em junho de 1927, que subdividiam-se em quatro partes: I (Impressos); II (Manuscritos e Documentos); III (Atlas e cartas geográficas) e V (Estampas). Traziam regras e incluíam exemplos práticos. Fato é que a essência dessas normas eram de natureza biblioteconômica, e eram aplicadas sem levar em conta qualquer princípio arquivístico, isto é, descontextualizado da sua produção e origem.

Apesar das *Normas para o serviço de catalogação* terem trazido em seu bojo algumas ideias inovadoras e propostas para resolver os problemas de

¹⁷ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. Decreto n.º 4.312. **Diário do Governo**. 1.ª série. Lisboa. 117 (29 Maio 1918) (*apud* RIBEIRO, 2003).

catalogação de bibliotecas e arquivos, esse fato não aconteceu devido a suspensão do decreto que as criou, logo após ter sido promulgado, tendo então sido nomeada uma comissão para “elaborar novo projecto de organização dos serviços bibliotecários e arquivísticos” (DANTAS, 1932 *apud* RIBEIRO, 2003, p. 488).

Entretanto, somente por iniciativa da Inspeção das Bibliotecas e Arquivos, é que foi promulgado um novo decreto, o de n.º 21.682 de 23 de Setembro de 1932¹⁸ segundo o qual “a inspecção e a direcção superior dos serviços de inventário dos arquivos e bibliotecas do Estado e das corporações administrativas cabem à Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos, que as exerce por uma comissão especial de catalogação”. Eram competências dessa comissão:

Elaborar os princípios, as normas, as regras e instruções a seguir no inventário e na catalogação de impressos, manuscritos, estampas, cartas geográficas, moedas, medalhas e outras espécies que constituem os recheios das bibliotecas e arquivos, a fim de serem sancionados por decreto e cumpridos oficialmente (*apud* RIBEIRO, 2003, p. 493).

Em seguida a este decreto, surgiram as *Instruções provisórias para a elaboração de roteiros ou índices topográficos dos arquivos ou secções de manuscritos das bibliotecas*, elaboradas, por António Ferrão, em 1933, e que segundo afirma Fernanda Ribeiro (2003, p. 493),

Constitui o único exemplo de normalização arquivística nesta área até 1989, ano em que o Instituto Português de Arquivos divulgou as primeiras versões da ARQBASE, concebida como instrumento normalizador da descrição em arquivos históricos, que, apesar de tudo não tinha força legal para se impor normativamente, ao contrário das ‘instruções’ de 1933.

António Ferrão foi nomeado em 1946 Inspetor Superior das Bibliotecas e Arquivos e sempre se preocupou com as questões de catalogação. Neste sentido, publica nos *Anais das Bibliotecas e Arquivos* (1946), um texto cujo título era *Estabelecimento de regras e normas para a elaboração de catálogos, roteiros e índices das bibliotecas e arquivos*.

Fernanda Ribeiro, em sua obra *O acesso à informação nos arquivos* (2003, p. 573), destaca alguns trechos que demonstram essa preocupação:

¹⁸ Portugal.Leis, decretos, etc. Decreto n.º 21.682. **Diário do Governo**. 1.ª série. Lisboa. 224 (23 Set. 1932) (*apud* RIBEIRO, 2003).

A catalogação é, pois, um assunto eminentemente técnico e característico dos trabalhos de repertoriação das espécies das bibliotecas e dos arquivos. A importância de tais estudos e serviços é máxima, tornando-se natural que assim seja, pois é da perfeição e completamento dos catálogos, roteiros e índices que depende a eficiência e a boa utilização dos recheios dos arquivos e das bibliotecas. Em resumo: Uma biblioteca e um arquivo valem o que valerem os seus catálogos e índices.

Apesar de esforços como esses, arquivos e bibliotecas de Portugal, permaneceram por um longo período sem normas que promovessem a uniformidade na organização dos seus catálogos. Assim, António Ferrão propõe medidas que de fato poderiam melhorar a situação. Dentre essas medidas, constitui uma comissão destinada a elaborar “as regras e normas a seguir nos trabalhos de repertoriação e catalogação de manuscritos e impressos” dos arquivos e bibliotecas e também as “instruções necessárias à elaboração de tais roteiros e catálogos” (RIBEIRO, 2003, p. 574).

A necessidade de consensos quanto aos conceitos e aos métodos de trabalho, em nível internacional, bem como de uma coordenação, neste mesmo nível, foram motivos suficientes para a criação, no âmbito da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – UNESCO, em 1950, do Conselho Internacional de Arquivos – CIA. Desde sua fundação, este organismo teve um papel fundamental para a aproximação dos arquivistas de todo o mundo, especialmente por meio da organização de eventos internacionais, de reuniões técnicas abordando temas específicos, e publicações de revistas da área.

Os aspectos técnicos são extremamente valorizados com a reforma de 1965 ocorrida em Portugal, por meio do Decreto-Lei nº 46.350, de 22 de Maio, que criou ou remodelou as Bibliotecas Públicas e Arquivos Distritais de Bragança, Leiria e Vila Real e os Arquivos Distritais de Aveiro, Beja, Castelo Branco, Faro, Guarda, Santarém, Setúbal e Viana do Castelo e que introduziu várias disposições a respeito das bibliotecas e arquivos. Uma das mudanças mais significativas desse Decreto-Lei foi que a subordinação orgânica dos serviços de bibliotecas e arquivos passou a ser dependente direto da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, e não mais da Inspeção das Bibliotecas e Arquivos. Dentre as funções atribuídas à Direcção Geral”, destaca-se “inspecção técnica de todas as bibliotecas e arquivos”. Os trabalhos relativos a inventariação e catalogação eram considerados como prioritários.

Grande influência tiveram, também, os profissionais de Arquivo, fazendo surgir as primeiras Associações, como a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas – BAD, logo em 1973.

Observa-se, pelo exposto, que algumas tentativas de normalização e elaboração de catálogos, também foram feitas, porém, não foram consequentes.

O fenômeno conhecido como “explosão documental” associado à evolução tecnológica, a partir de fins dos anos 40, trouxe mudanças significativas em vários aspectos. Nesse sentido Silva et al. (2002, p.133) comentam:

Os meios automáticos, que começaram a ser associados ao tratamento da informação, vieram revolucionar os processos até aí usados e fizeram surgir novas abordagens dos documentos, sobretudo dirigidas aos conteúdos informativos, já que a informação ganhou um estatuto de “recurso” indissociável da investigação e do desenvolvimento.

A gestão de informação, com o advento das novas tecnologias, contribuiu para que a Arquivologia adotasse novas técnicas de trabalho, fazendo com que se aproximasse do campo da Ciência da Informação, criando princípios universais aplicáveis a todos os arquivos do mundo, por meio da normalização dos seus princípios orgânico-descritivos, de vocabulário internacional e homologação dos conteúdos da formação arquivista.

As preocupações com a questão da normalização nos arquivos tiveram início nos anos 80 no Canadá, e devido a elas começaram a surgir alguns trabalhos sobre o assunto, indicando para a necessidade de se comporem normas de descrição arquivística, como foi a publicação das *Rules for Archival Description*, em 1990.

Em 1982, Antonia Heredia publica o seu *Manual de instrumentos de descripción documental* e em 1983 surge a primeira versão das regras de descrição para arquivos e manuscritos de Steven Hensen cujo título era *Archives, personal papers and manuscripts: a cataloguing manual for archival repositories, historical societies and manuscripts*.

Carmen Pescador del Hoyo publica em 1984 a obra intitulada *El Archivo: instrumentos de trabajo*. Cinco anos depois, em 1989, surge a segunda edição da obra de Hensen. Suas regras passaram a ser aplicadas, de forma corrente, nos arquivos americanos.

Na Universidade de Liverpool, Grã-Bretanha, nasce um projeto dentro de uma outra perspectiva, que segundo Silva et al. (2002, p.188) “mais de acordo com a especificidade e a natureza da informação arquivística”. Trata-se do *Manual of archival description* -MAD, sob a orientação de Michael Cook.

Em 1986, surge uma publicação denominada *Les normes de description en Archivistique: une nécessité*, fruto do trabalho de um grupo canadiano e, no ano seguinte, um outro sob a denominação de *L'Élaboration de normes de description: appel à l'action*.

As regras americanas de Steven Hensen, o MAD de Michael Cook e as regras canadanas, acabaram por servir de base de trabalho para a Comissão *Ad Hoc* sobre Descrição Arquivística, sob a égide do CIA, em 1990. Essa Comissão foi encarregada de elaborar uma norma internacional de descrição arquivística, que veio a denominar-se *General international standard archival description* – ISAD(G) a qual foi aprovada no XII Congresso Internacional de Arquivos em Montreal, em 1992, e veio a público em 1994. Esta e outras normas de descrição arquivística serão pormenorizadamente abordadas no Capítulo 2 desta tese.

1.3 A BIBLIOTECONOMIA E A ARQUIVOLOGIA: PONTOS DE ENCONTRO EM CAMINHOS DIFERENTES

Antigamente, as instituições que tinham a responsabilidade de guardar e preservar os documentos produzidos pela humanidade, acabavam por confundir-se em seus objetivos, uma vez que arquivos e bibliotecas armazenavam materiais considerados importantes.

Albuquerque (2006, p. 32) afirma que:

Até o início do século XIX os arquivistas reagrupavam e misturavam documentos de acordo com concepções práticas ou intelectuais, fazendo dessa maneira uma classificação de arquivos de forma ideológica, que tratava o documento arquivístico pelo seu valor intrínseco, deixando-o independente de seu contexto e da relação com o ambiente (instituição, família, Estado) que o produziu.

Pelo que foi exposto nas seções 1.1 e 1.2 deste capítulo, quando abordamos a evolução histórica dos arquivos e das bibliotecas, podemos inferir que esses dois tipos de organismos mostraram as primeiras manifestações de

organização de documentos, segundo seus conteúdos, na Antiguidade, podendo ser considerado, portanto, esse período da história, como o marco inicial para ambas.

Arquivos e bibliotecas conservavam tanto documentos de natureza arquivística quanto materiais bibliográficos, porém, foram se distanciando no decorrer dos tempos. A diferenciação ocorreu a partir da invenção da imprensa que trouxe a duplicação mecânica de textos e consequentemente, os documentos foram adquirindo novos formatos em papel e estabelecendo-se a função da informação contida nesses novos suportes.

Se retomarmos o exemplo da primitiva Biblioteca (e/ou Arquivo) de Ebla, na Síria, veremos que Silva e outros (2002, p. 49) lançam sobre ela opiniões sob a ótica da arquivística quando afirmam que ela é “a descoberta mais notável, do ponto de vista organizativo, assim como um dos maiores achados de tabuinhas em escrita cuneiforme e ainda, aquele que melhor evidenciou a existência de uma estrutura orgânica da documentação”.

Quanto ao acervo, relatam que “constam documentos de correspondência, tratados diplomáticos, assentos contabilísticos, listas de oferendas, algumas obras literárias e, ainda, instrumentos de referência, como dicionários e listas geográficas” e acrescentam que “havia uma criteriosa selecção e que a ordenação das tabuinhas obedecia a um plano sistemático, de acordo com a diversidade funcional dos documentos. Havia, pois, uma estrutura que evidencia já princípios arquivísticos muito concretos” (SILVA et al., 2002, p. 50).

Já Ortega (2004, *online*) refere-se a Biblioteca de Ebla com um olhar, digamos, biblioteconômico, quando descreve que sua coleção era composta de:

[...] textos administrativos, literários e científicos, registrados em 15 mil tábuas de argila, as quais foram dispostas criteriosamente em estantes, segundo o tema abordado, além de 15 tábuas pequenas com resumos do conteúdo dos documentos [...] e a organização nela encontrada vem sendo considerada a origem dos princípios da Biblioteconomia.

Retomando a evolução histórica dos arquivos, constata-se que desde o 4.º milênio a.C. formaram-se cidades e Estados organizados, onde a escrita e consequentemente o conhecimento registrado, materializado nos suportes da época, já desempenhavam um papel essencial. Os templos e os palácios passam a dispor de locais onde se conservam textos e registros de caráter diversificados, para servir

às classes dirigentes. Para Silva et al. (2002, p. 46), esses locais eram considerados “verdadeiros arquivos, embora pelo seu conteúdo possam algumas vezes acumular a função de bibliotecas privadas”.

Somente na transição do Mundo Antigo para Idade Média é que o termo arquivo se torna amplamente conhecido, entretanto, ainda persiste uma certa confusão entre biblioteca e arquivo. Isso se deve ao fato de que alguns textos escritos eram raros e se revestiam de importância tal que, inicialmente, eram armazenados num mesmo local, independentemente da sua origem ou função, o que foi adotado também por pequenas organizações. Entretanto, essa situação se evidenciou no período helenístico, com o surgimento de grandes bibliotecas públicas, que por sua natureza enciclopédica, recebiam também arquivos de diversas procedências.

Silva e outros (2002, p. 71) defendem que:

[...] a realidade arquivística é anterior à “invenção” das bibliotecas, mas a confusão originada levou a que na época de Augusto, aos próprios arquivos públicos se chegasse a aplicar a designação de *dêmosia bibliothechê*. Numa mesma organização era freqüente a convivência de serviços distintos, como o *scrinium*, o arquivo e a biblioteca.

Constata-se, portanto, que a Biblioteconomia e a Arquivologia, na sua origem, estão estritamente próximas. Suas trajetórias mostram que, até a Idade Média, bibliotecas e arquivos eram praticamente a mesma entidade, uma vez que os relatos comprovam que organizavam, preservavam e armazenavam diversos tipos de documentos. Esse quadro não sofreu nenhuma alteração até ao fim da Idade Média, época em que devido à produção dos livros tipográficos, ocasionou às bibliotecas maior relevância social e conseqüentemente a existir separadamente.

Com o Iluminismo, durante o século XVIII, os arquivos passam a ser fontes para pesquisas históricas e acadêmicas, e os pesquisadores, que desconheciam a prática administrativa, defendiam a ideia de que os arquivos deveriam ser organizados por meio de uma classificação por matéria.

Neste século, os arquivos públicos eram entendidos sob o prisma da Administração, porém, a já mencionada Lei de 7 Messidor (após a Revolução Francesa) prescrevia que todos os manuscritos confiscados que pertencessem à história, às ciências e às artes ou que pudessem servir à instrução, deveriam ser

depositados na Biblioteca Nacional e nas bibliotecas de cada distrito. Desta forma, inicia-se a distinção entre dois tipos de acervo: aquele que servia a administração e aquele que, ao contrário, somente conservava interesse histórico-cultural.

O agravante é que quando o legislador prescrevia a transferência dos documentos escolhidos para as bibliotecas do Estado, não eram definidos critérios específicos de triagem, e muito menos eram levados em consideração os princípios de conservação orgânica dos documentos incorporados.

Volta à tona, então, a discussão do que é considerado documento de arquivo e o que é considerado documento de biblioteca.

Nos anos 40 alguns autores afirmam suas posições. Destaque para Schellenberg, autor adepto da ideia de que o conceito de arquivo abrange tanto os documentos da administração pública, como o de instituições privadas; outra posição, essa defendida por holandeses e alemães, que excluía os arquivos privados e uma ainda que abrangia também os arquivos temáticos e os manuscritos literários e científicos, mesmo sem inserção no respectivo contexto orgânico.

Na América Latina, a legislação arquivística de diferentes países, confirmou como materiais de arquivo, os documentos impressos considerados imprescindíveis para o conhecimento da história da Nação e os que se relacionavam com fatos históricos nacionais inserindo periódicos, materiais gráficos, pinturas etc. (SILVA et al., 2002).

Silva e outros (2002, p. 28) comentam que:

Até finais do século XIX, assistimos, por um lado às preocupações com a bibliografia e com as bibliotecas e, por outro lado, à salvaguarda do património dos arquivos e à sua organização [...], com vista a torná-lo acessível. Temos, portanto, lado a lado, duas áreas de estudo e de trabalho complementares, com objectos específicos, que vieram a ser designadas, respectivamente *Biblioteconomia e Arquivística* (destaque dos autores).

Ainda com relação às diferenças entre os documentos de bibliotecas e documentos de arquivos, elas estão pautadas em duas premissas a saber: a origem e a maneira pelo qual entraram para as respectivas custódias. No primeiro aspecto, a origem, uma das características consideradas essenciais dos arquivos, é o fato de que seus documentos são produzidos ou acumulados em razão das atividades funcionais de um órgão governamental, bem como da relação orgânica que mantém

entre si e com esse próprio órgão, não se levando em conta os valores culturais desses documentos.

Conforme assevera Armando Malheiro da Silva (2006, p.146), se "tomado à letra [documento de arquivo] significa aquele e só aquele que pertence ao Arquivo, instituição pública ou privada, com estatuto cultural, destinada a custodiar documentação que serve para a pesquisa histórica e outros fins".

Entretanto, o autor acima citado (2006, p. 46) ao estabelecer uma distinção entre um fundo de arquivo e a coleção de uma Biblioteca esclarece que:

[...] a principal singularidade do documento de arquivo é a sua origem administrativa natural ou involuntária, que o dota de um carácter testemunhal, ao invés da origem voluntária do documento cognitivo, primordialmente informativo.

Na opinião de Schellenberg (2004, p. 43), nas bibliotecas os documentos visam primeiramente os fins culturais e por esse motivo normalmente consistem em peças avulsas, cujas relações entre si são independentes.

Já com relação à custódia, o autor acima citado considera que os arquivos são órgãos receptores, enquanto que as bibliotecas são colecionadoras. Os arquivos não adquirem materiais por compra ou doação de diversas fontes, como as bibliotecas, ou seja, "o arquivo de um país deve receber apenas materiais produzidos pelo governo a que serve, não os produzidos por outros países". Ainda na opinião de Schellenberg (2004, p. 43-45), "a diferença entre o material de biblioteca e o de arquivo independe de sua forma física. O material impresso, normalmente, fica na esfera dos bibliotecários, mas sob determinadas circunstâncias pode ter ou adquirir um carácter arquivístico".

Para Smit (2003, p. 3, grifo da autora), as diferenças entre arquivos e bibliotecas se fundamentam em dois e complementares grandes eixos "os **acervos** e as **instituições** que os abrigam". Complementa a autora enfatizando que "a diferenciação se apoia na distinção de tipos (e suportes) documentais, metodologias de organização decorrentes desta distinção e, finalmente, supõe o trabalho de organização da informação sempre adequado aos objetivos institucionais".

Numa visão sistêmica e atual, Silva e outros (2002, p. 214) definem arquivo como:

[...] um sistema (semi-)fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais

- a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso)
- a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores.

Verificamos que tanto na Biblioteconomia como na Arquivologia, a prática antecedeu a teoria. A Ciência da Informação vem depois da Arquivologia e da Biblioteconomia. Primeiramente, a instituição, depois o profissional. Em seguida a área profissional e então a área científica. São áreas que tem o ambiente como elementos balizadores de fazeres e de aplicação de saberes.

Portanto, na linha tradicional, uma biblioteca e um arquivo pressupõem informações diferentes, com tratamentos diferentes para usos diferentes. Essas ambiências vão nortear o seu tratamento, pois o documento depositado no arquivo e sob sua custódia serve como prova e a organização deverá ser basicamente pela sua proveniência. Já o documento depositado na biblioteca tem a finalidade de servir de pesquisa para geração de novos conhecimentos e deverá ser organizado por tema. Portanto, a busca principal pela informação em arquivos é pela proveniência e na biblioteca pelo tema, como pode ser melhor visualizado no quadro 1, a seguir:

	Arquivo	Biblioteca
O documento	Autêntico e único	Múltiplo
A função	1ª. Probatória 2ª. Investigativa	1ª. Investigativa 2ª. Probatória
A organização da informação (critério)	Proveniência Organicidade	Uso Especificidade temática
A formação da coleção	Por acumulação natural	Por seleção

Quadro 1 – Documento de arquivo *versus* Documento de biblioteca.

Fonte: Guimarães (2007).

Pelo exposto, podemos afirmar que a Arquivologia e a Biblioteconomia se manifestam como complementares no âmbito da Ciência da Informação (da qual falaremos mais à frente no capítulo 3).

Considerando que esta última dedica-se ao estudo dos processos, organização e uso da informação, tem-se que a Arquivologia organiza prioritariamente para refletir (testemunhar) a produção e a Biblioteconomia organiza prioritariamente para propiciar o uso (GUIMARÃES, 2007).

O que importa considerarmos, sobretudo, é que a Biblioteconomia e a Arquivologia estão fundamentadas na sua razão de ser, que é a informação social

materializada em suportes físicos. Prova disso, está na definição que Silva e Ribeiro (2002, p. 37), formularam com muita propriedade:

Informação é o conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidireccionalada.

Portanto, a informação registrada de alguma forma (e estocada em algum local, computador ou virtual) é o objeto de trabalho comum, que liga os profissionais da biblioteconomia e da arquivologia e suas instituições. Entretanto, apesar de terem objetivos comuns, que são: o tratamento, organização e disponibilização da informação, percebe-se que nas práticas profissionais, nos eventos promovidos (na maioria das vezes, separadamente) e na existência de associações próprias, é que são marcadas as diferenças entre arquivistas e bibliotecários.

A questão, em nível teórico, relativa à fronteira entre arquivos, bibliotecas e museus há tempos se tornou uma preocupação da comunidade arquivística internacional, tanto que o assunto chegou a ser tema central da 7ª. Conferência Internacional da *Table Ronde des Archives*, realizada em Madrid, em 1962. Deste evento, foi consenso o conceito de que arquivo abarca tanto a documentação produzida no decurso da atividade de uma pessoa física ou coletiva, como a instituição que gera a referida documentação, e ainda, os locais de depósito da mesma (*apud* SILVA et al., 2002, p.139).

A esta afirmação, acrescentamos que esses documentos são preservados para servir de prova, testemunho ou para informar sobre essas atividades, e que sua organização deve respeitar este princípio de organicidade. Essa é, portanto, a ótica da arquivística com relação aos documentos.

Na biblioteconomia, segundo Smit (2003, p. 6):

[...] o olhar lançado sobre os documentos é outro, pois a preocupação com as razões de sua geração são consideradas inoperantes, irrelevantes ou desconhecidas. Enfatiza-se a informação contida nos documentos e a utilidade que esta pode revestir para um grupo social ou institucional.

Neste sentido, Homulos (1990 *apud* SMIT, 2003, p.7) menciona um critério que diferencia bibliotecas de arquivos: o conteúdo informacional de cada uma “[...] na biblioteca, a coleção dos documentos representa a própria informação estocada, ao passo que, no arquivo, os documentos informam sobre a instituição que os acumulou”.

Se essa informação “estocada” serve de critério para diferenciar as instituições, é necessário fazer uma distinção entre a informação estocada por arquivos e bibliotecas de outros tipos de informações. Assim, Smit (2003, p.7) faz as seguintes considerações:

- Nos arquivos, o registro da informação é condição necessária para a realização de suas atividades, em bibliotecas é uma informação intencionalmente registrada;
- A informação é estocada por arquivos e bibliotecas em função de uma utilidade que lhe foi conferida;
- Supõe-se que determinada informação poderá ser necessária ou útil no futuro, enquanto informação, prova, testemunho etc., e por esta razão a mesma é intencionalmente estocada.

Em suma, podemos inferir que a informação armazenada em arquivos e bibliotecas é registrada e considerada útil. O resultado disso é, portanto, a institucionalização da informação, ou seja, ela é organizada de acordo com os objetivos institucionais.

As diferenças determinadas por funções atribuídas aos documentos de arquivo e biblioteca concebem, por sua vez, procedimentos de tratamento da informação diferenciados. Aos documentos comuns às bibliotecas e aos arquivos, tais como materiais cartográficos, filmes, manuscritos e outros, os quais têm em comum a característica de consistirem em peças individuais e independentes uns dos outros, os métodos biblioteconômicos de arranjo e de descrição se aplicam perfeitamente, uma vez que são técnicas aplicadas a peças avulsas.

No caso de documentos preservados exclusivamente pelo arquivo, tais como a documentação oriunda da administração a que serve, a primeira preocupação é com relação à avaliação e a seleção, ou seja, o arquivista faz o julgamento do documento em relação aos outros, em outras palavras, em relação a toda a documentação resultante da atividade que a produziu, visando a preservar a prova de como os órgãos funcionaram. Nesse sentido, Schellenberg (2004, p. 48) lembra que os julgamentos do arquivista neste processo “são finais e irrevogáveis

[...] os documentos, uma vez destruídos, não podem ser recuperados, pois, comumente, existem em uma única via”.

Em contrapartida, o bibliotecário, avalia e seleciona o material a ser adquirido pela instituição como documentos isolados, julgando-os por seus conhecimentos de biblioteconomia e de acordo com as necessidades da comunidade a qual serve. Assim, ao contrário do arquivista, suas decisões não são irrevogáveis, pois, com exceção das obras raras, os materiais podem ser adquiridos em diversas fontes.

Com relação ao arranjo dos documentos em bibliotecas e arquivos, embora o termo “classificação” seja utilizado por ambos, o seu significado é totalmente diferente. Quando aplicado a documentos de arquivo, significa o arranjo desse documento no âmbito de um arquivo de acordo com a sua proveniência (princípio pelo qual os documentos são agrupados pelas suas origens) e em relação à organização e funções da entidade que o produziu. Já os diversos documentos de biblioteca são agrupados segundo um sistema lógico predeterminado de classificação de assuntos (o que os arquivistas, normalmente, não fazem) e lhes são atribuídos símbolos que indicam a sua posição e localização nas prateleiras.

Outro tratamento diferenciado que se aplica a documentos de arquivo e biblioteca é a descrição. Também aqui é utilizado o termo catalogação, mas no sentido descritivo e não catalogação de assunto. Assim, em bibliotecas a catalogação descritiva aplica-se a documentos, independente de seu suporte, identificando-os por autor, título e características extrínsecas, individualizando-os. Nos arquivos, o objetivo da descrição é o de criar uma representação para os documentos que sirva à perpetuação da memória da sociedade, de fornecer evidências da existência dos documentos, de propiciar a consulta dos pesquisadores e de esclarecer as relações de contexto e a relação interna dos documentos.

Para a biblioteconomia, os produtos finais resultantes da catalogação dos documentos são a ficha catalográfica/registro bibliográfico e os catálogos (manuais e/ou automatizados). Para a arquivologia, são os instrumentos de pesquisa (catálogos, inventários, índices, guias) cujo objetivo é o de facilitar o acesso ao conteúdo dos documentos. Trata-se, segundo Camargo e Bellotto (1996, p. 45), de “uma obra de referência, publicada ou não, que identifica, localiza, resume ou transcreve, em diferentes graus e amplitudes, fundos, grupos, séries e peças

documentais existentes num arquivo permanente, com a finalidade de controle e acesso ao acervo”.

Pelas considerações acima descritas, podemos concluir que as diferenças básicas entre os procedimentos para tratamento e organização dos documentos, notadamente a catalogação/descrição adotados por bibliotecários e arquivistas devem-se à tipologia dos materiais com que lidam esses dois profissionais. O arquivista lida com as unidades agrupadas ou unidades menores cujo valor está, na maioria das vezes, relacionado entre si. O bibliotecário lida, geralmente, com as unidades avulsas, cada uma possuindo seu próprio valor individual.

Entretanto, apesar de algumas diferenças entre essas duas categorias profissionais, não podemos deixar de destacar que também existem valiosos e recíprocos contributos. Em se tratando do acervo, bibliotecários e arquivistas possuem o mesmo objetivo, ou seja, torná-lo acessível aos seus usuários, de maneira rápida e eficaz. Nos métodos relativos à catalogação descritiva, bibliotecários e arquivistas podem livremente empregar as técnicas de tratamento uma da outra, adaptando-as às necessidades que são inerentes a cada uma. As técnicas biblioteconômicas, há mais tempo consolidadas que as arquivísticas, podem ser aplicadas com pequenas adaptações a documentos de arquivo, desde que consistam em unidades avulsas, como, por exemplo, filmes, mapas, slides, discos. Podem também ser aplicadas a documentos individuais em forma de textos.

O trabalho que bibliotecários realizam no que tange à seleção de termos, elaboração e uniformização dos cabeçalhos de assunto, também pode ser útil ao arquivista na elaboração de seus instrumentos de pesquisa.

Percebe-se, contudo, que tanto as bibliotecas como os arquivos se preocupam com a organização e a salvaguarda da memória, bem como a preocupação de torná-los acessíveis aos usuários. Apresenta-se, portanto, duas áreas de estudo e de trabalho complementares, porém, com objetos específicos que receberam, respectivamente a denominação de Biblioteconomia e Arquivística. (SILVA et al., 2002, p. 28).

Matos e Cunha (2006, *online*) afirmam que a análise das questões que envolvem pontos comuns entre a Arquivologia e a Biblioteconomia, se consolida no enfoque da formação profissional para a área:

A formação acadêmica inclui os aspectos do objeto de estudo comum a essas disciplinas, aponta a pesquisa científica como forma de sedimentar e ampliar o conhecimento teórico, revela a importância e diversidade dos espaços onde a informação é produzida, coletada, tratada e disseminada.

Entretanto, são os documentos os objetos comuns que ligam os profissionais da biblioteconomia e da arquivologia e suas instituições, matéria-prima de seu trabalho e pesquisa. Bibliotecas e arquivos podem abrigar documentos semelhantes, e respeitando-se suas particularidades, serão descritos por meio das práticas de tratamento técnico de uma e outra área da forma mais completa possível, objetivando sempre a recuperação total da informação neles contida.

Desde sua coleta até seu fim último dentro de um arquivo ou biblioteca, o documento é analisado e tratado para que se torne disponível e de fácil localização. Esse tratamento, geralmente, passa por fases específicas, sendo uma delas a descrição bibliográfica e arquivística, uma ação que fará o papel de mediadora entre o profissional, o documento e o utilizador, tornando-se assim uma atividade fundamental, no sentido de facilitar a localização e obtenção da informação desejada.

Neste sentido, Albuquerque (2006, p.144) diz:

Para a biblioteconomia, a catalogação é a função que possibilita que o item seja descrito para ser recuperado; igualmente a descrição em arquivos é o fator insubstituível para que fundos documentais sejam também identificados. Cabe aos arquivos e bibliotecas, entre outras funções, que o arranjo e disponibilidade de seus acervos estejam ao alcance de seus usuários.

Para que esses processos aconteçam de forma padronizada e uniforme existem normas e códigos (expostos ao longo deste trabalho), os quais permitem aos bibliotecários e arquivistas executarem suas atividades nos seus respectivos ambientes de trabalho.

Silva e Ribeiro (2003, *online*.) defendem a perspectiva unitária da Arquivística e Biblioteconomia/Documentação, defendem também a “síntese com a área dos chamados Sistemas Tecnológicos da Informação”, tendo em vista que o “uso e o domínio das tecnologias da informação estão cada vez mais indissociáveis da própria informação”.

Percebemos que a conceituação, tanto de bibliotecas como de arquivos, mudou ao longo da história em conformidade com as mudanças políticas e culturais que as sociedades viveram, ou seja, essas instituições são na verdade, um reflexo da sociedade que o produz e o modo de interpretá-los também acompanha as mudanças que ocorrem.

Finalizando, devemos sempre lembrar que um dos principais objetivos do arquivo e da biblioteca é propiciar a geração do conhecimento. Tanto o arquivo como a biblioteca se envolvem com processos que visam a geração, a organização e o uso da informação. Ambos precisam se organizar, cada qual de acordo com seus métodos, para que possam ser utilizados (uso).

A tradição explica a realidade vigente. Entretanto, a tecnologia veio trazer a mudança de paradigma e de objeto do “documento” para a “informação”. Isso tem trazido consequências inevitáveis na forma de entender os sistemas e serviços de informação e na abordagem técnica, nomeadamente na normalização.

CAPÍTULO 2

CATALOGAÇÃO: TERMINOLOGIA E NORMAS

A organização da informação sempre foi uma necessidade independentemente do suporte físico em que se encontra, não sendo necessariamente em livro. Neste sentido, as bibliotecas ou centros de documentação passaram por diversas fases e alterações. Ao longo da história, critérios e procedimentos foram sendo modificados e incorporados aos sistemas de bibliotecas, obrigando os profissionais a acompanharem essas mudanças.

Como descrito no capítulo 1 desta tese, a área de estudos da Biblioteconomia, denominada Catalogação, apresenta um histórico de encontros de especialistas para estabelecimento de padrões de descrição de documentos, visando o intercâmbio bibliográfico no que se refere às regras e formatos.

As unidades de informação (bibliotecas, centros de documentação, arquivos, museus, etc.) discutem formas de compartilhamento de dados e informações, mecanismos de busca, e procuram disponibilizar aos seus usuários catálogos *online*, formatos bibliográficos que possibilitem a cooperação e intercâmbio com organizações que tratam, organizam e disponibilizam informações de todo o mundo.

Entretanto, apesar de toda a tecnologia de informação e telecomunicações atualmente disponível, consideramos importante abordarmos temas como a catalogação, pois é o que estabelece o vínculo entre usuário e informação – finalidade de qualquer documento –, ou seja, para que a informação contida em um documento seja “encontrada” pelo usuário, o profissional da informação se utiliza de métodos e técnicas específicas, que devem ser aplicadas rigorosamente dentro do processo documental.

Esse processo documental, que compreende várias operações, se inicia nas bibliotecas, com o chamado “Desenvolvimento de Coleções”, etapa que permite a entrada dos documentos num acervo, por meio da Seleção e Aquisição. Esta etapa se complementa com algumas tarefas administrativas, que preparam esses documentos para receberem o tratamento que permite facilitar aos potenciais utilizadores a encontrar a informação neles contida. Essas etapas se enquadram no denominado Tratamento Técnico, que por sua vez, compreende importantes operações baseadas em analisar e representar a informação contida nos documentos, para assim facilitar sua busca e posterior recuperação, disseminação e uso. Compreende, portanto, duas etapas: análise e busca.

A análise consiste em extrair de um documento seus elementos mais

significativos, de modo a expressar sua forma e conteúdo. A análise formal se realiza sobre o suporte documental e inclui as operações de **Catálogo** (Descrição bibliográfica, determinação de pontos de acesso, dados de localização). A busca é o objetivo último das técnicas documentais, e nela se localiza e se recupera a informação tratada na fase de análise, e depende da eficácia das técnicas aplicadas anteriormente. A disseminação da informação é o momento no qual se completa a operação de busca e é o principal motivo da existência das bibliotecas, arquivos e centros de documentação, encarregados de realizar todo o processo, para que a informação tratada e armazenada possa ser transmitida, comunicada, disponibilizada a todos que dela necessitem.

A fim de se localizar fácil e rapidamente os documentos (e consequentemente a informação) de um acervo composto por qualquer tipo de material bibliográfico ou não, o profissional da informação aplica sobre eles as técnicas de análise formal, que permitirão uma utilização lógica dos mesmos. Trata-se, como já mencionado, da Catálogo, que como podemos perceber, é uma atividade especializada, e a ser desempenhada por profissionais com formação própria da área de Ciência da Informação.

O objetivo de todo o Processo Documental é criar uma série de operações lógicas, por meio das quais se dá entrada e se analisam os documentos, com a finalidade de recuperá-los no momento adequado.

O tratamento documental compreende operações importantes e características da documentação. Para Amat Noguera (1998, p. 21), “é o processo de transformação de um documento levado a cabo na fase de análise e o processo de elaboração e criação de um documento secundário como instrumento de busca”. Para essa autora, a análise vem a ser a essência do Tratamento.

Pinto Molina (1996, p. 23) também compartilha com essa posição, afirmando que o Tratamento Documental é uma operação intermediária dentro do Processo Documental e que compreende duas fases já mencionadas: a análise e a busca. A análise responde à primeira parte do Tratamento. Sua única razão está nas possíveis recuperações da informação, que só serão efetivas a partir do momento que se realizem sobre a base de uma acertada e rigorosa atividade analítica prévia. Podemos admitir que a função essencial da documentação seja a de colocar à disposição dos usuários os documentos requeridos. O produtor cria documentos que são respostas a possíveis perguntas do usuário. Este, por sua vez, formula

“perguntas” dirigidas a um conjunto de documentos. Para saber quais documentos respondem a uma determinada pergunta, se interroga o conjunto de documentos.

Ao estudar as diferentes posturas adotadas por diferentes autores, observamos que, para alguns, só existe a Descrição Bibliográfica, que aglutinaria todas as demais operações existentes em nível de análise externa do documento. Outros identificam a Descrição Bibliográfica com a Catalogação. Um terceiro grupo denomina de Descrição Bibliográfica e de Catalogação como operações independentes (PINTO MOLINA, 1996, p. 25).

2.1 QUESTÕES TERMINOLÓGICAS

A vasta literatura da área biblioteconômica, principalmente a que se refere aos serviços prestados ao público, sempre dá ênfase ao principal objetivo e razão de ser das unidades de informação, que é o atendimento aos desejos e necessidades do usuário, quanto ao conteúdo dos documentos, suportes físicos do conhecimento. Sendo assim, os profissionais da informação, principalmente os responsáveis pelo chamado processamento técnico, analisam e tratam os documentos, preparando-os com vista a sua utilização.

A busca e localização desses documentos tornam-se mais rápidas e simplificadas graças às representações que os bibliotecários fazem dos mesmos. Essas representações abrangem tanto o aspecto físico dos documentos como seu conteúdo, e geram, por sua vez, instrumentos de recuperação (que devem ser elaborados levando-se em consideração as características da biblioteca, do usuário e do próprio documento), entre eles o catálogo. Nesse contexto, a função do catálogo é comunicar ao usuário que busca informações, quais documentos a biblioteca possui em sua coleção. Esta busca pode ser feita presencialmente ou em catálogos *online*.

Destarte, podemos afirmar que a ação de catalogar estimulou o desenvolvimento das bibliotecas, sobretudo porque é nelas que tradicionalmente se preservam os registros do conhecimento humano, e esses, por sua vez, demandam, uma organização que assegure sua identificação e localização, como constatou-se no capítulo anterior.

O ato de catalogar, alguns chamariam ‘processo’, ‘técnica’, ‘arte’ (MEY,

1987b, p. 4) implica em técnicas para a descrição do conteúdo, o registro bibliográfico fiel, que somadas ao conhecimento e domínio do catalogador tornam esta prática essencial nas bibliotecas e nos centros de informação.

Catalogar um recurso informacional é realizar um processo global que obriga o catalogador a executar uma série de operações, umas identificativas, outras analíticas e outras ainda de ordenação e localização de documentos, finalizando com a produção de um registro bibliográfico.

Consideramos importante, nessa altura, caracterizar o que vem a ser um registro bibliográfico. Com base em Olson e Boll (2001), Rubi (2008, p.61), assevera:

O registro bibliográfico é o coração do catálogo porque são consideradas representações substitutas ou que estão no lugar dos documentos verdadeiros. São entidades complexas que possuem informações sobre autor, título, descrição física, assunto e volumes ou cópias disponíveis na biblioteca.

A catalogação é o processo por meio do qual se descreve formalmente um documento ou recurso e se estabelece um variado e variável número de pontos de acesso objetivando proporcionar ao usuário final a possibilidade de encontrar, identificar, seleccionar e obter o documento ou o recurso descrito ou a informação nele contida.

Para Fajardo (1994, p. 39) catalogar “[...] es hacer la descripción de cualquier documento, siguiendo un código normalizador, de tal forma que permita identificarlo de manera exacta, sin ambigüedad, con el fin de poder recuperarlo con precisión y rapidez”. E complementa: a descrição bibliográfica deve “buscar todos los elementos aparentes y convencionales que harán posible la identificación precisa y formal de cada documento”.

Segundo a *Encyclopaedia of Librarianship* (1966) citada por Mey (1987b, p. 24), catalogação é:

[...] em sentido lato, todos os processos relacionados à preparação e manutenção de um catálogo, incluindo classificação, determinação de cabeçalhos de assuntos e indexação por assunto. Em sentido restrito, a determinação dos tipos de entrada, dos cabeçalhos, descrição bibliográfica e referências necessárias ao registro, adequado de livros e outros materiais em um catálogo.

A catalogação, portanto, consiste na representação do documento, independentemente de sua forma física. Eliane Mey (1995, p. 5), define com muita propriedade que:

Catalogação é o estudo, preparação e organização de mensagens codificadas, com base em itens existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir interseção entre as mensagens contidas nos itens e as mensagens internas dos usuários.

O trabalho de catalogação se depara muitas vezes com questões relativas a diferentes documentos, que precisam de instrumentos normativos, claros, abrangentes e com exemplos. Além dos instrumentos internacionalmente aceitos como, por exemplo, as *Anglo-American Cataloguing Rules – AACR*, as *International Standard Bibliographic Description – ISBD* e os que nelas se baseiam, o catalogador pode recorrer ao compartilhamento ou captura de registros bibliográficos para facilitar seu trabalho por meio da catalogação cooperativa, dos On-line Public Access Catalogue – OPAC, dos catálogos *online* disponíveis por diferentes bibliotecas, base de dados, Internet e outros.

Entretanto, mesmo com todas essas facilidades, é fundamental que o profissional responsável por este trabalho, possua conhecimento das regras de catalogação, tenha familiaridade com os instrumentos normalizadores, para elaborar corretamente um novo registro ou mesmo para uma correta pesquisa, localização e compartilhamento do registro bibliográfico disponível *online*.

A catalogação é uma prática que compreende diversas etapas e, em cada uma delas, inúmeros passos que se iniciam com a leitura técnica do *item*, isto é, analisar o documento em processo de catalogação do ponto de vista do profissional, visando levantar as informações necessárias à sua representação (MEY, 1995, p. 36).

Para tanto, devem-se respeitar as normas com relação às fontes de onde devem ser retiradas essas informações. Estamos nos referindo à fonte principal de informação prescrita para cada tipo e área da descrição do documento a ser catalogado, ou seja, para cada tipo de documento há uma fonte de informação. Uma fonte de informação pode ser de natureza unitária (por exemplo a página de rosto de um livro) ou de natureza coletiva (por exemplo a sequência de créditos de um filme). Existem situações em que há necessidade de se recorrer a fontes

externas, como por exemplo, fontes de referência. A maioria das bibliotecas do mundo utiliza como suporte para a descrição as AACR, onde constam instruções relativas à fonte de informação a ser utilizada para cada tipo de documento em processo de descrição.

A catalogação é, portanto, um processo que gera o registro bibliográfico que, por sua vez, identifica e descreve um documento, tanto na sua forma física, como de conteúdo, funcionando como sua representação na medida em que permite a um usuário encontrar, identificar, selecionar e obter uma obra, uma edição ou um exemplar numa biblioteca, por meio de um instrumento de recuperação, nomeadamente o catálogo. Em outras palavras, uma descrição bem elaborada permite poupar tempo do usuário, na medida em que evita a consulta a documentos não pertinentes e permite substituir a consulta a alguns documentos, pelo fato dele já ter encontrado a informação desejada.

Concordamos com Mey (1995, p. 6), quando afirma que “a riqueza da catalogação repousa nos relacionamentos entre os itens estabelecidos, de forma a criar alternativas de escolha para os usuários”. Isso quer dizer que se um usuário vai a uma biblioteca em busca de uma determinada obra, ele terá a oportunidade de optar por diferentes versões ou suportes, ou seja, as diferentes manifestações do mesmo *item*, como livro, dvd, cd, documento *online*, bem como em diferentes edições, traduções, línguas e isso certamente ampliará o universo de pesquisa e de escolha desse usuário. Os relacionamentos entre os *itens* também lhe permite localizar *itens* por ele desconhecidos, uma vez que a catalogação propicia a reunião de todos os *itens* sobre um determinado assunto, aumentando e melhorando a busca.

Além disso, a catalogação, para que atinja plenamente seus objetivos e funções, deve, ainda, permitir que, após ter feito a escolha dos *itens*, o usuário seja capaz de localizá-los dentro da coleção por meio do catálogo, cujo objetivo é veicular as mensagens elaboradas pela catalogação.

Jolley (1961) citado por Mey (1987b, p. 17) foi, em nossa opinião, quem melhor definiu o catálogo, embora já tenham se passado mais de quatro décadas desta formulação:

O catálogo é um instrumento de comunicação e todos os instrumentos de comunicação, como a própria língua, são hábitos sociais. [...] O catálogo é um sistema de comunicação extremamente complexo. [...] O catálogo da biblioteca é a seção mais altamente organizada da rede completa de referências bibliográficas, mas não é uma seção independente. [...]. A função de uma biblioteca é prover um leitor com

os livros de que ele necessita e é o catálogo que torna possível o desempenho desta função, por estabelecer relações entre as necessidades do leitor e os recursos da biblioteca [...].

A catalogação gera um registro bibliográfico que deverá ser incorporado aos catálogos, manuais ou automatizados. Quando se faz catalogação em ambiente automatizado, dá-se entrada, uma única vez, ao registro bibliográfico, que poderá produzir diferentes saídas (relatórios, fichas, microfichas, registros *online*). Quando se faz catalogação em ambientes não computadorizados, a maneira mais comum, ainda, é elaborar catálogos em fichas (normalmente alfabéticos) produzindo tantas fichas, do registro bibliográfico, quantos forem os pontos de acesso, de responsabilidade, título e assunto gerados por esse registro. Além disso, em ambientes não automatizados, há necessidade de se ter catálogos de controle interno.

Os catálogos externos ou do público incluem o registro bibliográfico completo de cada um dos documentos do acervo, organizados de tal forma que possa permitir a busca, no mínimo, pelos pontos de acesso determinados para aquele documento. A palavra no “mínimo” foi aqui colocada porque os catálogos *online* permitem outras formas de busca. Entretanto, os manuais, só permitem três tipos de acesso: responsabilidade, título e assunto.

Sendo assim, os catálogos manuais externos comumente encontrados em bibliotecas são.

- **Catálogo de Autor** (ou onomástico), reúne as entradas principais e secundárias de autor (pessoal ou entidade) e as remissivas numa única ordem alfabética. Entenda-se por autor, para este catálogo, qualquer participação na elaboração de publicações como colaboradores, tradutores, ilustradores etc.
- **Catálogo de Título** (ou didascálico) reúne todas as entradas principais (das obras que tem entrada pelo título) e secundárias (desdobramentos de título) e as remissivas, em uma única ordem alfabética.
- **Catálogo de Assunto** (por palavras ou pelo n.º. de classificação=sistemático), refere-se ao conteúdo de cada uma das obras. Facilita o leitor na procura de livros sobre determinado assunto e temas correlatos.
- **Catálogo Dicionário:** apresenta, em uma única ordem alfabética, as entradas de autor, título e assunto.

- **Outros** catálogos de coleções especiais, catálogo cronológico, etc.

Os catálogos **internos** (manuais), também denominados auxiliares, são aqueles que dão apoio às diversas atividades dos catalogadores e demais bibliotecários. São imprescindíveis para o controle dos cabeçalhos, do acervo e dos catálogos externos proporcionando a padronização do trabalho. Os catálogos internos mais comuns são: topográfico, bio-bibliográfico, de identidade ou de autoridade, assuntos e registro. Vejamos as suas características:

- **Catálogo Topográfico:** as entradas são ordenadas de acordo com o número de chamada de cada publicação. Este número informa a ordem que os documentos se encontram nas estantes da biblioteca. Sua principal função é permitir levantamentos periódicos do acervo, permitindo a correção de má colocação dos documentos nas estantes e possibilita também verificar os documentos que foram extraviados. Ainda mantém a uniformidade da classificação e notação de autor e impede a repetição do mesmo número de chamada/cotas para obras distintas (inclusive em relação às edições).

- **Catálogo Bio bibliográfico, de identidade ou de autoridade:** as fichas de autoridade são elaboradas para todos os autores (sentido lato) das obras. Uma única ficha é feita para cada autor. As principais fontes de pesquisa são dicionários biográficos, dicionários bio bibliográficos, catálogos, bibliografias, biografias, etc.

- **Catálogo Vocabulário Controlado:** inclui os termos autorizados para representação dos assuntos dos documentos. Abrange, também, as fontes pesquisadas, vocábulos não utilizados, vocábulos relacionados com o assunto e o número de classificação correspondente. Nele também são indicados os termos sinônimos não utilizados pela remissiva “ver” e “ver também”

- **Catálogo de Registro:** também chamado de inventário ou tomo. A importância deste catálogo está relacionada a auxiliar a verificação de cada livro ou volume; informar preços das obras para cobrança ou indenização; informar sobre preços para cobertura de seguro em caso de incêndio ou roubo; indicar o número de baixas da biblioteca e suas causas; informar o número de volumes existentes na biblioteca e fornecer dados importantes para a elaboração de estatísticas e relatórios.

Além de gerar os catálogos, a catalogação é muito mais ampla. Ela não compreende somente os catálogos, ela “[...] é utilizada por outros canais de comunicação das bibliotecas: bibliografias e bases de dados bibliográficos, formatos de intercâmbio automatizado de informações bibliográficas, catálogos e bibliografias de catalogação na fonte” (MEY, 1987b, p. 76-77). A catalogação também possui outras relações com outros serviços da biblioteca, além de possibilitar a interação com o usuário, a catalogação interage com outros setores e serviços tais como desenvolvimento de coleções, controle do patrimônio, atendimento de referência, etc. “Portanto, qualquer definição para a catalogação deve abarcar limites mais amplos do que a manufatura de catálogos” (MEY, 1987b, p. 77).

Trata-se de um processo por meio do qual se descreve, formalmente, qualquer objeto, documento ou recurso de forma a estabelecer um variado número de pontos de acesso à informação recolhida, possibilitando ao usuário encontrar, identificar, selecionar e obter a informação que necessita numa biblioteca, num arquivo, num catálogo, numa base de dados.

Desde a enunciação clássica de Charles Ami Cutter, bibliotecário norte-americano (1837-1903), o catálogo é um instrumento bibliográfico e seus objetivos têm sido repetidos, desde então, (embora com pequenas modificações). Os três objetivos do catálogo, formulados por Cutter, em 1904 (MEY, 1987b; RILEY, 2004; TAYLOR, 2004; MORENO, 2006a) e mais tarde ampliados por Bohdan S. Wyner, conforme Balby (2002, p. 5) são:

- 1) Permitir a uma pessoa encontrar qualquer criação intelectual, publicada em formato impresso ou não no qual são conhecidos o autor, o título ou o assunto – realizando a função de localização;
- 2) Mostrar o que a biblioteca possui de um dado autor, sobre um dado assunto e assuntos relacionados, num dado tipo de literatura – realizando a função de colocação (recuperação de itens em grupos);
- 3) Ajudar na escolha de um livro: quanto a sua edição (bibliograficamente); quanto ao seu caráter (literário ou tópico) – realizando a função de avaliação.

Logo, na visão de Cutter à época, a Catalogação seria o processo de elaborar o catálogo. É dizer, o processo de descrever os elementos informativos que permitem identificar um documento e de estabelecer os pontos de acesso que vão permitir recuperá-lo pelo título, autor ou assunto que se conhece previamente.

Podemos afirmar que o catálogo, seja ele manual ou automatizado, é o elemento fundamental de acesso aos recursos informacionais, é o principal instrumento de recuperação da informação, ponte entre os fundos documentais de uma unidade de informação e os seus utilizadores.

Maria Rosa Garrido Arilla (1996, p. 26) concebe a Catalogação – e compartilhamos com ela – como um processo unitário, que parte da descrição do documento (Descrição Bibliográfica), passa pela eleição de pontos de acesso (pessoas, corporações, títulos, assuntos) e se completa, com a formação e transcrição dos dados de localização (número de chamada/cota¹⁹ e registro).

Segundo Silva e Araújo (1995, p. 51), “são considerados processos técnicos todos os procedimentos biblioteconômicos: **a catalogação**, a classificação, a alfabetação, a ordenação dos livros nas estantes e o preparo técnico do livro” [grifo nosso].

Osório e Alfano (1994, p. 25) expressam que:

Para que a biblioteca possa alcançar seus objetivos, é imprescindível a organização de seu acervo, ou seja, é necessário que cada livro [ou qualquer outro suporte] passe por uma série de processos técnicos que permitam sua recuperação em meio aos demais.

Catalogar um documento é, portanto, segundo as palavras de Garrido Arilla (1996, p. 26) “realizar un proceso global que obliga a ejecutar una série de operaciones, que unas son identificativas, otras analíticas y otras de ordenación y localización documental, y que terminan, con la confección del producto: el asiento bibliográfico”.

Pelas considerações acima, podemos afirmar, sem dúvida, que dentro do processo global, que é a catalogação, existem dois tipos de operações: uma que está encaminhada a descrever os documentos e constitui a chamada Descrição Bibliográfica e uma segunda, que tem como missão o estabelecimento dos pontos de acesso ao documento e que permitirão, posteriormente, sua recuperação. Por sua vez, esses pontos de acesso podem ser de dois tipos: pontos de acesso por

¹⁹ Trata-se de um código que se atribui a cada exemplar colocado em lugar visível do documento como por exemplo na lombada do livro, e em seu registro bibliográfico para permitir a sua arrumação/localização nas estantes da biblioteca. No Brasil utiliza-se o termo “número de chamada” e em Portugal “cota”.

autores pessoais, corporativos (e que junto com a descrição bibliográfica, constitui a chamada Catalogação Descritiva) e outros assuntos.

O esquema a seguir mostra, de maneira bastante clara, as partes da catalogação:

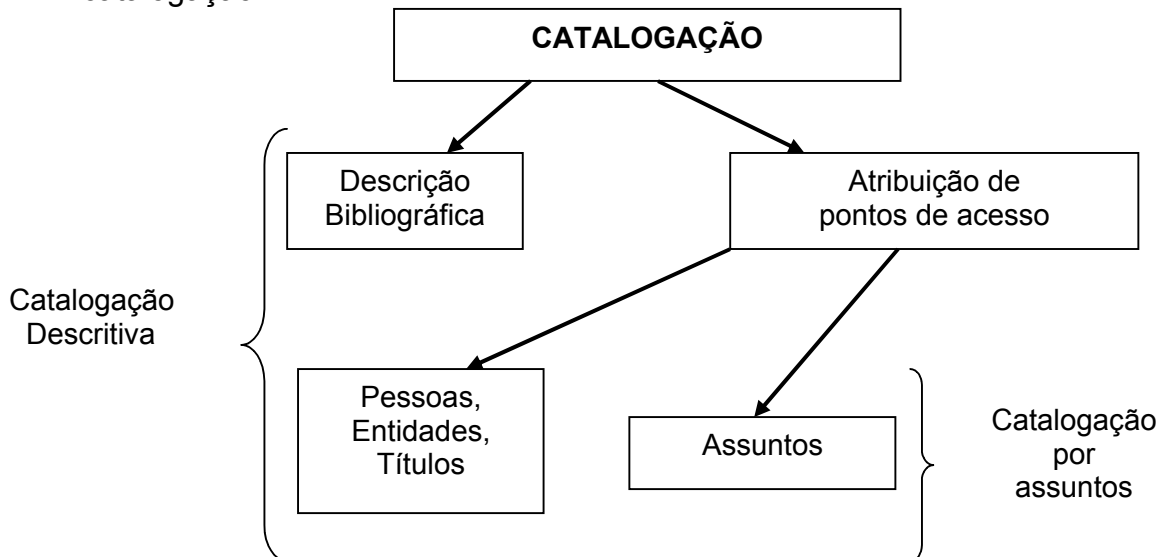


Figura 1 – Partes que compõem a catalogação.

Fonte: Garrido Arilla (1996, p. 26).

Pinto Molina (1996, p. 27) afirma que:

A pesar del creciente grado de condicionamiento tecnológico experimentado por las actividades informativo-documentales, la clásica materia de la catalogación se desarrolla con el requisito básico de la participación del hombre y sus enseñanzas mantienen un protagonismo incuestionable.

Portanto, ainda que os tempos mudem, que as tecnologias de informação se tornem cada vez mais eficazes, os processos técnicos provavelmente sempre existirão, acompanhando, é claro, as mudanças tecnológicas e as atualizações que se fizerem necessárias.

Quando um documento, independente de seu suporte, puder ser recuperado, automática ou manualmente, não apenas por seus autores (principais ou secundários), títulos e edições, mas também por termos que representem seu conteúdo, podemos considerar que esse documento foi catalogado. Sendo assim, catalogar é um processo constituído de uma série em cadeia, cujo produto final é o catálogo, manual ou automatizado, utilizado tanto para identificar como para localizar

uma obra, ou seja, um importante instrumento intermediário entre o usuário e o acervo.

Concordamos com Garrido Arilla (1996, p. 39), quando afirma que catalogar não é apenas transcrever mecanicamente os dados que constam da fonte principal de informação de um documento, mas supõe, sobretudo, um trabalho de maiores proporções para o qual são necessários outros conhecimentos técnicos, científicos e experiência.

Importante lembrar que toda unidade de informação deve possuir uma política de catalogação onde conste, de acordo com seu tipo, utilizador e acervo, o nível de profundidade e amplitude com que os documentos deverão ser catalogados, para que os utilizadores possam encontrar uma quantidade maior, ou menor, de informações nos catálogos.

Conforme a Figura 1, entende-se por **Catalogação Descritiva**, “o conjunto de operações que se realizam sobre o documento, com a finalidade de descrevê-lo [fisicamente] e de estabelecer os pontos de acesso que determinam os nomes (autorias) dos responsáveis pelo conteúdo intelectual ou artístico de uma obra” (GARRIDO ARILLA, 1996, p. 27). Já a **Catalogação por Assuntos** permite a recuperação da informação temática do documento.

Cabe aqui apresentarmos e discutirmos as divergências teóricas existentes entre os termos catalogação descritiva e catalogação de assunto. Conforme foi apresentado no capítulo 1, quando abordamos a evolução histórica das bibliotecas, dos catálogos e da catalogação nas bibliotecas, houve um desenvolvimento de cada um dos processos no decorrer do tempo, fazendo com que surgissem várias concepções para os termos, o que pode explicar essas divergências teóricas.

Entretanto, para esclarecer melhor, necessitamos voltar aos conceitos de organização e tratamento da informação.

Para Fujita (2003 *apud* RUBI, 2008, p. 23),

A organização da informação compreende as atividades e operações do tratamento da informação, envolvendo para isso o conhecimento teórico e metodológico disponível tanto para o tratamento descritivo do suporte material da informação quanto para tratamento temático de conteúdo da informação.

O tratamento temático diz respeito ao conteúdo a ser recuperado, de acordo com os objetivos de busca do utilizador, o que para isso podem ser utilizados os processos de indexação, catalogação de assunto, classificação e elaboração de resumos considerados processos de sumarização da informação que por sua vez, dão origem aos índices, aos catálogos de assunto, aos números de classificação e aos resumos que tornam possível a recuperação da informação de acordo com os interesses dos utilizadores (RUBI, 2008, p. 24).

O tratamento descritivo refere-se propriamente à catalogação, ou seja, à representação descritiva da forma física do documento (autor, título, edição, casa publicadora, data, número de páginas, etc.), enquanto que os tratamentos de forma e conteúdo (tratamento temático) embora operacionalmente diferentes, são dependentes um do outro. Neste trabalho, o nosso foco é a representação descritiva.

O formato descritivo utilizado é o catalográfico, que conterá o resultado das operações de tratamento de forma física, como mencionado acima, e de conteúdo documentário (o número de classificação, obtido pela classificação, os cabeçalhos de assuntos determinados pela indexação e, em alguns casos, o resumo derivado da elaboração de resumo) (RUBI, 2008, p. 24).

Fiúza (1987, p. 257) define a catalogação de assunto como [...] a disciplina ou conjunto de disciplinas que tratam da representação, nos catálogos de bibliotecas, dos assuntos contidos no acervo”.

De acordo com Silva e Fujita (2004, p.142), o termo catalogação de assuntos caracteriza-se pela atribuição de cabeçalhos de assunto para representar o conteúdo total dos documentos em catálogos de biblioteca. Sua origem está ligada à construção dos catálogos de bibliotecas que por sua vez, é organizado pela determinação de cabeçalhos de assuntos.

Com base nessas considerações, podemos reconhecer que as divergências entre a classificação de assuntos e a catalogação de assunto ficam claras, uma vez que também podemos concluir que a indexação e a catalogação de assuntos são conceitualmente equivalentes.

Fujita (2003, p. 75) acredita que a catalogação de assunto em bibliotecas deriva da atividade de classificação, uma vez que os índices outrora existentes em sistemas de recuperação da informação, tais como os catálogos de fichas de bibliotecas, foram considerados dentro de uma perspectiva classificatória,

porque os chamados cabeçalhos de assunto eram compostos sob influência da terminologia classificatória e não do texto e seu conteúdo.

Para Lancaster (2004, p. 20), as diferenças apresentadas na literatura da área nomeadamente catalogação de assuntos, indexação e classificação acabam por causar uma certa confusão. Para o referido autor, a expressão catalogação de assunto tem forte influência norte-americana, reforçada pelo uso das listas de cabeçalhos de assunto, cuja origem está ligada à construção de catálogos de assuntos das unidades de informação.

Neste sentido, Lancaster (2004, p. 20), afirma que:

Catalogação de assuntos refere-se comumente à atribuição de cabeçalhos de assuntos para representar o conteúdo total de itens bibliográficos inteiros (livros, relatórios, periódicos, etc.) no catálogo das bibliotecas. *Indexação de assuntos* é uma expressão usada de modo mais impreciso; refere-se à representação do conteúdo temático de *partes* de itens bibliográficos inteiros, como é o caso de um índice no final de um livro. [...] O fato é que a *classificação*, em seu sentido mais amplo, permeia todas as atividades pertinentes ao armazenamento e recuperação da informação (grifo do autor).

Evidentemente que a palavra catalogação está relacionado ao catálogo. Entretanto, é importante lembrar que o catálogo não se constitui apenas das partes identificadas nos códigos de catalogação (descrição bibliográfica e ponto de acesso), mas também de assuntos de um recurso informacional. As questões referentes ao conteúdo do item não são atribuídas ao termo catalogação porque, segundo Mey (1987a, p.4-5),

[...] os próprios códigos de catalogação, portadores deste nome e editados por instituições biblioteconômicas respeitáveis, não abordam o ângulo conteúdo [...] A classificação e a indexação, embora componentes da catalogação, alcançaram desenvolvimento próprio, com grandes avanços relacionados à teoria da informação.

Assim, a catalogação de assunto passou a ser chamada de representação temática e a catalogação descritiva referente à descrição bibliográfica e aos pontos de acesso passou a ser nomeada como representação descritiva (SILVEIRA, 2007). Em sentido amplo, a palavra catalogação envolve todos os procedimentos para a representação de um documento em catálogos, bibliografias ou outros produtos que resultam da análise documental. Ao longo do tempo, o termo

catalogação foi atribuído à descrição bibliográfica e aos pontos de acesso de título e de responsabilidade. Isto posto, podemos inferir que, as palavras catalogação, catalogação descritiva e representação descritiva são sinônimos.

Apesar das considerações sobre os elementos que diferenciam a catalogação de assunto e a classificação de assuntos apresentadas até o momento, somos adeptos de que catalogação de assuntos equivale ao termo indexação para o procedimento realizado pelo bibliotecário no âmbito das bibliotecas.

Essa escolha se faz por considerarmos que além da catalogação, responsável pela representação descritiva dos documentos, o bibliotecário também deve fazer a representação temática do documento, caracterizando o processo da indexação juntamente com o procedimento da catalogação.

Portanto, concordamos com Rubi (2008, p. 39) quando afirma que:

O bibliotecário precisa compreender que deve atuar como um indexador, realizando a análise de assunto para compreender o documento, identificando e selecionando os conceitos que melhor representem seu conteúdo durante o tratamento temático da informação com a finalidade de preencher o campo de assunto nos formatos catalográficos.

A American Library Association – ALA define Catalogação Descritiva como “aquela fase do processo de catalogação que corresponde à identificação e descrição dos livros” (*apud* GARRILLO ARILLA, 1996, p. 27). Esta denominação se emprega para distinguir aquela parte da Catalogação que se ocupa da identificação e descrição de qualquer documento, não somente de livros, diferenciando-a daquela outra que trata da análise de seus conteúdos. Esta distinção tem sido a base da organização da catalogação da Library of Congress – LC e seguida pela maioria das bibliotecas do mundo

Está claro, portanto, que o objetivo primordial da catalogação por assuntos é permitir a recuperação da informação temática contida nos documentos e o da catalogação descritiva, a identificação de cada um desses documentos por meio da sua descrição física e da determinação e normalização dos pontos de acesso de responsabilidade e título.

A Catalogação Descritiva parte do pressuposto de que os usuários do catálogo conhecem, previamente, alguma característica da obra a qual procuram, características essas que permitirão identificá-la entre as demais.

Carrión Gútiéz (1987, p. 710) define a Catalogação como “o conjunto de operações necessárias para a descrição e identificação completa de um documento”. Ressalta ainda que essas operações “incluem a catalogação descritiva e a catalogação por assuntos, além da determinação do ponto de acesso principal e da atribuição dos pontos de acesso secundários”. Esta é a assertiva com a qual concordamos e compartilhamos, apenas lembrando que nos dias atuais, “pontos de acesso principal” e “pontos de acesso secundários” já não fazem diferença na recuperação de registros bibliográficos gerados em ambientes automatizados.

Fato é que catalogação e classificação foi e continua sendo a nomenclatura usada para descrever o tratamento da informação quando realizado no âmbito das bibliotecas tradicionais. A catalogação tem por fim produzir representações dos recursos informacionais, conhecidas como fichas catalográficas ou fichas de catalogação, ou como registro bibliográfico que descrevem tanto aspectos físicos, objetivos do documento (autor, título, etc.), quanto os aspectos de conteúdo, ou seja, o assunto ou assuntos de que trata. À atividade de descrição dos aspectos físicos costuma se dar o nome de catalogação descritiva e à do conteúdo, catalogação por assunto. A classificação tem por fim também identificar o conteúdo dos documentos, mas com duas características muito próprias: o objetivo é o de determinar um lugar para o documento num acervo organizado por assunto e utiliza um sistema de classificação bibliográfica para representar os assuntos (DIAS; NAVES, 2007, p.16).

Confrontado as diferentes opiniões encontradas na literatura, bem como o uso de diferentes termos, podemos concluir que a Catalogação é composta por três partes.

A primeira são os **dados de localização**, ou seja, são as informações que permitem ao usuário localizar um documento em uma determinada coleção. Trata-se do número de chamada (Brasil) e cotas (Portugal). Esse número é totalmente livre e depende, somente, de decisões da própria biblioteca sobre a maneira de armazenar seus documentos, ou seja, depende da sua finalidade e dos seus objetivos

Na maioria das bibliotecas, o número de chamada é composto primeiramente pelo número de **classificação**. Dentre os sistemas de classificação bibliográfica, os mais utilizados (em bibliotecas brasileiras e portuguesas) são a

Classificação Decimal de Dewey – CDD²⁰, e a *Classificação Decimal Universal* – CDU²¹. Ao número de classificação acrescenta-se a notação de autor. Para isso, normalmente, são utilizadas as tabelas Cutter²² ou PHA²³. Outros elementos também podem ser acrescentados ao número de chamada, tais como número da edição, número de exemplar e identificação da biblioteca. Por essa razão alguns autores, como Mey (1995), sugerem denominar esse conjunto como “dados de localização”.

A segunda parte da Catalogação é a catalogação descritiva ou representação descritiva ou descrição bibliográfica. É a parte da **Catalogação** responsável por caracterizar o documento, ou seja, descrever bibliograficamente um documento consiste em retirar desse documento, em processo de catalogação, os seguintes dados: título, responsáveis pela obra, edição, publicação, descrição física, notas de informação consideradas úteis, e números padrões que o identificam.

A maioria dos autores também concorda que os pontos de acesso (responsabilidade, título e assunto) são outra parte da catalogação (MEY, 1987a, 1995; GARRIDO ARILLA, 1996; CARRIÓN GÚTIEZ, 1987). Ao contrário da descrição, os pontos de acesso buscam agrupar documentos sob um ponto de vista único. É a chave de entrada dos catálogos.

Com relação aos pontos de acesso de responsabilidade concordamos com Eliane Mey (1987b, p.146) quando afirma que:

Falta ainda maior estudo [...] perdidos em tentativas infrutíferas de padronização, que não satisfazem as bibliotecas e nem facilitam a compreensão do usuário. Algumas normas [...] como para nomes pessoais, tornam-se universalmente aceitas. Porém, quanto a entidades coletivas, geram inúmeros problemas de interpretação e discussões intermináveis, sem benefício algum para usuários e bibliotecas.

Fernanda Ribeiro, corroborando com a autora acima citada, faz a seguinte reflexão “ o objetivo das bibliotecas, dos arquivos e de outros serviços

²⁰ DEWEY, Melvil. **Dewey Decimal Classification and Relative Index**. 21.ed. Albany: Forest Press, 1996. 4v.

²¹ CLASSIFICAÇÃO decimal universal: edição média em língua portuguesa. 2. ed. Brasília: IBICT, 1988.

²² CUTTER, Richard A. **Cutter-Sanborn three figure author table**. Littleton: Libraries Unlimited, 1969.

²³ PRADO, Heloisa de Almeida. **Tabela PHA**. 3. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

análogos é facilitar o acesso à informação ou criar barreiras a esse mesmo acesso?” (2005c, p. 98).

Concordamos com as opiniões expostas, mesmo porque com a automação dos catálogos, conforme já expressamos anteriormente, termos como ponto de acesso principal, ponto de acesso secundário e entrada principal, não fazem mais o menor sentido. Entretanto, as normas não poderão jamais serem banidas. Deverão sim, ser aperfeiçoadas, acompanhando a evolução das tecnologias de comunicação e informação, facilitando a troca de informações e derrubando barreiras linguísticas.

Neste sentido, afirma Ribeiro (2005c, p. 100),

As normas não deverão ser abolidas, mas sim repensadas e reelaboradas à luz de uma nova fundamentação, até porque, no processo info-comunicacional, elas serão, cada vez mais, o garante de que a interoperabilidade dos sistemas é uma realidade e de que a “web semântica” irá banir, de facto, as barreiras ao acesso.

Para sua recuperação e uso, a informação desde os tempos mais remotos, sempre necessitou de procedimentos de organização e representação. Entretanto, sofreram uma evolução de acordo com a complexidade dos contextos em que essa informação foi sendo produzida. Isso nos permite afirmar que os procedimentos de organização e representação permanecem indispensáveis necessitando sempre da análise e interpretação humanas, apesar das, cada vez mais, requintadas tecnologias (RIBEIRO, 2005c, p.100).

Quanto aos pontos de acesso de assunto, também encontramos na literatura autores que usam a terminologia indexação por assunto (CARRIÓN GÚTIEZ, 1987) e outros catalogação por assunto (GARRIDO ARILLA, 1996), o que consideramos também sinônimos. A atividade de indexação/catalogação de assunto visa a organização do catálogo de assunto, ou a preparação de índices de assunto, com o principal objetivo de prover acesso à informação contida nos documentos. Assim, o ponto central nas atividades de tratamento e organização da informação pode ser resumido na busca de soluções para alcançar o acesso ao conteúdo, sem descuidar do acesso físico ao documento (GOMES, 1996, p. 55).

Segundo o *Glossário de Biblioteconomia e Documentação* [2007,online] Indexação “é o ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento com

termos representativos dos seus assuntos, com o objetivo de recuperá-los posteriormente”.

A indexação de assuntos constitui-se em uma atividade complexa que deve ser desenvolvida em consonância com todo o contexto em que a biblioteca está inserida: a organização a que serve, a clientela a que se destina e os recursos financeiros, materiais e humanos disponíveis.

O principal objetivo de um serviço de indexação é assegurar a recuperação de qualquer documento ou informação, no momento em que o usuário busca um assunto em um sistema de informações.

A indexação de assuntos envolve duas etapas principais: a análise conceitual e a tradução. A análise conceitual é a atividade de definição dos assuntos que são tratados no documento, e a tradução corresponde à atividade de conversão dos conceitos identificados na análise para uma linguagem de indexação (LANCASTER, 2004, p. 9).

Cabe, entretanto, ressaltar que a atividade de indexação é um processo subjetivo. "A indexação envolve julgamento e, conseqüentemente, oscila muito no seu nível de concordância e apresenta discrepâncias" (PINHEIRO, 1978, p. 109).

O que determina a qualidade da indexação é o estabelecimento de pontos de acesso que representem devidamente os assuntos dos documentos, permitindo sua eficaz recuperação. O conceito de coerência é um dos quesitos para uma indexação de qualidade, já que todos os documentos que tratam sobre o mesmo assunto devem estar representados da mesma forma, não havendo perda de informações no momento da recuperação.

Destaca-se, assim, a importância do uso de uma política de indexação e de um vocabulário controlado para nortear as atividades do indexador no momento da representação temática dos documentos. A política de indexação, neste contexto, orienta a indexação de acordo com as necessidades de informação dos usuários de uma determinada unidade de informação; já o vocabulário controlado estabelece a forma de representar os assuntos que compõem uma área limitada do conhecimento, tornando possível maior coerência entre os termos estabelecidos.

A indexação requer um trabalho intelectual de análise, síntese e representação, e para determinar os assuntos dos documentos deve-se estar apoiado por uma terminologia que atenda os diversos perfis socioculturais e

socioprofissionais dos usuários. Nesse sentido a Biblioteconomia vem elaborando, ao longo dos tempos, ferramentas para subsidiar a representação dos conteúdos dos documentos, visando a elaboração de instrumentos de acesso à informação facilitando a busca e recuperação da informação, o que não tem acontecido com a arquivologia, na qual as discussões são bem mais recentes.

A pesquisa que gerou a tese de doutoramento de Fernanda Ribeiro intitulada *O acesso à informação nos arquivos*, publicada em 2003, trata-se do trabalho de maior relevância sobre essa questão. A autora afirma que.

[...] da associação de três dispositivos – classificação, descrição e pontos de acesso – que resultam os instrumentos passíveis de recuperação da informação eficaz. Contudo, os instrumentos produzidos nem sempre conjugam esses três elementos, razão pela qual o acesso se torna deficiente, impreciso ou mesmo errôneo. (RIBEIRO, 2003, p. 634).

A autora utiliza o termo **instrumentos de acesso à informação** para designar “todo e qualquer instrumento que permite localizar ou recuperar informação [...] independentemente de a sua finalidade ser o trabalho/controlo [...] ou a pesquisa/referência” (p. 650).

Bellotto (2004), prefere o termo **instrumento de pesquisa** cuja denominação, segundo a autora, vem do francês *instruments de recherche* ou *instrument de travail*, também usada pelos espanhóis como *instrumentos de trabajo* ou *instrumentos de descripción* e em inglês a denominação é *finding aids*.

Controvérsias a parte, o importante é considerarmos que são os meios que permitirão que a informação chegue aos utilizadores/pesquisadores, ou seja, são instrumentos de divulgação da informação.

O registro bibliográfico (ficha catalográfica) é o produto final no qual resulta na representação dos documentos e os catálogos manuais para a biblioteconomia. No que se refere a instrumentos de acesso à informação ou instrumento de pesquisa nos arquivos, os mais antigos são os registros e os inventários. Os registros resultavam da atividade da entidade produtora do arquivo, e serviam de controle diário da informação, ao passo que os inventários geralmente eram produzidos depois de se ter acumulado a documentação que deixara de ter uso administrativo corrente (RIBEIRO, 2003, p. 636).

Para esses termos, o *Dicionário de Terminologia Arquivística* organizado por Camargo e Belloto (1996), atribui as seguintes definições:

Registro: “atividade de um arquivo que consiste na elaboração de instrumento de controle da entrada de documentos por transferência, recolhimento, reintegração, compra, arrematação, doação, legado ou depósito” (p. 65).

Inventário: “instrumento de pesquisa em que a descrição exaustiva ou parcial de um fundo ou de uma ou mais de suas subdivisões toma por unidade a série, respeitada ou não a ordem da classificação” (p. 45).

No inventário é possível descrever de modo global as séries documentais que compõem um fundo bem como fazer uma descrição sumária, isto é, apenas indicando dados.

Heredia Herrera (1991, p. 52) aponta algumas questões sobre uma possível confusão existente acerca do inventário com o ato de catalogar. Na catalogação o documento é individualizado, no inventário, não se separa as unidades documentais. De acordo com a autora:

El inventario describe las series generadas orgánica o funcionalmente en el curso de la gestión de una institución, en el caso de un archivo administrativo, o bien, es resultado de la descripción de series que integran una sección histórica o un fondo documental en un archivo histórico (*apud* ALBUQUERQUE, 2006, p.154).

Igualmente, quando há massas documentais que já receberam tratamento, e das quais alguns documentos foram eliminados mas estas ainda constituem grandes quantidades, é feito o inventário com uma descrição “sumária”, isto é, apenas indicando dados. Desta forma, esses documentos continuam fazendo parte da organização do arquivo. Portanto, o inventário tem a função de descrever, de forma sumária, os conjuntos documentais ou partes do fundo (BELLOTTO, 1991, p.113).

O índice é outro instrumento de acesso à informação nos arquivos. Segundo Sousa e outros (2006, p. 44-45) “os índices decompõem dos documentos por descritores que complementam os catálogos e/ou inventários. São termos/palavras-chaves que permitem rápida e eficiente localização de cada documento.

O *Dicionário de Terminologia Arquivística*, organizado por Camargo e Bellotto (1996, p. 43), assim define o índice: “é o produto da indexação, como instrumento de pesquisa autónomo ou complemento de outro”.

Outro instrumento de acesso a informação nos arquivos, e que oferece uma visão geral do mesmo, é o guia. Para Heloisa Bellotto, na família dos instrumentos de pesquisa:

[...] o guia é o mais abrangente e o mais “popular”, pois está vazado numa linguagem que pode atingir também o grande público e não especificamente os consulentes típicos de um arquivo: historiadores e administradores. A estes devem ser fornecidos, com detalhamento progressivo, além do guia, instrumentos de pesquisa mais específicos e determinados (1991, p.109).

O guia é o instrumento básico voltado ao usuário em geral. Atualmente, a elaboração de guias se desenvolveu e mudou, incluindo em seu conteúdo dados sobre a história do arquivo, expediente, volumes, consultas, etc., Essa mudança foi causada por sua característica informativa geral, o que o torna bastante abrangente (ALBUQUERQUE, 2006, p. 50).

Para Heredia Herrera (1991 *apud* ALBUQUERQUE, 2006, p.151),

[...] o guia não se fixa em particularidades e sim assinala as características dos fundos do acervo, estabelece relações entre os documentos, indica uma história dos organismos produtores e de seus fundos, descreve a génesis documental e suas relações entre secções e séries.

Por meio do guia, o pesquisador pode se situar sobre todos os recursos do arquivo, inclusive quais são os outros instrumentos mais específicos disponíveis.

Segundo Heredia Herrera (1991, p. 53), podemos definir um guia como:

Una obra cuya finalidad primordial es informar panorámicamente sobre el conjunto documental: en la Guía se hace historia de la institución o instituciones que producen la documentación, de las vicisitudes por las que éstas han pasado hasta formar el fondo o fondos que hoy se identifican con un archivo o con el conjunto de archivos con un denominador común.

Conforme Ribeiro (2003, p. 638), foi ainda na primeira metade do século XIX que começaram a surgir novas denominações para os instrumentos de acesso à informação nos arquivos, entre elas o **catálogo** “correspondendo a um tipo de instrumento que referenciava, as mais das vezes cronologicamente, documentos individuais, quase sempre inseridos em livros”.

De acordo com Belotto (2004, p. 202), no âmbito dos arquivos o catálogo é “o instrumento que descreve unitariamente as peças documentais de uma série ou mais séries, ou ainda de um conjunto de documentos, respeitada ou não a ordem de classificação”.

Já para Heredia Herrera (1991, p. 54),

Catálogo es el instrumento que describe ordenadamente y de forma individualizada las piezas documentales o las unidades archivísticas de una serie o de un conjunto que guardan entre ellas una relación o unidad tipológica, temática o institucional.

No entanto, essa mesma autora chama a atenção para o fato de que embora o termo catálogo seja utilizado também para definir catálogo de biblioteca, os elementos que compõem este último nada se assemelham ao catálogo de arquivo.

Para Albuquerque (2006, p.157) “O catálogo funciona melhor em fundos de menor amplitude, pois exige mais tempo e trabalho para sua elaboração. Não é um instrumento indispensável em um arquivo, decisão que deve ser tomada pela instituição”.

Podemos verificar aqui, a distância que separa as questões referentes aos catálogos e à catalogação entre a Biblioteconomia e a Arquivologia, uma vez que na primeira, fala-se em catálogos e em catalogação desde a.C., como pudemos verificar no capítulo 1 dessa tese.

Para Sousa e outros (2006, p. 44-5) a designação Catálogo

[...] inclui todos os documentos pertencentes a um ou mais fundos, descreve singularmente as unidades documentais e as agrupa pelo mesmo assunto, período de tempo ou lugar. Sua finalidade é indicar a localização de cada documento.

Simultaneamente, aparecem também os extratos ou sumários de documentos, “cuja principal função era a de fornecer um resumo esclarecedor do

conteúdo daqueles documentos que se revestiam de maior interesse histórico”. (RIBEIRO, 2003, p. 638).

Em Portugal, foi o Decreto de 27 de Maio de 1927²⁴ que trouxe em seu bojo as primeiras diretivas no sentido de uniformizar a catalogação em arquivos. Fazem “referência explícita a catálogos [...] e a inventários, porém não definem o âmbito de aplicação dessa teoria” (RIBEIRO, 2003, p. 638).

As normas expressas no referido decreto referiam-se a “normas para o serviço de catalogação”, às quais o Arquivo Nacional deveria subordinar-se, relativamente a manuscritos, e que obedeciam a seis modelos, a seguir:

- *Modelo nº 1* – para elaborar o catálogo topográfico e para “os livros dos cartórios (cartulários, tombos, registos de documentos, etc.)”, cujos exemplos permitem ver o grau de pormenor que já era previsto para a descrição dos documentos, tanto em relação aos elementos identificativos, quanto ao seu conteúdo;
- *Modelo nº 2* – destinado à catalogação de “documentos soltos dos cartórios e dos transcritos em livros”, que consistia num sumário do documento, encabeçado pela data;
- *Modelo nº 3* – para catalogar “cartas de nomeação de empregos, de tenças²⁵, de concessões de terrenos, etc., transcritas em livros”, que incluía também um sumário, seguido da data e da referência topográfica do livro em que estava transcrito o documento catalogado;
- *Modelo nº 4* – destinado à catalogação de correspondência, em que figurava um resumo extenso do conteúdo, a data, elementos de descrição física e a cota;
- *Modelos nºs 5 e 6* – para “descrição de códices iluminados, de importância histórica e artística”, cujos elementos informativos, quer de identificação, quer de conteúdo, quer ainda relativos ao suporte e aos elementos ornamentais se apresentavam com elevado grau de pormenor (RIBEIRO, 2003, p. 571).

²⁴ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. Ministério da Instrução Pública : Direcção Geral do Ensino Superior: Decreto n. 13:724. **Diário do Governo. 1ª. Série.** Lisboa. 114 (3 jun.1927) citado por RIBEIRO, F. **O acesso à informação nos arquivos.** [Lisboa]: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. v.2, p.638.

²⁵ Pensão com que o estado premiava serviços considerados relevantes. Fonte: <<http://pt.wiktionary.org/wiki/ten%C3%A7a>>. Acesso em: 12 maio 2008).

O Decreto de 27 de Maio de 1927 foi suspenso, pouco tempo após ter sido publicado, entretanto, alguns dos modelos de descrição de documentos que ele preconizava tiveram grande aplicação tendo sido utilizado até há pouco tempo.

Em 27 de Junho de 1931, através do Decreto n. 19.952²⁶, foi aprovada uma nova reforma das bibliotecas e arquivos em Portugal. Um dos objetivos, segundo Ribeiro (2003, p. 571) era o de “valorizar os seus [dos arquivos e bibliotecas] recheios pelo inventário e catalogação das espécies”, e a autora complementa “pois se considera “lamentável” o estado em que se encontram no que respeita, especialmente, aos serviços de catalogação de manuscritos.”

À Junta Consultiva das Bibliotecas e Arquivos, criada com várias atribuições de carácter essencialmente técnico, cabia “estudar o regime geral de catalogação, bem como de organização de índices, inventários e roteiros para os estabelecimentos dependentes da Inspeção” (artº 25º, § 6º) (*apud* RIBEIRO, 2003, p. 572).

Em 1933, António Ferrão, publica *Instruções provisórias para a elaboração dos roteiros ou índices topográficos dos arquivos ou secções de manuscritos das bibliotecas*,²⁷ constituindo-se no primeiro grande esforço de normalização arquivística em Portugal. Porém, não surtiram efeitos práticos.

António Ferrão, em 1946, ocasião em que ocupava o cargo de Inspector Superior das Bibliotecas e Arquivos fez um relato publicado nos *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, cujo título era *Estabelecimento de regras e normas para a elaboração de catálogos, roteiros de índices das bibliotecas e arquivos*, onde podemos perceber, em suas palavras, a valorização e a grande preocupação de se estabelecer instrumentos de acesso à informação nos arquivos e bibliotecas, à época. Diz ele:

A catalogação é, pois, um assunto eminentemente técnico e característico dos trabalhos de repertoriação das espécies das bibliotecas e dos arquivos. A importância de tais estudos e serviços é máxima, tornando-se natural que assim seja, pois é da perfeição e completamento dos catálogos, roteiros e índices que depende a

²⁶ PORTUGAL. Leis, decretos . Decreto nº 19.952, de 27 de Junho de 1931.Reforma dos serviços de Bibliotecas e Arquivos e criação dos Arquivos Distritais. **Diário do Governo, I Série**, Nº 175, de 30 de Julho de 1931.

²⁷ FERRÃO, António .Estabelecimento de regras e normas para a elaboração de catálogos, roteiros e índices das bibliotecas e arquivos. In: PORTUGAL. Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos - Crónica: alguns serviços durante o 2º semestre de 1946. p. 13-15. (*apud* RIBEIRO, Fernanda. **O acesso à informação nos arquivos**, op. cit.).

eficiência e boa utilização dos recheios dos arquivos e das bibliotecas. Em resumo: uma biblioteca e um arquivo valem o que valerem os seus catálogos e índices [...] (*apud* RIBEIRO, 2003, p. 573).

Fato é que algumas tentativas de se estabelecer normas com vistas à uniformidade na organização dos índices e catálogos, em Portugal, foram feitas, porém, infrutíferas.

Em sua pesquisa, Fernanda Ribeiro concluiu que há falta de normalização no tocante às formas dos pontos de acesso nos arquivos portugueses. Isso se deve ao fato de que:

[...] só recentemente é que as questões de normalização têm sido equacionadas, de forma sistemática, na área dos arquivos, ao contrário do que acontece no domínio das bibliotecas, em que os códigos catalográficos remontam a meados do século XIX [...] (2003, p. 688).

As preocupações com a normalização da descrição arquivística, em todo o mundo, começaram a acontecer de fato, com a aprovação, em 1994, pelo CIA, da norma internacional ISAD(G) (para descrição) e da norma ISAAR(CPF) (para registro de autoridade) cuja primeira edição foi publicada em 1996, das quais falaremos mais à frente.

2.2 A REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA

Como destacado no item anterior, a Catalogação compreende três partes: dados de localização, descrição bibliográfica – também chamada representação descritiva ou catalogação descritiva – e pontos de acesso.

Tendo em vista que o tema principal deste trabalho é o ensino da representação descritiva, a presente seção não pretende enfocar as questões relativas a dados de localização e a pontos de acesso.

A descrição bibliográfica é tanto um produto quanto um processo (ou operação). Enquanto **processo** realiza: a descrição da parte física do documento; a descrição dos elementos de identificação do documento, o que inclui: o documento

como um todo e as partes distintas que o compõem e a indicação das relações bibliográficas com elementos descritivos de outros documentos.

Enquanto **produto**, a descrição bibliográfica pode ser vista como um conjunto organizado de informações acerca de determinado documento, destinado a fornecer uma descrição única deste documento, não ambígua, permitindo sua identificação em catálogos e bases de dados.

O uso de códigos normalizados na descrição bibliográfica é fundamental por regularizar e padronizar procedimentos em sistemas de informação, especialmente de médio e grande porte possibilitando dar maior consistência, eficiência e qualidade ao sistema, ao fornecer registros coerentes entre si; por viabilizar a cooperação catalográfica entre unidades de informação; diminuir a necessidade de tomar decisões individuais para cada documento a ser catalogado e facilitar os processos de informatização.

Podemos considerar que a afirmativa acima também se aplica à normas para descrição arquivística que da mesma forma visa garantir descrições consistentes e padronizadas. A padronização da descrição, também na arquivologia, além de proporcionar maior qualidade do trabalho técnico, contribui para a economia dos recursos aplicados e para a otimização das informações recuperadas. Também influem no tratamento técnico realizado pelas entidades custodiadoras, as normas habilitam o pesquisador ao uso mais rápido de instrumentos de pesquisa que estruturam de maneira semelhante a informação (BRASIL, 2006, p.10).

No caso específico da descrição bibliográfica Mey (1995, p. 39) observa que:

À descrição cabe extrair diretamente do item todas as informações, de interesse para o usuário, que individualizem o item tornando-o único entre os demais. Cada item possui apenas uma descrição e cada descrição se aplica a um único item.

A descrição bibliográfica compreende a descrição do material, bibliográfico ou não, e inclui, de forma genérica: o título, a indicação da responsabilidade, a edição, os detalhes específicos do material (quando se trata de material cartográfico, música, recursos eletrônicos, publicações seriadas e em alguns casos, micro formas), dados sobre a publicação, a descrição física, a série, as notas, e números padronizados.

De tal modo, a descrição bibliográfica tem como característica fundamental individualizar os documentos, tornando-os únicos entre os demais da coleção de uma biblioteca. Isso quer dizer que há necessidade, portanto, da maior uniformidade possível, isto é, a mesma informação transcrita da mesma forma e na mesma posição, o que não significa a mesma quantidade de informações.

Naturalmente, bibliotecas cujos objetivos e usuários são diferentes não possuem as mesmas necessidades. Existe um elenco mínimo de dados, capaz de identificar e individualizar um documento, a partir do qual, qualquer unidade de informação pode definir as informações adicionais necessárias aos seus objetivos e aos seus usuários.

Conforme Eliane Mey (1987b, p. 146),

A descrição bibliográfica, por sua característica de uniformidade, deve ser a forma de comunicação por excelência entre as bibliotecas: qualquer biblioteca, em qualquer parte do mundo, analisando o mesmo item-base, poderá retirar deste as mesmas informações. O que está registrado (impresso, gravado) no item é imutável e passível de verificação.

A essência da representação descritiva é mostrar, identificar, através de seu autor, título, nome do editor, edição, etc., e de outros dados que se encontram na parte externa do documento.

Portanto, Descrição Bibliográfica é:

[...] operação [...] onde se expõe, de acordo com as ISBDs, todas aquelas unidades informativas, que permitem identificar e individualizar formalmente qualquer tipo de documento, trazendo referências bem precisas, que contenham os dados externos do documento, que o diferencie dos demais (GARRIDO ARILLA, 1996, p. 29).

O processo de descrição reúne algumas etapas:

- Exame prévio do documento (leitura técnica);
- Determinação do tipo de documento para saber quais as normas adequadas para sua descrição;
- Definição do nível de detalhamento da descrição que se vai utilizar;
- Identificação dos elementos necessários para cada nível, bem como para cada área da descrição;

- Transcrever, com exatidão, os resultados das informações ao suporte escolhido, segundo se trate da catalogação manual ou automatizada.

A **descrição bibliográfica** constitui a primeira parte da catalogação. Trata-se do conjunto de informações destinado a proporcionar uma referência única que permita identificar e localizar um documento. Nesse contexto, quando se fala em identificar, estamos nos referindo à missão da descrição e quando se fala em localizar, estamos nos reportando à função dos pontos de acesso do documento.

Para Pinto Molina (1993, p. 115), Descrição Bibliográfica é:

[...] a operação encarregada de escolher todos aqueles elementos aparentes e convencionais que possibilitem a identificação precisa e formal de cada documento em uma determinada coleção, e aí que nos indique a natureza, número e ordem dos signos externos que distinguem cada documento.

A essência da Descrição Bibliográfica resulta, de alguma maneira, oposta à da atribuição de Pontos de Acesso, pois por meio destes, agrupam-se e unificam-se as possíveis entradas que o documento apresenta, e que nos permitirão recuperá-lo posteriormente. A descrição possibilita distinguir, individualizar, identificar de forma mais inequívoca possível, as particularidades externas do documento, que os distinguem de outros similares (GARRIDO ARILLA, 1996, p. 31).

Consideramos, a partir do exposto, que se trata de uma parte fundamental no tratamento dos documentos ao permitir sua identificação, dentro da memória documental, em função de suas características físicas. Sua finalidade se encontra, portanto, relacionada com a atividade descritiva física e externa do documento, e proporciona descrições normalizadas para cada unidade de informação, facilitando, assim, sua rápida identificação.

O padrão internacional utilizado para a descrição bibliográfica é o *International Standard Bibliographic Description* – ISBD, publicado pela IFLA em 1971. Teve seu início na Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação – RIEC, realizada em Copenhague (1969), conforme relato do capítulo I. Esse documento sistematiza a ordenação das informações bibliográficas, estabelecendo os elementos básicos que devem ser incluídos nas descrições, a ordem desses elementos e a pontuação prescrita de maneira que os registros resultantes sejam compreendidos em nível internacional, independentemente de sua língua ou

alfabeto. É, incontestavelmente, um importante instrumento de comunicação internacional de informação bibliográfica.

A ISBD é reconhecida como um grande avanço de normalização internacional da representação descritiva, pois requer que a transcrição da informação identifique o *item* e estabeleça as áreas normalizadas de descrição.

Buizza (apud MORENO, 2006a) comenta que a publicação e a rápida difusão internacional do documento ISBD representaram o seu sucesso, que pôde ser adotado praticamente sem interpretações, e veio a ser integrado aos códigos de catalogação de vários países.

2.2.1 NORMAS DE DESCRIÇÃO DE DOCUMENTOS DE BIBLIOTECAS

Pelo exposto até agora, podemos considerar que o termo catalogação é o mais usual para descrever esse trabalho, quando este é realizado no âmbito das bibliotecas. Com efeito, consideramos a catalogação como um mecanismo indispensável para a padronização e descrição de recursos informacionais, e, portanto, deve ser elaborada a partir de regras que ofereçam o máximo de padronização e diminuam interpretações individuais, garantindo, ao mesmo tempo, a unicidade e a universalidade do documento representado.

A essência do trabalho prático em catalogação é a adoção de padrões que possibilitem uma interpretação uniforme e universal derrubando barreiras linguísticas, usados por qualquer tipo de ambiente informacional e que permitam o compartilhamento de registros bibliográficos, principalmente em formato Marc. Um desses padrões são as ISBDs.

2.2.1.1 International Standard Bibliographic Description – ISBD

A *International Standard Bibliographic Description* – ISBD, teve sua origem na necessidade de padronização e maior uniformidade na catalogação descritiva. As ISBDs criaram uma linguagem catalográfica universal que ajuda a comunicação internacional de informação bibliográfica, independente do idioma em que um documento é publicado.

São valiosas ferramentas de gestão para as bibliotecas, pois fornecem as especificações básicas para uma descrição bibliográfica compatível em nível mundial, o que permite e facilita o intercâmbio de registros bibliográficos entre agências bibliográficas nacionais e internacionais. Consiste numa estrutura normalizada que individualiza cada elemento descritivo, colocado em áreas/zonas, a fim de descrever e identificar qualquer tipo de recurso informacional, seguindo uma ordem e um sistema de pontuação prescrito.

Após a já mencionada Conferência de Paris (1961), foram apresentados os problemas gerais da catalogação, e estabeleceram-se os primeiros fundamentos de todas as normas e regras de catalogação a serem aplicadas internacionalmente, particularmente no que se refere aos pontos de acesso para recuperação da informação. Isso provocou a modificação de vários códigos, aos quais foram incorporadas as recomendações da Conferência.

Em 1967, a Alemanha substituiu as *Instruções prussianas* pelas *Regeln fur die alphabetische Katalogisierung* (RAK) – Regras para a catalogação alfabética. Ainda em 1967, publicou-se a primeira edição das *Anglo-American cataloging rules* (AACR) – Regras de catalogação anglo-americanas, em trabalho conjunto da ALA, Canadian Library Association e Library Association (Inglaterra), embora tenham sido publicadas duas versões: uma inglesa e outra norte-americana (ver 1.1).

Em Portugal, em 1969, a publicação dos *Trabalhos Preparatórios das Regras Portuguesas de Catalogação*, que foram publicados pela Direcção-Geral do Ensino Superior, como separata do boletim “Bibliotecas e arquivos”.

No Brasil, algumas tentativas de se estabelecer um código brasileiro foram infrutíferas, o que se adotou na verdade pelas escolas de Biblioteconomia e pelos bibliotecários brasileiros foram as AACR, principalmente depois de sua tradução para o português em 1969. Entretanto, isso acarretou vários problemas, devido à falta de clareza do texto e à ausência de exemplos adequados, que contribuíam para interpretações variadas quanto à aplicação de suas regras (BARBOSA, 1978, p. 57).

Em 1969, na Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação – RIEC, Michael Gorman, conceituado pesquisador norte-americano, autor de vários livros sobre catalogação, apresentou um levantamento que foi transformado em

documento base²⁸. Gorman fundamentou-se em oito bibliografias nacionais para elaborar esse documento (ver nota de rodapé nº.12). Foram vários os motivos que levaram à realização da RIEC, mas o principal deles foi a normalização da forma e conteúdo da descrição bibliográfica.

Mey (1987) lembra não ter havido, na criação das ISBDs, qualquer preocupação de natureza teórica, e sim um estudo comparativo das práticas adotadas. Segundo Gorman (1969) citado por Mey (1978, p. 33), “ [...] meu propósito não será voltar a princípios fundamentais, mas descobrir que elementos de uma entrada catalográfica são considerados necessários em uma amostra representativa de órgãos catalogadores nacionais”.

Foi assim, que surgiu, dois anos depois, em 1971, o primeiro texto da International Standard Bibliographic Description for Monographic Publications – ISBD(M), redigido conforme as resoluções que foram definidas na RIEC.

Os códigos de catalogação, nacionais e internacionais e as Regras Portuguesas de Catalogação – RPC consideram a catalogação no seu sentido amplo, isto é, determinam regras para a descrição bibliográfica e para o estabelecimento dos pontos de acesso de autores e títulos. Entretanto, as ISBDs consideram a catalogação somente no seu sentido restrito, ou seja, a representação descritiva do documento e prescrevem as fontes que fornecem os elementos que devem ser incluídos na descrição, a ordem desses elementos e a pontuação que os separa e identifica; estabelecem, ainda, os procedimentos relativos à omissão ou inclusão de dados por parte do profissional responsável pela catalogação, sempre tendo em vista a política que regula as questões relativas à catalogação dos documentos.

O principal objetivo das ISBDs é o de fornecer uma estrutura de descrição que seja flexível o bastante para permitir adaptações às práticas e políticas, particulares de cada instituição no que concerne à catalogação, entretanto, com precisão suficiente para eliminar ambiguidades, possibilitar o intercâmbio de informação proveniente de fontes e em diferentes línguas, e propiciar a conversão de registros bibliográficos em formas legíveis por máquina.

Existem diferentes ISBDs, conforme os tipos de documentos a que se destinem. A primeira ISBD a ser desenvolvida foi a ISBD(M), relativa à descrição de

²⁸ GORMAN, Michael. **Bibliographical data in national bibliography entries**. [S.l.], 1969. 23p. Trabalho apresentado á Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação, Copenhagen, 1969.

monografias. Ainda sob a forma de Recomendações, o primeiro texto da ISBD(M) foi publicado em 1971, e a primeira edição em 1974, contemplava as alterações introduzidas pelos três anos de experiência em vários países.

A evolução das tecnologias de informação e telecomunicação impulsionou o surgimento de novos suportes da informação. As coleções das bibliotecas, arquivos e outras unidades similares passaram a receber novos suportes informacionais. Durante os anos que se seguiram à publicação da ISBD(M), foram muitas as propostas de se adotar a ISBD para outros tipos de documentos, o que obrigou as entidades responsáveis pelas ISBDs a criarem urgentemente normas internacionais de descrição para documentos armazenados nas bibliotecas, mas para os quais a ISBD(M) se mostrava inadequada.

Tal situação levou a se pensar numa norma internacional geral, na qual todas as futuras normas internacionais de descrição bibliográfica se baseassem, mas que fosse coerente com a norma específica já existente para a descrição de monografias, a ISBD(M). Foi assim que, em Outubro de 1975, reuniram-se em Paris os representantes das comissões e dos grupos de trabalho da FIAB relacionados com o desenvolvimento das ISBDs e o Joint Steering Committee for Revision of AACR – JSCAACR, com a finalidade de discutirem a possibilidade de se desenvolver uma estrutura geral para a ISBD, de modo a abranger qualquer tipo de material existente em bibliotecas.

Destas discussões surgiu, em 1977, a *General International Standard Bibliographic Description* – ISBD(G) destinada aos diversos grupos de trabalho encarregados de formular outras ISBDs. A ISBD(G) assegura uma estrutura padrão para todas as outras ISBDs.

Ainda no decorrer de 1977, foram publicadas outras normas internacionais de descrição bibliográfica: para publicações em série – *International Standard Bibliographic Description for Serials* – ISBD(S), para documentos cartográficos, *International Standard Bibliographic Description for Cartographic Material* – ISBD(CM) e para material não-livro (gráfico, sonoro e audiovisual) a *International Standard Bibliographic Description for Non Book Material* – ISBD(NBM).

Dez anos depois, em 1987 foram publicadas as edições revistas da ISBD(M), da ISBD(CM), e da ISBD(NBM), em 1988 a edição revista da ISBD(S), no mesmo ano as orientações para a aplicação das ISBDs à descrição de partes componentes – *Guidelines for the application of the ISBDs to the description of*

component parts – e, em 1991, a edição revista da *International Standard Bibliographic description for older monographic publications* (Antiquarian) – ISBD(A), cuja primeira edição foi publicada 1980.

Uma outra norma existente é a Norma Internacional de Descrição Bibliográfica para Música Impressa a *International Standard Bibliographic Description for Printed Music - ISBD(PM)*, que visa descrever os documentos musicais impressos – partituras de qualquer tipo – e ainda os métodos, os estudos, os exercícios as edições fac-similadas de manuscritos musicais. Esta norma não abrange tratados de teoria musical, manuais de solfejo e harmonia, manuais de auto-aprendizagem, manuais escolares da disciplina de música e livros sobre música em geral. Estes devem ser descritos usando a norma para monografias.

A *International Standard Bibliographic Description for Electronic Resources - ISBD(ER)*, resulta da revisão da primeira edição da *International Standard Bibliographic Description for Computer File* – ISBD(CF), publicada em 1990. As alterações introduzidas entretanto, definiram a nova edição da ISBD(ER), em 1997.

Os constantes e importantes avanços no formato eletrônico e na difusão de publicações em série estimularam a IFLA, a partir de 1998, a rever todas as ISBDs, em particular a ISBD(G) (uma vez que ela influencia as demais) e da ISBD(S) com a finalidade de substituí-la por uma norma internacional, destinada a descrever todas as publicações periódicas tradicionais e eletrônicas. Trata-se da *International Standard Bibliographic Description for Serials and Other Continuing Resources* – ISBD(CR) (Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada das Publicações em Série e de Outros Recursos Contínuos) que foi publicada em 2002. No mesmo ano, saiu a revisão da ISBD(M). A ISBD(G) foi publicada em 2004, somente na *Internet*, tendo em vista a necessidade de constantes revisões.

Foi publicada, recentemente (2007) pela IFLA, a *International Standard Bibliographic Description* – ISBD²⁹ aprovada pelo Comitê Permanente da IFLA - Seção de Catalogação. Esta edição da ISBD é uma versão consolidada que unifica os textos de sete ISBDs especializadas (livros, mapas, publicações em série, música e sons, arquivos de computador e outros recursos eletrônicos) num único texto.

²⁹ IFLA. **ISBD Review Group International Standard Bibliographic Description (ISBD)**. approved by the Standing Committee of the IFLA Cataloguing Section. Preliminary consolidated ed. Munchen : K.G. Saur, 2007. 1 v. (IFLA series on bibliographic control; v. 31).

Desta maneira, partir de então, termina a utilização de letras a especificar as ISBD(G, NBM, S, CM, A, PM, ER), passando a utilizar-se apenas uma norma. Esta norma de descrição dos documentos aplica-se a texto impresso, recursos cartográficos, recursos eletrônicos, imagens em movimento, recursos multimídia, recursos de música impressa e imagens fixas.

A designação dos elementos obrigatórios da ISBD foi interposta em conformidade com os requisitos de um nível básico nacional de registro bibliográfico, conforme determinado pela Functional Requirements for Bibliographic Records - FRBR.

A partir de agora, as regras nacionais de catalogação terão de ser revistas e adaptadas de acordo com as normas internacionais.

2.2.1.2 Functional Requirements for Bibliographic Records – FRBR

Não é objetivo desta tese aprofundar-se no estudo dos FRBR, uma vez que não é esse o seu principal foco. Por outro lado, não se poderia deixar de abordá-los, uma vez que se trata de mudanças significativas no cenário da catalogação descritiva. Portanto, o que se segue é uma abordagem genérica sobre o assunto³⁰.

Como vimos, a IFLA tem promovido padrões bibliográficos internacionais por meio do *Universal Bibliographic Control and International MARC – UBCIM Programme* (Programa de Controle Bibliográfico Universal e MARC Internacional) e programas e atividades da Divisão para Controle Bibliográfico, que têm resultado numa reavaliação dos fundamentos da teoria e da prática da catalogação em nível internacional. Após mais de quatro décadas dos Princípios de Paris (1961), em que o centro era os catálogos, com apreciação internacional mais

³⁰ Para maiores informações sobre os FRBR recomendamos a leitura de: IFLA. International Federation of Library Associations and Institutions. **Requisitos Funcionales de los Registros Bibliográficos**: Informe final. Tradução de Xavier Agenjo y María Luisa Martínez-Conde. Madrid: Ministério da Cultura, c. 1998, MORENO, Fernanda Passini. **Requisitos Funcionais para registros Bibliográficos – FRBR: um estudo no catálogo da Rede Bibliodata**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Universidade de Brasília, 2006 e SILVEIRA, N.C. **Análise do impacto dos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) nos pontos de acesso de responsabilidade pessoal**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- PUCCAMP, 2007.

abrangente, o foco agora passa a ser nas funções do registro bibliográfico e paralelamente, no controle de obras que vão além dos seus suportes físicos.

A realidade econômica que as bibliotecas enfrentam, bem como a necessidade de reduzir custos de catalogação, o crescimento de publicações e o rápido aumento de novos formatos e materiais com várias formas de acesso foram as principais questões que motivaram os participantes do Seminário sobre Registros Bibliográficos realizado em Estocolmo, Suécia, em 1990, patrocinado pelo Programa sobre Controle Bibliográfico Universal e MARC Internacional (*UBCIM*) e a Divisão de Controle Bibliográfico da IFLA.

Este seminário teve como principal objetivo repensar a representação bibliográfica e, durante o evento, foi criado um grupo de trabalho cuja função foi a de iniciar as primeiras discussões sobre o assunto e estabelecer uma definição dos requisitos funcionais dos registros bibliográficos.

Paralelamente a isso, também reconheceram a importância de satisfazer as necessidades dos usuários e de resolver de maneira mais eficaz a ampla gama de necessidades associadas aos diferentes tipos de materiais, assim como aos diferentes contextos em que os registros bibliográficos são utilizados. (IFLA, 1998, p. 28-29).

Segundo Assunção (2005, p.19), os registros bibliográficos

São agora o foco da teoria catalográfica. Isso reflecte um interesse crescente em bases de dados relacionais e orientadas para objectivos. O catálogo deixa de ser o contentor de entradas bibliográficas independentes para se tornar numa estrutura organizada de registros bibliográficos com dados armazenados em diferentes ficheiros.

Como já amplamente exposto nas seções 1.1, 2.1 e 2.2 desta tese, durante muito tempo, o principal foco da teoria da catalogação foi nas funções do catálogo, ou seja, no produto final do processo. O que se discutia nos encontros de especialistas em catalogação eram questões como espaçamento, pontuação, formas de cabeçalho, normalização de entrada principal (pessoa, entidade coletiva, título), sempre com vistas à normalização de catálogos e registros para intercâmbio de informações. A partir do Seminário de Estocolmo (1990), o foco das discussões – levando-se em consideração a diversidade de usuários, materiais, suportes e formatos – passou a ser a respeito das necessidades e interesses dos usuários

desses catálogos tais, por exemplo, como um registro poderia atender de forma mais completa seus questionamentos ao consultar uma base de dados bibliográfica ou um catálogo eletrônico.

Trata-se, na verdade, de novos princípios que substituem e ampliam os Princípios de Paris, no campo da catalogação, incluindo desde obras textuais a todo tipo de material. Esses novos princípios se constroem sobre a base das grandes tradições catalográficas do mundo e também sobre os modelos conceituais dos documentos da IFLA: *Functional Requirements for Bibliographic Records* – FRBR e *Functional Requirements for and Numbering for Authority Records* – FRANAR.

Especialistas de todo o mundo, especialmente dos Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, França e Itália, têm contribuído com esse debate. Nesse encontro de Estocolmo, foram adotadas nove resoluções, sendo que uma delas deu origem ao projeto de definição dos requisitos funcionais dos registros bibliográficos.

Dois anos depois do Seminário de Estocolmo, em 1992, no Congresso da IFLA em Nova Deli foi aprovado o início dos estudos e constituído um grupo de trabalho.

Após vários trabalhos preliminares, o estudo foi aprovado em 1997, durante o Congresso de Copenhaga, pelo Comitê Permanente da Seção de Catalogação da IFLA.

Assunção (2005, p. 14) afirma que “Ao englobar uma estrutura lógica à descrição à determinação dos assuntos, os FRBR fazem uma abordagem diferente da de Paris, abordagem esta abrangente e estruturada à própria análise do documento, centrando-a no utilizador da informação”.

Os FRBR, ao reproduzirem a estrutura conceitual do que um registro bibliográfico deve incluir, fogem do pragmatismo que caracteriza as descrições e discussões sobre as formas de descrição. O propósito é proporcionar uma aproximação coerente da catalogação descritiva e por assuntos, dos recursos bibliográficos de todos os tipos.

Segundo Moreno (2006a, p. 25)

[...] ao desconstruir o objeto que será descrito: um livro, um documento eletrônico ou um registro sonoro, por exemplo, propondo um modelo conceitual com entidades, dotadas de atributos, indo além dos elementos de dados previstos nas ISBDs e AACRs, os FRBR trazem as delimitações entre conteúdo e suporte, visando

oferecer um maior número de opções ao usuário do catálogo eletrônico, através das relações entre estas entidades.

Com base nesses novos enfoques, podemos considerar que a catalogação passa a ser vista, a partir de agora, como um processo de produção de registros bibliográficos para registros em bases de dados para posterior recuperação, que requerem uma cuidadosa reconsideração das relações entre determinados elementos de dados do registro e as necessidades dos usuários.

Um dos objetivos dos FRBR é o de:

[...] produzir um quadro estruturado, claramente definido, para relacionar os dados consignados nos registros bibliográficos com as necessidades dos usuários desses registros e recomendar um nível básico de funcionalidade dos registros criados pelas agências bibliográficas nacionais (IFLA, 1998, p. 41, tradução livre).

Sendo assim, os FRBR, configurados como uma recomendação para reestruturar os registros bibliográficos de forma a refletir a estrutura conceitual de buscas de informação, consideram a diversidade de:

- **Usuários** – usuários de biblioteca, pesquisadores, bibliotecários do setor de aquisição, publicadores, editores, vendedores;
 - **Materiais** – textuais, musicais, cartográficos, audiovisuais, gráficos e tridimensionais;
 - **Suporte físico** – papel, filme, fita magnética, meios óticos de armazenagem, etc. e,
 - **Formatos** – livros, folhas, discos, cassetes, cartuchos, etc.
- que o registro pode conter (MORENO; ARELLANO, 2005, p. 27).

Para registro bibliográfico, os FRBR apresentam a seguinte definição:

[...] agregado de dados associados a entidades descritas em catálogos de bibliotecas e bibliografias nacionais. Formam parte deste conjunto de dados os elementos de dados descritivos, como aqueles definidos nas Descrições Bibliográficas Internacionais Normalizadas (ISBDs); os elementos de dados usados nos cabeçalhos para pessoas, entidades coletivas, títulos e assuntos, que funcionam como instrumentos de armazenagem ou entradas de índices; os outros elementos de dados usados para organizar um arquivo de registros, como os números de classificação; as notas como resumos ou sumários; e os dados específicos das unidades das coleções de bibliotecas, tais como números de acesso e de chamada (IFLA, 1998, p. 41-42, tradução nossa).

A proposta dos FRBR, portanto, é que catálogos *online*, baseados neste modelo teórico internacional de catalogação, possam mostrar, mais claramente, as relações bibliográficas, de forma mais proveitosa ao usuário, de maneira que ele possa navegar em "espaços" de informações complexos, por meio das relações, e que as informações nos registros recuperadas por meio da expressão de busca do usuário, reflitam uma apropriada relação de registros.

Para atender satisfatoriamente às questões propostas pelos usuários, os FRBR são definidos em relação às seguintes tarefas genéricas realizadas pelos usuários, quando realizam buscas em bibliografias nacionais e catálogos de bibliotecas, ou utilizam as chamadas *user tasks* (tarefas do usuário) (IFLA, 1998, p. 8, tradução livre):

- uso dos dados para **encontrar** recursos bibliográficos em uma coleção, que pode ser real ou virtual, como resultado de uma busca utilizando atributos ou relações dos recursos para localizar um só recurso, ou localizar conjuntos de recursos que representem a todos os recursos que pertencem à mesma obra, à mesma expressão, à mesma manifestação, a todas as obras e expressões de uma pessoa, família ou entidade coletiva, a todos os recursos sobre um assunto, todos os recursos definidos por outros critérios (língua, país de publicação, data de publicação, formato, etc.), normalmente como delimitação secundária do resultado de uma busca;
- uso dos dados recuperados para **identificar** um recurso bibliográfico ou um agente, isto é, para confirmar que a entidade descrita em um registro corresponde à entidade que se busca, ou para distingui-lo entre duas ou mais entidades com características similares;
- uso dos dados para **selecionar** um recurso bibliográfico que atenda as necessidades do usuário, isto é, para escolher uma entidade que satisfaça as exigências do usuário em relação ao conteúdo, formato físico, etc., ou à rejeição de uma entidade, sendo imprópria às necessidades do usuário;
- uso dos dados para adquirir ou **obter** acesso ao exemplar descrito, isto é, para adquirir uma entidade por meio de compra ou empréstimo, etc., ou para alcançar eletronicamente uma entidade por uma conexão em linha a um computador remoto

Podemos perceber que essas tarefas, embora com pequenas variações, não são muito diferentes dos três objetivos do catálogo propostos por Cutter, já mencionados anteriormente, na seção 2.1 desta tese.

Os elementos propostos nos FRBR são: entidades, atributos e relacionamentos.

Entidades

As entidades, num total de dez, são divididas em três grupos: O primeiro grupo inclui, para a criação de registros bibliográficos, as seguintes entidades, que compreendem ao produto do esforço intelectual e artístico: Obra; Expressão; Manifestação e Item. Segundo os FRBR, obra e expressão “refletem o conteúdo intelectual ou artístico”, ao passo que manifestação e item, “refletem a forma física” (IFLA, 1998, p.12).

A figura 2, a seguir, demonstra a interação dos conceitos do grupo 1 dos FRBR. Como se pode perceber, as entidades deste primeiro grupo representam os diferentes aspectos dos interesses dos usuários relativamente a produtos da atividade intelectual ou artística.



Figura 2- Entidades e relações principais do Grupo 1 dos FRBR.
Fonte: Tillett (2002, *online*).

O segundo grupo inclui aquelas organizações responsáveis pelo conteúdo intelectual ou artístico, pela produção física e disseminação, ou pela guarda das entidades do primeiro grupo: pessoa ou entidade coletiva. A figura 3 mostra o tipo de relações de “responsabilidade” que existe entre entidades do segundo grupo e entidades do primeiro grupo.

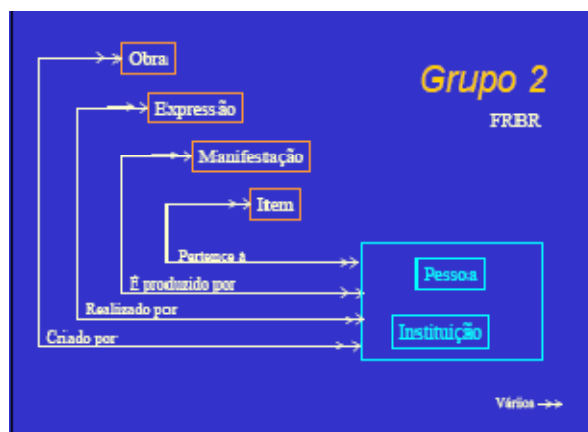


Figura 3- Entidades e relações de “responsabilidade” do Grupo 2 dos FRBR.
Fonte: Tillett (2002, *online*).

O terceiro grupo inclui um conjunto adicional de entidades que servem como assuntos de uma produção artística ou intelectual: conceito, objeto, acontecimento e lugar (IFLA, 1998). A figura 4 abaixo representa as relações de “assunto” entre entidades no terceiro grupo e a entidade *obra* no primeiro grupo.

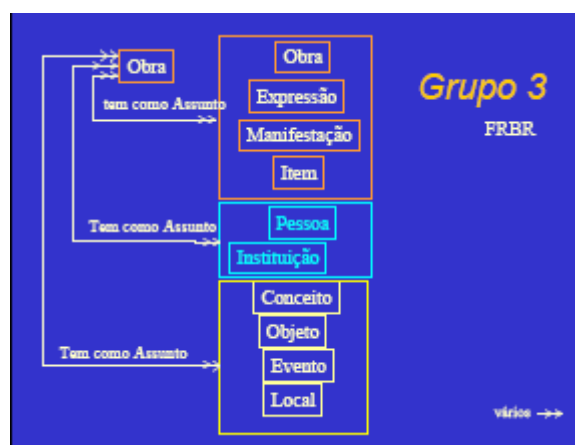


Figura 4- Entidades e relações de “assunto” do Grupo 3 dos FRBR.
Fonte: Tillett (2002, *online*).

Os registros bibliográficos, via de regra, devem representar manifestações. Essas manifestações podem conter uma coleção de obras, uma obra individual ou uma parte de uma obra. As manifestações podem aparecer em uma ou mais unidades físicas. Deve-se criar um registro bibliográfico independente para cada suporte físico (manifestação).

Obra é uma entidade abstrata, uma criação intelectual ou artística distinta.

A entidade **Expressão** é a realização intelectual ou artística específica que assume uma obra ao ser realizada, excluindo-se aí aspectos de alteração da forma física.

Uma **Manifestação** é a materialização de uma expressão de uma obra, isto é, seu suporte físico, que podem ser livros, periódicos, filmes, recursos eletrônicos etc., que é representada pelo **Item**, um único exemplar de uma manifestação. Os registros de autoridade deverão documentar as formas controladas dos nomes de pessoas, famílias, entidades coletivas e assuntos. As entidades que servem como assuntos em uma obra incluem: Obra; Expressão; Manifestação; Exemplar; Pessoa; Família; Entidade Coletiva; Conceito; Objeto; Evento e Lugar.

Atributos

Atributo³¹ define-se como uma qualidade associada a um elemento já mencionado (ex.: A Justiça e a Ordem são os atributos de toda boa sociedade), ou como uma qualidade restritiva somente a um único elemento (ex.: A Linguagem é um atributo humano).

Para que o modelo FRBR funcione satisfatoriamente há de se definir para cada entidade um conjunto de atributos. É mediante esses atributos que os usuários formulam as suas pesquisas e interpretam as respostas obtidas nos catálogos.

Os atributos inerentes às entidades se referem às características físicas, aspecto formal que caracterizam uma manifestação (suporte), ou outros identificados por meio do exame do item (informações na capa, na página de rosto, colofão, etc.). Os atributos externos, ou imputados a uma entidade, compreendem os identificadores daquela entidade e informações contextuais (número no catálogo temático, ou o contexto em que a obra foi realizada) e que, na maioria das vezes, requerem o uso de outras fontes para estabelecê-los (MORENO, 2006a, p. 27).

³¹ Retirado de: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Atributo> >. Acesso em: 15 out. 2006.

Relacionamentos

Devem-se identificar no catálogo as relações bibliograficamente significativas entre entidades, ou seja, as entidades são associadas entre si de alguma maneira.

Sobretudo em sistemas automatizados, o estudo das relações bibliográficas é extremamente importante para o desenvolvimento de catálogos mais eficazes e amigáveis, pois permite o melhor cruzamento de informação no momento da pesquisa.

Para os FRBR, relacionamentos servem para descrever ligações entre uma entidade e outra, e como um meio de auxiliar o usuário a “navegar” no universo que é representado numa bibliografia, catálogo, ou banco de dados bibliográfico (IFLA, 1998 *apud* MORENO, 2006a, p. 57). A importância dos relacionamentos se dá pelo foco nas tarefas do usuário. “Os relacionamentos refletidos no registro bibliográfico proporcionam informação adicional que ajudam o usuário a fazer novas conexões entre a entidade encontrada e outras entidades que se relacionam com aquela entidade” (IFLA, 1988, *apud* MORENO, 2006a, p. 58).

Observa-se que os FRBR ampliam os conceitos de livro, obra e representação:

Uma obra é uma entidade abstrata; não há um único objeto material que se possa assinalar como obra. Reconhecemos a obra através das realizações individuais ou expressões da obra, mas **a obra propriamente existe apenas no conteúdo em comum das várias expressões da obra**. Quando se fala da *Ilíada* de Homero como uma obra, o ponto de referência não é uma narração ou texto específico da obra, mas a criação intelectual posta em todas as várias expressões da obra (IFLA *apud* MORENO, 2006a, p. 37 grifo do autor).

Denton (*apud* MORENO, 2006a, p. 37) menciona que Lubetzky (1969) afirmava que o livro havia se tornado um produto dicotômico: como um objeto material ou meio usado para transmitir a obra intelectual de um autor. “Porque o material ‘livro’ personifica e representa o trabalho intelectual, os dois vieram a ser confundidos, e os termos são usados como sinônimos não somente por leigos, mas também pelo catalogador.” Lubetzky coloca ainda que, desde Panizzi, há falhas em se propor uma distinção clara e consistente entre o livro e a obra e:

[...] se o objetivo do catálogo deve ser meramente dizer a um pesquisador se a biblioteca tem ou não o livro em particular que o pesquisador está procurando, ou se deve ir além, para lhe dizer também que outras edições e traduções – ou outras **representações** – da obra a biblioteca tem para lhe ajudar mais eficazmente a determinar se a biblioteca tem o que necessita e para selecionar o que pôde melhor servir a suas finalidades (apud MORENO, 2006a, p. 37).

Podemos concluir, portanto, que nesta nova perspectiva dos FRBR, a questão é que se o usuário do catálogo não conseguir encontrar – ou souber com certeza se ela existe na biblioteca – uma entidade que procura, ou seja, uma **obra**, uma **expressão** de uma obra, uma **manifestação** dessa expressão ou um **item** em particular então o catálogo não está cumprindo sua função.

Assunção (2005, p. 18) vai além e afirma:

Se o utilizador do catálogo, ao analisar um registro bibliográfico, não conseguir saber se a entidade que procura é aquela que está descrita no registro, se não conseguir saber se vale ou não a pena consultá-la (em função das suas necessidades) ou, no limite, se souber, mas não tiver meios de a obter (por sua localização física não estar indicada) então o registro bibliográfico não cumpre a sua função.

As discussões sobre os FRBR tiveram continuidade durante o Encontro de peritos para discutir da viabilidade de um Código Internacional de Catalogação (IFLA Meeting of Experts on the International Cataloguing Code – IME ICC = Encontro de Especialistas sobre um Código de Catalogação Internacional) realizado em 2003, em Frankfurt, Alemanha, onde participaram 32 países europeus e 54 peritos em catalogação. O objetivo desta reunião era aumentar as possibilidades de compartilhar informação catalográfica em nível internacional promovendo normas para os registros bibliográficos e para os registros de autoridade utilizados nos catálogos das bibliotecas, ou seja, dar continuidade ao objetivo da Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação de 1961.

Atenção especial foi dada a esses Princípios e à necessidade da sua revisão para melhor adaptá-los a realidade tecnológica de hoje, uma vez que aqueles princípios foram desenvolvidos para construir catálogos manuais.

Também foram objetivos desta Reunião em Frankfurt, examinar os códigos de catalogação utilizados atualmente na Europa para comparar suas

semelhanças e diferenças com vistas ao desenvolvimento de um Código Internacional de Catalogação, cujos princípios, embora fundamentalmente para bibliotecas, pudessem ser aplicados também em outros organizadores da informação tais como arquivos, museus, indústrias de *software* e outras comunidades (TILLET, 2003, p.12).

O Relatório final dos FRBRs foi primeiramente publicado na imprensa em 1998³², pela KG Saur como volume 19 da UBCIM publicações, nova série, bem como arquivos PDF e HTML no site da IFLA.

Os FRBR continuam sendo amplamente discutidos nos encontros e seminários promovidos pela IFLA, sendo que já estão sendo desenvolvidos projetos de pesquisa visando a implementação do modelo em *softwares* bibliográficos, o que certamente mudará o cenário mundial da descrição bibliográfica.

2.2.2 NORMAS DE DESCRIÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVOS

O termo descrição, ao longo dos últimos anos, adquiriu nova acepção dentro da Arquivologia. Discutem-se os tipos de instrumentos de pesquisa, a importância e necessidade de normas que orientem os trabalhos desenvolvidos pelas instituições arquivísticas. Neste sentido, os profissionais da área, em seus países, sentem a necessidade de se estabelecer normas para que possam promover ajustes ou compatibilização com as internacionais, bem como as escolas que ministram cursos na área de Ciência da Informação, para que incluam em seus programas de ensino, conteúdos relativos a normalização da descrição arquivística.

A descrição arquivística se processa por meio de instrumentos de pesquisa, os quais explicam os documentos de arquivos, quanto à sua gestão, identificação e localização e situam o pesquisador quanto ao contexto e o sistema de arquivo que o gerou (SOUSA et al., 2006, p. 38).

Dentre as técnicas documentais usadas para facilitar a busca e a recuperação da informação, encontra-se a Descrição Arquivística, que pode ser definida como:

³² IFLA Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records. **Functional Requirements for Bibliographic Records**: final report . Munchen: K.G. Saur, 1998. 136 p. (UBCIM publications; new series, v. 19).

O ato de descrever e representar informações contidas em documentos e/ou fundos de arquivo, gerando instrumentos de pesquisa (inventários, guias, catálogos etc.), os quais explicam os documentos de arquivo quanto a sua localização, identificação e gestão (SOUSA et al., 2006, p. 41).

A descrição arquivística também situa o usuário com relação ao contexto além de garantir a compreensão do acervo arquivístico.

Dentro do tradicional ciclo de tratamento de documentos de arquivo, denominado de *teoria das três idades*, ou seja, arquivos correntes (primeira idade), intermediários (segunda idade) e permanentes (terceira idade), a descrição arquivística, com maior frequência, é empregada nos arquivos permanentes quando o suporte é papel, porém em documentos eletrônicos “a descrição ocorre em todos os momentos do tratamento dos documentos [...] começa no processo de classificação, continua na avaliação e se aprofunda nos instrumentos de busca mais específicos (HAGEN, 1998, p. 294).

A descrição, segundo Camargo e Bellotto (1996, p. 23) “consiste no conjunto de procedimentos que, a partir de elementos formais e de conteúdo, permitem a identificação de documentos e a elaboração de instrumentos de pesquisa”.

Bellotto (2004, p.179) afirma que “a descrição é a única maneira de possibilitar que os dados contidos nas séries e/ou unidades documentais cheguem até os pesquisadores”. Com essas palavras, a autora reconhece a necessidade e o valor da atividade de descrição de documentos, atividade essa, que, quando bem realizada, oferece ao utilizador meios de encontrar o que procura, bem como informá-lo do que existe no arquivo, que também poderá ser de seu interesse.

Segundo Ancona Lopez (2002, p. 15)

[...] a organização arquivística de qualquer acervo pressupõe não apenas as atividades de classificação, mas também as de descrição. Somente a descrição arquivística garante a compreensão ampla do conteúdo de um acervo, possibilitando tanto o conhecimento como a localização dos documentos que o integram.

Afirma ainda o autor que “as atividades de classificação só conseguem ter seus objetivos plenamente atingidos mediante a descrição documental. [...] a

classificação arquivística, desprovida das atividades de descrição, somente é inteligível para as pessoas que organizaram o acervo”.

Cruz Mundet (2003, p. 255), considera a descrição arquivística como atividade extremamente importante dentre dos vários processos que envolve o tratamento de documentos de arquivo quando afirma “La description de los documentos constituye la parte culminante del trabajo archivístico y viene a coincidir exactamente en su finalidad con la de la propia documentación: informar”.

Heredia Herrera foi uma das precursoras a tratar da descrição na Arquivística. Segundo a autora:

La descripción es el análisis realizado por el archivero sobre los fondos y los documentos de archivo agrupados natural o artificialmente, a fin de sintetizar y condensar la información en ellos contenida para ofrecerla a los interesados. Equivale a dar al documento de archivo o sus agrupaciones sus señas de identidad, aquellos rasgos que los definen con precisión (eligiendo los elementos que mejor los identifiquen) y que permitirán y facilitarán la comunicación (consulta y recuperación) (1991, p.299).

Assim, o termo descrição nos conduz ao entendimento de que é uma atividade essencial à vida útil dos documentos de arquivo, sem a qual os meios de se realizar uma busca se tornam quase impossíveis, ou seja, sem a consequente elaboração de guias, inventários, catálogos e índices, a localização fica praticamente inviável.

A busca por uma padronização de procedimentos descritivos por parte dos arquivos e a possibilidade do intercâmbio e compartilhamento de informações proporcionados pelas tecnologias de informação e comunicação têm promovido muitas discussões com o principal objetivo de se definir normas de descrição documental em arquivos.

Neste sentido, Silva e outros (2002, p.187) afirmam:

Se, no domínio das bibliotecas a normalização se impôs como uma necessidade já desde os finais do século passado, tendo seguido, em vários países, regras e princípios de catalogação, no domínio dos arquivos esta vertente tardou muito mais a desenvolver-se. Contudo, é a introdução de meios informáticos no trabalho dos arquivistas que vem “impor” maior disciplina na forma de apresentar os dados descritivos, condição essencial para se conseguirem realizar pesquisas com sucesso.

Para as *Normas Gerais Internacionais de Descrição em Arquivo* ISAD(G), Descrição arquivística (archival description) é:

A elaboração de uma acurada [sic] representação de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2001, p.14).

Apenas com pequenas diferenças, a *Norma Internacional para os Registros de Autoridade Arquivística Relativos a Instituições Pessoas Singulares e Famílias* – ISAAR (CPF) define a descrição arquivística como:

Criação de uma representação precisa de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, quaisquer que sejam, pela apreensão, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar materiais arquivísticos e o contexto e sistemas de documentos que os produziram (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2004, p. 14).

Assim como na Biblioteconomia, que já tem a questão de normalização da descrição mais consolidada, em função da importância cada vez maior da troca de informações, seja em nível nacional ou internacional, a padronização é um processo que se desenvolve também na Arquivologia. Entretanto diferentemente das bibliotecas, os arquivos só muito recentemente viram surgir normas para a representação descritiva.

As primeiras tentativas de que se têm notícias, de se criar normas de descrição arquivística começaram na década de 80 quando Steven Hensen fez adaptações de alguns capítulos da segunda edição das *Anglo American Cataloguing Rules* – AACR2, para a descrição de documentos de arquivo. Como resultado surgiu, em 1983, a obra *Archives, Personal Papers and Manuscripts*³³ – APPM – que obteve o respaldo da Sociedade dos Arquivistas Americanos, e da Library of Congress e alcançou natureza normativa nos Estados Unidos.

Relativamente aos princípios orientadores para a descrição documental e consequentemente a elaboração de instrumentos de recuperação da informação tem sido uma preocupação que se discute há alguns anos. Dignos de destaque são

³³ HENSEN, Steven L. **Archives, personal papers and manuscripts**: a cataloging manual for archival repositories, historical societies and manuscripts. Washington, DC: Library of Congress, 1983.

o *Manual de instrumentos de descripción documental*, em 1982³⁴ e *El Archivo: instrumentos de trabajo*, publicado em 1986³⁵.

Michael Cook editou na Grã-Bretanha, em 1986, o *Manual of Archival Description*³⁶ – MAD, desenvolvido na Universidade de Liverpool com a participação da *Society of Archivists* o qual tinha características muito similares ao de Steven Hensen, conforme afirma Leão (2006, p. 39):

Seguindo um processo semelhante ao do trabalho de Hensen, o MAD surgiu da iniciativa pessoal de seu autor, tendo se convertido, posteriormente, em fonte normativa. Entretanto, a obra de Cook teve uma difusão menor que a de Hensen, mesmo que sua influência teórica tenha sido maior.

A arquivística espanhola exerceu grande influência nos países da América Latina e sem sombras de dúvida, na Arquivística portuguesa.

Segundo Silva et al. (2002, p. 174),

[...] na segunda metade da década de 80 iniciou [...] um período de renovação.[...] escassos foram os estudos de Arquivística divulgados até aos anos 80. [...] Salienta-se no, entanto, o facto de ter sido concebida uma metodologia de descrição arquivística para tratamento automatizado de documentação histórica, designada ARQBASE, a qual teve como fundamentação teórica, o *Manual of Archival Description*³⁷ [MAD].

Também na década de 1990, surgiu, por iniciativa dos arquivistas canadenses, a terceira grande obra normativa de carácter nacional: *as Rules for archival description*³⁸ – RAD. Segundo Leão (2006, p. 39), tanto o manual de Cook, como a RAD canadense, “possuía um corpo extenso e detalhado de instruções normativas e, como o manual de Hensen, sofria uma forte influência biblioteconômica”. Na verdade, esses três manuais: o americano, o britânico e o

³⁴ HEREDIA HERRERA, A. **Manual de instrumentos de descripción documental**. Sevilla: Disputación Provincial, 1982.

³⁵ PESCADOR DEL HOYO, M. del Carmem. **El Archivo: instrumentos de trabajo**. Madrid: Ed. Norma, 1986.

³⁶ COOK, M.; PROCTER, M. **A manual of archival description**. Aldershot: Gower, 1986.

³⁷ COOK, M. **The manual of Archival Description: a recent research in archival description in the United Kingdom**. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 1., Porto, 1985 – **A informação em tempo de mudança: actas**. Porto: BAD, 1985, v.1, p. 409-415

³⁸ BUREAU OF CANADIAN ARCHIVISTS. Planning Committee on Descriptive Standards. **RAD: rules for archival description**. Ottawa, 1990.

canadense, evidenciaram a necessidade da elaboração de normas gerais para a descrição de documentos, o que era um grande desafio, pois para servir como padrão descritivo internacional, essas normas deveriam unificar as práticas descritivas de diferentes países que possuíam diferentes metodologias de trabalho, instrumentos de pesquisa e terminologias também diferentes.

Como vimos, diversas foram as tentativas de se estabelecer normas de descrição e paralelamente, iniciaram-se as discussões sobre os princípios da proveniência e da ordem original, uma vez que era notória a necessidade de preservar a identidade da informação arquivística em suportes eletrônicos.

A introdução da automação nos arquivos fez com que os arquivistas modificassem a maneira como vinham, até então, desempenhando suas atribuições, obrigando-os a uma nova reflexão sobre a prática descritiva e isso gerou mudanças significativas no que tange à teoria e a descrição dos documentos arquivísticos.

Este novo cenário, obrigatoriamente, implicou na utilização de normas padronizadas e aceitas internacionalmente que possibilitam a integração à redes e consequentemente, permitem o intercâmbio de informações, pois, uma vez que os arquivos utilizem normas compatíveis entre si para descrição dos seus documentos, os mesmos podem ser recuperados com maior facilidade, já que, não havendo um padrão mínimo de procedimento, as práticas locais até então utilizadas, não teriam mais razão de ser.

Entretanto, mesmo percebendo a crescente demanda pelo acesso eletrônico, pela rapidez e facilidade que isso proporcionaria na obtenção de informações arquivísticas, os arquivistas permaneceram por um bom tempo acreditando que o desenvolvimento e o uso de práticas descritivas unificadas era algo questionável. Obviamente que esta postura adiou por um período considerável o desenvolvimento de uma norma para a descrição dos documentos.

Conforme afirma Ribeiro (1996, p. 9),

[...] no campo da Arquivística, [...], as técnicas de tratamento documental não estão ainda devidamente aprofundadas, nem as normas que existem têm aplicação consensual. Carecemos, ainda hoje, de normalização internacional nas principais áreas do tratamento dos fundos arquivísticos.

No final da década de 1980, o Conselho Internacional de Arquivos – CIA inicia o processo de elaboração de normas de descrição de documentos de

arquivos. Em 1988, sob os auspícios do Arquivo Nacional do Canadá e do CIA, acontece em Ottawa, no Canadá, um encontro de especialistas em normas de descrição. As discussões apontaram para a necessidade da composição de um grupo de trabalho que elaborasse normas de descrição que viessem a serem propostas à comunidade arquivística internacional. Acatando a recomendação, o CIA promoveu uma reunião, em 1989, em Paris, onde compareceram especialistas em descrição arquivística com a função de elaborar um plano de ação para o desenvolvimento das referidas normas.

Nesta reunião foi constituída uma comissão específica para, no âmbito do CIA, realizar tal tarefa³⁹. A primeira reunião da Comissão ocorreu em 1990 na Alemanha, trazendo especialistas do Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Inglaterra, Malásia, Portugal e Suécia. A partir da divulgação e discussão de uma declaração de princípios quanto à descrição arquivística no Congresso Internacional de Arquivos de Montreal, a Comissão passou a contar também com um representante da Austrália, num esforço de conciliar e atender a tradições técnicas diversas.

A elaboração da norma para descrição de documentos arquivísticos ISAD(G)⁴⁰, publicada em 1994, foi o primeiro trabalho da Comissão. Esta norma teve como principal objetivo abranger “documentos de todo e qualquer suporte, respaldada em procedimentos metodológicos já implementados, bem como definindo um universo de elementos de descrição para registro de informações tradicionalmente recuperadas” (BRASIL, 2006, p. 7).

O surgimento da ISAD(G) trazendo uma proposta de atender os princípios e práticas arquivísticas, buscando consistência descritiva, fornecendo acesso às informações contextualizadas e permitindo a troca de informações entre os arquivos, abriu novas perspectivas para o tratamento dos documentos arquivísticos, principalmente no que se refere à descrição.

É importante frisar que o Comitê de Normas de Descrição possui, atualmente, dois representantes de países de língua portuguesa, Ana Franqueira,

³⁹ A importância do Canadá nesse processo foi tamanha, que os dois primeiros secretários-executivos da Comissão e, depois, do Comitê de Normas de Descrição (CND) foram os canadenses Hugo Stibbe e Kent Haworth. A ligação desse país com a questão da normalização permanece, e o Comitê de Boas Práticas e Normas Profissionais, que na atual estrutura do CIA veio a suceder ao CND, tem como presidente Marion Beyea, presidente do Comitê de Normas do National Council on Archives / Conseil National des Archives.

⁴⁰ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **ISAD(G)**: General international standard of archival description. Ottawa : Secretariat of the ICA Ad Hoc Commission on Descriptive Standards, 1994.

por Portugal, e Vitor Manoel Marques da Fonseca, pelo Brasil. Ambos os países já possuem suas normas nacionais.

A concomitância desses processos favoreceria a realização de trabalhos conjuntos, que poderiam até incluir a participação de outros países lusófonos, garantindo que os povos de uma das línguas mais faladas mundialmente possam não só trocar informações sobre documentos arquivísticos de interesse comum, mas também economizarem recursos financeiros na busca de soluções tecnológicas para seus problemas e influírem de maneira mais consequente nas decisões internacionais (FONSECA, 2000, *online*).

A ISAD(G) em sua segunda edição, em 2000, sofreu algumas modificações, embora sem alterações substanciais em relação a primeira versão, trazendo maior flexibilidade e amplitude de aplicação. Constitui referência mundial na elaboração de instrumentos descritivos, pois estabelece diretrizes gerais para a preparação das descrições arquivísticas, visando sua normalização.

O principal objetivo da descrição arquivística se pauta em identificar e explicar o contexto e o conteúdo dos documentos de arquivo visando promover acesso aos mesmos. Todavia, esse objetivo só pode ser alcançado com a criação de representações de acordos com padrões preestabelecidos.

A ISAD(G) apresenta um modelo hierárquico dos níveis de arranjo de um fundo e suas partes, pois existem níveis de descrição com diferentes graus de detalhamento, apropriadas para cada nível de arranjo.

A ISAD(G), na visão de Schwarzbald e outros (2004, *online*) “[...] surge para ‘somar’, regularizar e generalizar uma das atividades arquivísticas responsáveis pelo acesso e uso dos documentos, a descrição”.

Com a descrição, é possível compreender amplamente o conteúdo de um fundo, possibilitando não somente o conhecimento como a localização das informações que o integram.

De acordo com Bellotto (2004, p.182), o objetivo principal da ISAD(G) é:

Estabelecer diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas, podendo ser usada juntamente com as normativas nacionais de vários países do CIA. Essas diretrizes abarcam a identificação do nível dos documentos que se quer descrever (se do arquivo como um todo, se de grupos ou seções, séries ou itens/peças documentais), do contexto, dos caracteres extrínsecos e intrínsecos dos documentos e de seus conteúdos.

Uma outra norma foi elaborada pelo mesmo grupo responsável pela ISAD(G). Trata-se da *International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families* – ISAAR (CPF) - *Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias* - que introduziu a discussão dentro da Arquivologia do vocabulário controlado e dos pontos de acesso.

Segundo Hagen (1998, p. 297), o objetivo da ISAAR (CPF) é:

[...] assegurar que haja uma lista controlada com os nomes das instituições, pessoas e famílias produtoras de arquivos, ou seja, assegurar que não sejam utilizados diversos nomes ao mesmo tempo para a mesma entidade [...].

Portanto, concretamente, os avanços com relação à normalização de documentos de arquivos encontram-se centrados nessas duas normas relativas à descrição, a *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística* – ISAD(G), voltada para os documentos arquivísticos, e a *Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias* - ISAAR(CPF), voltada para os produtores desses documentos. A primeira edição desta última foi desenvolvida pela Comissão *Ad Hoc* de Normas de Descrição do CIA entre 1993-1995 e publicada pelo CIA em 1996. A segunda edição, resultado de um processo de revisão de cinco anos cuja versão preliminar foi publicada no *website* do CIA/CND em Janeiro de 2003, foi publicada em 2004. Esta norma (ISAAR(CPF)), será abordada com mais detalhes na seção 2.3.5 desta tese.

2.2.2.1 Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE

Em 1996, por ocasião do Congresso Internacional de Arquivos ocorrido em Pequim, a Comissão, inicialmente constituída em 1989, citada anteriormente, foi transformada em Comitê de Normas de Descrição – CND, passando a integrar-se ao CIA, ocasião em que o Brasil foi solicitado a indicar um representante para o CND, cuja principal tarefa à época era revisar a segunda edição da ISAD(G). Importante lembrar que a ISAD(G) ainda não era conhecida e não fora impressa no Brasil,

sendo que a única tradução em português era a publicada nos Cadernos BAD, da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.

Revisar a norma exigia, portanto, como primeira providência, traduzi-la e divulgá-la o mais amplamente possível, tarefa que foi assumida pelo Arquivo Nacional, com sede no Rio de Janeiro, que em princípios de 1998 publicou a primeira edição brasileira das normas internacionais ISAD(G) e ISAAR(CPF), as quais foram distribuídas, sem nenhum custo a todas as instituições arquivísticas, incluindo escolas de Arquivologia no país.

Paralelamente, diversos eventos foram realizados visando a discussões e sugestões, principalmente a ISAD(G) uma vez que esta, em nível internacional, começava a ser revista.

A participação do Brasil no processo de revisão da ISAD(G) foi extremamente proveitosa. Ganhou a Norma, ao incorporar uma visão crítica mais afastada dos grandes centros de discussão arquivística e com experiências diferenciadas em termos de tradição e tecnologia. Ao mesmo tempo, ganhou a comunidade profissional brasileira, ao ter um contato mais amplo e constante com as preocupações de colegas de outros países, além de aprofundar sua reflexão sobre a própria ISAD(G) (BRASIL, 2006, p. 8).

A ISAD(G) pode ser aplicada a todos os tipos de materiais arquivísticos, pode ser utilizada tanto em sistemas manuais quanto automatizados de descrição, possui um alto grau de generalidade, definindo apenas a macro estrutura da descrição, deixando a definição quanto a procedimentos específicos para outras esferas de decisão, nacionais ou institucionais. Daí a recomendação do CND sobre a necessidade de normas nacionais e, conseqüentemente, a necessidade de cada país refletir sobre sua realidade e criar suas próprias normas (BRASIL, 2006).

A Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística-CTNDA foi criada pela Portaria n.º56, de 30/9/2001, do Conselho Nacional de Arquivos – Conarq, com a finalidade de propor normas que, em conformidade com a ISAD(G)⁴¹

⁴¹CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: norma geral internacional de descrição arquivística, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999. 2.ed. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2001. 119 p. (Publicações técnicas; n. 49)

e a ISAAR(CPF)⁴² fossem, após discussão pela comunidade profissional, aprovadas pelo Conarq e adotadas como normas brasileiras.

A partir de 2004, passou a contar também com membros correspondentes, integrantes de arquivos estaduais ou de outras instituições já usuárias da ISAD(G), num esforço de ampliar a discussão por todo o Brasil.

A CTNDA iniciou os trabalhos promovendo um diagnóstico sobre o grau de normalização dos procedimentos técnicos adotados no tratamento de arquivos em território nacional, procurando identificar equipes que já tivessem estabelecido contato com a ISAD(G) e a ISAAR(CPF) e as aplicassem. O resultado desse trabalho foi disponibilizado em sua página na Internet⁴³, juntamente com as atas de reuniões realizadas e um levantamento bibliográfico sobre descrição arquivística, consolidado em publicação específica⁴⁴. A versão preliminar desta Norma foi submetida à consulta pública de janeiro a maio de 2006, ao mesmo tempo em que se realizaram oficinas para divulgação em várias cidades brasileiras tais como Belém, Brasília, Florianópolis, Londrina, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, contando com a presença de profissionais da área, docentes e alunos dos cursos de Arquivologia, os quais contribuíram enviando sugestões que foram analisadas em reunião específica, elaborando-se a versão final, publicada em 2006, denominada NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística.

Neste sentido, a comunidade arquivística brasileira se diferencia da comunidade biblioteconômica, pois desde o início se preocupou em se estabelecer uma norma brasileira de descrição arquivística, ao contrário dos bibliotecários que embora se tenha conhecimento, como veremos mais adiante, de tentativas de elaborar códigos brasileiros, sempre adotaram normas internacionais, ou seja as AACR, uma vez que essas tentativas se mostraram infrutíferas, como veremos na seção 2.3.3.

A NOBRADE não é uma mera tradução das normas ISAD(G) e ISAAR(CPF), que já existem e estão publicadas. Seu objetivo, ao contrário, consiste na adaptação das normas internacionais à realidade brasileira, incorporando preocupações que o Comitê de

⁴²CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAAR(CPF)**: norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias: segunda edição. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2004. 99 p. (Publicações técnicas; n. 50)

⁴³ Ver http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/cam_tec_norm_arq/index.asp

⁴⁴ BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística. **Descrição arquivística**: referências bibliográficas. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2004.

Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos (CDS/CIA) considerava importantes, porém, de foro nacional. Esta norma deve ser intensamente divulgada no âmbito das instituições arquivísticas e nos eventos ligados aos profissionais da área, de modo a possibilitar o seu aperfeiçoamento (BRASIL, 2006, p. 9).

A NOBRADE estabelece diretrizes para a descrição no Brasil de documentos arquivísticos, compatíveis com as normas internacionais em vigor ISAD(G) e ISAAR(CPF), e objetiva facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional.

As normas internacionais ISAD(G) e ISAAR(CPF) requerem normas nacionais, e, portanto, a norma brasileira defende a padronização de procedimentos em sistemas de arquivos e/ou em entidades custodiadoras. A NOBRADE tem como objetivo:

[...] estruturar a informação a partir de elementos de descrição comuns, buscando interferir o mínimo possível na forma final em que as descrições são apresentadas. Cabe a cada entidade custodiadora e a seus profissionais a decisão acerca dos recursos utilizados para a descrição, bem como o formato final de seus instrumentos de pesquisa, sendo apenas imprescindível a presença dos elementos de descrição obrigatórios (BRASIL, 2006, p. 10).

Embora a norma tenha sido pensada para utilização tanto em sistemas automatizados como manuais, as vantagens de seu uso são potencializadas nos primeiros. O respeito a esta norma em ambientes manuais pode facilitar, posteriormente, a passagem dos dados para sistemas automatizados. Para intercâmbio nacional ou internacional de dados, ainda que seu uso não seja suficiente, constitui requisito fundamental.

Apesar de ser voltada, de preferência, para a descrição de documentos em fase permanente, a NOBRADE pode também ser aplicada à descrição em fases corrente e intermediária.

Esta norma tem como pressupostos básicos o princípio do respeito aos fundos e a descrição multinível. Consequentemente:

- a descrição do fundo deve ser feita em níveis;
- a descrição deve partir do nível mais geral para o particular;
- a descrição deve obedecer às regras da descrição multinível.

Quanto à descrição multinível, a NOBRADE adota princípios expressos como regras na ISAD(G), quais sejam:

Descrição do geral para o particular – com o objetivo de representar o contexto e a estrutura hierárquica do fundo e suas partes componentes;

Informação relevante para o nível de descrição – com o objetivo de representar com rigor o contexto e o conteúdo da unidade de descrição;

Relação entre descrições – com o objetivo de explicitar a posição da unidade de descrição na hierarquia;

Não repetição da informação – com o objetivo de evitar redundância de informação em descrições hierarquicamente relacionadas (BRASIL, 2006, p.11).

A NOBRADE prevê a existência de 28 elementos de descrição, distribuídos em oito áreas:

1. *Área de identificação*, onde se registra informação essencial para identificar a unidade de descrição;
2. *Área de contextualização*, onde se registra informação sobre a proveniência e custódia da unidade de descrição;
3. *Área de conteúdo e estrutura*, onde se registra informação sobre o assunto e a organização da unidade de descrição;
4. *Área de condições de acesso e uso*, onde se registra informação sobre o acesso à unidade de descrição;
5. *Área de fontes relacionadas*, onde se registra informação sobre outras fontes com importante relação com a unidade de descrição;
6. *Área de notas*, onde se registra informação sobre o estado de conservação e/ou qualquer outra informação sobre a unidade de descrição que não tenha lugar nas áreas anteriores;
7. *Área de controle da descrição*, onde se registra informação sobre como, quando e por quem a descrição foi elaborada;
8. *Área de pontos de acesso e descrição de assuntos*, onde se registram os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição.

Todos os elementos de descrição compreendem: o nome do elemento; seu objetivo; a(s) regra(s) geral(is) aplicável(is); comentários, em que são fornecidas informações sobre a importância do elemento de descrição e como funciona; procedimentos, que detalham a(s) regra(s) geral(is), exemplos ilustrativos de maneiras de uso do elemento e de interpretação de sua(s) regra(s).

Dentre os 28 elementos de descrição disponíveis, sete são obrigatórios: código de referência; título; data(s); nível de descrição; dimensão e suporte; nome(s) do(s) produtor(es); e condições de acesso.

A NOBRADE conta ainda com três apêndices:

Apêndice A – Modelo de níveis de descrição,

Apêndice B – Relações entre registros de descrição e de autoridade;

Apêndice C – Exemplos integrais.

Esta norma deve ser aplicada à descrição de qualquer documento, seja qual for seu gênero ou suporte.

2.2.2.2 Norma Portuguesa de Descrição Arquivística

Em Portugal, o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo - IAN/TT, por meio do Programa de Normalização da Descrição em Arquivo e do Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo publicou, em janeiro de 2006, a 1ª versão de um documento denominado *Orientações para a Descrição Arquivística*.

O principal objetivo deste documento é, segundo o IAN/TT:

[...] dotar a comunidade arquivística portuguesa de um instrumento de trabalho em consonância com as normas de descrição internacionais. Além disso, contribuir para a criação de descrições consistentes da documentação de arquivo e dos seus produtores, que facilitem a pesquisa e a troca de informação, quer em nível nacional, quer internacional (IAN/TT, 2006, p. 14).

Estas *Orientações* baseiam-se nas 2ª edição da *ISAD(G)* e da *ISAAR (CPF)*, normas que se complementam e, portanto, devem ser utilizadas de forma conjugada, potencializando assim, a tarefa de descrição e a posterior recuperação da informação.

Em sua introdução geral, o referido documento menciona:

Paulatinamente, e num tempo relativamente curto, foi perdendo terreno a ideia, muito generalizada entre nós, de que a documentação de arquivo, pela sua diversidade e especificidade, não era passível de suportar normalização, quer no que concerne ao tratamento, quer à descrição. Hoje, são já poucas as vozes que se erguem contra o tantas vezes apelidado “espartilho redutor da normalização”, tendo-se uma crescente consciência de que as bases

de dados de descrição da documentação e dos respectivos produtores, acessíveis através da Internet, necessárias à troca e partilha de informação, a nível nacional e internacional, não se compadecem com a ausência de normas, e que sem elas se caminha, inexoravelmente, para o isolamento (IAN/TT, 2006, p.13).

As *Orientações para a Descrição Arquivística* estão estruturadas em quatro partes fundamentais:

1. *Orientações para a descrição da documentação de arquivo*: referem-se às orientações gerais. Não são contemplados documentos com características ou em suportes especiais. A exaustividade da descrição pode variar, ou seja, o número de elementos de descrição pode ser maior ou menor, variando também o detalhe com que são preenchidos, mas revestem-se da maior utilidade que os critérios e as orientações seguidas sejam as mesmas.

2. *Orientações para a descrição de autoridades arquivísticas*: sobretudo pessoas coletivas, pessoas singulares e famílias, enquanto produtoras de documentação, permitindo a compreensão do contexto de produção da documentação e, inclusive, a recuperação de informação por meio do contexto de produção.

3. *Orientações para a escolha e construção de pontos de acesso normalizados*: são contemplados como pontos de acesso normalizados os nomes das pessoas coletivas, pessoas singulares e famílias, independentemente de se tratarem ou não de produtores de documentação de arquivo, podendo ser aplicadas à menção de outras responsabilidades, como as de autor, custodiante, colecionador, e ainda os nomes geográficos (IAN/TT, 2006, p.16).

Cada uma dessas partes traz uma introdução específica, definindo, de uma maneira geral, os objetivos e contextualizando o conjunto de orientações que integra.

A pretensão das *Orientações para a Descrição Arquivística* é de dotar a comunidade arquivística portuguesa de um instrumento de trabalho de referência no campo da descrição e normalização dos documentos de arquivo.

O IAN/TT, ao elaborar e publicar a primeira versão (2006) das *Orientações para a Descrição Arquivística* tem como expectativa que as mesmas possam funcionar como “uma base para a construção de uma rede nacional de arquivos, independentemente da forma como esta se desenhe e se defina” (p.17).

Além disso, deixa bastante claro que se trata de um documento importante e tem como expectativa que:

[...] os arquivistas se apoderem dele e o completem, critiquem, levantem dúvidas e questões para, através do debate, do diálogo, se isolem e se reduzam divergências, se encontrem os denominadores comuns, os consensos e os compromissos, sem os quais qualquer esforço de normalização se torna impraticável (IAN/TT, 2006, p.17).

As Orientações para a Descrição Arquivística estão assim estruturadas:

Introdução geral;

Parte I – Documentação contemplando sete Zonas, cada uma delas dividida em elementos de informação, num total de 26, segundo o previsto na ISAD (G);

Parte II – Autoridades arquivísticas,

Parte III – Escolha e construção de pontos de acesso normalizados.

Contam ainda com quatro apêndices, que sempre que necessário, contém uma nota introdutória explicativa:

1. Exemplos completos;
2. Glossário;
3. Bibliografia;
4. Lista das abreviaturas utilizadas.

As Orientações para a Descrição Arquivística propõem orientações para a descrição da documentação de arquivo na sua generalidade. Não contempla orientações específicas para documentos iconográficos, cartográficos, desenhos técnicos e arquitetônicos, audiovisuais, sonoros, não-lineares, bem como não contempla especificidade dos documentos eletrônicos. Porém, pode ser articulado com orientações específicas, criadas por entidades nacionais ou internacionais⁴⁵.

⁴⁵ Cf., entre outros, PORTUGAL. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo; Instituto de Informática - **Recomendações para a gestão de documentos de arquivo electrónicos. 1º v: Contexto de suporte**. Lisboa IAN/TT, 2000. PORTUGAL. INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, et. al. - **Recomendações para a gestão de documentos de arquivo electrónicos. 2º v: Modelo de Requisitos para a Gestão de Arquivos Electrónicos**. Lisboa : IAN/TT, 2002.; GONÇALVES, Orlando. **Descrição arquivística multinível de documentos audiovisuais**. Lisboa : RTP, Subdivisão de Arquivos, 2004. 98 p. [Não publicado]; **SEPIADES**: recommendations for cataloguing photographic collections. Kristin Aasbo [et al.]. Amsterdam: European Commission on Preservation and access, 2003. Disponível em <http://www.knaw.nl/ecpa/sepia>; INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. SECTION ON ARCHITECTURAL RECORDS. **Manuel de traitement des archives d'architecture: XIXe-Xxe siècles**. Paris: CIA, 2000.

Segundo o IAN/TT (2006, p. 20), os elementos de informação podem ser contemplados, na sua totalidade, em qualquer nível de descrição, segundo o grau de exaustividade pretendido, dependendo das características da documentação de arquivo, e/ou da política de descrição adotada pela instituição. Mas, lembra que alguns elementos, no entanto, são obrigatórios em todos os níveis de descrição.

Os objetivos da parte I, que trata especificamente das orientações para a descrição de documentos arquivísticos, consistem em:

- ✓ Assegurar a produção de descrições consistentes, apropriadas e auto-explicativas;
- ✓ Facilitar a recuperação e troca de informação sobre documentos de arquivo;
- ✓ Possibilitar a partilha de dados de autoridade;
- ✓ Tornar possível a integração de descrições provenientes de diferentes entidades detentoras num sistema unificado de informação (IAN/TT, 2006, p. 20).

Além disso, estabelece como princípios orientadores:

- ✓ A descrição arquivística baseia-se no respeito pela proveniência e pela ordem original;
- ✓ A descrição arquivística é um reflexo da organização da documentação;
- ✓ A organização da documentação de arquivo estrutura-se em níveis hierárquicos, relacionados entre si;
- ✓ Os níveis de descrição são determinados pelos níveis de organização;
- ✓ A descrição arquivística aplica-se a toda a documentação de arquivo, independentemente da sua forma e suporte;
- ✓ A descrição arquivística aplica-se a todas as fases de vida da documentação de arquivo, podendo variar apenas os elementos de informação considerados na descrição, e a exaustividade com que são preenchidos;
- ✓ A descrição arquivística aplica-se igualmente a toda a documentação de arquivo, independentemente de ser produzida por uma pessoa colectiva, uma pessoa singular ou por uma família (IAN/TT, 2006, p. 20).

E finalizando, segue as regras da descrição multinível estabelecidas pela ISAD(G), que são:

- ✓ Descrição feita do geral para o particular, com o objetivo de representar o contexto e a estrutura hierárquica do fundo e das partes que o compõem;

- ✓ Informação pertinente para o nível de descrição, com o objetivo de representar com rigor o contexto e o conteúdo da unidade de descrição;
- ✓ Ligação entre descrições, com o objetivo de tornar explícita a posição da unidade de descrição na hierarquia;
- ✓ Não repetição da informação, com o objetivo de evitar redundância de informação em descrições arquivísticas hierarquicamente relacionadas (IAN/TT, 2006, p. 20).

Assim como para descrição bibliográfica, em que criou as Regras Portuguesas de Catalogação, Portugal também se comportou da mesma maneira criando as suas próprias normas de descrição arquivística.

No Quadro 2 a seguir, podemos verificar as semelhanças e diferenças existentes entre a norma de descrição arquivística brasileira (NOBRADE) e norma de descrição arquivística portuguesa (Orientações para a Descrição Arquivística). Embora haja algumas diferenças da própria língua, em termos gramaticais e de palavras, nota-se que as duas normas são bastante semelhantes. A diferença mais significativa é que a norma brasileira prevê oito áreas compreendendo 28 elementos de descrição e a norma portuguesa sete áreas, compreendendo 26 elementos de descrição.

NOBRADE (Brasil)	ORIENTAÇÕES PARA A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA (Portugal)
1. Área de identificação	1. Zona de identificação
1.1. Código(s) de referência	1.1. Código de referência
1.2. Título	1.2. Título
1.3. Data(s)	1.3. Datas
1.4. Nível de descrição	1.4. Nível de descrição
1.5. Dimensão e suporte	1.5. Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão)
2. Área de contextualização	2. Zona do contexto
2.1. Nome(s) do(s) Produtor(es)	2.1. Nome do Produtor
2.2. História administrativa / biografia	2.2. História administrativa / biográfica / familiar
2.3. História arquivística	2.3. História custodial e arquivística
2.4. Procedência	2.4. Fonte imediata de aquisição ou transferência
3. Área de conteúdo e estrutura	3. Zona do conteúdo e estrutura
3.1. Âmbito e conteúdo	3.1. Âmbito e conteúdo
3.2. Avaliação, eliminação e temporalidade	3.2. Avaliação, selecção e eliminação
3.3. Incorporações	3.3. Ingressos adicionais
3.4. Sistema de arranjo	3.4. Sistema de organização
4. Área das condições de acesso e uso	4. Zona das condições de acesso e utilização
4.1. Condições de acesso	4.1. Condições de acesso
4.2. Condições de reprodução	4.2. Condições de reprodução
4.3. Idioma	4.3. Idioma / Escrita
4.4. Características físicas e requisitos técnicos	4.4. Características físicas e requisitos técnicos
4.5. Instrumentos de pesquisa	4.5. Instrumentos de descrição
5. Área de fontes relacionadas	5. Zona da documentação associada
5.1. Existência e localização dos originais	5.1. Existência e localização de originais
5.2. Existência e localização de cópias	5.2. Existência e localização de cópias
5.3. Unidades de descrição relacionadas	5.3. Unidades de descrição relacionadas
5.4. Nota sobre publicação	5.4. Nota de publicação
6. Área de notas	6. Zona das notas
6.1. Notas sobre conservação	6.1. Notas
6.2. Notas gerais	7. Zona do controlo da descrição
7. Área de controle da descrição	7.1. Nota do arquivista
7.1. Nota do arquivista	7.2. Regras ou convenções
7.2. Regras ou convenções	7.3. Data das descrições
7.3. Data(s) da (s) descrição(ões)	
8. Área de pontos de acesso e indexação de assuntos	Não há
8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos	

Quadro 2 – Comparativos entre as normas de descrição arquivística brasileira e portuguesa.

Fontes: BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos (2006); PORTUGAL. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (2006).

2.3 A NORMALIZAÇÃO DOS PONTOS DE ACESSO

2.3.1 As Anglo American Cataloguing Rules – AACR

Os princípios do Controle Bibliográfico Universal, que permearam as iniciativas de organização documental, foram consolidados no século XX pela institucionalização de programas e projetos de cunho internacional. Esses, por sua vez, possibilitaram a elaboração de diretrizes para obtenção de maior uniformidade na descrição bibliográfica dos documentos publicados em cada país. Dentre essas iniciativas, em 1961, a já mencionada (no capítulo 1 desta tese) "Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação", realizada em Paris, patrocinada pela UNESCO e organizada pela IFLA, apresentou propostas que levaram à publicação da primeira edição, em 1967, das *Anglo-American Cataloguing Rules – AACR1*. No Brasil essa edição foi traduzida em 1969 com o título de Código Anglo-Americano de Catalogação – CCAA.

A segunda edição, publicada em 1978 das AACR, conhecida como AACR2, traduzida no Brasil em dois volumes, um em 1983 e outro em 1985 não trouxe alterações aos princípios do código anterior, de 1967. Isso está bem claro em seu prefácio:

[...] a despeito das mudanças introduzidas na apresentação e no conteúdo, estas regras permanecem ainda as do Código anglo-americano de catalogação, com os mesmos princípios e objetivos fundamentais da primeira edição, firmemente embasados na realização daqueles que criaram a obra, publicada pela primeira vez em 1967 (ANGLO-AMERICAN CATALOGUING RULES, 1978, p. v).

Ainda nas páginas prefaciais desta segunda edição, encontram-se mencionados os seguintes objetivos:

- Conciliar em um texto único os textos norte-americano e britânico de 1967;
- Incorporar ao texto único todas as emendas e mudanças já aprovadas e implementadas por mecanismos anteriores;
- [...]
- Suscitar interesse pelo CCAA, a nível internacional, facilitando seu uso em outros países além dos Estados Unidos, Canadá e Reino Unido (ANGLO-AMERICAN CATALOGUING RULES, 1978, p. vi-vii).

Com relação às diretrizes, as AACR estabelecem:

- Manter compatibilidade, em geral, com os Princípios de Paris de 1961, tal como aparecem na primeira edição;
- Dar atenção particular à evolução do processamento automatizado dos registros bibliográficos;
- Continuar a se compatibilizar com a ISBD(M) como base para a descrição bibliográfica de monografias e comprometer-se a seguir o princípio de normalização da descrição bibliográfica para todos os tipos de materiais;
- Determinar o tratamento de materiais não-livro (ANGLO-AMERICAN CATALOGUING RULES, 1978, p. vii).

Eliane Mey (1987b, p. 38) faz severas críticas as AACR2 quando afirma que: “a falta de princípios (ou pelo menos de princípios claros) nas AACR2 leva a um grande número de decisões pessoais, o que dificulta seu uso e não favorece a normalização”. E acrescenta: “para um código que busca reconhecimento internacional, com vistas à padronização, as AACR2 estão longe de alcançar seus objetivos”.

Sendo alvo de críticas ou não, as AACR2 foram largamente disseminadas, principalmente depois de traduzidas para outros idiomas. Como resultados mais importantes nos anos que se seguiram, estão as reformulações de códigos nacionais de catalogação com base em regras internacionais.

Tendo em vista o aparecimento de novos suportes da informação, as mudanças ocorridas e as expectativas e necessidades dos usuários, o Joint Steering Committee for Revision of AACR (JSC) empenhou-se na atualização das *Anglo-American Cataloguing Rules*, que desde 1978 não sofria qualquer modificação. Esse programa de investigação e reforma teve início com a Conferência Internacional sobre Princípios e Desenvolvimentos Futuros das AACR, realizada em Toronto em 1997, seguida por mais seis reuniões: Leeds, Inglaterra (1998); Brisbane, Austrália (1999); San Diego, Estados Unidos (2000); Londres, Inglaterra (2000); Washington, Estados Unidos (2001) e Ottawa, Canadá (2001).

O *Código de Catalogação Anglo-Americano*, segunda edição, revisão 2002, foi lançado em versão impressa num volume único, como um recurso integrado, no formato de folhas soltas visando facilitar as atualizações que se pretende ser anuais, e contempla as revisões (como emendas) de 1999 e 2001, bem como as revisões aprovadas durante o ano de 2001 e finalizadas em 2002.

Ann Huthwaite, presidente do JCS, ao prefaciар este trabalho diz: “A versão impressa da revisão de 2002 da segunda edição das *Anglo-American Cataloguing Rules* (AACR) representa um marco na história da publicação do código” (CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANO, 2002, p. xxvii).

As alterações substanciais encontram-se nos seguintes capítulos: Materiais Cartográficos (capítulo 3); Recursos Eletrônicos (capítulo 9) e Recursos Contínuos (capítulo 12). Sua estrutura permanece sendo: Parte I - Descrição, contemplando 13 capítulos (do 1 ao 13), a Parte II Pontos de Acesso, Títulos Uniformes, Remissivas, trazendo os capítulos do 20 ao 26, em seguida os Apêndices (A ao F) e finalmente o Índice⁴⁶.

O crescimento das informações e a diversificação de seus suportes, cada vez mais incorporados aos acervos das bibliotecas, estão modificando e obrigando-as a recorrerem, cada vez mais, aos avanços da informática e das telecomunicações para tornar mais fácil o acesso às suas coleções.

Nas palavras de Alquerés (2002, p. vii),

Com a multiplicação das fontes, a diversificação dos meios utilizados e a intensificação do intercâmbio, as tarefas dos bibliotecários tornaram-se mais complexas na hora de organizar os acervos, incluir novos suportes e atender à demanda dos usuários, requerendo o desenvolvimento das formas de armazenar, recuperar e difundir as informações.

Portanto, é fundamental que a classe bibliotecária tenha em mãos normas de catalogação atualizadas e aceitas por toda a comunidade bibliotecária, em todos os países, e isso aumenta ainda mais a importância do Código de Catalogação.

2.3.2 Resource Description and Access – RDA

A *Resource Description and Access* – RDA é o esquema proposto pela IFLA para substituir as *Anglo American Cataloguing Rules*, segunda edição, revisão 2002 (AACR2r). O *Joint Steering Committee for Revision of AACR* passou a ser

⁴⁶ Os capítulos 14 a 19 ainda se acham livres, isto é, inexistem, uma vez que se destinam a novos suportes que possam surgir.

chamado de *Joint Steering Committee for Development of RDA*, ao assumir a responsabilidade de elaborar um esquema para substituir as AACR2r. O objetivo é melhorar a habilidade de se intercambiar informação catalográfica, em todo o mundo, fomentando normas para os registros bibliográficos e de autoridade usados nos catálogos das bibliotecas. Além disso, o RDA pretende ir além dos códigos de catalogação publicados anteriormente ao prover orientações sobre como catalogar recursos digitais.

O desenvolvimento desta nova proposta conta com representantes das seguintes entidades:

- American Library Association
- Australian Committee on Cataloguing
- British Library
- Canadian Committee on Cataloguing
- Chartered Institute of Library and Information Professionals (CILIP)
- Library of Congress.

A justificativa para a criação do RDA, segundo relatório preliminar da IFLA, em 2005 (*apud* CORRÊA, 2008, p. 45) é:

Um elemento chave no projeto da RDA é o seu alinhamento com os modelos conceituais para dados bibliográficos e de autoridades desenvolvidos pela IFLA. Os modelos FRBR e FRAR32 proporcionam à RDA uma estrutura básica que tem o objetivo necessário de dar apoio a uma cobertura abrangente de todos os tipos de conteúdo e de mídia, a flexibilidade e extensibilidade necessária para acomodar novos recursos com características diversas, e a adaptabilidade necessária para os dados produzidos para funcionar dentro de grandes ambientes tecnológicos (tradução livre).

Relativamente aos aspectos atualmente dedicados a estudar a catalogação e a descrição bibliográfica, o RDA (2005 *apud* CORRÊA, 2008, p. 46) afirma:

As tecnologias digitais mudaram significativamente o ambiente em que bibliotecas, arquivos, museus e outras entidades que administram a informação, trabalham e mantêm suas bases de dados, as quais descrevem e proporcionam o acesso a recursos que integram seus acervos (tradução livre).

A proposta do RDA é ser flexível, para que possa ser aplicável a qualquer ambiente informacional, seja ele convencional ou digital. Está estruturado em duas partes reunindo, no total, 10 seções, proposto pelo Joint Steering Committee for Development of RDA em outubro de 2007, conforme segue:

Recording attributes

Section 1. Recording attributes of manifestation and item.

Section 2. Recording attributes of work and expression.

Section 3. Recording attributes of person, family, and corporate body.

Section 4. Recording attributes of concept, object, event, and place.

Recording relationships

Section 5. Recording primary relationships between work, expression, manifestation, and item.

Section 6. Recording relationships to persons, families, and corporate bodies.

Section 7. Recording relationships to concepts, objects, events, and places associated with a work.

Section 8. Recording relationships between works, expressions, manifestations, and items.

Section 9. Recording relationships between persons, families, and corporate bodies.

Section 10. Recording relationships between concepts, objects, events, and places (JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR, 2007, *online*).

O RDA atualizou a terminologia utilizada pelas AACR2, conforme lista comparativa elaborada por Tilett (2007, *online*):

AACR2

Heading

Authorized heading

Main Entry

Added Entry

Authority control

Uniform title

Name of the work (to include name of creator when applicable)

RDA

Access point

Preferred access point

Access point/creator of work

Access point

Access point control

Preferred title

É importante considerar que o RDA é um novo código internacional de catalogação que ainda está em processo de construção, cuja conclusão está prevista para 2009, passará por revisões para então ser publicado oficialmente e disponibilizado às bibliotecas para sua aplicação. Pretende-se que seja implementado por etapas, para que as bibliotecas tenham tempo suficiente para planejar o seu uso.

2.3.3 Normas brasileiras para catalogação de documentos de bibliotecas

Embora sem resultados concretos, muitas foram as tentativas de se criar um código de catalogação brasileiro. A primeira delas foi em 1934 quando Jorge Duarte Ribeiro publicou um trabalho chamado *Regras Bibliográficas* (ensaios de consolidação), que se tratava, na verdade, de uma tentativa de se estabelecer normas para entradas de nomes pessoais⁴⁷.

Em 1941 a Associação Paulista de Bibliotecários teve aprovadas pelo Conselho Bibliotecário do Estado de São Paulo, *Regras Gerais de Catalogação e Redação de Fichas*⁴⁸, manual que trazia algumas regras para casos considerados de maior importância (BARBOSA, 1978, p. 57).

Ainda em 1941, o Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP designou uma comissão, formada por representantes do então Instituto Nacional do Livro – INL, Biblioteca Nacional - BN e do próprio DASP, que tinha a missão de elaborar um código brasileiro de catalogação. O resultado deste trabalho foi a publicação, dois anos depois, em 1943, das *Normas para Organização de um Catálogo Dicionário de Livros e Periódicos* (Projeto de um código de catalogação). Este trabalho não teve aceitação por parte das bibliotecas brasileiras, possivelmente porque já tivessem estabelecido seus padrões baseadas em regras dos códigos da ALA e da Vaticana.

Maria Luisa Monteiro apresentou como dissertação de Mestrado, realizada na Universidade de Columbia, em 1946, o trabalho *Normas Brasileiras: um problema na catalogação*⁴⁹ onde ressaltava a ausência de um código nacional de catalogação; o tratamento inadequado de assuntos nos códigos até então existentes; a falta de precisão e contradições das fontes bibliográficas e a ausência de bibliografias brasileiras correntes (BARBOSA, 1978, p. 58).

Em 1954, dois acontecimentos trouxeram à tona novamente a questão: a criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação – IBBD (atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT) que foi um marco para a Biblioteconomia brasileira e a realização do Primeiro Congresso

⁴⁷ RIBEIRO, Jorge Duarte. **Regras bibliográficas** (ensaios de consolidação). Rio de Janeiro : Indústria do Livro, 1934. 29 p.

⁴⁸ ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECÁRIOS. **Regras gerais de catalogação e redação de fichas**. São Paulo: revista dos tribunais, 1941. 20p.

⁴⁹ CUNHA, Maria Luisa Monteiro da. **Normas brasileiras** : um problema na catalogação. São Paulo: Escola de Biblioteconomia, 1948.

Brasileiro de Biblioteconomia realizado em Recife. Neste congresso, Edson Nery da Fonseca (bibliotecário, nascido em Recife, em 1921) apresentou seu trabalho denominado *Normas Brasileiras de Catalogação, entrada de autores coletivos e nomes brasileiros*⁵⁰ no qual aborda a polêmica questão em relação à entrada de nomes brasileiros e algumas recomendações foram feitas, e dentre elas destacaram-se: a criação de um código de catalogação brasileiro; a organização, pelo, hoje extinto, INL, de uma comissão formada por professores de catalogação e bibliotecários experientes e escolha da entrada de nomes brasileiros e portugueses conforme critério universalmente aceito de respeitar o desejo do autor, o uso local e a tradição literária (BARBOSA, 1978, p. 60).

Em 1960, no Rio de Janeiro, durante a 23ª. Conferencia Geral da Federação Internacional de Documentação – FID foi oficialmente criada a Comissão Brasileira de Catalogação. Extinta em 1966, esta Comissão conseguiu remover sérios obstáculos de algumas práticas ultrapassadas e algumas divergências oriundas da utilização de diferentes códigos e até mesmo de algumas adaptações feitas particularmente por algumas bibliotecas.

Em 1961, Maria Luisa Monteiro da Cunha elabora *Nomes Brasileiros e Portugueses: problemas e soluções*. Este trabalho foi enviado a todas as escolas de Biblioteconomia e professores de catalogação para críticas e sugestões. Colocado em votação no 8º. Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Brasília, em 1975 foi aprovado. Posteriormente, este documento foi enviado ao escritório do Controle Bibliográfico Universal - CBU na British Library, em Londres, para aproveitamento na nova edição da sua publicação sobre nomes pessoais de várias nacionalidades como entrada para catálogos. Finalmente, foi publicado com o nome de *Regras para Catalogação de Autores Brasileiros e Portugueses* considerados como “contribuição nacional à padronização de entradas de nomes pessoais” (BARBOSA, 1978, p. 63). Na edição de 1978, das AACR2 essas regras já vieram contempladas em forma de apêndice.

Entretanto, durante a tradução para o português, a comissão responsável por essa tradução encontrou algumas divergências do código em relação a algumas regras brasileiras e isso provocou a reavaliação das normas para

⁵⁰ FONSECA, Edson Nery da. **Normas brasileiras de catalogação, entrada de autores coletivos e nomes brasileiros**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, 1., Recife, 1954. (Informe n. 3).

catalogação de nomes brasileiros e portugueses então vigentes, ampliando-se o âmbito também para nomes de pessoas de origem estrangeira radicada no Brasil.

Várias reuniões foram realizadas e o documento preliminar foi enviado a todos os Grupos de Processamentos Técnicos para apreciação, sugestões e acréscimos de novos exemplos e aprovado nas reuniões de Normalização de Processos Técnicos promovidas e coordenadas pela BN⁵¹.

Essas regras constituíram o documento-base para a preparação de um projeto de norma da Comissão de Estudo de Catalogação na Publicação da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, que teve como objetivo a uniformização da forma de escolha das entradas para nomes de língua portuguesa e o estabelecimento dos respectivos cabeçalhos. Foi então publicada como Norma Brasileira NBR 10523 em Outubro de 1988 – *Entradas para Nomes de Língua Portuguesa em Registros Bibliográficos*. Este documento não só reforçou a aplicação das regras contidas no apêndice brasileiro como ampliou as possibilidades de uniformização dessas entradas no Brasil, tão importante para a catalogação cooperativa e para os registros bibliográficos em geral.

Nesta última revisão das AACR2, publicadas no Brasil em 2004 pela FEBAB e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, o referido apêndice recebeu o nome de *Apêndice à Tradução Brasileira: entrada para nomes de língua portuguesa* – (Apêndice F).

No Brasil, até a década de 1970, o IBBD contribuiu de maneira significativa para a catalogação quando, entre outras atividades, publicou e divulgou a segunda edição do *Código de Catalogação da Biblioteca da Vaticana*, instituiu o curso de Especialização de Pesquisas Bibliográficas, que se transformou no Curso de Documentação Científica *lato sensu*, que por sua vez deu origem ao primeiro curso de Mestrado na área da informação - Mestrado em Ciência da Informação; várias bibliografias especializadas; um catálogo coletivo de monografias e, especialmente, o Serviço de Intercâmbio de Catalogação – SIC.

⁵¹Entidades participantes: Biblioteca Nacional; Centro de Catalogação na fonte da Câmara Brasileira do Livro, SP; Centro de Estatística e Informação da Bahia; Comissão Brasileira de Documentação e Informação em Processos Técnicos da FEBAB; Comissão de Publicações Oficiais Brasileiras; Escola Superior de Guerra; Fundação Getúlio Vargas; Grupo de Bibliotecários em Documentação e Informação em Processos Técnicos, RJ; Fundação IBGE; Instituto Estadual do Livro, RJ; Senado Federal; IBICT.

A criação do IBBD se deu por influência externa, através da UNESCO, em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas – FGV, que estimulou a implantação do Instituto. Desde a sua criação, como IBBD, tinha os seguintes objetivos:

[...] promover a criação e o desenvolvimento dos serviços especializados de bibliografia e documentação; estimular o intercâmbio entre bibliotecas e centros de documentação, no âmbito nacional e internacional; incentivar e coordenar o melhor aproveitamento dos recursos bibliográficos e documentários do país, tendo em vista, em particular, sua utilização pela comunidade científica e tecnológica (IBICT, 2008, *online*).

A transformação do IBBD em Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, a partir de 1976, teve como objetivo preencher uma lacuna do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, quanto à necessidade de fornecimento de informações em Ciência e Tecnologia. A ênfase era desenvolver uma rede de informação no Brasil, envolvendo entidades atuantes em C&T, adotando-se para tanto, um modelo de sistema de informação descentralizado para o país.

Destacam-se, entre muitos outros produtos e serviços: Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas – CCN, a atribuição do International Standard Serial Number – ISSN (Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas); Programa de Comutação Bibliográfica – COMUT; Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas – SEER; Assessoria de Cooperação Técnico-Científica (nacional e internacional).

O ano de 1972 tem dois acontecimentos marcantes: o início do Sistema de Informações do Congresso Nacional – SICON, desenvolvido pelo Senado Federal, e a defesa da dissertação de mestrado de Alice Príncipe Barbosa sobre o CALCO.

O projeto CALCO – Catalogação Legível por Computador, desenvolvido por Alice Príncipe Barbosa, representou o marco inicial dos processos automatizados de registros bibliográficos no Brasil e deu origem a Rede Bibliodata, uma experiência nacional pioneira na criação de uma rede de catalogação cooperativa que visa a difusão dos acervos bibliográficos do país, o aperfeiçoamento dos serviços de documentação e informação das instituições participantes e o compartilhamento dos recursos empregados por estas instituições.

A Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições – FEBAB, a partir de vários contatos realizados com a American Library Association, Library Association e Canadian Library Association, assinou em 11 de julho de 1980 o acordo que autorizava a FEBAB a publicar as AACR2 em língua portuguesa (a edição em inglês de 1978), efetivada em dois volumes: em 1983 o volume 1, e em 1985 o volume 2⁵². O volume 1 é composto por regras destinadas a orientar os profissionais na descrição de documentos nos mais variados suportes, enquanto que o volume 2 traz regras referentes à escolha e forma de pontos de acesso, títulos uniformes e remissivas.

Posteriormente, várias tentativas foram realizadas para reimpressão do código com as atualizações publicadas desde 1988, porém sem sucesso devido à insuficiência de recursos financeiros.

Somente em janeiro de 2003, foi efetivada a renovação do contrato com os editores das AACR para a concessão dos direitos autorais, o que possibilitou à FEBAB as providências para tornar disponível aos bibliotecários brasileiros e dos países de língua portuguesa o novo Código de Catalogação Anglo-Americano, 2.^a edição, revisão de 2002, cuja origem vimos em 2.3.1 deste trabalho.

Pelo exposto, verificamos que apesar de algumas tentativas de se estabelecer um código brasileiro, o que se verifica concretamente é a utilização, por parte dos bibliotecários brasileiros, da tradução das AACR2.

Os levantamentos preliminares também comprovam o ensino das AACR2 em quase todas as escolas de Biblioteconomia brasileiras, concomitantemente à 1.^a edição, ISBDs, e Apêndice à tradução brasileira.

2.3.4 Normas portuguesas de catalogação de documentos de bibliotecas

Em Portugal, as questões sobre direção, administração e fiscalização das bibliotecas (e arquivos) pertencentes ao Estado começou com a criação da Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos em 1887. Dentre outros aspectos, o decreto que a criou⁵³ mostrava a preocupação com a salvaguarda e a

⁵² CÓDIGO de catalogação anglo americano. 2. ed. São Paulo : FEBAB, 1983-1985.

⁵³ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. Direcção-Geral de Instrução Publica: 1.^a. Repartição: [Decreto de 29 de Dezembro de 1887]. **Diário do Governo**. Lisboa. 3 (4 Jan. 1888)18. (*apud* RIBEIRO, 2008, p.21).

acessibilidade às fontes documentais mediante a elaboração de instrumentos de pesquisa, nomeadamente inventários e catálogos que deveriam ser elaborados de maneira uniforme em todas as bibliotecas (e arquivos) dependentes da Inspeção, de acordo com modelos previamente indicados.

Neste sentido, Ribeiro (2008, p. 23) assevera: “[...] antevê-se já claramente a ideia de normalização descritiva”. Entretanto, neste aspecto, nada havia ainda de concreto em relação à criação de normas portuguesas, pois, essa vertente técnica de organização e representação da informação que se via nas bibliotecas, foram colocadas em prática partir de 1841 com a publicação das “91 regras de catalogação” de Panizzi e de outros acontecimentos da área, mencionados ao longo desta tese, e que culminou com o aparecimento das *Anglo-American Cataloguing Rules*.

A referida Inspeção passou por uma reforma catorze anos depois, isto é, em 1901 e também não trouxe novidades a respeito de normas portuguesas de catalogação. Sobre os catálogos apenas incumbia a Biblioteca Nacional da “obrigatoriedade de organizar os inventários e catálogos das secções da Biblioteca de que estiverem encarregados [...]” (RIBEIRO, 2008, p. 38).

Neste aspecto, no primeiro capítulo do Regulamento da Biblioteca Nacional, (extensivo a outras bibliotecas portuguesas) promulgado pela reforma de 1901, cujo título é *Secções e suas divisões, entrada de livros, catálogos, arrumação, encadernações, volumes truncados, inventários*, encontram-se determinados os procedimentos técnicos que deveriam ser cumpridos designadamente “extracção dos verbetes para os diversos catálogos”. Neste sentido, Ribeiro (2008, p. 39) lembra que “embora não haja ainda normas catalográficas, já são enunciados alguns procedimentos e indicados elementos descritivos que devem figurar ‘nos verbetes’”.

Em 5 de Outubro de 1910 data em que foi proclamada, dos Paços do Concelho em Lisboa, a República, começam a se concretizar as reformas por via legislativa, das bibliotecas e dos arquivos, tendo em vista a promulgação de um decreto, em 18 de Março de 1911, que reorganiza os “serviços das Bibliotecas e Archivos Nacionales, dependentes da Direcção-Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial”⁵⁴ e dá uma atenção especial à questão do acesso à

⁵⁴ PORTUGAL.Leis, decretos, etc. Ministério do Interior: Direcção-Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial: [Decreto de 18 de Março de 1911]. **Diário do Governo**. Lisboa. 65(21 Mar. 1911) p.1.213-1.215. (*apud* RIBEIRO, 2008, p.45).

informação, bem como aos instrumentos para acessá-la incluindo, portanto, os catálogos (RIBEIRO, 2008, p. 73).

Neste contexto, é criada a Junta Consultiva das Bibliotecas e Arquivos Nacionais subordinada à Direcção-Geral da Instrução Secundaria, Superior e Especial e que tinha sob sua responsabilidade as questões de natureza técnica (RIBEIRO, 2008, p. 73).

Com a extinção, em 7 de Julho de 1913, da mencionada Direcção-Geral, os serviços das bibliotecas do Estado passaram a ser de responsabilidade da Repartição de Instrução Artística, porém com as mesmas atribuições, entre elas, citado por Ribeiro (2008, p. 53) a “Organização de catálogos”.

A autora acima citada lembra que já em 1912 iniciou-se

[...] a organização dos serviços de catalogação da Biblioteca Nacional [...] [e] nomeado uma comissão para estudar problemas técnicos vários, relacionados com a organização dos catálogos e sua tipologia, o estabelecimento de regras de catalogação e a definição de modelos para as entradas catalográficas (“os verbetes”) (RIBEIRO, 2008, p. 74).

Um dos resultados dos estudos realizados pela referida comissão, composta por José António Moniz, Eduardo de Castro e Almeida e Raul Sangreman Proença, foi a elaboração de um relatório que uma vez publicado no *Diário do Governo*, adquiriu força de lei⁵⁵ e que para além da Biblioteca Nacional, suas disposições foram extensivas a todas as outras bibliotecas dependentes da Inspeção e nas quais Raul Proença se baseou para desenvolver as “Regras de Catalogação”.

Este relatório de 1912, reveste-se de grande importância, pois trata-se do primeiro documento, em Portugal, contendo princípios e regras para a elaboração de catálogos visando a facilitar a pesquisa de informação de acordo com a necessidade de seus usuários. Além disso, são pormenorizadamente definidos os princípios para a preparação de diferentes catálogos e apresentados os modelos dos “verbetes” e também as orientações para o planeamento dos serviços de catalogação (RIBEIRO, 2008, p. 75).

⁵⁵ Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos: organização dos serviços de catalogação da Biblioteca Nacional de Lisboa, segundo o plano aprovado pela junta Consultiva: relatório elaborado pela comissão nomeada pelo Inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos. **Diário de Governo**. 1^a. série. Lisboa. 204 (30 Ago. 1912) 3.077-3.079. (*apud* RIBEIRO, 2008, p.74).

Nessa época, vários profissionais, da área de bibliotecas e de arquivos manifestavam suas posições relacionadas, principalmente às questões técnicas, não deixando de se preocuparem também com a falta de estudos portugueses de carácter mais teórico e de literatura da especialidade biblioteconômica e arquivística, se comparado a outros países tais como os Estados unidos, a Alemanha e a França (RIBEIRO, 2008, p. 77).

Assim, em 1919, foi aprovada a reorganização dos serviços da Biblioteca Nacional de Lisboa que trazia em seu bojo vários projetos, porém a ênfase recaía, em dois aspectos: o processamento técnico e às publicações de carácter biblioteconômico e arquivístico, sendo esta última suprida pela publicação de *Biblioteca do Bibliotecário e do Arquivista* e os *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, este último coordenado, entre 1920 a 1925, por Raul Proença.

Raul Proença, então chefe dos serviços técnicos da Biblioteca Nacional, trouxe grandes contribuições, notadamente em três áreas decisivas da biblioteconomia: a investigação, a gestão e a técnica. Nesta última, destaca-se a elaboração das “Regras de Catalogação”, sempre de acordo com as mais modernas teorias biblioteconômicas internacionais vigentes à época. Fruto de um incansável trabalho, onde analisou vários códigos catalográficos e outras obras de carácter técnico, as Regras de Catalogação foram divulgadas em final de 1919.

As “Regras de Catalogação” de Proença eram passíveis de serem aplicadas em todas as bibliotecas portuguesas e foram amplamente divulgadas nos *Anais das Bibliotecas e Arquivos* sem, no entanto, ter alcançado o reconhecimento merecido por parte da comunidade bibliotecária portuguesa. Esta projeção veio sim, por parte de outros países quando juntamente com Jaime Cortesão, então diretor da Biblioteca Nacional de Lisboa (1919/1927), Proença apresentou, para mais de trezentos participantes vindos da Europa e dos Estados Unidos, suas “regras” no Congrès des Bibliothécaires et Bibliophiles, em Paris no ano de 1923.

As “regras” de Proença foram elaboradas para redação, impressão e ordenação dos seguintes catálogos gerais e respectivos modelos:

1. Onomástico ou de autores;
2. Didascálico ou de títulos,
3. Ideográfico ou alfabético de assuntos;
4. Sistemático ou de inventário;
5. Topográfico ou de inventário.

Raul Proença diplomou-se em Ciências Econômicas e Financeiras pelo Instituto Superior de Comércio de Lisboa, mas preferiu dedicar-se a uma das suas paixões – os livros –, tornando-se bibliotecário da Biblioteca Nacional de Lisboa. Teve um papel de destaque na biblioteconomia portuguesa, porém, segundo as palavras de Ribeiro (2008, p. 91) “a sua acção em prol das ‘Regras de Catalogação’ [foi] a faceta do seu trabalho que o tornou mais conhecido nos meios biblioteconómicos.”

Segundo a autora acima citada (2008, p. 91),

Em 1912, já Raul Proença havia sido um dos co-autores do relatório sobre a organização dos serviços de catalogação da Biblioteca Nacional, estudo que lançou as bases da normalização catalográfica. Por Portaria de 18 de Maio de 1918 foi expressamente incumbido de elaborar as Regras de Catalogação⁵⁶ [...].

O esforço e a correta coordenação do trabalho individual foram aspectos sobre os quais se debruçou com particular atenção. A tentativa de elaboração de inovadoras regras de catalogação, que se revelassem mais eficazes e apropriadas com o papel que a Biblioteca Nacional deveria desempenhar no espaço cultural português, ocupou-lhe vários anos de estudos. Por meio deste trabalho, tornou-se num dos mais reputados especialistas portugueses de Biblioteconomia, sendo as suas concepções reconhecidas com apreço além-fronteiras (GARÇÃO, 2006, *online*).

No entanto, afirma Ribeiro (2005c, p. 88-89):

[...] o trabalho desenvolvido por Raul Proença na Biblioteca Nacional em prol do estabelecimento de regras de catalogação, [constituiu] as primeiras tentativas, em Portugal, de regulamentar a confecção de instrumentos de acesso à informação. Porém, não tiveram qualquer desenvolvimento e foi preciso aguardar até aos anos oitenta do século XX para vermos surgir as *Regras Portuguesas de Catalogação*

Observa-se que até então, algumas foram as tentativas de se estabelecer normas e regras de catalogação em Portugal. Porém, com a publicação

⁵⁶ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Secretaria de Estado de Instrução Pública: Secretaria Geral: [Portaria de 8 de Maio de 1918]. **Diário do Governo**. 2ª. série. Lisboa. 125 (30 Maio 1918) 1711. Nesta disposição legal determinava-se “[...] que o 1º. conservador da Biblioteca Nacional, Raul Sangremann Proença, seja encarregado de elaborar no mais curto prazo de tempo um código de regras de catalogação, levadas à possível minúcia e pormenorização, sempre de acôrdo com o sistema de catalogação em vigor na Biblioteca Nacional”. (*apud* RIBEIRO, 2008, p.91).

do Regimento da Junta Nacional da Educação, fixado pelo Decreto n. 46 349, de 22 de Maio de 1965, verifica-se que um dos seus artigos designava que uma das atribuições da Junta Nacional da Educação era:

Propor as regras técnicas e uniformes, que para a catalogação de espécies deverão ser obrigatoriamente seguidas em todas as bibliotecas do Estado, corpos administrativos, organismos paraestatais e entidades subsidiadas pelo Estado, e estimular a sua voluntária adopção pelos particulares, de modo a obterem-se e a publicarem-se as REGRAS PORTUGUESAS DE CATALOGAÇÃO (*apud* GUSMÃO; CAMPOS; SOTTOMAYOR, 1997, p. xiii).

Entretanto, somente dois anos depois, é que se constituiu um grupo de trabalho encarregado de elaborar as Regras Portuguesas de Catalogação – RPC, formado inicialmente por membros da referida Junta e posteriormente fortalecido com a colaboração de bibliotecários de diferentes instituições de Lisboa, Porto e Coimbra.

A publicação dos princípios de catalogação adotados na Conferência de Paris e de outros documentos internacionais relevantes serviram de base para a elaboração e publicação, em 1969, dos seguintes documentos de normalização:

1- *Regras Portuguesas de Catalogação* (trabalhos preparatórios – I e II), em que se compreendiam a *Exposição de Princípios da Conferência de Paris*, e o *Glossário Básico de termos de catalogação*;

2- 1ª. Parte do *Anteprojecto das Regras Portuguesas de Catalogação*, que abrangia a *Introdução*, com 36 regras, o tratamento do *Cabeçalho*, nas regras 37 a 51, e a *Catalogação descritiva*, com 23 regras;

3- *Vocabularium bibliothecarii*, divisão 025.3, acrescida da terminologia portuguesa correspondente;

4- Versão e atualização em língua portuguesa da *Liste internationale de formes appouvées pour le catalogage des noms d'états*.

Em 1972 publicou-se, em forma de separata, para apreciação e possíveis colaborações de todos os técnicos do país, o *Anteprojecto das Regras Portuguesas de Catalogação*, a que se seguiu em 1975 a edição policopiada do *Projecto das Regras Portuguesas de Catalogação*, o qual, vale lembrar, teve como contribuição, além das inovações das ISBDs, os esforços individuais e coletivos de técnicos da Biblioteca Nacional, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Devido ao grande avanço que representava, o *Projecto das Regras Portuguesas de Catalogação*, embora com alguns ajustes, passou a ser seguido por várias bibliotecas e a ser adotado pelos alunos do único curso existente à época, o Curso de Bibliotecário Arquivista.

Com as necessárias revisões e por despachos em 1982 do então Ministro da Cultura, foi determinada a publicação das *Regras Portuguesas de Catalogação* e designados para a sua realização os bibliotecários Armando Nobre de Gusmão, Fernanda Maria Guedes de Campos e José Carlos Garcia Sottomayor e, finalmente, em Maio de 1984, foi publicado o volume I das RPC⁵⁷, trazendo somente regras para a descrição de monografias e publicações em série, não contemplando os materiais multimeios, lacuna essa, preenchida por meio de uma tradução realizada em 1987 da *International Standard Bibliographic Description for Non Book Material* – ISBD(NBM).

As atuais tecnologias de informação e telecomunicações estão constantemente proporcionando o aparecimento de novos suportes da informação, como por exemplo, os documentos eletrônicos de acesso remoto. Esse fato, levou a IFLA a elaborar novas ISBDs e a iniciar um processo de revisão daquelas já existentes.

Desta feita, a revisão da ISBD(M), a substituição da ISBD(S) pela ISBD(CR) e a publicação da atualização em 2004 das *Anglo-American Cataloguing Rules*, 2ª. edição, revisão de 2002, “mostraram que se tornava necessário proceder a uma alteração da forma e do conteúdo das Regras Portuguesas de Catalogação”. (SOTTOMAYOR, 2006, *online*).

Iniciado o trabalho para a revisão das RPC, foi decidido que a forma das novas Regras podia seguir na generalidade o modelo das AACR2. A concepção das novas Regras devia refletir, tanto quanto possível, as práticas catalográficas em Portugal expressas nas atuais RPC (1984), a harmonização com regras catalográficas mais específicas adotadas internacionalmente e a necessidade de enquadramento para os processos informáticos de criação e recuperação da informação bibliográfica. Os exemplos destinados a ilustrarem as regras, de preferência, deveriam ser de documentos portugueses, embora muitas agências

⁵⁷GUSMÃO, Armando Nobre de; CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de; SOTTOMAYOR, José Carlos Garcia (Coord.). **Regras portuguesas de catalogação**. Lisboa : Instituto Português do Património Cultural, Departamento de Bibliotecas Arquivos e Serviços de Documentação, 1984 - vol. 1.

catalográficas necessitem catalogar, em maior quantidade, documentos estrangeiros, e por isso, sempre que a complexidade da regra o justifique, há de se ter exemplos de documentos estrangeiros (SOTTOMAYOR, 2006, *online*).

A evolução dos princípios catalográficos internacionais, a possibilidade de acesso a bases de dados e de compartilhamento de registros em tempo real, vieram evidenciar a necessidade de regras de catalogação adequadas à nova realidade, com base em normas aceitas pela comunidade internacional de profissionais de documentação e informação.

Desta feita, em Junho de 2008, foram publicadas *As Regras de catalogação: descrição e acesso de recursos bibliográficos nas bibliotecas de língua portuguesa* apresentando-se como um código normativo completo e atual, em conformidade com os princípios internacionalmente consagrados. Encontra-se dividida em duas partes: a primeira inclui a descrição bibliográfica para os diferentes tipos de recursos (livros, panfletos e folhas impressas; materiais cartográficos; manuscritos; música; registros sonoros; filmes e registros vídeo; materiais gráficos; recursos eletrônicos; artefatos tridimensionais e realia; microformas; recursos contínuos; analíticos); a segunda trata das entradas principais e secundárias para nomes de pessoas, coletividades, famílias, títulos uniformes e entradas remissivas. Surge ainda complementada por cinco anexos (uso de maiúsculas; abreviaturas; numerais; artigos iniciais; glossário), e com um índice remissivo que torna mais fácil a consulta (APRESENTAÇÃO..., 2008, *online*).

Percebe-se, portanto, que diferentemente do Brasil, Portugal possui seu próprio “código” de catalogação as RPC, lembrando, no entanto, que foram baseadas e seguem as recomendações das AACR2.

2.3.5 Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias – ISAAR(CPF)

A *International Standard Archival Authority Records for Corporate Bodies, Persons and Families* ISAAR (CPF) – Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias – visa tratar dos pontos de acesso na descrição arquivística. Sua primeira edição foi publicada em 1996. Atualmente se encontra na segunda edição.

A versão original, da ISAAR(CPF) é de responsabilidade do Comité *Ad Hoc* de Normas de Descrição do CIA, foi adotada em Camberra, Austrália, em Outubro de 2003, e divulgada em Viena, no XV Congresso Internacional de Arquivos, em 2004.

A ISAAR(CPF) “dá diretivas para a preparação de registros de autoridade arquivística que forneçam descrições de entidades (entidades coletivas, pessoas e famílias) relacionadas à produção e manutenção de arquivos”. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2004, p.11). Possui metodologias já utilizadas na Biblioteconomia. A própria norma afirma que:

[...] os registros de autoridade arquivística são semelhantes aos registros de autoridade bibliográfica na medida em que ambas as formas de registro de autoridade precisam apoiar a criação de pontos de acesso normalizados em descrições [...]. Entretanto, os registros de autoridade arquivística precisam atender a um conjunto maior de exigências do que os registros de autoridade bibliográfica (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2004, p.11).

Com isso, a norma quer destacar a importância da informação documental acerca dos produtores de documentos e do contexto da produção dos documentos nos sistemas de descrição arquivística. Desta forma, evidencia o fato de que os registros de autoridade arquivística “vão muito além e normalmente conterão muito mais informação que os registros de autoridade bibliográfica” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2004, p.11).

Segundo a norma, seu objetivo é garantir a compreensão dos conceitos e uma melhor prática na gestão dos arquivos. A ISAAR (CPF) e a ISAD (G) possuem aspectos complementares, pois permitem a ligação entre as autoridades produtoras e os documentos produzidos.

Na primeira edição (1996), a ISAAR (CPF) compreendia três áreas: área de Controle de Autoridade, área de Informação e área de Notas. Já na segunda edição a ISAAR(CPF) estabelece os elementos de descrição para registro de autoridades arquivísticas dispostos em quatro áreas da informação:

- *Área de identificação*: identifica exclusivamente a entidade a ser descrita e define os pontos de acesso normalizados para registro;
- *Área de descrição*: registra informações concernentes à natureza, ao contexto e atividades da entidade a ser descrita;

- *Área de relacionamento*: registra e descreve relações com outras entidades coletivas, pessoas e/ou famílias;

- *Área de controle*: o registro de autoridade é especificamente identificado e é registrado sobre como, quando e por qual instituição foi criado ou mantido.

Cada área está dividida em diversos elementos que estão disponíveis para uso. Entretanto, apenas quatro deles são indispensáveis. Na área de identificação são: tipo de entidade e forma(s) autorizada(s) do nome; na área de descrição, o elemento “datas de existência”; e na área de controle, o elemento “identificador de registro de autoridade”.

Todos os elementos, independentemente da área da informação a que fazem parte, devem conter: nome do elemento de descrição; declaração do objetivo do elemento de descrição; enunciado da(s) regra(s) aplicável(eis) ao elemento; e quando oportuno, exemplos ilustrando a implementação da regra.

Com a aplicação desta norma, o arquivista tem melhores condições de realizar a descrição eficiente para disponibilizar as informações aos usuários, promovendo a pesquisa rápida e eficaz.

Os tipos de informações que podem ser inseridas em um registro de autoridade e as orientações de como estes devem ser dispostos em um sistema de controle descritivo estão normalizados através da ISAAR (CPF).

De acordo com convenções e/ou regras que a instituição seguir, será definido o conteúdo dos elementos de informação a serem adicionados ao registro de autoridade.

Em Portugal, encontra-se concluída a tradução portuguesa da 2ª edição da ISAAR (CPF) de responsabilidade do Programa de Normalização da Descrição em Arquivo – PNDA, e do Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo (GTNDA2) do IAN/TT.

No Brasil, a tradução ficou sob a responsabilidade de Vítor Manoel Marques da Fonseca (membro do Comitê de Normas de Descrição do CIA), foi publicada pelo Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e está disponível no site do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ⁵⁸.

⁵⁸ <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>

Com a ISAAR (CPF), percebe-se que as semelhanças entre a Arquivologia e a Biblioteconomia ficam mais próximas, uma vez que ambas se preocupam com a padronização e o controle de cabeçalhos de autoridades, baseados nas decisões da IFLA.

CAPÍTULO 3

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E O ENSINO DE REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA NO BRASIL E EM PORTUGAL: PERSPECTIVAS DIACRÔNICAS

Ao longo dos séculos, por um lado, a humanidade sempre se dedicou a registrar, conservar e difundir o conhecimento por meio da bibliografia e das bibliotecas e, por outro, a salvaguardar, organizar e tornar acessível o patrimônio documental por meio dos arquivos. Tem-se, portanto, lado a lado, duas áreas de estudo e de trabalho complementares, com objetos e técnicas de trabalho específicas, que vieram a ser designadas, respectivamente, por Biblioteconomia e Arquivologia e que paralelamente evoluíram para a Ciência da informação.

Essa evolução inicia-se com a Diplomática – documentação de valor jurídico-administrativo e sua análise estrutural para fins de prova –, seguida pela Documentação – organização de fontes do conhecimento, diferenciando-se da Bibliografia, relativa às tecnologias para a produção informacional e pela Biblioteconomia, cujo cerne sempre se constituiu na seleção, aquisição, armazenamento, tratamento, disseminação, acesso e uso da informação, enquanto que a documentação visava à organização e acesso a registros do conhecimento em quaisquer forma e locais.

Como efeito da evolução da documentação, surge a ciência da informação dedicando-se ao estudo dos processos de produção, organização e uso da informação, por sociedades, instituições e pessoas. Portanto, a Arquivologia e a Biblioteconomia são campos complementares no âmbito da Ciência da Informação, sendo que a primeira organiza prioritariamente para refletir (testemunhar) a produção e a segunda organiza prioritariamente para propiciar o uso.

Este capítulo trata da evolução dos cursos de Biblioteconomia e Arquivologia no Brasil até o aparecimento dos cursos de Ciência da Informação, introduzidos neste país no início da década de 1970, com a implantação do curso de mestrado em Ciência da Informação, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação – IBBD.

Aborda também a formação dos bibliotecários e dos arquivistas em Portugal, focando a evolução do primeiro curso de Bibliotecário-Arquivista neste país, criado em 1887, até o aparecimento dos cursos de Licenciatura em Ciência da Informação em 2001.

Finalizando este capítulo, procuramos traçar uma panorâmica do ensino da representação descritiva nos cursos de graduação em Biblioteconomia e Arquivologia do Brasil e nos cursos de Ciências Documentais e das Licenciaturas na área de Ciência da Informação em Portugal.

3.1 A FORMAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA E ARQUIVOLOGIA NO BRASIL E EM PORTUGAL

3.1.1 Graduação em Biblioteconomia no Brasil

A biblioteconomia tem uma longa e orgulhosa história, remontando a três mil anos, devotada à organização, à preservação e ao uso dos registros gráficos humanos. Essas atividades são realizadas pelas bibliotecas não apenas como uma organização particular ou um tipo de sistema de informação, mas principalmente, como uma instituição social, cultural e educacional indispensável, de valor comprovado muitas vezes ao longo da história humana e através das fronteiras das diferentes culturas, civilizações, nações ou épocas (SARACEVIC, 1996, p. 48).

Hoje, a Biblioteconomia é vista, por alguns autores, como ciência que se ocupa dos conhecimentos teóricos e técnicos indispensáveis para armazenar, recuperar e disseminar informações em qualquer tipo de veículo ou formato, de maneira ágil, eficaz e dinâmica e também, uma atividade profissional que compreende o conjunto de organismos, operações técnicas e princípios que dão aos documentos gráficos e não-gráficos o máximo de utilidade possível (BARBOSA et al., 2000, p. 83).

Os cursos de biblioteconomia brasileiros têm como objetivos habilitar profissionais para preservar, divulgar e gerenciar recursos informacionais encontrados em diferentes níveis e suportes, visando atender os diversos segmentos da sociedade, como contributo ao avanço científico, tecnológico e ao desenvolvimento social do país.

Levando-se em consideração a função social da biblioteca, o profissional bibliotecário é aquele que possui aptidão para auxiliar, direta ou indiretamente os utilizadores, fornecendo a informação sócio-cultural, econômica, científica e/ou técnica dos centros e serviços bibliográficos e referenciais; atender às tendências presentes e futuras do mercado de trabalho no que se refere ao planejamento, instalação, direção e execução dos serviços bibliográficos e documentais; reunir e organizar a informação de modo que seja proporcionado um serviço de qualidade aos estudantes, pesquisadores, docentes e ao público em geral; atuar como um agente de transformação e desenvolvimento na comunidade; conhecer os métodos e técnicas para recuperar e avaliar a informação, estabelecendo o nível de interesse do utilizador (INSTITUTO DE CIÊNCIA DA

INFORMAÇÃO, 2007, *online*).

De acordo com Fujita (1998, p. 38),

O Curso de Biblioteconomia objetiva a formação do profissional para planejar e gerenciar unidades e sistemas de informação, oferecendo ainda as coordenadas para que a informação possa ser processada com proveito e recuperada com precisão. É através desse curso que o bibliotecário, enquanto profissional da informação cria condições que permitem o fácil acesso à informação científica, tecnológica, cultural e utilitária para a comunidade. É também objetivo, a conscientização para a função social e pedagógica do bibliotecário enquanto elemento intermediário entre a informação e seu usuário, razão principal de todo o desenvolvimento de atividades de um sistema de informação.

Entretanto, para atingir esse patamar em que hoje se encontra a profissão bibliotecária brasileira, houve uma trajetória de muitas lutas, discussões e conquistas importantes.

No Brasil, a criação da profissão de bibliotecário precedeu a criação dos cursos de Biblioteconomia. Como consequência, como não existia neste país uma tradição profissional, o modelo de formação veio de outros países. Neste sentido, Cunha (2000, p. 84) afirma “esse fato teve como consequência o desenvolvimento de formações sem integração com a realidade local”.

O grande marco foi a criação da Biblioteca Nacional, que segundo Castro (2000, p. 43) é a “gênese do movimento fundador do campo de ensino da Biblioteconomia no Brasil”.

Obviamente que o movimento fundador do ensino da Biblioteconomia no Brasil está intimamente relacionado à trajetória das suas bibliotecas que por sua vez iniciou-se com as ordens religiosas dos Beneditinos, Franciscanos e Jesuítas. Porém, no âmbito desta tese em que pretendemos mostrar a evolução da formação em Biblioteconomia no Brasil, tomaremos como marco inicial a criação da Biblioteca Nacional – BN, primeiro estabelecimento oficial desse gênero a ser instalado no Brasil.

Martins (1996, p. 357) relata com riqueza de detalhes como se constituiu a Biblioteca Nacional e Pública do Rio de Janeiro, hoje Fundação Biblioteca Nacional:

Da livraria que o rei de Portugal D. José I organizara para substituir a que, com o título de Real Biblioteca da Ajuda, o terremoto de Lisboa

de 1º. de Novembro de 1755 havia destruído concomitantemente com o incêndio que se lhe seguira. Quando D.João VI, então príncipe regente, fugindo à invasão de Portugal pelas tropas francesas de Junot, se transportou com a rainha D. Maria I e toda a família real para a sua colônia do Brasil, em fins de 1807 e princípios de 1808, trouxe consigo para o Rio de Janeiro aquela biblioteca, a que se adicionara, entre os anos de 1770 e 1773 a numerosa e rica livraria pacientemente amontoadada pelo douto abade de Santo Adrião de Sever, Diogo Barbosa Machado, que generosamente a ofertara a D. José. Esta magnífica dádiva constava de 4301 obras em 5764 volumes, de um valor bibliográfico incalculável, pois muitas das obras que a constituíam são hoje de extrema raridade ou únicas. À Real Biblioteca da Ajuda fora outrossim incorporada parte da livraria do Colégio de todos os Santos, dos proscritos jesuítas da ilha de São Miguel. Grande número, porém desses livros, encerrados em caixões por espaço de muitos anos, abertos em 1804, foram encontrados em tal estado, que mister se tornou lançá-los ao fogo [...].

Inicialmente instalada no Hospital da Ordem Terceira do Carmo, foi inaugurada no dia 13 de Maio de 1811, aniversário do Príncipe Regente D. João, sendo a consulta facultada aos estudiosos mediante solicitação. Somente em 1814, foi liberada ao público (MORAES, 1979, p. 84).

A Biblioteca Nacional, assim como as bibliotecas brasileiras do período colonial, foi administrada, nas suas primeiras décadas, por religiosos. Desta feita, os primeiros a serem nomeados por D.João, para “gerenciar” a Biblioteca Real foram: Frei Gregório José Viegas, da Ordem Terceira de São Francisco, o padre Joaquim Dâmaso, da Congregação do Oratório de Lisboa e Frei António de Arrábida, também franciscano.

Vários outros desempenharam a função de bibliotecário, mas quem mais se destacou foi Frei Camillo de Monserrate, cuja administração se diferenciou das anteriores por requerer do governo um novo prédio para comportar adequadamente o acervo sempre crescente. Com isso, transferiu a biblioteca do antigo prédio da Ordem Terceira do Carmo para um prédio no Largo da Lapa. A partir daí, dedicou-se à organização dos catálogos, que significavam para os bibliotecários, daquela época e contexto, “[...] o primeiro dever do officio, e nem se pode conceber bibliotheca, sem essa fonte de luz e sem esse fio directo, que o público reclama com razão” (GALVÃO, 1889 *apud* CASTRO, 2000, p. 47).

Entretanto, o maior problema que Frei Camilo de Monserrate enfrentou foi a falta de pessoal qualificado e em número suficiente para que pudesse colocar em prática seus planos de organização da biblioteca. Após sua morte, assume a

direção da biblioteca o historiador, educador e médico, Benjamin Franklin Ramiz Galvão autor de vários livros, dentre eles *Bibliotecas Públicas na Europa* (1875) resultado de suas viagens à Europa, por incumbência do governo brasileiro. Essa obra serviu como um manual de organização de bibliotecas, cujos procedimentos ali contidos procurou implantar na Biblioteca Nacional durante sua gestão.

Ramiz Galvão dividiu a biblioteca em três seções: impressos, cartas geográficas, manuscritos e impressos. Ampliou o horário de atendimento, modificou o quadro de funcionários e realizou concursos públicos para preenchimento de cargos, especialmente de bibliotecários. Segundo Castro (2000, p.48), esses concursos “requeriam conhecimentos de História Universal, Geografia, Filosofia, Bibliografia, Iconografia, Literatura, Catalogação de Manuscritos e traduções de Latim, Francês e Inglês”. Para o autor, “este conteúdo demonstra-nos que Ramiz Galvão concebia que o bibliotecário deveria ser ao mesmo tempo um erudito e um técnico” (p. 50).

Observa-se, pelo elenco de disciplinas, que se exigia um alto grau de cultura humanística dos candidatos. No primeiro concurso para bibliotecário da BN, ocorrido em 1879, foi aprovado o historiador e jornalista João Capistrano de Abreu. Esse concurso é considerado por Dias (1967, p. 6) “o marco inicial da formação profissional em Biblioteconomia no Brasil”.

A Biblioteca Nacional, assim como o campo da biblioteconomia no Brasil, entram numa nova fase a partir de 1897 quando assume sua direção Manoel Cícero Peregrino da Silva, doutor em Direito, que durante sua administração, que perdurou até 1924, estabeleceu um novo regulamento para a BN, aprovado pelo Decreto 8.835 de 11 de Junho de 1911⁵⁹, cujos pontos mais significativos foram: a divisão da BN em 4 seções: Impressos, Manuscritos, Estampas, Moedas e Medalhas; criação dos Serviços de Permutas Internacionais de Bibliografia e Documentação e a criação do Curso de Biblioteconomia.

Sendo assim, os primeiros cursos de Biblioteconomia brasileiros foram respectivamente o da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, e o do Instituto Mackenzie, em São Paulo, ambos com premissas diferenciadas. O primeiro é orientado pelas ideias humanistas europeias e o segundo é influenciado pela visão pragmática e tecnicista americana. Como resultado, surgem perfis diferenciados no

⁵⁹ BRASIL. Decreto-lei n.8.835, de 7 de julho de 1911. Aprova o regulamento da Biblioteca Nacional. **Anaes da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, v.33, p.343-347, jan./dez., 1911.

mercado de trabalho no eixo Rio/São Paulo. O profissional egresso do curso da Biblioteca Nacional era erudito-guardião e o do Instituto Mackenzie um técnico (CASTRO, 2000, p. 51).

Conforme mencionado, o primeiro Curso de Biblioteconomia no Brasil foi criado pelo Decreto n. 8.835, de 11/07/1911. No entanto, iniciou seu funcionamento apenas quatro anos depois, em Abril de 1915 na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, com disciplinas que correspondiam exatamente às seções daquela biblioteca. O programa deste curso pioneiro se inspirava no modelo francês (École de Chartes), dando ênfase ao aspecto cultural e informativo, e estava centrado em uma linha mais humanista. Tinha como objetivo sanar dificuldades existentes na própria BN, quanto à qualificação de seu pessoal.

Neste sentido, Souza (2003, p. 45)afirma:

O modelo [de ensino] adotado pela Biblioteca Nacional tinha por base concreta o contexto operacional da Biblioteca. Tanto que o curso ali executado considerava fundamentalmente sua própria estrutura interna e as disciplinas respondiam a esta Estrutura.

O curso era constituído de quatro disciplinas, que se desdobravam em 5 matérias:

Bibliografia	Paleografia e Diplomática	Iconografia e Numismática
• Administração de Bibliotecas • Catalogação	• Cartografia	• Sigilografia • Filatelia

Fonte: Castro (2000, p. 53).

Segundo Santos (1998, p.1) “o corpo principal dos conhecimentos ministrados era composto pelas disciplinas de Paleografia, Numismática, Diplomática e Iconografia, demonstrando a visão erudita que os profissionais daquela época deveriam possuir”.

O curso tinha a duração de um ano e era ministrado pelos próprios chefes das seções. Após sofrer algumas interrupções, o curso foi reiniciado em 1931, sob a gerência do diretor da instituição, com algumas reformulações e seu tempo de formação aumentado para dois anos e com as seguintes disciplinas: primeiro ano, Bibliographia, Paleographia e Diplomática; segundo ano História

Literária (com aplicação à Bibliografia), Iconographia e Cartographia. Dois anos depois, em 1933, a ordem dessas disciplinas foi invertida:

1º. Ano: História Literária, com aplicação à Bibliografia Iconografia e Cartografia,

2º. Ano: Bibliografia, Paleografia e Diplomática (CASTRO, 2000, p.60).

Verifica-se que quanto aos saberes necessários à formação do bibliotecário, em termos gerais, não houve mudanças significativas entre a primeira e a segunda fase do curso. Segundo Dias, citado por Castro (2000, p. 60), continuou “o predomínio da cultura geral em detrimento das técnicas” associado à necessidade de formar pessoal para suprir, principalmente, as deficiências internas da Biblioteca Nacional. Assim, naquele momento, o mais importante era assegurar a preferência absoluta para preenchimento de cargos para a BN, ou qualquer repartição federal, dos possuidores de diplomas de Biblioteconomia.

Somente em 1944, o curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, passa por amplas e profundas reformas a que nos reportaremos mais à frente.

Vimos que no Rio de Janeiro, a constituição do campo do ensino da Biblioteconomia, com relação aos seus aspectos educacionais, esteve vinculada à Biblioteca Nacional. Já em São Paulo, esteve ligada inicialmente à Biblioteca escolar George Alexandre, do Colégio Makenzie, e só posteriormente à biblioteca pública. Podemos inferir, portanto, que o início da Biblioteconomia no Brasil ocorreu em espaços determinados. Neste sentido afirma Castro (2000, p. 62):

Esta ocorrência visava atender às necessidades que se evidenciavam no âmbito interno destas instituições, isto é, a princípio, havia maior preocupação destes cursos em resolver suas necessidades organizacionais do que em capacitar pessoal para qualquer tipo de biblioteca.

Com relação ao estado de São Paulo, berço do segundo curso de Biblioteconomia no Brasil, até o século XVIII, eram raras as bibliotecas aí existentes. A primeira biblioteca pública oficial foi criada somente em 1825. Apenas no final do século XIX, fundaram-se outras bibliotecas: a da Escola Politécnica em 1894 e a Biblioteca do Estado, em 1895, esta última organizada por Jerônimo de Azevedo, nomeado primeiro diretor, cargo que ocupou durante trinta e quatro anos. Sua administração foi marcada pela catalogação e classificação de todo o acervo da referida biblioteca.

Em 1926 a Biblioteca do Instituto Mackenzie é inaugurada, a qual, segundo Rodrigues (1945) citado por Castro (2000, p. 64), “vivía estagnada, com acervo organizado de forma precária e rudimentar, não correspondendo aos anseios e necessidades da sua clientela”. O Instituto Mackenzie, com sua influência pedagógica americana, implanta pela primeira vez no Brasil, em 1929, o modelo pragmático de ensino de Biblioteconomia e de organização de biblioteca. Tratava-se, portanto, do segundo Curso de Biblioteconomia brasileiro, em contraposição ao modelo de ensino praticado pela BN, baseado no modelo norte-americano, que enfatizava os aspectos técnicos da profissão, ou seja, ligado a atividades de tratamento e organização de documentos.

Nastri (1992, p.79) afirma que não havendo bibliotecário no Brasil com esta formação foi preciso trazer dos Estados Unidos a bibliotecária Ms. Dorothy Muriel Gedds Gropp, com a incumbência de reorganizar todo o acervo e introduzir processos novos nos catálogos e na localização dos livros nas estantes. Além disso, essa profissional deveria ministrar um Curso Elementar de Biblioteconomia para funcionários da biblioteca e professores, extensivo às demais instituições do Estado de São Paulo. De acordo com Mueller (1985, p. 4) “as disciplinas desse curso refletiam a orientação americana, voltada para a organização de bibliotecas baseada em técnicas especialmente desenvolvidas. Incluía esse curso as disciplinas Catalogação, Classificação, Referência e Organização”.

Posteriormente, sob a mesma perspectiva, foi realizado em 1930 um Curso patrocinado pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. E finalmente foi instalado em 1937, pela Prefeitura da cidade de São Paulo, um Curso regular de Biblioteconomia, cuja responsabilidade era do Departamento de Cultura, que era constituído de cinco seções, dentre elas a Divisão de Bibliotecas, que compreendia a modesta Biblioteca Municipal, organizada em duas seções: a primeira abrangia serviços técnicos (classificação, catalogação, arquivo e fichamento) e armazenamento do acervo por tipo de material (livros, jornais e revistas); a segunda se referia aos serviços de apoio (zeladoria, encadernação e conservação, portaria e serviço de polícia) (CASTRO, 2000, p. 64).

À Divisão de Bibliotecas cabia ainda oferecer, uma vez por ano, o referido Curso de Biblioteconomia, idealizado pelo então professor Rubens Borba Alves de Moraes, curso esse que tinha a finalidade de reciclar e atualizar os funcionários da Biblioteca Municipal de São Paulo tendo sido acrescentado, ao seu

currículo, (composto pelas disciplinas Catalogação, Classificação, Referência e Organização) a disciplina de História do Livro.

Em 1940, o Curso de Biblioteconomia da Prefeitura do Município de São Paulo é transferido e incorporado à Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo – ELSP, onde funciona até hoje.

Dias, citado por Nastri (1992, p. 82), afirma que:

[...] por volta dos anos 40, o Brasil contava com duas escolas de Biblioteconomia em funcionamento: uma em São Paulo, representando as necessidades modernas da especialização do bibliotecário, sob a inspiração direta dos métodos norte-americanos e outra, no Rio de Janeiro, através da Biblioteca Nacional, representando as necessidades clássicas da formação do bibliotecário sob orientação direta dos métodos europeus, tendo como justificativa a presença do mais valioso acervo bibliográfico do continente sul-americano.

Alguns autores consideram a década de 40 muito significativa no campo do ensino da Biblioteconomia, principalmente no que diz respeito ao tratamento e à organização do acervo.

Podemos considerar o ano de 1940 como ponto de partida para a definitiva ampliação [...] dos novos métodos de organização de bibliotecas, principalmente no que se refere à arrumação de livros por sistema de classificação universal e **na catalogação uniforme** dos acervos baseado em códigos já universalmente consagrados pela experiência (DIAS *apud* CASTRO, 2000, p.78, grifo nosso).

O Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, órgão previsto pela Constituição de 1937 e criado em 30 de julho de 1938, diretamente subordinado à Presidência da República, com o objetivo de aprofundar a reforma administrativa destinada a organizar e a racionalizar o serviço público no país instituiu, ainda no ano de 1940, um curso, de orientação americana, com duração de seis meses e determinou a divisão da carreira de bibliotecário em “bibliotecário” e “bibliotecário auxiliar”. Este curso permaneceu em funcionamento somente até 1944 e faziam parte de seu currículo as disciplinas de Catalogação e Classificação, Bibliografia e Referência, Organização e Administração de Bibliotecas.

Influenciada pelo êxito dos cursos do DASP, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro inicia uma reformulação no seu curso oferecendo uma formação básica voltada a atender qualquer tipo de biblioteca, agora sob forte influência norte-

americana. Destinados a atualizar os conhecimentos dos já formados, o currículo deste novo curso passou a oferecer três tipos de cursos: um curso fundamental, um curso superior e cursos avulsos (NASTRI, 1992, p. 82).

Pelo exposto, percebe-se que a formação de bibliotecários no Brasil, em seus primeiros momentos, estava restrita às cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Porém, recebiam alunos de outros estados do país, que após concluírem os cursos e retornarem para suas regiões, lá fundavam escolas e cursos colaborando, desta forma, para a descentralização do ensino de Biblioteconomia no Brasil (PANDO, 2005, p. 53).

Nessa altura, teve grande contribuição para propagação das técnicas biblioteconômicas a atuação do Instituto Nacional do Livro – INL, órgão criado em 1937 com a finalidade de propiciar meios para a produção, o aprimoramento do livro e a melhoria dos serviços bibliotecários, finalidade que só poderia ser alcançada com a expansão de bibliotecas em todo o Brasil. Desta feita, o INL promoveu cursos avulsos e regulares.

A partir da década de 1950, são criados cursos de Biblioteconomia por todo o país. Segundo Santos (1998, *online*) “os conteúdos ministrados variavam de curso para curso (na época denominados Escolas) com maior ou menor grau de disciplinas técnicas”.

Também nessa época, surge a luta dos bibliotecários para se firmarem como profissionais de nível superior. Em 1958, por meio da portaria 162 do Ministério do Trabalho, a atividade profissional de bibliotecário foi inserida no grupo de profissões liberais. O reconhecimento oficial da profissão em nível superior deu-se a partir da aprovação da Lei 4.084/62. “O bibliotecário passa a ser reconhecido como profissional amparado pela legislação, iniciando efetivamente sua participação no cerne da sociedade” (FONSECA; ODDONE, 2007, *online*).

Destaca-se ainda nessa época a criação da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários – FEBAB, em 1959, cujo empenho na normalização dos cursos junto ao Conselho Federal de Educação, levou este órgão a fixar o Currículo Mínimo e a duração de três anos para os cursos de Biblioteconomia no Brasil. Isso aconteceu pela Resolução de 16 de Novembro de 1962 e do Parecer n. 326/62 “pondo fim com a grande variedade de opções oferecidas pelos cursos, como conteúdo e duração” (PANDO, 2005, p. 55)

Temos então, como demarcadores do campo do ensino de graduação em Biblioteconomia no Brasil, os modelos de influência humanista francês, técnico americano e a influência tecnológica que aparece a partir dos anos 70. O Quadro 3 a seguir, mostra essa evolução:

FASE I: 1879-1928 - MOVIMENTO FUNDADOR DA BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL DE INFLUÊNCIA HUMANISTICA FRANCESA, SOB A LIDERANÇA DA BIBLIOTECA NACIONAL	
1879	Realização do primeiro concurso para bibliotecário.
1911	Criação, na Biblioteca Nacional, do primeiro Curso de Biblioteconomia no Brasil.
1915	Início das atividades do Curso da Biblioteca Nacional.
1923	Paralisação do curso da BN, quando é estabelecido, no Museu Histórico Nacional, o <i>Curso Técnico</i> com finalidade de formar bibliotecários, paleógrafos, arquivistas e arqueólogos.
FASE II: 1929-1939 - PREDOMÍNIO DO MODELO PRAGMÁTICO AMERICANO EM RELAÇÃO AO MODELO HUMANISTA FRANCÊS	
1929	Criação do curso do Instituto Mackenzie, marca o início da influência técnica americana.
1931	Retomada do curso da Biblioteca Nacional.
1935	Encerramento do curso do Instituto Mackenzie.
1936	Criação do curso do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo.
1939	Fechamento do curso do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo.
FASE III: 1940-1961 - CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DO MODELO PRAGMÁTICO AMERICANO	
1940	Transferência do curso da Prefeitura Municipal de São Paulo para a Escola Livre de Sociologia e Política – ELSP.
1942	Início da expansão do campo do ensino pelo país. Criação das primeiras escolas.
1944	Reforma do curso da BN.
1954	Criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação – IBBD.
1958	Definição da Biblioteconomia como profissão liberal e de nível superior.
1961	Criação da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários – FEBAB.
FASE IV: 1962-1969 - UNIFORMIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS PEDAGÓGICOS E REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO	
1962	Promulgação da Lei 4084. Aprovação do primeiro currículo mínimo de Biblioteconomia.
1963	Primeiro Código de Ética do Bibliotecário.
1965	Criação do Conselho Federal de Biblioteconomia
FASE V: 1970-1995 PARALISAÇÃO DO CRESCIMENTO DAS ESCOLAS DE GRADUAÇÃO E CRESCIMENTO QUANTITATIVO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO. BUSCA DA MATURIDADE TEÓRICA DA ÁREA A PARTIR DE NOVAS ABORDAGENS TOMADAS DE EMPRÉSTIMO DE OUTROS CAMPOS DO SABER.	

Quadro 3 – Fases e marcos históricos da Biblioteconomia brasileira.

Fonte: CASTRO (2000, p. 26).

Como pode ser constatado no Quadro 3, ao longo dos anos, mais precisamente a partir de 1942, foram surgindo outros cursos de Biblioteconomia no país, e como não existiam normas que disciplinassem essa questão, o que se via

era uma variedade na duração dos cursos e na composição de seu elenco de matérias.

Com o currículo mínimo de 1962, leva-se a efeito a padronização dos cursos que privilegia método, técnicas, processos de organização documental, porém, com uma complementação cultural. Obtêm-se, até esse período, a ordem, a preservação e o controle permeando as tarefas do profissional, convivendo com disciplinas de cultura geral.

O primeiro Currículo Mínimo obrigatório do curso de Biblioteconomia implantado através do Decreto n.550 de 1962, com duração de três anos letivos, compreendia as seguintes matérias:

- História do Livro;
- História da Literatura;
- História da Arte;
- Introdução aos Estudos Históricos;
- Evolução do Pensamento Filosófico e Científico;
- Organização e Administração de Bibliotecas;
- Catalogação e Classificação;
- Bibliografia e Referência;
- Documentação;
- Paleografia (CASTRO, 2000, p. 208).

Lemos (1973, p. 52) afirma que: “com esse currículo mínimo dava-se um passo à frente no sentido de maior uniformidade no ensino de biblioteconomia e também de formação cultural mais diversificada do bibliotecário”.

Já na opinião de Castro (2000, p. 208), dentre outras questões, este currículo visava “atender às necessidades do mercado biblioteconômico ascendente, ao aumento da produção científica brasileira que requeria organização e controle, e as técnicas biblioteconômicas eram o canal privilegiado para isso”. Ao que Pando (2005, p. 59) acrescenta: “justificava-se assim a inclusão de disciplinas como Catalogação, Classificação e Bibliografia. Porém, para que o curso não tivesse uma formação exclusivamente técnica foram incorporadas algumas disciplinas culturais”.

As discussões posteriores sobre o currículo continuaram centradas na questão cultura *versus* técnica, levantando-se os pontos negativos do currículo mínimo vigente nos quais se verificava uma necessidade de reformulações de forma a melhorar a formação do bibliotecário brasileiro.

Assim, no final da década de 60 e no início da década de 70, o ensino de Biblioteconomia entra numa fase de mudanças e crescimento com o

aparecimento das primeiras revistas brasileiras especializadas. Destaque para a *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, *Ciência da Informação*, *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG* e *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, que sem dúvida, tiveram grande influência na consolidação e desenvolvimento da Biblioteconomia brasileira. Igualmente se registra a criação em São Paulo, em 1967, da Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação – ABEBD, atual Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação – ABECIN, cuja proposta, segundo Caldin et al. (1999, *online*) era a de:

[...] congregar o corpo docente dos cursos de Biblioteconomia, criando uma comunidade empenhada em buscar soluções de seus problemas, em atualizar os currículos plenos adotados nas várias escolas e em promover permanentemente o aperfeiçoamento dos professores dessa área.

Nastri (1992, p. 85) destaca a importância da ABEBD dizendo que ela “[...] intensificou as discussões em torno do currículo de Biblioteconomia e das necessidades atuais da formação do profissional bibliotecário”.

Desta forma, verificamos que a partir da década de 70, com o já mencionado surgimento das revistas científicas e dos eventos promovidos principalmente pela ABEBD, começaram a surgir críticas quanto ao currículo mínimo vigente. Autores como Mueller (1985), Nastri (1992) e Pando (2005) comentam que as críticas se referiam principalmente aos métodos de ensino, a ausência de criatividade e iniciativa, aos conteúdos programáticos ministrados, a carga horária em excesso para as disciplinas técnicas, a evolução das disciplinas culturais e aos aspectos sociais envolvidos na formação do profissional bibliotecário brasileiro.

Diante deste cenário, a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC) constitui um Grupo de Trabalho, liderado pela ABEBD e com a colaboração de professores da Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade de São Paulo, Universidade Federal da Paraíba, Universidade de Brasília e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Começam a preparar uma reformulação, a qual foi apresentada ao Conselho Federal de Educação em 1981. A nova proposta era que o currículo fosse dividido em três blocos de matérias: as de Fundamentação geral, as Instrumentais e as de Formação profissional.

Segundo Carvalho (1985, p. 22), as reformulações apresentadas pelo Grupo de Trabalho e pelos representantes das escolas de Biblioteconomia, nomeadas acima, eram pautadas nos seguintes aspectos:

- A mudança do currículo mínimo se impõe como consequência de uma mudança social maior;
- A necessidade dessa mudança se evidencia quando o profissional já não corresponde totalmente às exigências sociais;
- Deve-se delinear o produto final que se pretende, em vista das necessidades e tendências da sociedade;
- O profissional que se deseja formar deve responder à situação social apresentada, e ser um agente de transformação e desenvolvimento da sociedade em que está inserido.

O referido documento serviu de gênese para o teor da Resolução 8/82, do Conselho Federal de Educação que estabelecia o novo Currículo Mínimo de Biblioteconomia a partir do qual o curso passava dos até três anos de duração para uma carga horária mínima de 2.500 horas, a ser cumprida no decorrer de oito semestres, ou seja, quatro anos.

Valentim (2002, p. 51) define currículo mínimo como:

[...] a relação de matérias (descritas por meio de ementas), cujos conteúdos constituirão o núcleo, o próprio cerne da formação do profissional almejado. Oriundo das estruturas governamentais no âmbito educacional, visa garantir um patamar mínimo para uma dada formação profissional.

Esse novo currículo mínimo procurou estabelecer um equilíbrio entre a concepção mais humanista da escola francesa e a concepção mais técnica de orientação norte-americana.

Ao que, Guimarães (1995, p. 68) acrescenta:

[...] o novo currículo mínimo procurou em maior medida estabelecer um equilíbrio entre a concepção mais humanista da escola francesa (centrada em matérias como Paleografia, Diplomática, Numismática, Iconografia, História da Arte, História do Livro, línguas etc.) e a concepção mais técnica de orientação norte-americana (centrada em matérias como Catalogação, Classificação, Bibliografia, Referência e Organização de Bibliotecas.

Santos (1998, p. 4) também faz algumas considerações sobre o novo currículo: “teve como proposição ser multidisciplinar, preocupar-se com a

organização dos documentos e, também, com o tratamento da informação, destacando o usuário dos serviços e unidades de informação como eixo central”.

Sua organização básica era formada por três matérias principais com suas subdivisões:

a) Matérias de Fundamentação Geral

Comunicação

Aspectos Sociais, Políticos e Econômicos do Brasil Contemporâneo

História da Cultura

b) Matérias Instrumentais

Lógica

Língua Portuguesa e Literatura da Língua Portuguesa

Língua Estrangeira Moderna

Métodos e Técnicas de Pesquisa

c) Matérias de Formação Profissional

Informação Aplicada à Biblioteconomia

Produção dos Registros do Conhecimento

Formação e Desenvolvimento de Coleções

Controle Bibliográfico dos Registros do Conhecimento

Disseminação da Informação

Administração de Bibliotecas (BRASIL, 1982, p. 246).

Além das matérias acima mencionadas, o estudante ainda deveria cursar as matérias de Estudo de Problemas Brasileiros e Educação Física e realizar Estágio Supervisionado.

Não restam dúvidas de que a aprovação do novo currículo foi uma enorme conquista para a classe de bibliotecários brasileiros, porém, não foi suficientemente satisfatória para cumprir as exigências impostas pelo mercado de trabalho.

As críticas sobre este Currículo mínimo foram muitas, atribuindo-lhe a responsabilidade pela má formação e desempenho de nossos profissionais. Mas, para Santos (1998, p. 5), a questão pode ser vista sob outro ângulo e atribui a responsabilidade “à falta de criatividade dos docentes/bibliotecários em construir um currículo pleno adequado às exigências da sociedade [...]”. E conclui dizendo: “temos excelentes profissionais, tanto na área acadêmica quanto no mercado de trabalho, provenientes todos deste Currículo mínimo”.

A década de 90 chega com novas preocupações para a área. Novos mercados profissionais surgem. Se antes a atividade do bibliotecário podia ficar reduzida aos limites físicos de uma biblioteca e de uma coleção, agora o uso difundido da tecnologia a serviço da informação transpõe barreiras físicas e

institucionais exigindo novos perfis profissionais para atuação nesses novos espaços.

Neste cenário, com uma sociedade voltada para a globalização de mercados, surge um novo conceito de profissional, de natureza muito mais abrangente: o profissional da informação.

Fonseca e Oddone (2007, *online*) dizem:

É a partir da década de 1990, ante ao conjunto tão proclamado de processos da nova ordem mundial; da quebra de paradigmas e, com a expansão das redes de informação, tendo como suporte o desenvolvimento das tecnologias de comunicação, surgem novas demandas para o profissional da informação atuar nas unidades de informação, principalmente nas indústrias.

Consequentemente, diante disso, as escolas de Biblioteconomia brasileiras começam a estudar adequações aos seus currículos.

Nesse contexto, é preciso destacar que a grande ideia no âmbito dos estudos curriculares foi a substituição de currículos mínimos por diretrizes curriculares propostas pelo Conselho Nacional de Educação – CNE.

Diretrizes Curriculares são orientações para a elaboração de currículos que devem ser adotadas por todas as instituições de ensino superior, devendo “estimular a superação das concepções antigas e herméticas das grades curriculares dentro da perspectiva de assegurar a flexibilidade, a diversidade e a qualidade da formação oferecida aos estudantes” (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2007, *online*).

Em outras palavras, as Diretrizes Curriculares têm por intuito servir como referência para as Instituições de Ensino Superior – IES definirem seus currículos plenos, em termos de conteúdos básicos e de conteúdos profissionais essenciais para o desenvolvimento de competências e habilidades requeridas para os egressos da área/curso.

A substituição dos currículos mínimos pelas Diretrizes Curriculares propostas pelo CNE teve como objetivo principal dar maior liberdade para que as escolas definam seus currículos de acordo com as necessidades e exigências do mercado de trabalho de cada região do Brasil.

Assim, com o objetivo de delinear as Diretrizes Curriculares, a SESu do MEC nomeou, em Dezembro de 1997, Comissões de Especialistas, de diferentes

áreas visando elaborar as referidas diretrizes, as quais deveriam ser apresentadas até Maio de 1998 e que deveriam ter, como princípios norteadores:

- A flexibilidade na organização curricular;
- Dinamicidade do currículo;
- Adaptação às demandas do mercado de trabalho;
- Integração entre graduação e pós-graduação;
- Ênfase na formação geral; definição e desenvolvimento de competências e habilidades gerais (PANDO, 2005, p. 80).

Foram realizados inquéritos nas escolas de Biblioteconomia e obteve-se como resultado uma grande incidência de respostas sugerindo a adoção, pelo Brasil, das áreas curriculares já discutidas para o Mercado Comum do Sul - MERCOSUL (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Venezuela) em encontros anuais de Diretores e Docentes de Biblioteconomia iniciados em 1996. Desses encontros foram definidas as áreas curriculares e chegou-se ao estabelecimento do núcleo principal de conhecimentos. Estes núcleos foram integrados em seis áreas, apresentadas a seguir, com suas respectivas ementas:

Área 1: Fundamentos Teóricos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação

Comunicação e Informação. Cultura e Sociedade. Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia, Museologia, Ciências da Informação e áreas afins. Unidades e Serviços de Informação. O Profissional da Informação: formação e atuação. História e tendências da produção dos registros do conhecimento, das unidades e dos sistemas nacionais e internacionais de informação.

Área 2: Organização e Tratamento da Informação⁶⁰

Organização do Conhecimento e tratamento da Informação. **Tratamento descritivo dos documentos.** Tratamento temático: teoria da classificação, análise da informação, teoria da indexação. Práticas, tecnologias e produtos. Geração e organização de instrumentos de recuperação da Informação. (destaque nosso).

⁶⁰ Em princípio esta área foi denominada Processamento da Informação. A partir do II Encuentro, realizado na Argentina, considerando os argumentos apresentados por José Augusto Chaves Guimarães, Mario Barité e Gustavo Liberatores, passou a ser denominada Organização e Tratamento da Informação.

Área 3: Recursos e Serviços de Informação

Fundamentos, princípios, processos e instrumentos para: seleção, aquisição, avaliação, descarte, desbastamento, preservação, conservação e restauração de recursos de informação documentais e virtuais. Normas relativas ao desenvolvimento das coleções. Fontes de informação documentais e virtuais: conceitos, tipologias, características, acesso, utilização e avaliação. Estudo e educação de usuários. A indústria da informação: geração, produção e comercialização de documentos, fontes e serviços de informação. Serviços de provisão e acesso. Serviços de referência e informação. Serviços de extensão e ação cultural.

Área 4: Gestão de Unidades de Informação

Teoria geral da administração. Teoria organizacional. Teoria de sistemas. Técnicas modernas de gestão. Gestão de unidades e serviços de informação: leitores, usuários, clientes e ambiente social. Formulação de projetos de informação. Gestão de recursos humanos. Gestão financeira. Gestão de espaço físico. Mensuração e avaliação de serviços e unidades de informação.

Área 5: Tecnologia da Informação

Aplicações da tecnologia da informação e comunicação nas unidades de informação. Análise, avaliação e desenvolvimento (hardware e software). Gestão de bases de dados e bibliotecas virtuais. Análise e avaliação de sistemas e redes de informação. Informatização das unidades de informação.

Área 6: Pesquisa

Epistemologia da investigação científica. Metodologia da pesquisa social. Pesquisa em Biblioteconomia e Ciência da Informação: produção e comunicação científica.

No Brasil, houve o entendimento, pela maioria dos cursos, de que a pesquisa e as tecnologias da informação não deveriam constituir áreas independentes, mas perpassar todas as demais, demonstrando assim a preocupação em “ensinar a saber”, ou seja, procurar por meio da investigação maneiras para a resolução de problemas de todas as áreas.

Após a realização do II Encontro de Dirigentes dos Cursos Superiores de Biblioteconomia dos Países do MERCOSUL, realizado em Novembro de 1997, em Buenos Aires, a ABEBD, cumprindo a Recomendação do referido evento, enviou

ao Ministério da Educação - MEC os resultados do processo de harmonização curricular alcançados (SANTOS, 1998, *online*).

Podemos observar nas ementas apresentadas nos núcleos de conhecimentos que a questão do tratamento descritivo de documentos, objeto do presente trabalho, está inserida na Área Organização e Tratamento da Informação, apresentando os seguintes conteúdos fundamentais: descrição física da informação e do conhecimento, aplicação de códigos, normas e formatos disponíveis.

Concluindo este *item*, que mostrou o movimento fundador da formação do bibliotecário brasileiro, resumimos no Quadro 4, a seguir, os marcos de maior relevância:

PROFISSÃO BIBLIOTECÁRIA		ENSINO BIBLIOTECÁRIO	
1550	Introdução das bibliotecas no Brasil através dos colégios jesuítas.	1911	Criação do primeiro Curso de Biblioteconomia na Biblioteca Nacional (BN), Rio de Janeiro.
1810	Criação da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)	1915	Início das atividades do curso da BN
1900/ 1930	Período de concentração das bibliotecas brasileiras no Distrito Federal e nos estados do Rio Grande do Sul (RS), São Paulo (SP), Minas Gerais (MG), Bahia (BA), Pernambuco (PE).	1929	Criação do curso do Instituto Mackenzie, (SP).segundo padrões americanos.
1938	Criação da primeira associação profissional – a Associação Paulista de Bibliotecários – APB.	1930/ 1950	Período de expansão do ensino bibliotecário, no bojo do processo expansionista do ensino de nível superior.
1948	Filiação da APB à Federação Internacional de Documentação (FID) e à Association of Special Librarians and Information Bureaux (ASLIB) de bibliotecários.	1962	Aprovação do primeiro currículo mínimo de graduação em Biblioteconomia (Dec. 550/62 do CFE), sob o eixo de métodos, técnicas e processos de organização documental.
1958	Definição da Biblioteconomia como profissão liberal de nível superior.	1967	Criação da Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD).
1961	Criação da Federação de Associações de Bibliotecários (FEBAB)	1968	Reforma Universitária brasileira.
1962	Promulgação da Lei 4084/62 dispõe sobre a profissão regulando seu exercício; institui o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB)	1970	Criação da Pós Graduação em Biblioteconomia
1965	Regulamentação da lei 4084/62 pelo Decreto n. 56725/65, ratificando a Biblioteconomia como profissão liberal, de técnica de nível superior	1982	Aprovação do segundo Currículo Mínimo de Graduação em Biblioteconomia
1980	Bibliotecário como agente cultural de informação	1990	Introdução e consolidação da Ciência da Informação; aglutinação das áreas: Biblioteconomia, Arquivologia; Museologia
1992	Criação do Special Interest Group / Modern Information Professional-SIG/MIP criado pela Federação Internacional de Informação e de Documentação (FID); Surge o chamado Moderno Profissional da Informação (MIB).	1994	Diferentes modelos de formação profissional.
1970/90	Influência das áreas e técnicas de gestão e administração; surge o cientista da Informação	1996	Encontro de Dirigentes de Cursos Superiores de Biblioteconomia do Mercosul.
1994	Classificação Brasileira de ocupações (CBO) – extinção se algumas e criação de outras profissões	1997	II Encontro de Dirigentes dos Cursos Superiores de Biblioteconomia dos Países do MERCOSUL
		1989	Flexibilização curricular
		2001	Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia CNE/CES PARECER N.º: CNE/CES 492/2001

Quadro 4 – Marcos de maior relevância para a Biblioteconomia no Brasil.

Fonte: Carbelon (*apud* CASTRO, 2000, p. 25), até 1965. Após: elaborado pela autora.

Como vemos, hoje, no Brasil, os cursos de graduação em Biblioteconomia são pautados nas Diretrizes Curriculares Nacionais, do Conselho Nacional de Educação, aprovadas em 2001.

3.1.2 Graduação em Arquivologia no Brasil

O Brasil revela características próprias na questão da formação do profissional de arquivo. Contrariamente à tradição hispano-portuguesa, em que o ensino arquivístico mantém um estreito laço com o biblioteconômico, em nosso país este se estrutura, de modo independente como curso superior em nível de graduação.

A década de 70 foi de fundamental importância para o estabelecimento de alguns parâmetros que ainda hoje regem as questões arquivísticas neste país.

O curso de graduação em Arquivologia é bastante recente no Brasil. Foi somente em 7 de Março de 1972, através do parecer n 212, do Conselho Federal de Educação – CFE, que as universidades brasileiras foram autorizadas a organizarem o curso de Arquivologia em nível superior, de acordo com os recursos materiais e humanos de que dispunham. Até essa época, existiam apenas cursos de formação de arquivistas, ou seja, cursos técnicos para a habilitação dos funcionários do Arquivo Nacional.

Somente dois anos depois, foi fixado, pelo mesmo Conselho, por meio da Resolução n 28 de 13 de Maio de 1974, o currículo mínimo e a duração do curso de Graduação em Arquivologia, compreendendo as seguintes matérias:

- Introdução ao Estudo da História;
- Noções de Contabilidade;
- Noções de Estatística;
- Arquivo I-IV;
- Documentação;
- Introdução à Administração;
- História Administrativa, Econômica e Social do Brasil;
- Paleografia e Diplomática;
- Introdução à Comunicação;
- Notariado;

- Língua Estrangeira Moderna.

Quanto à duração do curso, a mesma resolução do CFE fixou um mínimo de 2.160 horas-aula, distribuídas entre três e cinco anos, nelas incluídas o estágio supervisionado em instituições especializadas com 10% do total das horas previstas. Além da habilitação geral, as universidades tinham a possibilidade de criar habilitações específicas (Arquivos Históricos, Oficiais, Empresariais, Escolares, Científicos, etc.).

O Curso Permanente de Arquivo, que funcionava no Arquivo Nacional desde 1960, é transferido para o espaço universitário, onde, então, começa a funcionar, no ano de 1977, o primeiro curso brasileiro de graduação em Arquivologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO (atualmente Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro), obedecendo ao currículo mínimo aprovado em 1974. Ainda em 1977, foi implantado o curso de Graduação em Arquivologia na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, no Estado do Rio Grande do Sul. Um ano após, em 1978, portanto, o estado do Rio de Janeiro ganha outro curso, desta vez na Universidade Federal Fluminense – UFF, na cidade de Niterói, cujo funcionamento se deu a partir de 1979.

Mais de uma década se passou sem que tivéssemos novos cursos de graduação. Somente em 1998 é que houve a implantação do curso de Arquivologia na Universidade de Brasília – UNB, o da Universidade Estadual de Londrina – UEL e, neste mesmo ano, o da Universidade Federal da Bahia. Em 2000, foram criados mais dois novos cursos: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

Em 2003 foi implantado o da UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, na cidade de Marília, estado de São Paulo. Durante o desenvolvimento desta investigação, foram criados mais dois cursos de graduação em Arquivologia no Brasil: em 2006, na Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, com carga horária de 4.080 horas e duração mínima de 4,5 anos e máxima de 7 anos e em 2008 na Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Com este último, totalizam-se onze cursos de ensino superior em Arquivologia vigentes no país, cujas escolas estão assim geograficamente distribuídas: uma no Estado de São Paulo; duas no Estado do Rio de Janeiro; três

no Estado do Rio Grande do Sul; uma no Distrito Federal; uma no Estado da Bahia; uma no Estado do Paraná, uma no Estado do Espírito Santo e uma no estado da Paraíba. Dessas onze escolas, apenas a Universidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul oferece somente o curso de graduação em Arquivologia, sendo que as demais oferecem também o curso de graduação em Biblioteconomia. Somente uma, a UNIRIO, oferece ainda o Curso de graduação em Museologia.

Assim como aconteceu com os Cursos de Biblioteconomia brasileiros, a Câmara Superior de Educação do Conselho Nacional de Educação, também aprovou em 03 de Abril de 2001, através do Parecer CNE/CES n.º 492/2001 as Diretrizes Curriculares para o curso de Arquivologia. Dentre as várias recomendações destacamos aqui apenas o que diz respeito aos conteúdos curriculares.

Os conteúdos do curso de Arquivologia distribuem-se em atividades acadêmicas de formação geral, destinadas a oferecer referências cardeais externas aos campos de conhecimento próprios da Arquivologia, e em atividades acadêmicas de formação específica. São eles:

a) Conteúdos de Formação Geral

De caráter propedêutico ou não, os conteúdos de formação geral envolvem elementos teóricos e práticos, que forneçam fundamentos para os conteúdos específicos do curso.

b) Conteúdos de Formação Específica

Os conteúdos específicos ou profissionalizantes, sem prejuízo de ênfases ou aprofundamentos, constituem o núcleo básico, no qual se inscreve a formação de arquivistas.

O desenvolvimento de determinados conteúdos, como o relacionado com Metodologia da Pesquisa ou com as Tecnologias em Informação, entre outras – poderá ser objeto de unidades curriculares.

As Instituições de Ensino Superior - IES podem adotar modalidades de parceria com outros cursos para:

- a) ministrar matérias comuns;
- b) promover ênfases específicas em determinados aspectos do campo profissional;
- c) ampliar o núcleo de formação básica;
- d) complementar conhecimentos auferidos em outras áreas.

Quanto aos Estágios e Atividades Complementares, considerados mecanismos de interação do estudante com o mundo do trabalho em sua área, os estágios são desenvolvidos no interior dos programas dos cursos, com intensidade variável segundo a natureza das atividades acadêmicas desenvolvidas, sob a responsabilidade imediata de cada docente.

Além disso, o colegiado do Curso de Arquivologia estabelecerá o desenvolvimento de atividades complementares de monitoria, pesquisa, participação em seminários e congressos, visitas programadas e outras atividades acadêmicas e culturais, orientadas por docentes (BRASIL, 2001, *online*).

Ainda quanto às questões referentes à formação em Biblioteconomia e Arquivologia, gostaríamos de abordar um instrumento que consideramos essencial, renovador e que trouxe um novo significado ao ensino em Ciência da Informação no Brasil: o Projeto Pedagógico.

No Brasil, a Educação Superior é lecionada em instituições públicas e privadas cujo ensino é norteado, no seu fazer pedagógico, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9394/96)⁶¹.

A LDB propiciou ao Brasil um marco norteador do fazer pedagógico, preconizando aspectos como flexibilidade curricular, integração entre escola e comunidade, integração graduação e pós-graduação, avaliação global do processo formativo e incentivo a projetos pedagógicos, os quais passaram a ser objeto de reflexão das IES, desde que observadas as diretrizes curriculares pertinentes.

Esta lei revogou toda a legislação em que se baseou a formulação dos atuais currículos dos cursos superiores no Brasil; recomenda o princípio da flexibilidade curricular, ou seja, possibilitar ao estudante utilizar os conteúdos curriculares de acordo com suas potencialidades, levando em conta seus conhecimentos tácitos, e assegura a competência das Universidades de fixar os currículos dos seus cursos.

Entretanto, para atender a essas exigências, as universidades brasileiras vêm, desde então, sofrendo profundas transformações, pois, não é apenas a formação discente que foi ou está sendo re-estruturada. Os docentes também terão que se preparar para viver essa nova proposta de formação, em que o

⁶¹ BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 de dezembro de 1996, 185º da Inde pendência e 108º da República.

conhecimento deve ser trabalhado de modo a se buscar conexões e interações, para flexibilizar, assim, as fronteiras entre as diferentes áreas do conhecimento (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2001, *online*).

Os estudos curriculares da área de Ciência da Informação, da qual fazem parte os cursos de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, foram aprovados em abril de 2001, pelo Conselho Nacional de Educação.

Efetivamente, essas alterações foram introduzidas na estrutura e organização dos currículos dos cursos de graduação da área, ou seja, diferentemente dos currículos mínimos até então vigentes, passaram a ter uma preocupação com elementos norteadores de natureza mais abrangente, respeitando as distintas realidades e concepções das IES (GUIMARÃES, 2000, p.61).

Desta feita, a ênfase deixa de incidir prioritariamente nos conteúdos curriculares para, conforme afirmam Rodrigues e outros (2004, *online*):

[...] centrar-se no desenvolvimento de competências e habilidades que levem tais conteúdos de uma dimensão do saber para uma efetiva dimensão do saber. Nesse âmbito, destaca-se, dentre outras, a preocupação das Diretrizes Curriculares no sentido de prover a formação de diferentes perfis (ou ênfases) profissionais a partir das vocações (acadêmicas, contextuais) das IES.

As diretrizes curriculares para os cursos de Biblioteconomia, e Arquivologia determinam que a formação dos seus profissionais deve prever a preparação para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional. Quanto às competências e habilidades esperadas dos mesmos, determinam as de caráter geral e comum e aquelas de caráter específico.

No que diz respeito aos conteúdos curriculares dos cursos, as diretrizes curriculares recomendam que se distribuam em conteúdos de formação geral, destinados a oferecer referências cardeais externas aos campos de conhecimento próprios de cada área e em conteúdos de formação específica, que são nucleares em relação a cada uma das identidades profissionais em pauta (RODRIGUES et al., 2004, *online*).

As diretrizes curriculares consideram, ainda, que de caráter propedêutico ou não, os conteúdos de formação geral envolvem elementos teóricos e práticos e têm por objetivo o melhor aproveitamento dos conteúdos específicos de

cada curso. Os conteúdos específicos ou profissionalizantes, sem prejuízo de ênfases ou aprofundamentos programados pelas IES, têm caráter terminal. Constituem o núcleo básico no qual se inscreve a formação de bibliotecários e arquivistas.

Indicam, também, que os projetos pedagógicos dos cursos enfatizem a adoção de uma perspectiva humanística na formulação dos conteúdos, conferindo-lhes um sentido social e cultural que ultrapasse os aspectos utilitários mais imediatos sugeridos por determinados *itens* (RODRIGUES et al., 2004, *online*).

Com base nas propostas dessas diretrizes, os cursos de Biblioteconomia e Arquivologia brasileiros iniciaram, a partir de 2000, a (re)elaboração/atualização dos seus **Projetos Pedagógicos**, enquanto instrumento balizador das práticas pedagógicas, das ações docentes, discentes e de gestores do(s) curso(s).

O Projeto Pedagógico é um

[...] instrumento de gestão, tanto no nível geral da instituição, quanto no nível específico de cada curso. No nível geral, deve estabelecer o papel da instituição como produtora e disseminadora do saber e sua contribuição para a comunidade e região onde se situa, sua filosofia de atuação, suas ênfases gerais, a serem adotadas em todas as suas ações. No nível do curso, não deve se confinar às questões curriculares, mas se definir a partir do horizonte que engloba determinadas visões da sociedade, papel ético e político para o exercício profissional e fundamentação científica para sustento de suas ações. Há que se ressaltar, ainda, a adoção do princípio pedagógico da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (RODRIGUES et al., 2004, *online*).

Assim, os cursos/escolas da área de Ciência da Informação no Brasil estão buscando, por meio de novas propostas curriculares, fundamentadas nas diretrizes curriculares e manifestadas em seus projetos pedagógicos, um perfil profissional de natureza mais interdisciplinar preparado para enfrentar uma sociedade e um mercado de trabalho de rápidas e profundas mudanças, com o constante aperfeiçoamento de tecnologias e com usuários cada vez mais exigentes. A Figura 5 mostra as etapas a serem seguidas na construção do Projeto Pedagógico de um curso. O modelo é o da Universidade Federal Fluminense:

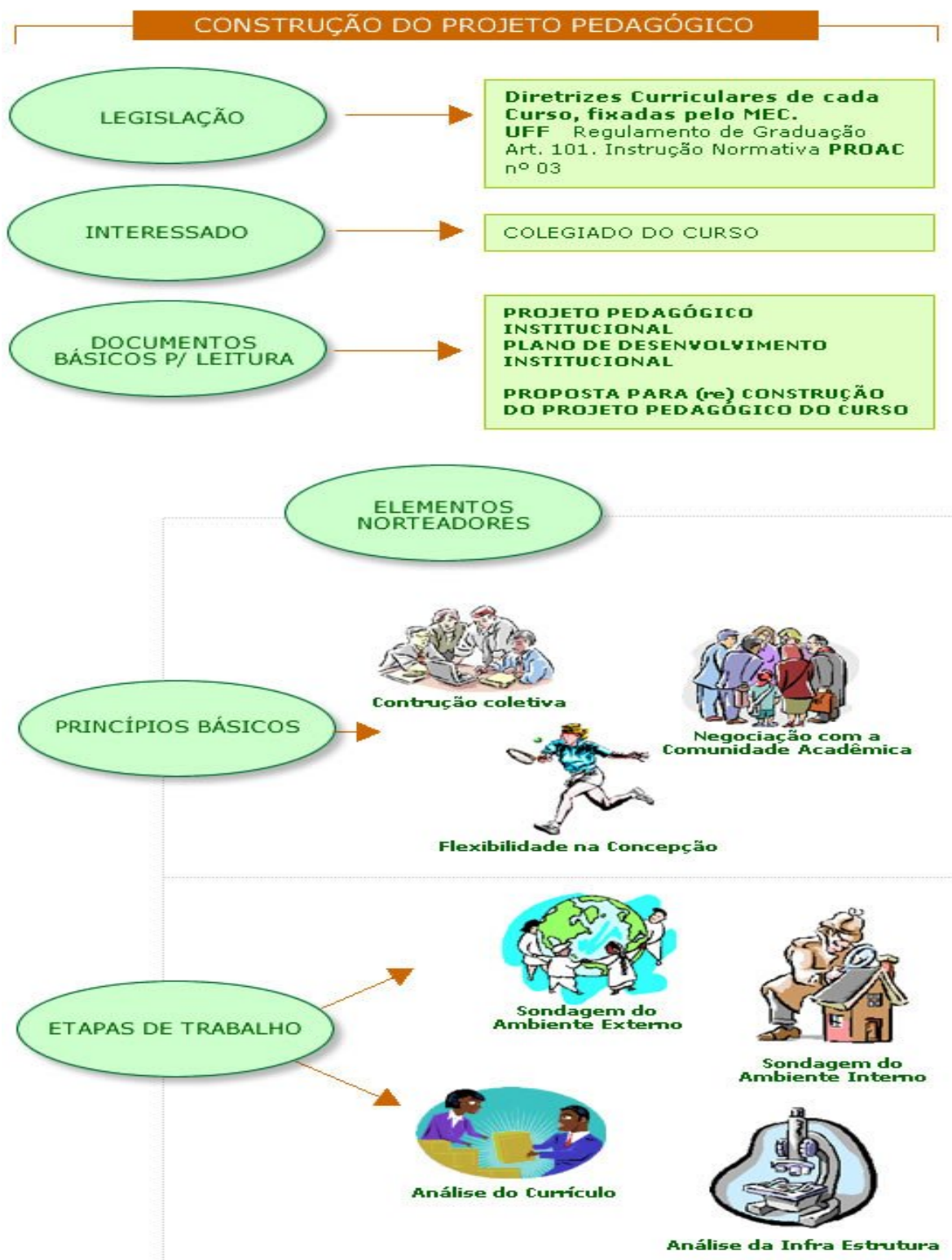


Figura 5 - A construção de um Projeto Político Pedagógico.

Fonte: Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <http://www.proac.uff.br>. Acesso em: 10 dez. 2007

O Projeto Pedagógico da Graduação deve estar sintonizado com nova visão de mundo, expressa nesse novo paradigma de sociedade e de educação, garantindo a formação global e crítica para os envolvidos no processo, como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania [...] (FÓRUM...1999, p. 7).

A discussão/concepção do projeto pedagógico exige uma reflexão relativa ao conceito de educação que a instituição/curso defende e de sua relação com a sociedade na qual está inserida. Ressalva-se, neste contexto que se deve fazer uma reflexão sobre o indivíduo a ser formado, a cidadania e a consciência crítica, ou seja, “o tipo de indivíduo que queremos formar e de mundo que queremos construir com nossa contribuição” (PEREIRA, 2001, p.1).

[...] o projeto pedagógico requer uma análise acurada sobre as finalidades do curso, assim como a explicitação de seu papel social e a clara definição de caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com a ação educativa (professores, alunos, equipe técnico-administrativa) (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2001, *online*).

O projeto pedagógico, portanto, necessita ser gerado levando-se em consideração as diferenças existentes entre os envolvidos para constituir-se em compromisso político e pedagógico coletivo. Deve atender ao caráter plural e ao mesmo tempo identitário de cada universidade/curso, seu processo de construção reunirá crenças, conhecimentos da comunidade universitária, do contexto social e científico.

Vieira (1996, p.188) afirma que:

Pensar em projeto pedagógico implica mesmo em proceder a um esforço de reconhecer o específico, ainda que o pano de fundo seja o mais geral. Assim, ao levarmos em conta as referências da instituição universitária como um todo, precisamos reconhecer também a relação e/ou diferença entre as partes.

O projeto pedagógico dos cursos de graduação deve atender as especificidades regionais e as características do seu próprio corpo docente. Entretanto, para proporcionar uma formação integral ao estudante é preciso conceber uma estrutura curricular fundamentada em uma metodologia de ensino que articule e garanta, desta forma, a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a

extensão.

A capacitação dos professores, o seu amadurecimento intelectual e a sua capacidade de desenvolver pesquisa, associada ao ensino, é fator fundamental para que o projeto pedagógico tenha sucesso. Desta forma, as políticas e ações devem incentivar os docentes no sentido de se atualizarem continuamente. Aliado a isso, o estabelecimento de linhas de pesquisa que orientem essas políticas e ações, é muito importante para dar consistência ao trabalho pedagógico.

No processo de construção do projeto pedagógico é fundamental que o estudante se coloque como sujeito ativo, reflexivo e participante. Este tipo de atuação permitirá que ele contribua também na definição de políticas educacionais e de ações prioritárias para o desenvolvimento e a consolidação do curso (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2001, *online*).

Entende-se a avaliação, como um processo contínuo, que envolve a participação e o envolvimento de estudantes e professores, portanto, deve ser uma prática constante de forma a somar e aperfeiçoar o projeto pedagógico do curso.

Seguindo ainda o modelo da UFF nas Figuras 6 e 7, podemos acompanhar como deve ser a organização de um projeto pedagógico de um curso de graduação, bem como, os documentos que devem integrá-lo.

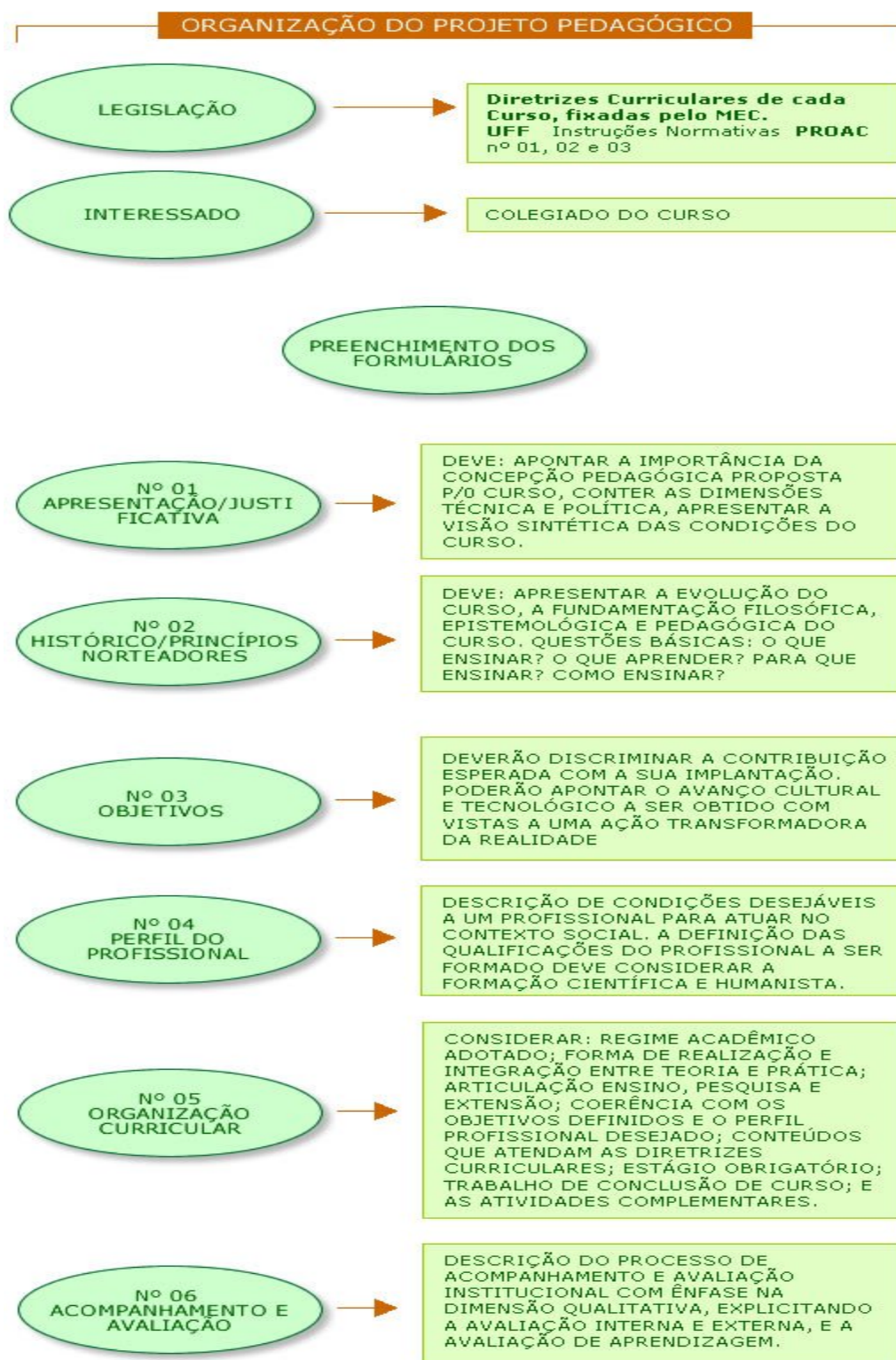


Figura 6 - Organização do Projeto Político Pedagógico.

Fonte: Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <http://www.proac.uff.br>. Acesso em: 10 dez. 2007

DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O PROJETO PEDAGÓGICO

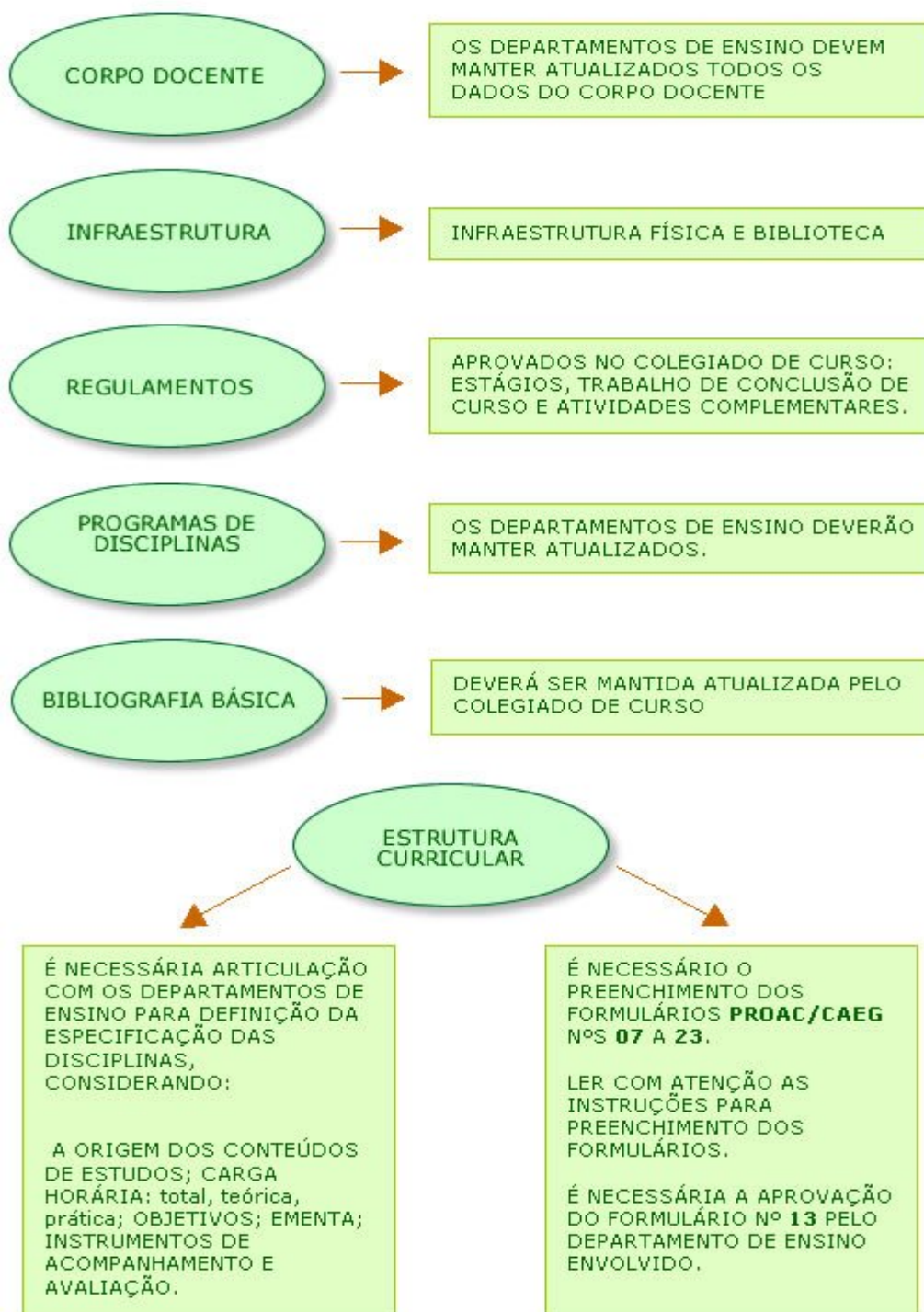


Figura 7 - Documentos que integram o Projeto Político Pedagógico.

Fonte: Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <http://www.proac.uff.br>. Acesso em: 10 dez. 2007

Pelo exposto, pode-se observar que os novos rumos do ensino na área de Ciência da Informação no Brasil deram-se notadamente a partir das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 que, por sua vez, impulsionaram as escolas/cursos a criarem/reformularem seus Projetos Pedagógicos desvinculando-se de um paradigma centrado nos conteúdos e buscando, na interdisciplinaridade e no desenvolvimento de competências e habilidades, o lema para o fazer educacional da área.

3.1.3 A formação dos bibliotecários e dos arquivistas em Portugal

Na Europa⁶², a formação de arquivistas e bibliotecários teve suas raízes no trabalho diário de pessoas que trabalhavam nas instituições – destacadamente bibliotecas e arquivos nacionais – que tinham como missão salvaguardar toda a documentação das nações. Sendo assim, essas instituições se tornaram locais adequados à época, para “formar” tais profissionais. Tratava-se na verdade de “uma via destinada ao exercício de uma profissão, mais do que a aquisição de saberes tendentes a estimular o estudo e o conhecimento numa dada área disciplinar” (RIBEIRO, 2002, p. 420).

Em outras palavras, afirmam Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro, em comunicação apresentada no 8º. Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, em Estoril, no ano de 2004:

A afirmação profissional na área da documentação/informação, sustentada por uma formação específica, teve início em meados de Oitocentos, sendo nas instituições nacionais devotadas à conservação das espécies bibliográficas e arquivísticas que essa mesma formação começou a ser ministrada (SILVA; RIBEIRO, 2004, *online*).

Além disso, o modelo formativo das escolas apenas preparava as pessoas para desempenhar suas funções nos arquivos e nas bibliotecas. Exemplo

⁶² Para maiores informações ver: RIBEIRO, Fernanda. O desafio da formação profissional: novo paradigma, novo modelo formativo. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS – INTEGRAR, 1., São Paulo, 2002. **Anais...** São Paulo: Integrar, 2002. p.419-441 e SILVA, Armando B. Malheiro; RIBEIRO, Fernanda. **Das ciências documentais à ciência da informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Afrontamento, 2002.

disso é a já citada primeira Escola de Biblioteconomia e Arquivística de nível superior fundada em Paris, em 1821, a École des Chartes, calcada na erudição, que influenciou consideravelmente toda a Europa. Fundada inicialmente com o “objectivo de proceder à publicação dos “monumentos” escritos da História Nacional, a escola [École des Chartes] passou a estar ligada à formação dos arquivistas-paleógrafos e dos bibliotecários, a partir de 1846” (RIBEIRO, 2002, p. 420).

Portugal foi um dos países pioneiro no mundo a criar cursos de formação superior na área da Informação/Documentação, formação essa que seguia o modelo dos cursos ministrados pelas associações e escolas profissionais, isto é, a formação “em serviço” sendo à época, a única forma de habilitar profissionais a exercer funções nas bibliotecas e nos arquivos.

A *Inspecção Geral das Bibliothecas e Archivos Públicos*, criada pelo Decreto de 29 de Dezembro de 1887, instituiu o curso de instrução superior, denominado de *bibliothecario-archivista*. Essa *Inspecção* era responsável pela direção, administração e fiscalização superior, dos arquivos e das bibliotecas que pertenciam ao estado. Com relação ao curso de *bibliothecario-archivista*, Fernanda Ribeiro (2006a, p.6, *on line*) assevera:

[...] verificamos que Portugal é dos primeiros países a estabelecer uma ligação entre a formação profissional e a formação superior de tipo universitário e a integrar num mesmo curso a instrução de profissionais de uma mesma área técnico-científica, ou seja, os bibliotecários e os arquivistas – insere as disciplinas específicas para o exercício da profissão no contexto das instituições onde futuramente os diplomados irão exercer a sua actividade.

O art. 13.º do mencionado Decreto homologou o curso de *bibliothecario-archivista*, habilitando-o para as funções de conservador, oficial, amanuense-paleógrafo e amanuense⁶³ do Real Arquivo, assim como para funções de igual valor da Biblioteca Nacional. As disciplinas que faziam parte do seu currículo eram num total de sete: História Pátria e Universal, Filologia Comparada ou Ciência da Linguagem, Literatura Latina e Grega, Literatura Moderna da Europa – integradas no Curso Superior de Letras – e Diplomática, Numismática e Bibliologia, sendo essas lecionadas “junto do real archivo da Torre do Tombo ou da bibliotheca nacional de Lisboa, sendo regidos por empregados d’estes estabelecimentos, de

⁶³ Amanuense era todo aquele que copiava textos ou documentos à mão. Escrevente e copista são sinónimos de amanuense.

qualquer categoria, para isso nomeados pelo ministério do reino, sob proposta da inspecção-geral” (PORTUGAL, 1887 *apud* SILVA; RIBEIRO, 2002, p.142).

Embora ao longo dos anos, o curso de *bibliothecario-archivista* tenha passado por profundas modificações, sua matriz historicista e patrimonialista sempre permaneceu como uma característica marcante. A reforma sofrida, através do Decreto de 24 de Dezembro de 1901, ampliou a duração do curso para três anos, bem como o número de disciplinas ficando assim distribuídas:

- 1º. Ano – Geografia, Língua e Literatura Francesa, Língua Inglesa, História Antiga, Bibliologia, Paleografia;
- 2º. Ano – Geografia, Filologia Românica, Língua e Literatura Francesa, Línguas e Literaturas Alemã e Inglesa, História da Idade Média, Diplomática;
- 3º. Ano – Filologia Portuguesa, Língua e Literatura Francesa, Línguas e Literaturas Alemã e Inglesa, Literatura Nacional, História Pátria, Numismática.

Com exceção da Paleografia e da Diplomática, que funcionavam no Arquivo da Torre do Tombo e da Bibliologia e da Numismática, que estavam sob a responsabilidade dos conservadores da Biblioteca Nacional, as demais permaneciam sendo lecionadas no Curso Superior de Letras.

Essas alterações ainda não satisfaziam as necessidades e exigências dos profissionais daquela época, o que pode ser constatado pelo depoimento de Pedro de Azevedo e António Baião, que trabalhavam no Real Arquivo, citado por Silva e Ribeiro (2002, p.142):

O curso de bibliothecarios-archivistas foi instituído a imitação dos cursos similares franceses e hespanhoes, sem todavia atingir o número de disciplinas que naqueles países é exigido. [...] até agora nenhum curso satisfaz plenamente os deveres que impõem as funções de conservadores do Archivo da Torre do Tombo e da Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Como se pode perceber pelo elenco de disciplinas ministradas, o curso de *bibliothecario-archivista* não oferecia nenhuma disciplina que habilitasse o formando a desenvolver atividades técnicas de tratamento, organização e recuperação da informação. Paralelamente a essa formação em nível superior, surgiu o “Estágio de Arquivistas” experiência de ensino com características mais técnicas cujo objetivo era formar arquivistas para a administração pública.

Criado por Decreto de 11 de Setembro de 1913 e regulamentado no ano seguinte, o Estágio de Arquivistas era dirigido

[...] ao pessoal, a cujo cargo se encontram ou venham a encontrar-se todos os arquivos que directa ou indirectamente dependam das secretarias Gerais dos Ministérios do Interior, Justiça, Finanças, Marinha, Estrangeiros, Fomento, Colónias e Instrucção Pública” (*apud* SILVA; RIBEIRO, 2002, p.143).

Maria Manuela Gomes de Azevedo Pinto (2008, p.109), afirma que o Estágio de Arquivistas, ministrado na sede da Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, não só almejava o “eficaz cumprimento dos deveres dos profissionais de nível superior nomeadamente os impostos pelas funções de ‘conservadores’ do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e da Biblioteca Nacional, mas também formar técnicos para administração pública”.

Tinha, portanto, um carácter mais prático, e conferia ao formando habilitação para ocupar cargos de arquivistas de vários ministérios. Com relação às disciplinas ministradas nestes “estágios”, distribuídas pelas de Arquivologia, Paleografia e Biblioteconomia, mostra claramente, segundo Silva e Ribeiro (2002, p.143),

[...] a perspectiva historicista que caracterizava a formação, mas, curiosamente, já é evidente um acentuado tecnicismo que se compreende perfeitamente uma vez que, por influência dos arquivistas holandeses e do seu célebre manual publicado em 1898, a Arquivística encetava a sua formação pela via da técnica procurando assim ‘despir-se’ do estatuto de ciência auxiliar da História.

Pelo contexto deste trabalho, que tem como tema central o ensino da representação descritiva, achamos pertinente relatar aqui os conteúdos programáticos da disciplina de Arquivologia do “Estágio de Arquivistas” que constam na Legislação de 1913, uma compilação da Inspeção das Bibliothecas Eruditas e Arquivos e publicado na obra de Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro em 2002, *Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação*:

Conteúdos programáticos da disciplina de Arquivologia do “Estágio de Arquivistas”

“Parte de Preparação. – Condições a que deve satisfazer o edifício destinado ao alojamento dum arquivo. A arrumação dos documentos. Estantes. Caixas. Pastas.- Conservação de documentos. Meios de evitar as causas destruidoras: insectos, humidade, etc.- Cuidados e processos a empregar na restauração dos documentos atingidos por picadas de insectos, rasgões, nódoas, etc.- Arquivos históricos e administrativos. – Inventários e índices. -Descrição de códices. Transcrição de documentos. Processos seguidos e sua apreciação. - Administração aplicada aos arquivos. Registo de entrada. Registo de documentos destruídos ou extraviados. Balanço anual. Contabilidade. Relações com o público. Leitura e cópias. Estatística. - Arquivos em Portugal. A Torre do Tombo, sua história, suas colecções mais valiosas. Cartórios monásticos em Portugal: notícia dos mais importantes que houve. - Legislação actual referente aos arquivos e bibliotecas.

“Parte prática. – Inventariação de documentos. Redacção de índices. Descrição de códices.

Fonte: Silva; Ribeiro (2002, p.143).

A promulgação da República, ocorrida em 5 de Outubro de 1910, que trouxe como consequência o interesse pelos assuntos culturais e pela defesa do ensino público, o que por sua vez exigia mais acesso à informação e à leitura, levou a uma reforma legislativa na área das bibliotecas e arquivos em Portugal.

Esse período foi marcado por três acontecimentos importantes: a criação das Universidades de Lisboa e do Porto e o Curso Superior de Letras, fundado em 1859 por D.Pedro V e que à época funcionava nas instalações da então Academia das Ciências de Lisboa, é integrado na Universidade de Lisboa.

Foi dessa maneira que o Curso de Bibliotecário-Arquivista passou a ser em nível universitário, com a consequente equiparação das cadeiras do Curso regulamentado em 1901, às da recém criada Faculdade de Letras, na Universidade de Lisboa; porém, as disciplinas de carácter mais técnico e de formação especializada continuaram a ser ministradas no Arquivo da Torre e na Biblioteca Nacional (RIBEIRO, 2006a, *online*).

Por conseguinte, esse foi o início da formação, em nível universitário, a qual tem sido, desde então, um requisito indispensável para o exercício profissional de arquivista, bibliotecário e documentalista na administração pública de Portugal.

No ano de 1918, ocorre uma nova “remodelação dos serviços biblioteconômicos e arquivísticos”, e no contexto desta reforma, também o Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista é reformulado. Impunha-se, pois, “não introduzir nesse curso senão as disciplinas consideradas absolutamente indispensáveis”. Com efeito, o novo regulamento discrimina as disciplinas distribuídas pelos três anos do

Curso, notando-se uma valorização da componente técnica, expressa pela existência de várias matérias lecionadas na Biblioteca Nacional e na Torre do Tombo (RIBEIRO, 2006a, *online*).

No ano seguinte, (Maio de 1919), o Curso de Bibliotecário-Arquivista sofreu uma alteração de nome, passando a ser designado “Curso de Biblioteconomia e Arquivística”. No entanto, as remodelações mais significativas em sua natureza e estrutura só ocorreram em 1931.

Fruto de um novo contexto político centralizador e de uma reforma estrutural das bibliotecas e arquivos estatais, a legislação de 1931 converteu o Curso Superior de Bibliotecário Arquivista num curso “exclusivamente profissional”, passou a admitir bachareis ou licenciados pelas faculdades de Letras, e passou a ter a duração de dois anos, sendo reduzido apenas às seguintes disciplinas, num total de sete: Bibliologia (um semestre), Biblioteconomia (um semestre), Arquivologia e Arquivo-economia (um semestre), Paleografia (um ano), Diplomática e Esfragística (um ano), Numismática e Medalhística (um semestre) e Iconografia e Iluminura (um semestre).

O objectivo era fornecer formação técnica para prover os cargos superiores de bibliotecas e arquivos, configurando uma ‘pós-graduação’ dado que implicava a posse prévia do grau de bacharel ou licenciado pelas faculdades de Letras (ou posse de um determinado elenco de disciplinas) (PINTO, 2008, p.108).

O Regulamento do Curso Superior de Bibliotecário Arquivista determinava, detalhadamente, o funcionamento do Curso junto da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos e já não mais sob a responsabilidade da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (esta apenas ainda colaborava na docência das disciplinas de Paleografia e Diplomática). Passa a ser a partir daí, um curso técnico de mais curta duração, e sem as disciplinas de carácter geral que antes existiam.

A mudança ocorrida em 1931 foi, talvez, a mais significativa desde a criação do Curso. Fortaleceu a sua vertente técnica, centralizou recursos e introduziu na formação a perspectiva dirigista que começava a caracterizar todo o sistema político e o regime que se consolidava.

Cabia à Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos a função de determinar as orientações, e à Junta Consultiva das Bibliotecas e Arquivos a execução das diretrizes impostas pela referida Inspeção, elaborando, portanto, os

programas das disciplinas do Curso de Bibliotecário-Arquivista, pela primeira vez, tais programas foram aprovados legalmente, e possuíam “carácter historicista, patrimonialista e tecnicista, que caracterizava o modelo de formação [...] com raízes na Revolução Francesa e já plenamente consolidado” (SILVA; RIBEIRO, 2002, p.145).

Esta experiência de “formação em serviço” sem a parceria de uma instituição de ensino permaneceu por pouco tempo e o regresso à Universidade acontece em 1935, pelo Decreto-Lei n.º 26.026, de 7 de Novembro, com a transferência do Curso de Bibliotecário-Arquivista para Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – instituição que reunia à época condições favoráveis para sua realização – o Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista. Este curso seguia o modelo que desde o começo serviu de base para a formação neste país, tinha duração de dois anos letivos e um estágio de seis meses.

Segundo Damião Peres (1939), diretor do curso, à época, o Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista:

Destina-se especialmente [...] a dar uma sólida preparação técnica a futuros bibliotecários e arquivistas. Não quer isso dizer que se tenha descurado o ensino teórico das matérias versadas. Nem se poderia adquirir uma preocupação técnica satisfatória sem uma base teórica orientadora e disciplinadora da actividade profissional (*apud* UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 2006, *online*).

A justificativa para a criação deste curso na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra era porque nesta Universidade existiam o Arquivo e Museu de Arte e a Biblioteca Geral, “que [dispunham] de valiosíssimas colecções de documentos manuscritos e espécies bibliográficas de todas as épocas que interessam à formação profissional do pessoal técnico das bibliotecas e arquivos”, além de que “na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra nunca houve interrupção no exercício do ensino das disciplinas subsidiárias da história que constituem o núcleo dos mesmos estudos” (PORTUGAL, 1935 *apud* RIBEIRO, 2006a, p. 57, *online*).

O Curso de Bibliotecário-Arquivista da Universidade de Coimbra era constituído por poucas disciplinas, ou seja, pelas cadeiras de Paleografia e Diplomática, Numismática e Esfragística, Bibliografia e Biblioteconomia (primeiro ano), Aperfeiçoamento de Paleografia, e Arquivologia e Arquivoeconomia (segundo

ano), considerada essa a estrutura de formação adequada às necessidades de então.

A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra conservou, em seu poder, o Curso de Bibliotecário-Arquivista, durante quase meio século, e consequentemente, a formação de arquivistas e bibliotecários, manteve-se sem nenhuma alteração até 1982, quando foi extinto. Teve como concorrente apenas um Estágio de Preparação Técnica de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, criado em 1969, na dependência direta da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, o qual podia realizar-se em bibliotecas ou arquivos a designar pelo então Ministério da Educação Nacional. Na visão de Ribeiro (2005a, p. 6, *online*) tratava-se de “uma formação pela via da prática e da experiência, baseada, sobretudo, em aspectos técnicos, bem em consonância com o espírito da época e o paradigma vigente”.

Esse Estágio Técnico foi aprovado pelo Decreto-Lei nº 49.009, de 16 de Maio de 1969, publicado no *Diário do Governo. 1ª série*. Lisboa. 116 (16 Maio 1969) p. 537-538. A principal razão para a sua criação deveu-se à falta de técnicos qualificados e também a necessidade de promover e acelerar a sua formação por meio de um curso com a duração de 15 meses. Para ingressá-lo, o candidato deveria possuir um curso superior, retomando, por questões pragmáticas, o modelo de ‘formação em serviço’ (PINTO, 2008, p.110).

Segundo Fernanda Ribeiro (2005b, p. 6), além disso, os participantes do Estágio Técnico deveriam obrigatoriamente

[...] participar *nos trabalhos dos serviços técnicos dos estabelecimentos em que o estágio decorre[sse]* e [de] *assistir a sessões de seminário* sobre diversas matérias que o próprio diploma estipulava, após o que teriam de submeter-se a um exame final para obtenção do diploma de “bibliotecário-arquivista-documentalista”.

Na opinião de Maria Manuela Gomes de Azevedo Pinto (2008, p.110)

[...] na prática, e paradoxalmente, trata-se de um retrocesso ao modelo vigente no séc. XIX que vem acentuar a crescente importância dos aspectos técnicos e da experiência, numa tentativa de aproximação a modelos de formação então emergentes a nível internacional.

As transformações sociais, económicas e, principalmente, tecnológicas impulsionadas pela Sociedade da Informação, bem como aos desafios que se apresentavam aos profissionais das bibliotecas e dos arquivos, notadamente a partir da década de 1970, tornaram o Curso de Bibliotecário-Arquivista arcaico.

Sucederam-se, ininterruptamente, tentativas de reestruturação do curso, para a sua adequação a essa nova realidade que se apresentava, porém, somente quase cinco décadas após a criação do curso original é que se conseguiu esse objetivo, através da criação, por proposta da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, do Curso de Especialização em Ciências Documentais – CECD o qual extinguiu, simultaneamente, o Curso de Bibliotecário-Arquivista.

Percebe-se nessa altura o aparecimento da palavra “ciências” que segundo Fernanda Ribeiro (2005a, p.19)

[...] querendo significar a junção de várias disciplinas, presumivelmente científicas, num mesmo modelo formativo, mais actualizado e mais em consonância com os desafios técnicos e tecnológicos que a Sociedade da Informação emergente ia colocando inevitavelmente.

Nota-se, portanto, até pela própria designação do curso – Especialização em Ciências Documentais (CECD) – uma pequena evolução, embora ainda permaneça o carácter historicista, custodial e tecnicista.

Essa nova proposta permitia que o CECD fosse ministrado nas Universidades que reunissem os recursos humanos e materiais necessários. As condições de acesso, o plano curricular, o regime de estudos e as propinas, bem como o regime de cessação do curso foram regulados por Portarias.

Portanto, o primeiro Curso de Especialização em Ciências Documentais foi criado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1982), regulamentado pela Portaria nº 448/83, de 19 de Abril ⁶⁴ seguindo-se o da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1983) pela Portaria nº. 449/83, de 19 de Abril⁶⁵, e o da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1985) 851/85, de 9 de Novembro⁶⁶.

Pinto (2008, p.113), afirma que o curso

⁶⁴ Publicada em: Diário da República. 1ª série. Lisboa. 90 (19 Abr. 1983) 1.351-1.353).

⁶⁵ Idem.Ibidem.

⁶⁶ Publicada em: Diário da República. 1ª série. Lisboa. 258 (9 Nov. 1985) 3.763-3.765).

[...] ‘visa a formação de profissionais qualificados no domínio das ciências documentais, com vista a conceber, planificar, gerir, explorar e manter serviços de documentação e informação, de biblioteca e arquivo’, sendo admitidos como candidatos ao curso os detentores de licenciatura em qualquer área do saber, com o domínio de [pelo menos] uma língua.

Complementando a autora acima citada, com relação à mudança estrutural do CECD, afirma que “em termos de modelo formativo [...] o curso se passa a desdobrar em duas opções – ‘Arquivo’ e ‘Documentação e Biblioteca’ – quebrando o carácter unitário que, desde o seu início, caracterizou a formação em Portugal”.

A partir daí, o CECD, apresentado com o estatuto de “pós-graduação” passou a ser a “matriz definidora da formação, sendo reconhecido como imprescindível para o provimento dos lugares de técnicos superiores de Arquivo ou de Bibliotecas e Documentação, nos quadros dos organismos da administração pública [de Portugal]” (SILVA; RIBEIRO, 2002, p.148).

Entretanto, pouco tempo depois da sua criação, o CECD, foi alvo de críticas principalmente por parte dos profissionais que já o consideravam como um curso que não atendia às necessidades dos profissionais e do mercado de trabalho à época. Essa posição ficou bastante clara durante o 1º. Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, realizado no Porto, em 1985, promovido pela Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas – BAD, onde teve lugar uma mesa-redonda e discutiu-se a formação profissional, momento em que o recém criado Curso de Especialização em Ciências Documentais foi alvo de rigorosas críticas.

Neste mesmo Congresso, Amélia Polónia apresentou um trabalho no qual argumentou os motivos pelos quais houve um atraso na implantação, bem como os “rumos e entraves apreensíveis na dinâmica” do CECD. Na sua visão um dos fatores que retardaram e bloquearam o incremento do referido curso foi a inexistência de uma política cultural bem definida em Portugal. Afirma a autora “[...] verifica-se que nestes últimos anos, marcados por uma certa instabilidade sócio-institucional, não se consegue detectar um projeto coerente, que oriente consequentemente as actividades culturais e educacionais do país” (POLÓNIA, 1985, p. 21). E complementa dizendo que o outro fator crucial a expor “[...] é o próprio estágio de desenvolvimento interno do país [...]” (p. 21).

Na opinião da autora, enquanto em outros países da Europa a informação e o conhecimento são fatores que alavancam o desenvolvimento social, cultural e económico e promovem tanto interna como externamente o país, em Portugal, os bens económicos de tipo agrário-industrial e técnico são privilegiados pelos sistemas de produção e promoção, deixando, dessa forma, à margem, a produção, o tratamento e a divulgação do saber como fator primário de desenvolvimento (POLÓNIA, 1985, p. 22).

A expectativa e demanda por um curso que atendesse aos anseios de pessoas que queriam seguir a carreira profissional na área da BAD eram baseados, segundo Polónia (1985, p. 22), nos seguintes fatores:

- Falta de infraestruturas materiais e financeiras;
- Deficiente gestão dos recursos existentes;
- Deficiente apetrechamento técnico dos profissionais em acção;
- Grande heterogeneidade e improvisação no processo de tratamento da documentação, e consequentemente, do conhecimento;
- Incapacidade de resposta às solicitações dos utilizadores;
- Deterioração e sub-aproveitamento dos espólios existentes, traduzindo-se mesmo pela destruição ou alienação de bens do património cultural do país.

Observando todos esses fatores e acrescentando os problemas impostos pelo avanço tecnológico, verificava-se a carência e a necessidade de uma formação profissional que fizesse em face de essa nova realidade e que pudesse formar especialistas com capacidade para:

- Alterar a insatisfatória situação em que decorre o funcionamento dos Serviços de Documentação do País;
- Transformar o funcionamento desses serviços, de forma a promover a sua intervenção cultural e social;
- Actualizar técnica e epistemologicamente, o processo de tratamento da informação, visando-se atingir uma maior pertinência, actualidade e uniformização no tratamento da informação;
- Viabilizar uma difusão mais generalizada do conhecimento;
- Reivindicar o acesso a infraestruturas materiais e financeiras correlativas da importância social dos Serviços de Documentação;
- Promover socialmente o estatuto da classe, concedendo a verdadeira dimensão social à sua actividade profissional e fazer respeitar a sua formação técnica especializada (POLÓNIA, 1985, p. 22).

Pelo que já descrevemos anteriormente, neste capítulo, sobre os conteúdos curriculares do curso de bibliotecário-arquivista que antecedeu ao CECD, podemos inferir que essas necessidades e expectativas nem de longe eram atendidas, sobretudo porque esses aspectos eram inexistentes no currículo daquele curso.

Vemos também, entre os *itens* acima mencionados, a preocupação com o tratamento descritivo e uniforme da informação com vistas à elaboração de instrumentos para sua difusão, recuperação e uso, colaborando dessa forma para melhorar os sistemas e serviços de documentação em Portugal.

Preocupações dos profissionais da área com a formação, em nível superior foram motivos de debates em conferências promovidas pelas próprias universidades que mantinham o curso, e um dos eventos mais significativos foi a comemoração do 10º. aniversário do CECD da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - FLUP, em julho de 1995, ocasião em que esta Faculdade organizou uma mesa-redonda subordinada ao título *Formação profissional na área BAD* “evento em que os docentes promoveram algumas actividades, que, no essencial tiveram por objetivo avaliar e reflectir sobre o próprio modelo formativo subjacente ao CECD” (RIBEIRO; LEITE; CERVEIRA, 2004, p. 27).

Nesta ocasião, segundo Silva e Ribeiro (2002, p.18), as discussões se debruçaram sobre a:

[...] problemática da formação, questionando-se o modelo em vigor, a desactualização dos conteúdos e as lacunas que revelavam, enfin, os pressupostos teóricos em que deveria assentar a discussão conducente a uma reestruturação dos cursos ou ao surgimento de novos modelos formativos.

Neste evento, diversas intervenções foram feitas com relação à formação vigente, quando profissionais, estudantes e professores sinalizaram com firmeza a necessidade de repensar o modelo existente.

Nas palavras de Ribeiro; Leite e Cerveira, (2004, p. 28) “Este encontro congregou um conjunto de personalidades que, pela sua experiência profissional ou posicionamento institucional, se encontravam em posição de reflectir sobre o (s) modelo(s) formativo(s) para os profissionais da chamada área BAD”.

As preocupações levantadas neste evento, na FLUP, permaneceram e foram discutidas em outros eventos universitários e profissionais. Cada vez mais

concluía-se que havia necessidade de uma inadiável mudança, segundo Silva e Ribeiro (2002, p.18) “na formação tecnicista e de matriz patrimonial e positivista, inspirada por um paradigma anacrónico e em crise, incapaz de superar os novos desafios do pós-industrialismo da segunda metade de Novecentos”.

No ano seguinte, em março de 1996, no âmbito das comemorações dos 60 anos do Curso de Bibliotecário-Arquivista, a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra organizou um painel cujo tema era “Formação profissional BAD em Portugal”. Nessa ocasião o CECD do Porto, apresentou uma intervenção.

Na opinião de Ribeiro; Leite e Cerveira (2004, p. 28),

[...] estas duas iniciativas foram, de algum modo, o embrião de um futuro trabalho de reflexão conjunta de docentes dos CECD do Porto e de Coimbra, que esteve na base da produção de um estudo editado em 2002 e que influenciou grandemente o novo modelo de formação consubstanciado pela Licenciatura em Ciência da Informação [atualmente em vigor].

Em dezembro de 1997, a Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas promoveu, na cidade de Braga, uma *Conferência Nacional sobre a Formação e Carreiras BAD* à qual compareceram representantes dos diferentes cursos existentes em Portugal, com a finalidade de debaterem aspectos relativos à formação.

No ano seguinte, o tema foi novamente discutido pela Universidade Autónoma de Lisboa, quando das comemorações do 10º. aniversário do CECD daquela instituição, num evento cujo tema versou sobre *Formação BAD no limiar do sec. XXI* ocasião também em que foi apresentada a “remodelação a que o Curso fôra sujeito, no sentido de uma actualização face às novas exigências profissionais” (SILVA; RIBEIRO, 2002, p.149).

Foi a partir da realização desta Mesa-redonda que os professores, estudantes e demais profissionais envolvidos pelos CECD e preocupados com a formação em nível superior em Portugal, se uniram coletivamente no sentido de repensar a reestruturação curricular, bem como a fundamentação epistemológica da área científica de um novo modelo formativo no país.

O primeiro fruto desse trabalho foi um estudo, que posteriormente veio a ser publicado em forma de livro, denominado *Das “Ciências” Documentais à*

Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular".⁶⁷

Concomitantemente, e cumprindo o objetivo inicialmente proposto, “e por iniciativa dos docentes do CECD, foi possível criar [na Universidade do Porto] a primeira licenciatura em Ciência da Informação, estruturada em consonância com os pressupostos teóricos expostos neste ensaio” (SILVA; RIBEIRO, 2002, p.19).

Foi assim que a Faculdade de Letras e a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto elaboraram, com as bases mínimas para assegurar uma dinâmica pedagógica e científica no campo da Ciência da Informação, o projeto da Licenciatura em Ciência da Informação – LCI, o qual foi submetido aos órgãos competentes de ambas as universidades, obtendo, por unanimidade, a aprovação. Posteriormente obteve as aprovações pelo Senado da Universidade do Porto em 21 de Março de 2001 e foi homologado em 6 de Junho deste mesmo ano de 2001, cuja publicação saiu no *Diário da República*, nesta mesma data.

A primeira turma da nova licenciatura – a primeira na Universidade portuguesa - entrou em funcionamento no ano letivo de 2001-2002, com um número de trinta alunos o que, representando, segundo as palavras de Ribeiro; Leite e Cerveira (2004, *online*).

[...]uma mudança paradigmática na formação ministrada através da Universidade do Porto. Fechou-se um ciclo, isto é, encerrou-se o modelo tradicional, destinado, sobretudo, a formar técnicos de BAD, que ocupavam lugares dos quadros da administração pública, à frente de serviços culturais de acentuado cariz patrimonialista. Abriu-se um novo campo para a formação de gestores de informação, preparados para enfrentar os desafios colocados pela tecnologia e para responder com soluções eficazes aos problemas informacionais que ocorrem nos mais variados contextos (organizações de todo o tipo, desde as empresas aos organismos da administração pública, passando pelos serviços especializados de carácter científico e técnico, pelas associações recreativas ou culturais, os sindicatos ou as organizações políticas, os grupos familiares ou entidades individuais).

A exemplo da Universidade do Porto, outras licenciaturas surgiram em Portugal, e atualmente existem doze instituições que oferecem a licenciatura em CI das quais onze serão caracterizadas pormenorizadamente no próximo capítulo, uma vez que foram objetos de estudo deste trabalho.

⁶⁷ SILVA, Armando B. Malheiro; RIBEIRO, Fernanda. **Das “ciências” documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular**. Porto: Afrontamento, 2002.

Quanto ao curso de Especialização em Ciências Documentais, continua sendo ofertado em Portugal, por várias instituições⁶⁸, e atualmente possui uma estrutura onde há uma separação entre arquivistas e bibliotecários/documentalistas, por meio da criação de duas vertentes bastante distintas, no segundo ano do curso, sem, porém, uma justificativa teórica para isso. A justificativa mais plausível talvez seja por questões de opções por carreiras profissionais, possuindo um primeiro ano que fornece os conhecimentos básicos aos seus alunos para depois os especializar em Arquivo ou Biblioteca/Documentação.

3.2 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Paul Otlet (Bélgica, 1868-1944) teve uma preocupação que permeia a área de Ciência da Informação como um todo. Sua primeira premissa foi de que o conhecimento criado e socializado precisaria estar disponíveis para todos os cidadãos.

Otlet considerava a documentação como uma área de estudos que se dedicava aos documentos para deles extrair conteúdos que pudessem ser sistematizados, organizados e colocados a disposição de todos. Os pensamentos de Paul Otlet, materializados na *Documentação*, apresentam um olhar sobre o fazer biblioteconômico. Ampliou a noção que se tinha de documento, pois imagens, objetos, pessoas e outros tipos de registro do conhecimento passam a compreender o conjunto denominado “documento”. Aperfeiçoou os instrumentos e as práticas de organização, tratamento e disseminação da informação – a concepção da Classificação Decimal Universal – CDU, o Repertório Bibliográfico Universal - RBU, além da concepção inicial do que hoje se entende por Sistemas de Informação, hipertexto e hipermídia –, instituindo assim, a *Documentação* como campo científico. Fundou o Instituto Internacional de Bibliografia (atualmente Fundação Internacional de Informação e Documentação) e idealizou o *Mundaneum* (um sólido sistema de informação que centralizasse informações sobre todos os assuntos produzidos pelo mundo). Para Otlet, o *Mundaneum* representava um instrumento de democratização

⁶⁸ Para maiores informações consultar o site da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas –BAD: http://www.apbad.pt/Formacao/formacao_cdsp.htm#Pós-graduação_

da informação que poderia promover a paz mundial (RAYWARD, 1997 *apud* SILVEIRA, 2008, p. 47).

Alguns autores destacam também a influência da *Bibliografia*, não como produto, mas como princípio da *Documentação*.

Ortega (2004, *online*) destaca que a Bibliografia

[...] esteve unida à Biblioteconomia desde o século XV até fins do século XIX, quando Otlet e La Fontaine sistematizaram e desenvolveram a Documentação enquanto disciplina distinta da Biblioteconomia [...] os movimentos causados pela Segunda Guerra Mundial acentuaram estes avanços devido às necessidades específicas dos países envolvidos na recuperação de conteúdos a partir de tipos diversos de documentos, inclusive com tentativas rudimentares de recuperação mecânica da informação.

Para Pinheiro (1999, p.155), as raízes da Ciência da Informação, “em princípio, vêm da bifurcação da Documentação/Bibliografia e da Recuperação da Informação”.

A literatura mostra que tem havido, por parte dos teóricos da área de Ciência da Informação, certa dificuldade em estabelecer teorias e conceitos que sejam de consenso para pesquisadores e interessados que nela atuam. Entretanto, a maioria concorda que se trata de uma área que se preocupa com os princípios teóricos e as práticas da criação, organização e disseminação da informação.

Para entender a história da Ciência da Informação enquanto disciplina científica, encontramos na obra de Jaime Robredo, intitulada “*Da Ciência da Informação revisitada aos sistemas humanos de informação*”⁶⁹ na qual o autor apresenta os fatos mais relevantes da consolidação da área, estruturados em cinco tempos:

1. Dos Pioneiros da Documentação à Guerra Mundial de 1914-1918;
2. O Período compreendido entre 1919 e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945);
3. Do Pós-guerra à Conferência Internacional sobre Informação Científica, em 1958;
4. De 1960 à década de 80;
5. Da década de 90 aos dias atuais (ROBREDO, 2003, p. 39).

⁶⁹ ROBREDO, Jaime. **Da Ciência da Informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus, 2003.

Para o autor, os dois primeiros tempos, representam os primeiros passos do que viria a ser a Ciência da Informação, que se inicia e se desenvolve a partir do movimento da documentação, pelas ideias e ações de Paul Otlet e Henri La Fontaine. Nesse período, surgem várias instituições especializadas tanto em Biblioteconomia quanto em Documentação; acontecem vários eventos como o 3º *Congresso Internacional de Documentação*, em Copenhagen (1935); é lançado, em 1934, o *Traité de Documentation* (Tratado de Documentação) de autoria de Paul Otlet e é fundado o Instituto Internacional de Bibliografia.

O *Traité de Documentation* expõe as noções relativas ao livro e ao documento, os princípios básicos de tratamento de documentos e de centros de documentação, definindo desta feita, como “o ponto de partida da Documentação como ciência da informação científica e origem de toda a bibliografia posterior sobre o tema da Ciência da Documentação” (LÓPES YEPES, 1989 *apud* ROBREDO, 2003, p. 45).

Além disso, em sua obra, Otlet se referia àquilo que ele chamava de ciência da bibliografia e da documentação. Embora a palavra ciência não tivesse a mesma conotação usada hoje, talvez quisesse dizer disciplina, área de estudos que se preocupa com o que ele chamava de bibliografia e de documentação, abordando questões de armazenamento e recuperação no contexto das práticas de comunicação e conhecimento de sua época.

A preocupação de Otlet parecia ser a de armazenar documentos e armazenar registros dos documentos, para que conteúdos pudessem ser encontrados e de alguma maneira apropriados e utilizados. A razão disso é que o documento pressupõe tratamento quando ele passa a ser institucionalizado em centros de documentação, arquivos, bibliotecas, museus e outros, por exemplo, que por definição trabalham com coleções de documentos que necessitam de uma ordem. Caso contrário, torna-se praticamente impossível se recuperar qualquer informação contida nesses documentos.

Conforme Armando Malheiro da Silva e outros (2002, p. 28)

Só a partir de 1892, quando Paul Otlet e Henri La Fontaine conjugam esforços para a criação do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB), cujo objectivo central era o de compilar toda a informação bibliográfica registrada, se pode falar na emergência de uma nova área de estudo e de interesse profissional, que veio a designar-se por *Documentação*.

Inicialmente, a *Documentação* se referia a uma área interdisciplinar que, de preferência, se referia à organização e análise de documentos e a aplicação de técnicas biblioteconômicas não convencionais, para o tratamento desses recursos informacionais em diversos suportes, necessários, principalmente, à pesquisa científica e técnica (SILVA et al., 2002, p. 28).

O crescente interesse por esta nova área levou à criação do American Documentation Institute – ADI, cuja missão era a de tornar a informação de caráter científico acessível.

Para Guimarães (2007)⁷⁰, o auge do desenvolvimento da Ciência da Informação teve sua marca com a publicação de um artigo chamado: *As we may think* de Vannevar Bush, em 1945. Neste artigo, suas premissas eram: o avanço científico e tecnológico, a produção científica e tecnológica, a importância dos registros (*records*) para a ciência, a contribuição tecnológica para o acesso a tais registros.

A ideia principal de Vannevar Bush era de que um registro útil à ciência deve ser continuamente estendido, armazenado e, acima de tudo, consultado. Ele propõe o *Memex* como uma memória auxiliar para processar a informação. Evidenciou o avanço tecnológico, pois *Memex* era um “sistema de informação pessoal imaginário, desenhado para um sofisticado leitor de microfilmes e com mais funcionalidade que qualquer outro leitor até então construído” (SCHEMEYER *apud* GUIMARÃES, 2007).

Retomando Robredo (2003), o terceiro período, por ele apresentado, caracteriza-se como o período de transição da Documentação para a Ciência da Informação, pois é nele que surge a Recuperação da Informação, apoiada no tão discutido fenômeno denominado de “explosão da informação”, no aparecimento dos primeiros computadores e no aperfeiçoamento das técnicas documentárias.

O quarto e o quinto tempos propostos por Robredo (2003) indicam a constituição da Ciência da Informação como disciplina científica. Na década de 60, há uma mudança de paradigma: a ênfase deixa de ser o documento e passa a ser a informação. É também nesse período que surgem os primeiros fundamentos do que seria a Ciência da Informação e de seu objeto de estudo. Percebe-se uma Ciência

⁷⁰ GUIMARÃES, José Augusto Chaves. **Ciência da Informação, Arquivologia e Biblioteconomia:** pontos de convergência e especificidades, em busca do diálogo entre o universo teórico e os fazeres profissionais. Marília : Unesp: Depto. de Ciência da Informação, 2007. (Palestra proferida na Universidade Estadual de Londrina)

da Informação presa à teoria da comunicação, absorvida com o aparecimento da automação de sistemas de recuperação da informação e das bases de dados, preocupada com a semântica, em função da representação da informação, comprometida com a bibliometria e desenvolvendo estudos visando entender a dinâmica dos processos de comunicação e realizando estudos de usuários.

Na década de 80, o campo demonstra um amadurecimento conceitual e surgem novos pontos de vista quanto à natureza do seu objeto. A partir da década de 90, o campo se relaciona fortemente com as tecnologias da informação e comunicação. É neste período também que, segundo Silveira (2008, p. 51): “o seu estatuto passa a ser questionado (falta de consenso da consolidação da área enquanto disciplina científica) pela comunidade”.

A Ciência da Informação é considerada uma ciência pós-moderna orientada para prover soluções aos problemas oriundos da sociedade. Sendo considerada como tal, mostra que possui três características gerais: a interdisciplinaridade, a sua forte ligação com a tecnologia da informação e a sua dimensão social.

Portanto, na tentativa de consolidar os fundamentos dessa nova área como qualquer disciplina emergente, também a Ciência da Informação, em suas pesquisas iniciais, apoderou-se de métodos de outras disciplinas, tais como, entre outras, a Biblioteconomia, a Ciência da Computação, a Ciência Cognitiva e Comunicação, bem como adaptou outros métodos e técnicas e assim progressivamente foi construindo seus conceitos e teorias.

Com relação à estreita relação da Ciência da Informação com a Comunicação, Barreto (2007, *online*), afirma:

A Ciência da Informação mostra a sua essência quando uma linguagem no pensamento de um emissor atinge uma linguagem de inscrição pública colocada em uma estrutura passível de apropriação por receptores e com destino final para gerar conhecimento.

Entretanto, apesar da sua convivência com a área da comunicação, a Ciência da Informação dela se distingue, uma vez que na comunicação, geralmente o receptor é uma instituição ou uma reunião de ouvintes que recebem uma notícia, um recado, que pode ser escrito ou verbal. O canal domina todo o processo. Já a Ciência da Informação caracteriza o seu gerador, nomeia seu destino, estuda seu

receptor e as suas necessidades e lhe traça um perfil. Verifica qual canal é o mais adequado, para melhor oferecer a informação. Na Ciência da Informação “é o conteúdo que domina as ações de união entre gerador e receptor” (BARRETO, 2007, *online*).

Analisando os relatos da literatura, na década de 60 e ainda da década de 70, percebe-se uma Ciência da Informação presa à teoria da comunicação; absorvida com o aparecimento da automação de sistemas de recuperação da informação e das bases de dados; preocupada com a semântica, em função da representação da informação; comprometida com a bibliometria; desenvolvendo estudos visando entender a dinâmica dos processos de comunicação e realizando estudos de usuários.

Assim, aos poucos, como afirma Braga (1995, *online*), “as primeiras indagações começaram a surgir sobre os contornos e preocupações de uma ciência da informação que alçava os primeiros voos interdisciplinares e começava a questionar-se sobre o seu próprio objeto”.

No entanto, a Ciência da Informação, bem como as disciplinas que a antecederam se registraram numa área cujo início foi essencialmente uma prática e isso trouxe alguns problemas que ainda hoje dificultam sua afirmação como ciência. Emílio Delgado López-Cózar (*apud* RIBEIRO, 2005a, p. 21) afirma que “no desenvolvimento da Biblioteconomia e da Documentação [e acrescentaríamos, da Arquivologia] a teoria seguiu a prática, não a dirigiu nem a guiou”.

Isso quer dizer que foi a prática quotidiana de bibliotecários e arquivistas, que à época, trabalhavam nas instituições predestinadas a garantir o patrimônio documental das nações, que estimulou a reflexão sobre a *práxis* e conseqüentemente a necessidade de uma formação adequada ao desempenho dessa mesma prática profissional.

Neste sentido, afirma Ribeiro (2005a, p. 21)

Pensar a prática conduziu, portanto, à afirmação disciplinar, a exercícios de teorização e a trabalhos de investigação que, por sua vez, foram essenciais para a construção do conhecimento científico em torno de um objecto de estudo e, naturalmente, para a emergência da ciência.

Na busca de alguns conceitos sobre Ciência da Informação, encontramos em Harold Borko, num artigo, embora não recente, mas bastante

conhecido intitulado *Information Science – what is it?* (1968) citado por Silva (2006, p.140), onde diz que:

Ciência da Informação é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que regem o fluxo informacional e os meios de processamento da informação para a otimização do acesso e uso. Está relacionada com um corpo de conhecimento que abrange a origem, colecta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação. Isso inclui a investigação, as representações da informação tanto, a no sistema natural, como no artificial, o uso de códigos para uma eficiente transmissão de mensagens e o estudo dos serviços e técnicas de processamento da informação e seus sistemas de programação.[...] ciência interdisciplinar derivada e relacionada com vários campos como a matemática, a lógica, a linguística, a psicologia, a tecnologia computacional, as operações de pesquisa, as artes gráficas, as comunicações, a biblioteconomia, a gestão e outros campos similares. Tem tanto uma componente de ciência pura, que indaga o assunto sem ter em conta a sua aplicação, como uma componente de ciência aplicada, que desenvolve serviços e produtos [...]

Embora concorde em parte com essa definição, uma vez que encontra algumas contradições, Silva (2006, p.140-141) defende que a Ciência da Informação “é uma ciência social que investiga os problemas temas e casos relacionados com o fenómeno info-comunicacional perceptível e cognoscível através da confirmação ou não das propriedades inerentes à génese do fluxo, organização e comportamento informacionais”.

Na opinião do autor acima citado a Ciência da Informação é trans e interdisciplinar, ou seja, dotada de um corpo teórico e metodológico próprio construído, dentro do paradigma emergente pós-custodial, informacional e científico, pela contribuição e associação da Arquivística, da Biblioteconomia/Documentação, dos Sistemas de Informação e Organização e Métodos (p.141).

Para Saracevic (1996, p. 47) a Ciência da Informação trata-se de um:

[...] campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação. No tratamento destas questões são consideradas de particular interesse as vantagens das modernas tecnologias informacionais.

Possivelmente, por influência principalmente de Paul Otlet e Vannevar Bush e do uso cada vez maior de tecnologias na Ciência da Informação, há um consenso entre os estudiosos de que ela está, inevitavelmente, conectada à tecnologia da informação, justificado na medida em que a Ciência da Informação, considerada uma ciência social aplicada, busca nas tecnologias da informação soluções para as questões relacionadas ao uso social da informação.

3.2.1 A Ciência da Informação no Brasil

Na seção, 3.1 desta tese, procuramos mostrar a evolução dos cursos de Biblioteconomia e Arquivologia no Brasil. A década de 60 foi marcada por um aumento representativo no acervo do conhecimento da humanidade. Barbosa e outros (2000, p. 83) afirmam que a consequência dessa explosão informacional é que “pessoas e organizações enfrentam constantes desafios relacionados com o gerenciamento desse enorme volume de informação. A informação transformou-se em um fenômeno social contemporâneo analisado em vários campos científicos”. Tudo isso levou a Biblioteconomia a alargar e aprofundar seu instrumental de observação e análise de seu objeto de estudo e pesquisa, isto é, a informação. Isso só foi possível por meio da:

[...] assimilação de recursos de outros campos do conhecimento que lhe permitissem estudar e entender a produção e o registro de informações, seu armazenamento em diversos suportes, a organização para seu acesso, o processo de recuperação e as consequências sócio-culturais de seu uso (BARBOSA et al., 2000, p. 84).

Podemos considerar que Biblioteconomia e Ciência da Informação são campos que mantêm uma relação muito próxima. Vários autores brasileiros têm procurado ponderar sobre o caminho da área. Oddone (2005, *online*) afirma que a preocupação com o ensino na área de Ciência da Informação no Brasil ocorreu em 1956, no Rio de Janeiro, dois anos após a criação do IBBD, quando foram criados os cursos de Pesquisas Bibliográficas. Estes eram direcionados a princípio, a bibliotecários brasileiros e muitas inovações já foram colocadas em prática, sendo a mais significativa, conforme afirma Oddone (2005, *online*), a de permitir que

“interessados que não fossem bibliotecários se matriculassem no curso”, o que, em sua opinião, consistia “de uma visão mais internacional da biblioteconomia”.

O Curso de Pesquisa Bibliográfica incluía em seu currículo conteúdos que não eram ministrados nas escolas de graduação, tais como a bibliografia especializada, normalização da documentação, mecanização dos serviços técnicos e outros. Posteriormente, essas matérias foram incluídas nos programas das escolas, com nomenclaturas diferentes (GOMES; ZAHER, 1972, p. 315).

Segundo as palavras de Oddone (2005, *online*):

O IBBD instituiu um novo regime de informação no Brasil [...] não apenas [por causa] das novas práticas e posturas que o órgão adotou e disseminou entre bibliotecários e pesquisadores brasileiros, mas principalmente da força das novas construções teóricas que começaram a ser utilizadas no contexto do órgão.

Podemos inferir, portanto, com base nas afirmativas acima, que já não era apenas Biblioteconomia que se praticava e que se propagava nos cursos do IBBD. Havia sim novas posturas e novas mentalidades, novos conceitos e entre eles a Documentação.

Já para Pinheiro e Loureiro (1995, p. 48), a Ciência da Informação foi introduzida no Brasil no início da década de 70 com a implantação do Mestrado em Ciência da Informação, no IBBD. Este, a partir de 1976, refletindo a transformação ocorrida em outros países e a própria designação do seu curso de mestrado, abandona o termo documentação e passa a denominar-se Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, órgão vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Nesta direção ainda podemos apontar outro passo dado pelo IBICT, que é a criação, em 1972, da revista *Ciência da Informação*, diretamente associada às atividades acadêmicas do seu curso de mestrado.

Segundo Odone (2006, p. 45) o principal objetivo do referido curso de Mestrado em Ciência da Informação,

[...] era permitir que os funcionários do órgão tivessem acesso aos conhecimentos e às competências profissionais que [...] a partir da segunda metade dos anos 1960, com a entrada em cena dos primeiros equipamentos eletrônicos, eram exigidos no desempenho de suas funções especializadas.

Além disso, o curso retratava a preocupação europeia e americana com a formação de profissionais para lidar com a grande produção de informação científica e tecnológica surgida do período pós-guerra e formava, sobretudo, profissionais oriundos de várias áreas do conhecimento, produzindo trabalhos voltados para outras áreas de aplicação da CI, que não a Biblioteconomia, o que ampliou os debates sobre os problemas e temas da CI no Brasil.

Cardoso (2002, *online*) coloca que a conjuntura nacional na década de 70 “exigia a criação de estruturas de apoio informacional e a capacitação de recursos humanos para a pesquisa e o desenvolvimento científico e tecnológico, necessários às estratégias de soberania econômica implantadas pelos governos militares”. Diante deste cenário, encontrava-se, de um lado a Biblioteconomia e a Documentação, que até essa época desempenhavam as funções informativas, e de outro lado a Ciência da Informação que começava a incorporar o discurso teórico, a problemática de pesquisa e as metodologias de investigação.

Atualmente, na classificação das áreas do conhecimento do CNPq o termo Ciência da Informação constitui subárea das ciências sociais aplicadas compreendendo as seguintes modalidades conforme esquema abaixo:

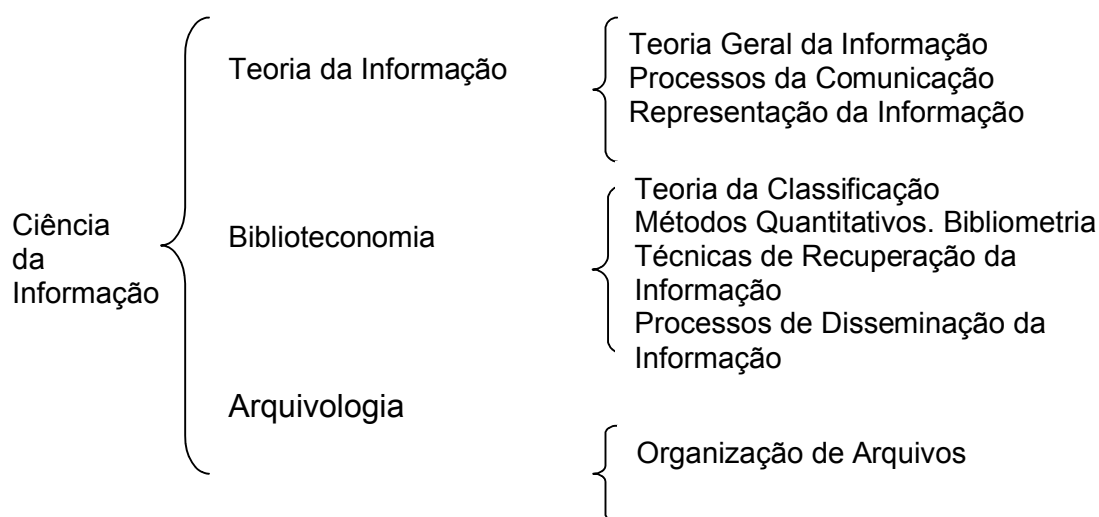


Figura 8 – Classificação da Área da Ciência da Informação – CNPq.

Fonte: Valentim (2005b, p. 15).

Vale aqui ressaltar que está em discussão uma nova proposta no CNPq (desde 2005) com o intuito de alterar a denominação e categorização das subáreas dentro das grandes áreas, o que alteraria de Ciências Sociais Aplicadas

para Ciências Socialmente Aplicáveis. Se essa proposta for aprovada, assim ficará a nova área, com relação as que nos interessam no âmbito desta tese:

Área – Ciência da Informação

Fundamentos da Ciência da Informação
Gestão da Informação
Tecnologias da Informação
Informação Especializada

Área – Biblioteconomia

Fundamentos da Biblioteconomia
Gestão de Sistemas, Unidades e Recursos de Informação
Técnicas de Tratamento Documental
Documentação Especializada

Área – Arquivologia

Fundamentos da Arquivologia
Gestão Arquivística
Técnicas Arquivísticas
Arquivologia Especializada

O fortalecimento da ciência da informação no Brasil avança consideravelmente com a criação, em 1989, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação – ANCIB. À semelhança de outras associações do mesmo gênero, a ANCIB tem o apoio do CNPq e é hoje a principal sociedade científica da área e que vem, desde sua criação, promovendo Encontros Nacionais de Pesquisa em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Sua finalidade é acompanhar e estimular as atividades de ensino de pós-graduação e de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil. Desde sua criação, tem se projetado no país e fora dele, como uma instância de representação científica e política importante para o debate das questões pertinentes à área de informação.

Assim, podemos compreender de maneira bastante clara, que a Ciência da Informação se constituiu no Brasil – assim como no resto do mundo – rompendo com um passado de práticas que não se mostravam mais suficientes para atender às necessidades bibliográficas e documentais de uma sociedade marcada pelo surgimento das novas tecnologias de informação e telecomunicações e, principalmente, de uma comunidade científica em contínuo processo de crescimento.

Com o surgimento do Doutorado em Ciência da Informação que começou em 1992, após estudos decorrentes de uma linha de pesquisa específica para a área de Ciência da Informação, aberta dentro do Doutorado em Comunicação

da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Eco/UFRJ, em 1986, os contornos da Ciência da Informação foram alargando-se e novos profissionais foram surgindo e elaborando novas propostas epistemológicas e metodológicas para a área.

Pelo exposto, pode-se afirmar que a Ciência da Informação é uma área do conhecimento reconhecida nacional e internacionalmente por meio de cursos, instituições científicas, periódicos e outras formas de institucionalização. No Brasil, a designação foi introduzida há quase três décadas, indiscutivelmente, se consolidando cada vez mais.

Atualmente, o Brasil conta com 43 escolas de graduação oferecendo cursos de Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia, Ciência da Informação e Gestão da Informação. Algumas delas contam com mais de um curso. Desse total, 22 são em instituições federais, 7 em instituições estaduais e 14 em instituições privadas (cf. quadros 5, 6 e 7).

	Instituições Federais
01	Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG) / Curso de Biblioteconomia
02	Universidade Federal da Bahia (UFBA)/Curso de Biblioteconomia e Documentação / Arquivologia / Museologia
03	Universidade Federal da Paraíba (UFPB) / Curso de Biblioteconomia/Arquivologia (2006)
04	Universidade Federal de Alagoas (UFAL) / Curso de Biblioteconomia
05	Universidade Federal de Brasília (UnB) / Curso de Biblioteconomia/Curso de Arquivologia
06	Universidade Federal de Goiás (UFG) / Curso de Biblioteconomia
07	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) / Curso de Biblioteconomia
08	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) / Curso de Biblioteconomia
09	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) / Curso de Biblioteconomia
10	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) / Curso de Arquivologia
11	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) / Curso de Biblioteconomia
12	Universidade Federal do Amazonas (UFAM) / Curso de Biblioteconomia
13	Universidade Federal do Ceará (UFC) / Curso de Biblioteconomia
14	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) / Curso de Biblioteconomia / Arquivologia
15	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) / Curso de Biblioteconomia /Arquivologia/ Museologia
16	Universidade Federal do Maranhão (UFMA) / Curso de Biblioteconomia
17	Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) / Curso de Biblioteconomia
18	Universidade Federal do Pará (UFPA) / Curso de Biblioteconomia
19	Universidade Federal do Paraná (UFPR) / Curso de Gestão da Informação
20	Universidade Federal do Rio Grande do Norte / Curso de Biblioteconomia
21	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) / Curso de Biblioteconomia / Arquivologia
22	Universidade Federal Fluminense (UFF) / Curso de Biblioteconomia

Quadro 5 – Instituições federais brasileiras que oferecem cursos na área de Ciência da Informação.

Fonte: ABECIN (2008) <<http://www.abecin.org.br/porta1/abecin/escolas.xls?sl=ens>>.

Instituições Estaduais	
01	Universidade de São Paulo (USP) / Curso de Biblioteconomia
02	Universidade de São Paulo (USP) - Campus Ribeirão Preto / Curso de Ciência da Informação e Documentação
03	Universidade Estadual Paulista (UNESP) / Curso de Biblioteconomia / Arquivologia
04	Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) / Curso de Biblioteconomia
05	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI / Curso de Licenciatura em Biblioteconomia
06	Universidade Estadual de Londrina (UEL) / Curso de Biblioteconomia / Curso de Arquivologia
07	Universidade Estadual da Paraíba / Curso de Arquivologia (2008)

Quadro 6 – Instituições estaduais brasileiras que oferecem cursos na área de Ciência da Informação.

Fonte: ABECIN (2008) <<http://www.abecin.org.br/portal/abecin/escolas.xls?sl=ens>>.

Instituições Confessionais⁷¹/Comunitárias		Instituições Privadas	
01	Faculdades Integradas Coração de Jesus (FAINC) Faculdade de Biblioteconomia - Santo André- SP Curso de Biblioteconomia	01	Faculdades Tereza Martin (FATEMA) /Curso Administração da Informação São Paulo
02	Faculdades Integradas Faculdades Tereza Martin (FATEMA) Santo André / Curso Administração da Informação	02	Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações (UNINCOR) /Curso de Biblioteconomia
03	Faculdades Integradas Teresa D'Ávila (FATEA) Lorena /Curso de Biblioteconomia	03	Centro de Educação Superior (ÚNICA) / Habilitação em Gestão da Informação Florianópolis, SC
04	Fundação Comunitária Formiguense (UFOM) /Curso de Biblioteconomia	04	Instituto de Ensino Superior da Funlec (IESF) / Curso de Biblioteconomia, Campo Grande, Mato Grosso do Sul
05	Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP) /Curso de Ciência da Informação	05	Universidade Presidente Antônio Carlos– (UNIPAC) /Curso de Biblioteconomia-Ubá, Minas Gerais
06	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais(PUC-MINAS) /Curso de Ciência da Informação	06	Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo(FESP) /Curso de Biblioteconomia
07	Universidade Santa Úrsula (USU) / Curso de Biblioteconomia, Rio de Janeiro	07	Centro Universitário de Formiga (UNIFOR) – MG Curso de Biblioteconomia

Quadro 7 – Instituições confessionais, comunitárias e privadas brasileiras que oferecem cursos na área de Ciência da Informação.

Fonte: ABECIN (2008)<<http://www.abecin.org.br/portal/abecin/escolas.xls?sl=ens>>.

A multiplicação de cursos da área de Ciência da Informação no Brasil, nos últimos oito anos, tem mostrado uma diversificação de conteúdos. Além da Biblioteconomia (ainda majoritária entre os cursos brasileiros) e da Arquivologia, o surgimento de formações em Ciência da Informação, Gestão da Informação e Administração da Informação, mostra o dinamismo da área como se pode constatar nos quadros 5, 6 e 7 acima. O Quadro 8, a seguir, mostra os cursos e habilitações na área de Ciência da Informação no Brasil, em nível de graduação:

⁷¹ Mantidas e administradas por instituições religiosas tradicionais sem fins lucrativos.

Cursos/Habilitações	N.º
Biblioteconomia	34
Arquivologia	10
Ciência da Informação	3
Museologia	2
Gestão da Informação	2
Administração da Informação	1
Total	52

Quadro 8 – Cursos e habilitações em Ciência da Informação no Brasil.

Fonte: ABECIN (2008) <<http://www.abecin.org.br/porta/abecin/escolas.xls?sl=ens>>.

Embora o Brasil também possua muitos cursos de pós graduação em nível de especialização, mostraremos a seguir a situação atual relativamente aos cursos de mestrado e doutorado, tendo em vista que ocorre muitas mudanças nas ofertas das especializações.

	Instituições	Cursos
01	Universidade Federal da Bahia / Ciência da Informação	Mestrado
02	Universidade Federal da Paraíba / Ciência da Informação	Mestrado
03	Universidade Federal de Pernambuco / Ciência da Informação	Mestrado
04	Universidade Federal do Rio de Janeiro / Ciência da Informação	Mestrado e Doutorado
05	Universidade Federal Fluminense / Ciência da Informação	Mestrado
06	Universidade Federal de Santa Catarina / Ciência da Informação	Mestrado
07	Universidade de São Paulo / Ciência da Informação	Mestrado e Doutorado
08	Universidade Estadual Paulista / Ciência da Informação	Mestrado e Doutorado
09	Universidade de Brasília / Ciências da Informação	Mestrado e Doutorado
10	Universidade Federal de Minas Gerais / Ciências da Informação	Mestrado e Doutorado
11	Universidade Federal Fluminense / Ciências da Informação	Mestrado e Doutorado
12	Universidade Estadual de Londrina / Gestão da Informação	Mestrado Profissional

Quadro 9 – Mestrados e Doutorados em Ciência da Informação no Brasil.

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes (2008).

3.2.2 A Ciência da Informação em Portugal

No item 3.1.3 desta tese, procuramos mostrar toda a evolução da área em Portugal desde a criação do primeiro curso de formação de bibliotecários e arquivistas, instituído pelo decreto de 29 de Dezembro de 1887, isto é, o curso de *instrução superior, designado de bibliothecario-archivista* passando pelo Curso de Especialização em Ciências Documentais até chegar à primeira Licenciatura em Ciência da Informação da Faculdade de Letras/Engenharia da Universidade do Porto.

Com efeito, a Ciência da Informação em Portugal, assim como em outros países, tem recebido contributos de áreas como as chamadas ciências

documentais, mais diretamente relacionadas com a Biblioteconomia e a Arquivologia, a comunicação social, os sistemas de informação de gestão ou as tecnologias da informação. Entretanto, em Portugal, a Ciência da Informação é uma ciência ainda jovem e em formação, que carece de estruturas que promovam o seu desenvolvimento, a sua afirmação e a sua disseminação.

Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro são os mais importantes teóricos portugueses da Ciência da Informação. Sua obra *Das “Ciências” documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*⁷², publicada em outubro de 2002, com base na reflexão produzida no país por um grupo de docentes e profissionais das universidades do Porto, Coimbra e Minho em torno dos modelos de formação tradicional de bibliotecários, documentalistas e arquivistas, é o documento mais significativo encontrado na literatura portuguesa sobre a evolução da CI em Portugal. Por conseguinte, muito do que se segue, neste *item*, sobre a Ciência da Informação neste país, teve como base a referida obra.

Foi no âmbito da crise do modelo formativo (transição da década de 90 para o novo milênio) predominante nos cursos de pós-graduação de bibliotecários, arquivistas e documentalistas existentes em Portugal, que os autores, envolvidos no esforço de investigar alternativas para este modelo (que consideram esgotado) procuraram definir o posicionamento da sua área disciplinar para, a partir daí, poderem formular novas soluções, ao nível da formação, mais próximas das atuais necessidades profissionais, de investigação e de docência. Dentro desse percurso de pesquisa, estabeleceram como objetivo o aprofundamento dos fundamentos epistemológicos da Ciência da Informação e o esclarecimento de um conjunto de questões que lhe estão associadas (PENTEADO, 2005, p. 96).

Dentre várias, duas foram as principais indagações para que Silva e Ribeiro (2002, p.18) abrissem um debate que levassem a uma reestruturação dos cursos ou ao surgimento de novos modelos formativos na área de CI em Portugal:

1ª. Quais as implicações formativas de uma perspectiva epistemológica que parta da informação como fenómeno/processo gerado, transformado, difundido e transferido por diferentes suportes e modelos tecnológicos, com destaque hoje, para as poderosas e determinantes tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC);

⁷² SILVA ; RIBEIRO, op. cit.

2ª. Que profissional podemos realmente formar? Continuaremos a formar o clássico “guardador de papéis” e o “animador de Leitores e Leituras” ou um especialista (cientista) em informação ajustado aos múltiplos desafios da Sociedade da Informação?

A Arquivologia e a Biblioteconomia estiveram, durante o século XX, limitadas a dois campos técnico-profissionais autônomos, sendo em vários países uma formação em separado (Brasil, por exemplo), com inclusão em diversas áreas científicas. Embora algumas escolas tenham tentado, nos últimos anos, um currículo mais integrado, com a intenção de formar profissionais com um perfil mais moderno, a verdade é que “tal modelo não conseguiu superar o paradigma tecnicista e documental que enfatiza a função serviço e todos os procedimentos inerentes ao acesso a informação, em detrimento de um conhecimento científico da própria informação” (SILVA; RIBEIRO, 2002, p.150).

Por isso, os autores acima citados propõem um novo modelo cujo objetivo é anular essas separações e desenvolver-se em torno de um conjunto de disciplinas nucleares da CI.

Uma determinada disciplina pode ser chamada de nuclear

[...] quando tem a propriedade de, em determinada série ou em determinado curso, desempenhar a função de agente de articulação interdisciplinar, dada sua importância relativa no conjunto das disciplinas da série ou do curso (NAGLE; CASALECCHI, 2007, *online*).

Para Silva e Ribeiro, a existência de um campo próprio, assim configurado, deve ainda ser entendida no quadro de um novo paradigma científico e pós-custodial em oposição ao paradigma técnico e custodial, associado a uma visão historicista e patrimonialista. Do ponto de vista teórico, esta perspectiva da CI encontra-se ainda vinculada à teoria sistêmica e, metodologicamente, ao método quadripolar, elaborado por Paul de Bruyne e outros, em 1974, com base em quatro pólos – epistemológico, teórico, técnico e morfológico que intervêm na elaboração do conhecimento científico da área (PENTEADO, 2005, p. 98).

Entre as disciplinas nucleares encontram-se as que reúnem as técnicas de organização e representação da informação, que se aplicam a todos os tipos de unidades de informação.

Desta forma, segundo Silva e Ribeiro (2002, p.150):

[...] as operações de descrição, a indexação ou o controlo de autoridades, deixam de estar espartilhadas por disciplinas distintas consoante se trate dos arquivos ou das bibliotecas e passam a ser vistas como componentes do pólo técnico do método quadripolar da CI.

O método quadripolar (Figura 9) já adaptado pelos autores no que concerne ao domínio arquivístico, é agora alargado a toda a CI.

[...] constitui-se como dispositivo de investigação complexo, por exigência de um conhecimento que está longe de ser "unidimensional", de ser desprovido de variáveis ou de ser circunscrito apenas à tecnicidade dos procedimentos standard (ordenar, descrever a forma e o conteúdo informativo dos documentos, instalá-los e cotá-los), e que, bem antes pelo contrário, abarca toda a fenomenalidade informacional cognoscível. As técnicas aplicadas habitualmente "à custódia, à salvaguarda e à comunicação dos Fundos e das Coleções bibliográficas" já não resistem sequer a um leve confronto com o dispositivo metodológico proposto (SILVA; RIBEIRO, 2002, p. 86).

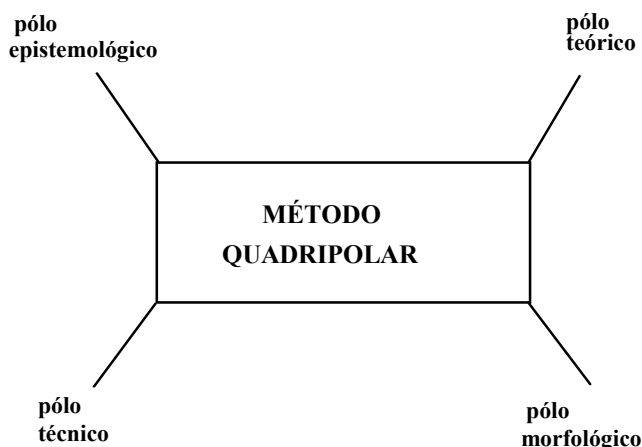


Figura 9 – Método Quadripolar.
Fonte: Silva e Ribeiro (2002, p. 86).

De acordo com o referido método, a pesquisa científica não deve limitar-se a uma visão meramente tecnológica ou instrumental, mas ser projetada de forma a superar-se o debate "tradicional" entre "quantitativo" e "qualitativo" e de forma ainda a promover-se o tão almejado intercâmbio interdisciplinar. "Uma investigação que se cumpre em cada projeto e se reinicia, prolonga, corrige e supera no seguinte, implicando sempre a interação e a abertura desses quatro pólos" (SILVA; RIBEIRO, 2002, p. 87).

O modelo formativo inter e transdisciplinar que propõem Silva e Ribeiro (2002), baseado em reflexões epistemológicas, apresenta uma área científica

nuclear em torno da CI, – onde se evidencia a transdisciplinariedade – e uma outra complementar, com a Informática e a Computação, diversas disciplinas das Ciências Sociais e Humanas e das Ciências Naturais etc. (cf.figura 10). Entre a área nuclear incluem-se as “cadeiras” que “atentam nas especificidades dos diversos tipos de sistemas de informação (arquivos, bibliotecas ou sistemas tecnológicos de armazenamento e recuperação da informação), direccionadas, por isso, para as componentes da própria CI” (p.151). A proposta refere-se, sobretudo, a uma formação ao nível de licenciatura, embora os autores pretendam futuramente aprofundá-la em cursos de pós-graduação, em nível de mestrado e doutoramento.

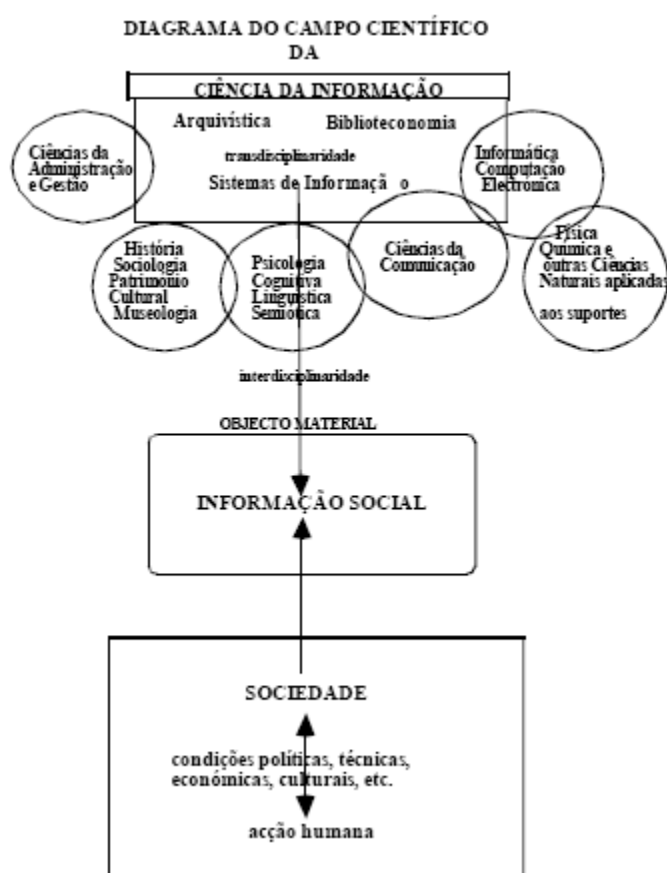


Figura 10 – Diagrama do campo científico da CI proposto por Silva e Ribeiro.
Fonte: Silva e Ribeiro (2002, p. 80).

Conforme mencionado anteriormente, em Março de 2001, concretiza-se esse novo modelo formativo, com a entrada em funcionamento da primeira LCI, ministrado em conjunto pela Faculdade de Letras e pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, tendo como pretensão:

[...] garantir uma formação adequada à nova realidade da Sociedade da Informação em que os profissionais dos arquivos e das

bibliotecas, os administradores de dados e sistemas de informação e, em geral, os gestores de informação nas organizações desenvolvem a sua actividade (UNIVERSIDADE DO PORTO, 2008b, *online*).

Portugal conta, atualmente, na área de Ciência da Informação, entre instituições públicas e privadas, com 44 cursos sendo 12 licenciaturas, 11 em nível de especialização, 16 em nível de mestrado e 5 doutoramentos (quadros 10 a 13).

Licenciaturas

	Instituições Públicas		Instituições Privadas
01	Instituto Politécnico de Portalegre, Escola Superior de Tecnologia e Gestão / Licenciatura em Informação e Documentação	01	Universidade Autónoma de Lisboa / Licenciatura em Ciência da Informação
02	Instituto Politécnico do Porto, Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão / Bacharelato e Licenciatura (Licenciatura Bietápica) em Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação	02	Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia de Braga / Licenciatura em Ciências da Informação e da Documentação
03	Universidade Aberta / Licenciatura em Ciências da Informação e da Documentação	03	Universidade Fernando Pessoa / Licenciatura em Ciências da Informação e da Documentação
04	Universidade de Aveiro, Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda / Bacharelato em Documentação e Arquivística	04	Universidade Portucalense / Licenciatura em Ciências da Informação e da Documentação
05	Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras / Licenciatura em Ciências de Informação, Arquivística e Biblioteconómica		
06	Universidade de Évora / Licenciatura em Ciências da Informação		
07	Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais / Licenciatura em Ciências Documentais e Editoriais		
08	Universidade do Porto, Faculdade de Letras e Faculdade de Engenharia / Licenciatura em Ciência da Informação		

Quadro 10 - Licenciaturas na área de Ciência da Informação em Portugal.

Fonte: Elaborado pela autora com base em PINTO (2008).

Especialização

	Instituições Públicas		Instituições Privadas
01	Universidade dos Açores, Faculdade de História, Filosofia e Ciências Sociais / Pós-Graduação em Ciências Documentais e da Informação	01	Universidade Portucalense / Especialização em Ciências da Informação: Biblioteconomia, Documentação e Arquivística
02	Universidade da Beira Interior, Departamento de Letras / Curso de Especialização em Ciências Documentais	02	Instituto Superior de Línguas e Administração / Pós-graduação em Ciências Documentais
03	Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras – Instituto de Ciências de Informação Arquivística e Biblioteconómica / Especialização em Ciências Documentais	03	Universidade Autónoma de Lisboa / Especialização em Ciências Documentais
04	Universidade de Lisboa, Faculdade de Direito / Especialização em Informação e Documentação Jurídicas	04	Universidade Fernando Pessoa / Pós-graduação em Ciências da Informação e da Documentação
05	Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras / Especialização em Ciências Documentais	05	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Lisboa / Especialização em Ciências Documentais
06	Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Especialização em Ciências da Informação e da Documentação		

Quadro 11 – Especializações na área de Ciência da Informação em Portugal.

Fonte: Elaborado pela autora com base em PINTO (2008).

Mestrado

	Instituições Públicas		Instituições Privadas
01	Universidade Aberta / Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares	01	Universidade Autónoma de Lisboa / Mestrado em Ciências Documentais
02	Universidade de Aveiro, Departamento de Economia Gestão e Engenharia Industrial / Mestrado em Gestão de Informação	02	Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia / Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação
03	Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais / Mestrado em Ciências Documentais	03	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias / Mestrado em Ciências Documentais
04	Universidade de Évora, Departamento de História / Mestrado em Ciências Documentais	04	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias / Mestrado em Bibliotecas Escolares e Literacias do Séc. XXI
05	Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia / Mestrado em Educação e Leitura	05	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Lisboa, Departamento de Ciências da Comunicação, Artes e Tecnologias da Informação / Mestrado em Gestão do Conhecimento e da Informação em Contexto Digital
06	Universidade do Minho / Mestrado em Ciência da Informação	06	Universidade Fernando Pessoa, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais / Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação
07	Universidade do Porto, Faculdade de Engenharia e Faculdade de Letras / Mestrado em Ciência da Informação	07	Universidade Portucalense / Mestrado em Educação e Bibliotecas
08	Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Ciências da Informação e da Documentação		
09	Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras / Mestrado em Informação, Comunicação e Novos Media.		

Quadro 12- Mestrados na área de Ciência da Informação em Portugal.

Fonte: Elaborado pela autora, com base em PINTO (2008).

Doutoramento

	Instituições Públicas		Instituições Privadas
01	Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte/ Universidade do Porto, Faculdade de Letras - Doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais ⁷³	01	Universidade Fernando Pessoa - Doutoramento em Ciências da Informação
02	Universidade do Porto, Faculdade de Letras - Doutoramento em Ciência da Informação	02	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias em convénio com a Universidad de Alcalá - Doutoramento em "Documentación e Información"
03	Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras - Instituto de Ciências de Informação Arquivística e Biblioteconómica – Doutoramento na Área de Ciência da Informação Arquivística e Biblioteconómica		

Quadro 13 - Doutoramentos na área de Ciência da Informação em Portugal.

Fonte: Elaborado pela autora com base em PINTO (2008).

3.3 O ENSINO DA REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA NA FORMAÇÃO TRADICIONAL

Vimos ao longo deste trabalho que o surgimento da escrita foi, sem dúvida, um dos mais significativos acontecimentos para a história da humanidade, pois proporcionou novas possibilidades de armazenagem e transmissão de informações, por meio do registro da história. Assim, o homem, pôde deixar para a posteridade seu legado cultural, artístico e moral ao longo dos séculos.

No século XV, uma grande transformação veio com a invenção da imprensa, por Gutemberg. A cópia de manuscritos nunca foi eficiente e produtiva. A imprensa transformou o livro em um produto mais barato e de cópias idênticas, revolucionando assim a história da escrita e da armazenagem de informações.

Graças à imprensa, a industrialização do livro fez com que milhões de pessoas pudessem ter acesso a um mesmo texto, uma vez que até sua invenção, poucas pessoas chegavam a possuir as raras cópias de manuscritos.

Porém, essa proliferação dos livros veio agravar ainda mais um problema já existente desde os primórdios da escrita, ou seja, a armazenagem e a recuperação de informações de forma eficiente. Neste sentido, Burke (2002, *online*) afirma que “a multiplicação de livros criou imediatamente um problema para um

⁷³ Neste doutoramento o grau é atribuído conjuntamente pela Universidade de Aveiro e pela Universidade do Porto.

grupo profissional, o dos bibliotecários, embora seja óbvio que eles se tornaram ainda mais indispensáveis”.

Não obstante a existência de livros impressos tenha facilitado, mais do que nunca, a tarefa de encontrar informações, a questão agora era encontrar o livro certo. Para isso, era imprescindível compilar catálogos para as bibliotecas, particulares ou públicas. A compilação desses catálogos criou um novo problema, ou seja, como organizá-los. Por assunto, por autor, listados em ordem alfabética?

Existia, pois, o problema do acesso. E neste aspecto Burke, (2002, *online*) assevera:

Como poderiam os leitores descobrir que livros estavam disponíveis numa determinada biblioteca? Como particularmente poderiam os leitores de outras cidades ou países saber que valeria a pena empreender uma viagem para uma determinada biblioteca em busca de um determinado livro?

Constatamos, portanto, que a constante proliferação de materiais bibliográficos, e o aparecimento de novos suportes tornava cada vez mais difícil a organização e, conseqüentemente, sua recuperação. Reafirmando o que expusemos no capítulo 1 desta tese, quando abordamos a história dos catálogos e das bibliotecas, à medida que as coleções aumentam, descrever os documentos vem se tornando uma condição fundamental para possibilitar sua posterior recuperação entre os *itens* da coleção, avaliação de relevância e posterior utilização.

Vimos também, que profissionais da informação vêm, há séculos, criando metodologias para registro, classificação e descrição de documentos, como forma de controlar acervos e prover meios de acessar seletivamente os *itens* de uma coleção. Portanto, catálogos de bibliotecas ou instrumentos de pesquisa em arquivos nada mais são que descrições de documentos organizados com a finalidade de facilitar sua recuperação e acesso.

Neste contexto, a Biblioteconomia e a Arquivologia e mais especificadamente a área de organização e tratamento da informação assumem papel fundamental para a análise e a representação da informação a ser disponibilizada nos acervos das bibliotecas, arquivos e centros de documentação, como meio de garantir que os utilizadores efetivamente tenham oportunidades de acesso à informação registrada, ao realizarem suas pesquisas.

Se adotarmos o princípio de que a questão básica que permeia a área de organização e tratamento da informação (e aqui se inclui a seleção e aquisição, a representação temática, a representação descritiva e a disseminação da informação), seja a de acesso à informação, ou a facilitação desse acesso, uma vez que a mesma trabalha como mediadora entre a informação e os utilizadores, isso implica em trazer para um primeiro plano a importância de instrumentos de recuperação da informação, cujos objetivos são os de facilitar o acesso à informação desejada por esses utilizadores (PANDO, 2005, p. 96).

A área de organização e tratamento da informação tem por objeto os aspectos vinculados a análise, à **descrição** e a representação do conteúdo dos documentos, bem como suas inevitáveis interfaces com as teorias e os sistemas de armazenamento e recuperação da informação (BARITÉ, 1998, *online*, grifo nosso).

Ao abordarmos, no capítulo 1, a história dos catálogos, da catalogação, a origem e evolução dos cursos de Biblioteconomia e de Arquivologia verificamos que desde os primórdios sempre se falou em catalogação, organização e tratamento da informação, ou seja, essa disciplina sempre esteve presente antes mesmo de ser ensinada formalmente nos primeiros cursos de formação de bibliotecários e ao longo dos anos foi tendo várias denominações: catalogação, representação descritiva, descrição bibliográfica.

Em termos simples, consiste em fornecer um conjunto de elementos, ou características, relativo a determinado “registro bibliográfico” e visa a permitir que se saiba da existência desse documento em particular e que se escolha, por suas características, esse documento e não o outro (MEY, 1999, *online*).

Entretanto, como foi exposto na seção 3.1.1 a Biblioteconomia, como área do conhecimento, passou a existir, no Brasil, a partir de 1911, com a criação do primeiro Curso de Biblioteconomia⁷⁴. Até o início da década de 30, a Biblioteconomia viveu sua fase humanista, calcada no modelo da École de Chartes, na França, e na qual os seus profissionais eram ilustres personalidades: escritores, historiadores, literatos, pessoas cultas em geral.

⁷⁴ Que começou a funcionar somente quatro anos depois, em 1915, na própria Biblioteca Nacional e continuou durante anos até chegar ao atual da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

Segundo o bibliotecário Rubens Borba Alves de Moraes⁷⁵ o Curso da Biblioteca Nacional, em sua estrutura inicial “era um Curso muito pouco frequentado, era um Curso de pouco alcance” (apud SOUZA, 1990, p. 43).

Para Souza (1990, p. 44) “o ‘pouco alcance’ significava que o curso estava aferrado ao enriquecimento cultural e pouco aberto à formação de organizadores e administradores capazes de dar maior mobilidade a seus acervos”.

A partir da década de 30, graças especialmente aos esforços de Rubens Borba Alves de Moraes, a Biblioteconomia brasileira começou a progredir, com a criação do segundo curso de Biblioteconomia, na cidade de São Paulo. Essa Escola, dirigida pelo próprio Rubens Borba Alves de Moraes com a colaboração de Adelpha Figueiredo, tinha uma orientação estritamente americana, como já se mencionou, e abriu as portas para os alunos recém-saídos do Curso Secundário (atualmente 2º grau). Para essa Escola, a fim de participar de um Curso de Atualização Profissional, Rubens Borba convidou bibliotecários de todo o país, os quais retornando aos seus Estados foram, aos poucos, envidando esforços no sentido de criar novos cursos e escolas de Biblioteconomia.

Souza (1990, p. 45) cita um trecho de uma entrevista dada por Rubens Borba, na qual enfatiza o caráter tecnicista do curso:

Na verdade a ideia fundamental era preparar tecnicamente os bibliotecários. [...] o nosso caso era formar profissionais para Bibliotecas Públicas. Nós dávamos [...] uma grande ênfase às questões técnicas; **catalogação era uma coisa importante, que tinha um desenvolvimento bastante grande**; a classificação a mesma coisa (grifo nosso).

Desta forma, o curso, com seu currículo técnico, tinha a duração de três anos e concentrava-se nas matérias Catalogação, Classificação, História do Livro e Referência.

Entre as décadas de 40 e 50 o Brasil já contava com oito cursos de Biblioteconomia, porém, nada de novo foi acrescentado em termos de matérias lecionadas. Ao término da década de 60, este número aumentou significativamente e o país possuía dezoito cursos em funcionamento nos principais Estados, com a maioria deles instalados em universidades federais.

⁷⁵ Estudou Biblioteconomia nos Estados Unidos, como bolsista da Fundação Rockefeller.

Entretanto, foi no início dos anos 60 que os bibliotecários brasileiros tiveram dois fortes motivadores para a expansão do ensino: a fixação do Currículo Mínimo do Curso de Biblioteconomia pelo Conselho Federal de Educação – CFE (parecer 326/CFE/62) e a sanção da lei n. 4.084 de 16 de Agosto de 1962, dispondo sobre a profissão de Bibliotecário e regulamentando o seu exercício (SOUZA, 1990, p.47).

A implantação obrigatória do Currículo Mínimo do Curso de Biblioteconomia com duração de três anos, tendo dez matérias, constituídas basicamente por aquelas do currículo norte-americano, implantado em 1936 no Curso do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo e de algumas outras, consideradas de Fundamentação Geral, com o objetivo de oferecer uma base de conhecimento humanístico ao futuro bibliotecário.

As matérias de caráter técnico foram as que receberam mais atenção das escolas e que deram maior contributo para a formação de bibliotecários com perfil extremamente técnico: Organização e Administração de Bibliotecas; **Catálogo** e Classificação; Bibliografia e Referência; Documentação; Paleografia e História do Livro e das Bibliotecas. As demais eram: História da Literatura; História da Arte; Introdução aos Estudos Históricos e Evolução do Pensamento Filosófico e Científico.

Quando se aborda a questão do ensino da catalogação e/ou representação descritiva neste contexto, implica em falarmos dos instrumentos de apoio a esse ensino. A catalogação gera produtos que servem como veículo de comunicação entre os acervos, reais ou virtuais, e os utilizadores. Para ampliação do universo de disponibilidades, para maior facilidade no trabalho e para melhor compreensão por parte do utilizador, precisamos usar normas (MEY, 1999, *online*).

Conforme abordado na seção 2.3.2 - e necessariamente carece ser retomado aqui, para melhor contextualizar o ensino da representação descritiva, uma vez que o mesmo está diretamente relacionado com o ensino das normas de descrição, no Brasil - embora tenha havido algumas tentativas de se criar normas brasileiras com o trabalho de Jorge Duarte Ribeiro, intitulado *Regras bibliográficas: ensaios de consolidação*, editado em 1934, em que o autor se propunha a estabelecer normas de entradas de nomes pessoais, nesta época, a cidade de São Paulo se credenciou como pioneira no ensino da Catalogação, baseado no Código

da ALA. Essa adoção foi influenciada por Dorothy Muriel Gedder, professora norte-americana, docente do curso elementar de Biblioteconomia no Instituto Mackenzie.

A Associação Paulista de Bibliotecários – APB desempenhou um importante papel para a Catalogação brasileira ao publicar, em 1938, as *Regras gerais de catalogação e redação de fichas*. No mesmo ano, o DASP institui uma comissão responsável por desenvolver o projeto de um código de catalogação nacional e que resulta nas *Normas para organização de um catálogo dicionário de livros e periódicos*. Entretanto, efetivamente, não houve grande receptividade pela comunidade bibliotecária brasileira, provavelmente pela cultura dominante no uso dos códigos da ALA e da Vaticana (BARBOSA, 1978, p. 57).

Outro fato importante, como já visto, foi o trabalho de conclusão do Curso de pós-graduação, na Universidade de Columbia, Estados Unidos denominado *Normas brasileiras: um problema na catalogação* de Maria Luiza Monteiro da Cunha. Neste trabalho, a autora ressalta que o problema brasileiro na descrição bibliográfica resulta de três aspectos: a) inexistência de um código nacional de catalogação; b) tratamento inadequado de assuntos nos códigos existentes; c) imprecisão e contradições das fontes bibliográficas e ausência de bibliografias correntes ao assunto (MODESTO, 2007, *online*).

A década de 1940 também é marcada pela inovação dos processos técnicos no país. Tendo à frente Lydia de Queiroz Sambaquy, que teve uma grande experiência na Library of Congress (Estados Unidos) – o DASP institui o Serviço de Intercâmbio de Catalogação – SIC, com a finalidade de constituir um sistema nacional de catalogação cooperativa, apesar das dificuldades existentes, tais como bibliotecas deficitárias e carentes de padrões; falta de pessoal técnico capacitado e inexistência de normas oficialmente estabelecidas; apesar de tudo isso, o projeto consolidou-se na década seguinte, incorporado ao IBBD. Além disso, recai ainda em Lídia Queiroz Sambaquy a iniciativa de introduzir a “Catalogação na Fonte”, em âmbito não comercial, anunciada nas publicações do DASP (MODESTO, 2007, *online*).

O SIC representou um poderoso mecanismo de integração e capacitação das bibliotecas brasileiras. Atendendo diretamente às demandas daquele período para a racionalização do serviço público, o SIC oferecia uma resposta precisa para um dos problemas biblioteconômicos que mais pressionavam essas bibliotecas: a catalogação dos acervos (ODDONE, 2006, *online*).

Foi a partir desta iniciativa que começou, no Brasil, a divulgação e normalização, da ficha padrão 7,5 x 12,5 (centímetros), adotada nos Estados Unidos desde o início do século XX. A partir daí, “vão se moldar os catálogos bibliográficos brasileiros, bem como o aprendizado da catalogação” (MODESTO, 2007, *online*).

Segundo Muller (1985, p. 9), cresce, no ensino bibliotecário de disciplinas técnicas, a aceitação da visão norte-americana da área da Biblioteconomia.

Para discutir questões que passaram a existir com a presença de tantos bibliotecários na sociedade brasileira, foram realizados alguns eventos importantes: em 1951, em São Paulo, a “Conferência sobre o Desenvolvimento dos Serviços de Bibliotecas Públicas na América Latina”, promovida pela UNESCO e pela OEA; em 1953, o primeiro Congresso de Bibliotecas do Distrito Federal, promovido pela Biblioteca Municipal do Rio de Janeiro; em 1954, em Recife, o primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação – CBBD, que reuniu bibliotecários de todo território nacional. Neste CBBD, o professor Edson Nery da Fonseca, apresenta seu trabalho *Normas brasileiras de catalogação, entrada de autores coletivos e nomes brasileiros*; em que aborda um tema sensível aos bibliotecários, e que irá provocar debates nas décadas seguintes, isto é, a entrada para nomes brasileiros.

Deste Congresso, ficaram as seguintes as recomendações finais: a) criação de um código de catalogação brasileiro; b) criação no Instituto Nacional do Livro – INL de uma comissão de especialistas em catalogação composta de professores e profissionais; c) escolha de entradas para nomes brasileiros e portugueses, com base em critérios universalmente aceitos ao respeito da vontade do autor, o uso local e a tradição literária.

Neste mesmo ano de 1954, é criado o IBBD que passa a incorporar e manter o Serviço de Intercâmbio de Catalogação. O SIC, em conjunto com o INL, estabelece uma “Comissão de Estudos de Catalogação”, cuja atribuição foi redigir o Código de Catalogação Nacional, porém, o resultado apresentado não obtém aceitação ou concordância política, já que os trabalhos de elaboração são divididos entre dois subgrupos: um Paulista e outro Carioca (MODESTO, 2007, *online*).

Houve ainda, em Dezembro de 1954, uma solicitação da Unesco ao Instituto Brasileiro para Educação, Ciência e Cultural – IBCEC para a elaboração de um projeto de catalogação destinado aos nomes de autores brasileiros e

portugueses, entretanto, esse projeto não teve continuidade. Assim, a questão do código nacional com finalidade de uniformizar as entradas para nomes pessoais – brasileiros e portugueses – tornou-se questão constantemente debatida pelo fato de existirem duas correntes distintas: a que preferia adotar como entrada a última parte dos sobrenomes e a que procurava respeitar a forma preferida pelo autor em suas obras, isto é, seu nome literário (BARBOSA, 1978, p. 54).

A implantação do Currículo Mínimo do curso de Biblioteconomia aconteceu numa década de impactos na catalogação mundial.

Em 1960, durante a 23ª Conferência Geral da FID, no Rio de Janeiro, é instituída a Comissão Brasileira de Catalogação – CBC vinculada à FEBAB, que teve como missão reorganizar as práticas consideradas obsoletas, ainda utilizadas em algumas bibliotecas brasileiras, e acertar as divergências existentes, motivadas pela duplicidade de códigos de catalogação (ALA e Vaticana), e as adaptações de caráter particular.

Durante o terceiro CBBD, realizado na cidade de Curitiba, em 1961, a referida Comissão analisou dois trabalhos de normalização em catalogação: 1) *Projeto de Regras de Catalogação para os Nomes Brasileiros e Portugueses*, elaborado pela Comissão de Catalogação do Rio de Janeiro; e 2) *Catalogação de Autores Brasileiros e Portugueses*, de autoria de Maria Antonieta Requião Piedade. Esses trabalhos serviram de subsídios para que Maria Luisa Monteiro da Cunha elaborasse *Nomes brasileiros e portugueses: problemas e soluções*, apresentado na Conferência de Paris, em 1961. O trabalho foi reconhecido pela classe bibliotecária e incluído na edição brasileira das AACR (1969), como apêndice, pela Comissão Brasileira de Catalogação da FEBAB. Vale lembrar que, a esta altura, as AACR já eram as regras adotadas na maioria das escolas de Biblioteconomia brasileiras como apoio ao ensino da representação descritiva e determinação de pontos de acesso.

Um grande esforço da comunidade bibliotecária na área da descrição busca uma padronização nacional, por meio das Associações de Bibliotecários. Um dos resultados deste esforço foi a publicação, em 1970, do livro de Cordélia Robalinho Cavalcante, *Catalogação Simplificada* que serviu como um “manual” para os catalogadores brasileiros.

Neste sentido, dois eventos foram organizados: o primeiro Simpósio Nacional de Professores de Catalogação, na cidade de São Paulo, e o segundo, em

1974, no Rio de Janeiro. Esses eventos foram essenciais para discutir não só o ensino de catalogação, mas a normalização de entrada de nomes brasileiros e portugueses. Um passo importante acontece durante o oitavo CBBD, em 1975, na cidade de Brasília, quando é aprovada pela comunidade bibliotecária a adoção de entrada pela última parte do sobrenome do autor. Decisão subsidiada pelo estudo de revisão das regras para autores brasileiros e portugueses em relação às AACR, realizado pelo Grupo de Trabalho em Processos Técnicos – GTPT da Associação Paulista de Bibliotecários, constituído com esta finalidade, e apresentado no Congresso.

Outros dois fatores importantes que refletiram na padronização merecem destaque. O primeiro foram os estudos comparativos entre as ISBDs e as AACR (edição de 1967) realizados pelo GTPT da APB. Entendia-se ser necessário que as regras descritivas pudessem ser mais facilmente assimiladas e aplicadas pela comunidade profissional. Este grupo foi responsável pela tradução e publicação dos principais documentos das ISBDs, no início da década de 1980. O segundo foi a iniciativa de Regina Carneiro, bibliotecária responsável pela implantação da “Catalogação na Fonte” da Câmara Brasileira do Livro.

Segundo Modesto (2007, *online*):

Seus esforços contribuíram para: a uniformidade da catalogação em âmbito nacional, a melhoria do intercâmbio de informações bibliográficas no país; e o favorecimento dos serviços de bibliotecas localizadas no interior do Brasil, tão carentes de recursos materiais, financeiros e humanos especializados.

Em Julho de 1980, a FEBAB assina um acordo autorizando a publicação das AACR (edição de 1978), em língua portuguesa. A tradução é publicada em dois volumes. Em 1983 o volume 1 e em 1985 o volume 2, e teve o apoio do IBICT. Já, na publicação do primeiro volume, Antonio Gabriel, então presidente da FEBAB, e Regina Carneiro, coordenadora da equipe de tradução, demonstram a expectativa em relação à importância da publicação do código:

Se esta tradução auxiliar os catalogadores do Brasil contribuindo para a normalização da descrição bibliográfica, sem a qual tornam-se difíceis os trabalhos em cooperação e a transferência de informações bibliográficas não apenas em nível nacional como internacional, sentir-nos-emos compensados (GABRIEL; CARNEIRO, 1983, p.ix).

Infelizmente, a falta de recursos financeiros impossibilitou as tentativas de reimpressão do Código e a incorporação das atualizações posteriores, prejudicando a continuidade do processo iniciado até então.

A década de 80 foi marcada pela introdução e pelo crescimento das tecnologias de informação e comunicação, trazendo como consequência a inserção dos microcomputadores nas bibliotecas, o surgimento de *softwares* comerciais para automação de bibliotecas e a distribuição gratuita às bibliotecas interessadas, do programa Microisis (versão DOS).

Modesto (2007, *online*) afirma que as tecnologias de informação trouxeram para a área de Biblioteconomia inúmeros benefícios, porém o impacto mais significativo recai na catalogação. Segundo ele, “a crescente utilização de computadores, nos serviços bibliotecários, inviabiliza planejar a atividade bibliotecária desconectada de recursos informatizados, bases de dados, compartilhamento de registros e conversão retrospectiva”.

Neste sentido, a utilização das redes eletrônicas possibilita maior interação entre bibliotecas nacionais e internacionais, consolidando assim a catalogação cooperativa (SOUZA, CATARINO; SANTOS, 1997, p.98).

Conforme mencionado anteriormente, com a publicação das AACR2 em português, renasce na comunidade bibliotecária a confiança de se ter um código em constante atualização, mantendo um padrão de descrição bibliográfica equiparado aos demais países e compatível com os desafios de ambientes de alta tecnologia e de intercâmbio de informações, cada vez mais presentes em nossa realidade (ROSETTO, 2003, *online*).

Atualmente, no Brasil, a ementa que prevalece sobre o ensino da representação descritiva nos cursos de Biblioteconomia, se encontra na Área 2: **Processamento da Informação**, cujo conteúdo é: Organização do Conhecimento e tratamento da Informação. **Tratamento descritivo dos documentos**. Tratamento temático: teoria da classificação, análise da informação, teoria da indexação. Práticas, tecnologias e produtos. Geração e organização de instrumentos de recuperação da Informação.

Dentro do chamado tratamento descritivo dos documentos, encontra-se a disciplina **Representação Descritiva** (com variações na terminologia, de acordo com cada curso), que está presente em todos os currículos nos cursos de Biblioteconomia do Brasil. Tem como objetivo proceder a representação normalizada

das informações contidas em diferentes tipos de suportes informacionais. Trata, portanto, de representar as informações descrevendo-as tendo por base, as ISBD's e as *Anglo-American Cataloguing Rules* – AACR.

Ao realizar a representação descritiva de um determinado documento, cabe ao profissional da informação, a tarefa de descrever e transmitir a informação, ajudando, sobretudo, na reprodução e disseminação do conhecimento histórico e social construído pelo homem.

Ohira, Prado e Schmidt (2004, p. 39), após analisarem vários artigos, apontaram em meio a inúmeros conhecimentos e habilidades, que o profissional da informação deve possuir conhecimentos em

[...] atividades de **descrição física**, análise temática, condensação e representação temática; conhecimento e entendimento não somente das práticas tradicionais de gerenciamento da informação, mas também dos últimos desenvolvimentos tecnológicos (grifo nosso).

Ainda com relação às funções e atribuições do profissional da informação, de acordo com Tarapanoff (1999) e Targino (2000), o que caracteriza a profissão do profissional da informação é o ciclo documentário ou informacional e que, tradicionalmente, centram suas ações em torno de cinco funções básicas, e que os desdobramentos dessas funções não vão desaparecer, terão sim, novas aplicações, em virtude dos novos suportes e novas tecnologias. As cinco funções são: seleção; **descrição**; interpretação; disseminação; preservação dos documentos e das informações (grifo nosso).

Neste contexto, como foi amplamente descrito no capítulo 1 desta tese, a história da Biblioteconomia e da Arquivologia registra uma série de fatos e acontecimentos que, concomitantemente à evolução da humanidade e ao surgimento de novas tecnologias de informação e comunicação, impulsionaram o desenvolvimento de bibliotecas, arquivos e centros de documentação, na medida em que é neles que tradicionalmente se preservam os registros do conhecimento, que por sua vez requerem, desde sempre, uma organização que permita sua identificação, localização e recuperação.

Isso demonstra, sobretudo, que devido à complexidade da diversificação do conhecimento humano e dos seus registros, impulsionando significativamente o setor editorial, refletindo no aumento do tamanho e dos acervos

das unidades de informação, a atividade de descrição tornou-se uma atividade especializada e que deve ser realizada por profissionais da área de Ciência da Informação.

O MEC, por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais, aprovou as competências e habilidades dos graduados em Biblioteconomia. Dentre as habilidades específicas encontram-se:

- Interagir e agregar valor nos processos de geração, transferência e uso da informação, em todo e qualquer ambiente;
- Criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação;
- Trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza;
- **Processar a informação registrada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação;**
- Realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação (BRASIL, 2001, *online* grifo nosso).

Podemos perceber, portanto, que novas habilidades e competências, discutidas em nível nacional e internacional, foram criadas para que o novo profissional possa atuar na Sociedade da Informação e do Conhecimento e, para isso, as escolas procuram atualizar seus currículos, criando novas disciplinas e novos conteúdos. Porém, constata-se que em meio às reformas curriculares, as disciplinas consideradas técnicas, embora com novas metodologias, nomenclaturas e atualizações, permanecem em todos os currículos, de todas as escolas que possuem os cursos de Biblioteconomia.

No panorama mundial, a última metade do século passado trouxe grandes alterações provocadas pela globalização e pelo fortalecimento dos blocos econômicos. Aconteceu a chamada “explosão bibliográfica”, a tecnologia se expandiu e o computador marcou sua presença. E, no final da década de 90, a Internet aconteceu, trazendo o que pareceu “fim do mundo” para as bibliotecas tradicionais. “Paradoxalmente, foram inauguradas imensas [*sic*] bibliotecas nacionais, as chamadas Novas Alexandrias, mostrando um convívio possível entre os suportes tradicionais e as mídias que surgiam a cada momento” (MELOT, 1999 *apud* SANTOS, 2007, p. 5).

Neste contexto, Santos (2007, p.10) lembra muito bem que:

[...] as populações pobres das cidades e a grande maioria dos municípios do interior do país incluem-se na chamada brecha digital onde, se existe um computador não existe o acesso à rede; se existe o acesso à rede não existe quem instrua sobre a qualidade das informações disponibilizadas e muito menos em como usar estas informações (sejam comunitárias, científicas, tecnológicas, etc).

Embora as Diretrizes Curriculares brasileiras preconizem a formação de profissionais preparados para lidar com estas diferenças, sabemos que trabalhar com recursos de qualidade pode ser um desafio para aquele bibliotecário eticamente comprometido com o melhor desempenho possível. Mas, e trabalhar sem recursos? Como se constroi um acervo sem recursos financeiros? Como se organiza este mesmo acervo sem o uso do microcomputador? Fichas datilografadas, manuscritas? Fichário à moda da caixa de sapato? Empréstimo em caderno? Quem ousa afirmar que esta possibilidade não existe? Essas são questões que Santos (2007, *online*) apresenta e que compartilhamos com ela, quando diz: “acredito lamentavelmente, que exista até mesmo em Estados menos pobres e para trabalhar nestas condições a criatividade e a ousadia devem fazer parte do perfil do egresso dos cursos de Biblioteconomia”.

O processamento técnico das bibliotecas e arquivos tem aqui uma relevância significativa, pois é o setor que normalmente não aparece, porém, é o responsável pelo tratamento e processamento desta informação.

O processo manual, que para muitos se tornou obsoleto, é real, ainda, em muitas unidades de informação. Mas considera-se que pior do que o manual é a automação sem o devido planejamento. A estrutura consistente de um processo manual permite uma automação segura que muitas vezes é ameaçada pela pressa, insensatez de alguns profissionais. E esta é a relação existente entre o processo manual e o automatizado.

A catalogação, como um processo relacionado à organização de materiais em unidades de informação tradicionais, constitui, sem dúvida, o paradigma da organização da informação.

E é por essas considerações acima que desde a existência do primeiro curso de Biblioteconomia até os mais recentemente implantados, não se pode deixar de lado o ensino de disciplinas que fazem parte do **Processamento da Informação (Área 2)** que inclui a organização, o processamento e o tratamento da informação, e logicamente a Representação Descritiva de documentos.

Paralelamente a tudo isso obviamente entende-se que as profissões de arquivistas e bibliotecários vêm sendo submetidas a contínuas mudanças políticas, culturais, econômicas e tecnológicas, tanto da sociedade quanto da estrutura do conhecimento, exigindo, portanto, um profissional comprometido com o acesso, o uso e acima de tudo, que tenha competência para utilizar adequadamente as tecnologias de informação e telecomunicação.

A sociedade “requer indivíduos conscientes da sua responsabilidade social e aptos a trabalhar com o conhecimento e a implementação de sistemas de gestão da informação [...] no âmbito de instituições públicas e privadas, desde a produção, análise, classificação, avaliação, **descrição**, preservação, recuperação, mediação, disseminação e uso” (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 2005, *online*, grifo nosso).

Percebe-se que os cursos de Biblioteconomia, notadamente os dos países do Mercosul buscam, por meio de suas propostas curriculares, utilizar-se de abordagens didático-pedagógicas que permitam ir além do simples domínio cognitivo de conteúdos, dando ênfase especial à formação científica do aluno, à formação articulada com a extensão e as novas tecnologias, como ferramentas indispensáveis ao tratamento e gerenciamento da informação, sem, no entanto, esquecer-se do caráter humanista e da natureza social da profissão.

A recuperação eficaz da informação, pelos usuários, tem sido considerada o maior objetivo dos profissionais dos serviços de informação. Shera, há décadas, afirmava ser a recuperação o ponto focal da teoria da Biblioteconomia e da Ciência da Informação e o fim em direção ao qual todo empenho deve ser direcionado. A organização da informação, que compreenderia um processo de representação, destina-se prioritariamente à recuperação eficaz por parte dos usuários. Para que isso ocorra,

[...] torna-se necessário que profissionais da informação desenvolvam e implementem sistemas representacionais que estabeleçam a confluência entre a organização cognitiva imposta ao conhecimento pelo seu produtor (representação primária) e a organização conceitual imposta ao documento pelo especialista da informação (representação secundária) (ALVARENGA, 2003, p.12).

A convergência entre essas duas estruturas de representação é o foco do trabalho dos arquivistas, bibliotecários e demais profissionais da informação.

Tem-se plena consciência que o ambiente digital se apresenta como um novo espaço para o registro, a representação e a recuperação de documentos não só textuais, mas iconográficos e sonoros e, ao proporcionar diferentes possibilidades de armazenagem, formatos e memória, também passou a exigir novos elementos que facilitem sua representação e recuperação.

Neste contexto, os cursos de Biblioteconomia e Arquivologia devem adequar seus conteúdos visando a preparar seus futuros profissionais para esta nova realidade. No que concerne ao ensino da Representação Descritiva sabemos que a mesma, a partir de 1997, vem sofrendo mudanças em seu enfoque, como afirma Mey (2003, p.1):

[...] o cerne da representação desloca-se do item para o usuário, visando permitir-lhe as tarefas de encontrar, identificar, selecionar e obter uma 'entidade' adequada a seus propósitos. Entidade, aqui, tem o sentido empregado na modelagem de entidade-relacionamento para bancos de dados, isto é, um objeto-chave que pode ser distintamente identificado.

Todas essas mudanças, na compreensão do registro bibliográfico, surgiram a partir de encontros internacionais de especialistas em catalogação que estabeleceram padrões para a descrição, denominados FRBR, os quais abordamos no capítulo 2. Resultados publicados pela IFLA, em 1998, apresentam uma nova leitura dos registros bibliográficos, por reorganizar seus elementos e apresentar conceitos de entidades, atributos e relacionamentos (MORENO, 2006a, p. 32).

A ideia é deixar de lado a ênfase no suporte físico, em benefício do conteúdo, da história da obra e suas relações. A catalogação é agora orientada ao objeto. Essas questões apenas começam a se adentrar no cenário brasileiro e português, onde está o foco desta pesquisa. Ainda são pouquíssimas as escolas, portuguesas e brasileiras, que já incluíram no conteúdo a ser ministrado nas disciplinas de representação descritiva os FRBR, como poderemos constatar no próximo capítulo desta tese.

Tradicionalmente a disciplina Representação Descritiva, que faz parte da maioria dos currículos dos Cursos de Biblioteconomia e Arquivologia, visa o registro de informações contidas em diversos tipos de recursos informacionais, ou seja, trata de representar as informações descrevendo-as tendo por base as ISBD's e as *Anglo-American Cataloguing Rules* (AACR), para a Biblioteconomia, e a ISAD(G) para a descrição arquivística.

Concordamos com Mueller (1996, p. 253) quando chama a atenção para o fato de que:

[...] nos últimos anos parece que há uma negligência dos cursos em orientar os alunos para os problemas da área, onde os cursos de graduação têm dado ênfase para as disciplinas ligadas à gerência, mas alguns cursos fracassaram em capacitar os alunos em áreas essenciais, como nas disciplinas que habilitam para a organização do conhecimento registrado, como a classificação, **catalogação**, indexação, e outras (grifo nosso).

E isso se pode constatar na prática, quando se reavaliam os alunos nas disciplinas de estágios, nos quais necessariamente eles devem cumprir uma determinada carga horária nos chamados processamentos técnicos e muitas vezes não estão capacitados para desenvolver essas atividades tão importantes e essenciais do profissional.

Portanto, habilitações para a capacidade de organizar, classificar, catalogar, indexar sempre serão muito úteis e necessárias, pois sempre haverá coleções impressas em todas as áreas do conhecimento e o computador bem como os novos desenvolvimentos tecnológicos não diminuirão o volume de material tradicional. Acontecerá, sim, a modificação de seu uso, proporcionando menor tempo de acesso para determinados tipos de informações.

Da mesma forma que ocorreu com a Biblioteconomia brasileira, o MEC aprovou as habilidades específicas para os graduados em Arquivologia:

- Compreender o estatuto probatório dos documentos de arquivo;
- Identificar o contexto de produção de documentos no âmbito de instituições públicas e privadas;
- Planejar e elaborar instrumentos de gestão de documentos de arquivo que permitam sua organização, avaliação e utilização;
- Realizar operações de arranjo, **descrição** e difusão (BRASIL, 2001, grifo nosso).

Os documentos de arquivo apresentam-se sob inúmeras formas e nos mais diferentes suportes físicos, porém, o que se considera caracterizador de um documento de arquivo é, como já mencionado, a sua origem, isto é, a maneira como esse documento foi produzido em função e no decurso, da atividade de uma pessoa física ou coletiva. Tradicionalmente, a proveniência, é o elemento mais importante a

identificar num conjunto de documentos, uma vez que é com base nela que se estruturam e organizam os fundos arquivísticos (RIBEIRO, 1996, p.12).

Sendo assim, percebe-se facilmente que em Arquivística, “os documentos não têm significado enquanto entidades individuais, independentes umas das outras”, mas sim geralmente fazem parte de unidades arquivísticas mais amplas, denominadas séries que “são o resultado de actividades concretas do organismo ou pessoa que produziu a documentação”. (RIBEIRO, 1996, p.13). As séries integram-se em seções orgânico/funcionais que, de uma maneira estruturada compõem um “fundo” de arquivo.

Para se elaborar descrições documentais em arquivo, é necessário considerar toda a estrutura do fundo a ser descrito e cada descrição deverá situar corretamente, nessa mesma estrutura, o objeto de que se ocupa. Por meio da descrição – de um documento ou de uma série – compreende-se como foram produzidos tais documentos no interior do fundo a que pertencem, caso contrário a descrição não fará sentido.

As informações só poderão ser úteis se fizerem parte de um programa integrado de gestão, centrado nos objetivos da instituição. Por outro lado, uma política de gestão de informação só terá sentido se considerar a produção, a classificação, a aquisição, a avaliação, a descrição, a comunicação e a conservação das informações.

Concretamente, os avanços neste sentido encontram-se, como já referenciamos, centrados em duas normas relativas à descrição, a *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística* – ISAD(G), voltada para os documentos arquivísticos, e a *Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias* - ISAAR(CPF), voltada para os produtores desses documentos.

O surgimento de normas internacionais para a descrição arquivística⁷⁶, no âmbito do Comitê das Normas de Descrição do Conselho Internacional de

⁷⁶ Depois da Norma Internacional de Descrição Arquivística (ISAD-G) e da Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Entidades Colectivas, Pessoas e Famílias (ISAAR-CPF), o Comité de Boas Práticas e Normas Profissionais do Conselho Internacional de Arquivos está desenvolvendo uma nova norma internacional com vista à descrição de funções e actividades das entidades que se encontram associadas à produção e gestão de arquivos. Trata-se da **ISAF** (International Standard on Activities/Functions of Corporate Bodies ou Norma Internacional sobre as Actividades e Funções de entidades), conta já com uma versão provisória, onde se avançam recomendações sobre a forma de relacionar as descrições de funções/actividades com as descrições conformes à ISAD(G) e com os registos de autoridade conformes à ISAAR-CPF.

Arquivos (*ISAD (G)*, *ISAAR (CPF)* e *Guidelines for the preparation and presentation of finding aids*) trouxe novas exigências aos profissionais da área ao mesmo tempo em que criou, condições particularmente propícias ao desenvolvimento da Arquivologia em geral. Principalmente, obrigou os arquivistas a reformular a sua forma de trabalhar, o que implica uma capacidade de reflexão e de crítica, sobretudo de autocrítica, apoiada na necessidade, sempre repetida, de explicar e justificar as opções e as escolhas realizadas.

No caso de Portugal, como já mencionamos, a trajetória da formação tradicional de bibliotecários e arquivistas iniciou-se por meio do Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista (1887/1982), o Estágio de Arquivistas (1913), o Estágio Técnico (1969), os CECDs (a partir de 1985) e as licenciaturas em Ciência da Informação (a partir de 2001). Em todos eles sempre estiveram incluídas, de alguma forma, em seus currículos, disciplinas de catalogação, como pode ser constatado, por exemplo, na citação abaixo:

Com vista a satisfazer uma necessidade muito manifestada pelos alunos [...] foi incluída no Curso [Especialização em Ciências Documentais] uma componente prática, para além da carga horária prevista por lei, a qual abrange essencialmente as técnicas de catalogação, indexação e informática (para a área de Documentação e Biblioteca) e a organização arquivística (para a área de Arquivo) (RIBEIRO; CERVEIRA; AZEVEDO, p.15, 1996).

Embora, como já dissemos, o foco desta pesquisa não seja os cursos de pós-graduações/especializações, analisando rapidamente os seus planos de ensino verifica-se que há uma carga horária e conteúdos bastante significativos no que tange ao ensino da representação descritiva/catalogação. Vejamos o Quadro 14 a seguir:

Curso/Universidade	Unidades Curriculares
Ciências da Informação e da Documentação – Universidade Católica Portuguesa (Braga)	Catálogo I – Monografias Catálogo II – UNIMARC Catálogo III – Publicações em Série, Analíticos e Livro Antigo Catálogo IV – Material Não-Livro e Documentos
Ciências da Informação e da Documentação – Universidade Fernando Pessoa (Porto)	Catálogo I (Variante Arquivo) Catálogo I e II (Variante Biblioteca) Catálogo I (Variante Museu)
Ciências da Informação e da Documentação – Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas	Descrição da Informação Biblioteconómica Descrição e Indexação da Informação Arquivística
Ciências da Informação: Biblioteconomia, Documentação e Arquivística – Universidade Portucalense (Porto)	Descrição e Comunicação da Informação em Bibliotecas e Centros de Documentação I e II (Variante Bibliotecas e Centros de Documentação) Descrição e Comunicação da Informação Arquivística I e II (Variante Arquivo)
Ciências Documentais – ISLA - Instituto Superior de Línguas e Administração (Leiria)	Descrição da Informação Arquivística Descrição da Informação Biblioteconómica
Ciências Documentais – UAL - Universidade Autónoma de Lisboa	Não localizamos nenhuma unidade curricular pertinente
Ciências Documentais – Universidade da Beira Interior (Covilhã)	1º Ano 1º Semestre Catálogo I 1º Ano 2º Semestre Catálogo II
Ciências Documentais – Universidade de Coimbra	Catálogo I (Opção de Arquivo) Catálogo I e II (Opção de Documentação e Biblioteca)
Ciências Documentais – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa	Catálogo Descrição Documental em Arquivística
Ciências Documentais e da Informação – Universidade dos Açores	Catálogo I e II (Tronco comum) Catálogo III e IV (Bib e Doc)
Informação e Documentação Jurídicas – Universidade de Lisboa	Não localizamos unidade curricular pertinente.

Quadro 14 – Unidades curriculares de Representação Descritiva/Catálogo nos cursos de pós-graduações/ especializações- Portugal.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de pesquisas realizadas nos *sites* das escolas.

Assim como nas licenciaturas, em Portugal, nos cursos de pós-graduação/especialização direcionados à formação especializada em Biblioteconomia e Documentação e Arquivística, as normas utilizadas para o ensino de catálogo também são as “Regras Portuguesas de Catálogo”, publicadas em 1984, que integram regras para a criação de pontos de acesso (catálogo de autores) e regras para a elaboração da descrição bibliográfica (apenas inclui regras para publicações monográficas e publicações seriadas). A parte relativa à descrição bibliográfica de outros suportes baseia-se diretamente nas respectivas ISBDs.

Para concluir esta seção, não podemos deixar de mencionar que é grande a modernização dos serviços bibliotecários. Participações em redes nacionais e internacionais se estabelecem e conseqüentemente pressões ocorrem em torno das normas e padrões de descrição.

A descrição bibliográfica, no Brasil, em Portugal e no mundo, evolui impulsionada por fatores internos e externos. As tecnologias de comunicação e informação ajustam suas práticas e obrigam as escolas e docentes a reverem seus conteúdos e metodologias de ensino. Redefinem o perfil do catalogador em qualquer país.

Esforços neste sentido estão sendo envidados com as novas propostas efetivadas pela IFLA, por meio da Divisão de Controle Bibliográfico (Division of Bibliographic Control), Seção de Catalogação (Section Cataloguing), para formulação de um novo conjunto de pontos essenciais da descrição bibliográfica; e que deve constituir-se na base dos novos códigos de catalogação nacionais e internacionais. As propostas configuram-se em uma declaração de princípios de catalogação em direção a um código internacional, que substitua inovadoramente os objetivos da Conferência de Paris, em 1961. São novas ideias e conceitos que deverão ser aplicados em breve a respeito da catalogação (TILLET; GÖMPEL; OEHLISCHLÄGER, 2005).

Neste cenário, será necessário que a comunidade bibliotecária mundial se junte com maior empenho aos esforços internacionais de compartilhamento de informações que promovem normas de descrição bibliográficas utilizadas nos catálogos *online*. Temas que merecem futuras investigações.

CAPÍTULO 4

A REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA NOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DOS CURSOS PORTUGUESES E BRASILEIROS: ANÁLISE E ESTUDO DE CASOS

4.1 QUESTÕES METODOLÓGICAS

Antes de mencionar os procedimentos metodológicos adotados nesta investigação, faz-se necessário lembrar que a pesquisa “é um trabalho em processo não totalmente controlável ou previsível. Adotar uma metodologia significa escolher um caminho, um percurso global do espírito” (VIEIRA; SILVA; MENEZES, 2001, p. 9).

A considerar seus objetivos, aliados à análise de estudos similares, esta pesquisa delinea-se como de caráter qualitativo, adotando-se como técnica a análise documental.

“A pesquisa qualitativa desenvolve-se numa situação natural, é rica em dados descritivos, possui um plano flexível e focaliza a realidade de forma complexa e num determinado contexto” (MORENO, 2006b, p. 99).

Trabalhamos, assim, com um tipo de documento, proveniente de instituições de ensino superior, ou seja, os planos de ensino/estudos, referentes às unidades curriculares das disciplinas de representação descritiva de recursos informacionais no âmbito das bibliotecas e dos arquivos.

Procedemos, pois, com a análise dos dados coletados, fazendo um comparativo entre os conteúdos ministrados nos cursos brasileiros e portugueses, no que diz respeito ao ensino da representação descritiva.

A pesquisa foi realizada com base na técnica de *análise de conteúdo* surgida nos Estados Unidos no início do século XX, cujos primeiros experimentos estavam voltados para a comunicação de massa. É atualmente compreendida, na verdade, como um conjunto de técnicas (MINAYO, 2002, p. 87). Dentre essas técnicas está a análise documental.

Para Chizzotti (1991, p. 98), a análise de conteúdo é:

Um método de tratamento e análise de informações, colhidas por meio de técnicas de coleta de dados, consubstanciadas em um documento. A técnica se aplica à análise de textos escritos ou de qualquer comunicação (oral, visual, gestual) reduzida a um texto ou documento.

Entretanto, Laurence Bardin (2004, p. 37), uma das precursoras deste método, ressalta a dificuldade de se compreender a análise de conteúdo como um método uniforme, alertando para o fato de que se trata de

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Para a autora, existem duas práticas científicas ligadas à análise de conteúdo, seja pela identidade do objeto ou pela proximidade metodológica: a linguística e as técnicas documentais, sendo esta última a que melhor se adapta aos propósitos deste estudo, uma vez que trabalhamos com documentos oficiais provenientes das universidades, isto é, programas de unidades curriculares/disciplinas.

Para Witter (1990, p. 22), a análise documental é “aquela cujos objetivos ou hipóteses podem ser verificados por meio da análise de documentos bibliográficos ou não-bibliográficos, requerendo metodologias (coleta, organização, análise dos dados) compatíveis com os mesmos”.

Segundo Chaumier, citado por Bardin (2004, p. 40), análise documental é “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior a sua consulta e referência”.

Ainda segundo Minayo (2002, p.194), atualmente se pode destacar duas funções na sua aplicação: uma se refere à verificação de hipótese e/ou questões e a outra diz respeito à descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado.

Como parte da metodologia desenvolvida, passamos à caracterização dos objetos de estudo, quais sejam: os cursos de Ciência da Informação de Portugal e os cursos de Biblioteconomia e Arquivologia do Brasil, mais especificamente os conteúdos programáticos das unidades curriculares na área de Tratamento Descritivo da Informação.

Desse modo, a pesquisa tem por universo de estudo todos os cursos de Licenciatura em Ciência da Informação de Portugal atualmente em funcionamento – embora depois de terminada nossa recolha de dados tenha surgido

mais um – e os cursos de Graduação em Biblioteconomia e Arquivologia somente das escolas brasileiras que mantêm, concomitantemente, os dois cursos. Sendo assim, temos como objeto de pesquisa os conteúdos programáticos das unidades curriculares dos referidos cursos.

Assim, o estudo foi realizado por meio da análise comparativa de conteúdos programáticos das unidades curriculares dos cursos de licenciatura na área de Ciência da Informação de Portugal e dos cursos de graduação em Biblioteconomia e Arquivologia do Brasil. Desta forma, confrontou os conteúdos programáticos ministrados nas unidades curriculares que contemplam a catalogação/representação descritiva de documentos de bibliotecas e/ou arquivos.

O período utilizado para o levantamento dos cursos existentes em Portugal e no Brasil, bem como para a recolha dos dados foi compreendido entre Fevereiro de 2007 a Maio de 2008. Com relação a Portugal, esta pesquisa utilizou como população alvo 100% dos cursos de licenciatura existentes a essa altura, ou seja, onze cursos, sendo dez presenciais e um à distância.

Já com relação ao Brasil, para que a amostra se tornasse equilibrada, uma vez que neste país o número de cursos ofertados na área de ciência da informação é bem maior, optou-se por fazer parte do estudo somente as universidades que oferecem ambos os cursos, pois no Brasil os cursos de Biblioteconomia e Arquivologia são independentes e, portanto, ofertados separadamente. Sendo assim, a população alvo brasileira foi de 16 cursos de graduação, ou seja, oito cursos de Arquivologia e oito cursos de Biblioteconomia ambos pertencentes à mesma instituição. Portanto, no cômputo geral, a população deste estudo, constituiu-se de vinte e sete cursos (11 portugueses e 16 brasileiros).

Para este levantamento, no que tange aos cursos portugueses, consultou-se o *site* oficial da Direcção Geral do Ensino Superior em Portugal (<http://www.dges.mctes.pt>) onde estão disponíveis todas as informações sobre os cursos existentes no país, em nível superior, possibilitando a consulta por várias opções: estabelecimento, curso, área e distrito.

Primeiramente, pesquisou-se pelo nome do curso, esgotando todas as possibilidades de nomenclaturas existentes, para depois acessar ao site da instituição, localizando a página do curso onde se encontra a maioria das informações sobre o mesmo.

Desta forma, constatou-se que, até o encerramento da recolha dos dados desta pesquisa (Maio de 2008) existiam em Portugal onze instituições de ensino superior que oferecem cursos na área de Ciência da Informação estando todos eles com candidaturas abertas para o ano letivo de 2007/2008. No entanto, dois não fizeram parte da análise deste estudo devido aos motivos abaixo listados.

O curso de Ciência da Informação, da Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões, não fez parte do estudo pois, segundo informações obtidas junto aos responsáveis pelo mesmo, a referida licenciatura, embora aprovada, devidamente regulamentada e adequada ao Processo de Bolonha (Decreto-Lei nº.74/2006, de 24 de Março), nunca funcionou por falta de candidatos.

Um outro curso, o de Ciências da Informação e da Documentação, da Universidade de Évora também ficou fora da análise, pois, segundo informações da diretoria da comissão do curso, por ser uma licenciatura recente ainda não foram lecionadas as unidades curriculares que interessam a este estudo e, por isso, não dispunham dos programas das mesmas.

Embora a licenciatura em Ciências da Informação e Documentação da Universidade Portucalense também nunca tenha funcionado por falta de candidatos, achamos por bem incluí-lo na análise, uma vez que nos foram enviados os programas das unidades curriculares de interesse para esta investigação.

Entretanto, essas três escolas e seus respectivos cursos não foram totalmente declinados deste estudo, uma vez que fizeram parte da **caracterização** do nosso universo de estudo. Só não foi possível, obviamente, obter, analisar e cotejar os conteúdos programáticos relacionados à representação descritiva de documentos, pelos motivos acima descritos. Portanto, efetivamente fizeram parte do estudo nove cursos portugueses.

No que diz respeito aos cursos brasileiros, o levantamento foi feito a partir do site da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação – ABECIN (<http://www.abecin.org.br>) onde consta, entre outras informações, a lista completa das escolas que oferecem os cursos de Biblioteconomia e Arquivologia no Brasil.

Segundo a ABECIN o Brasil possui atualmente 43 escolas (cf quadros 5, 6 e 7) que oferecem cursos de graduação na área de Ciência da Informação (Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia). Como afirmamos anteriormente, para que a amostra se tornasse equilibrada, em número e conteúdos programáticos

(referentes à descrição de documentos), às das existentes em Portugal, optou-se por incluir na pesquisa somente os cursos brasileiros de Arquivologia e Biblioteconomia mantidos pela mesma instituição, que são, atualmente, em número de oito.

Após o levantamento dos cursos, tanto portugueses quanto brasileiros, passamos a consultar a página oficial de cada curso, na Internet, com vistas a se obter a sua grade curricular/plano de estudos, em seguida a analisar o elenco de unidades curriculares oferecidas em cada um com o objetivo de levantar em quais unidades curriculares são contemplados/ministrados conteúdos referentes ao tratamento descritivo de documentos. Feito isso, o próximo passo foi pesquisar nos mesmos *sites* a disponibilização das grades curriculares/planos de curso com os conteúdos programáticos das referidas unidades curriculares e quando o *site* não disponibilizava (a maioria) foi feito um contato, *via e-mail*, telefone ou fax com os diretores/coordenadores dos cursos solicitando que nos enviassem os programas das unidades curriculares.

4.2 A LICENCIATURA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO EM PORTUGAL

Atualmente, e na sequência da reforma de Bolonha, em Portugal, o grau de licenciado é o grau acadêmico conferido na sequência da conclusão de um 1.º ciclo de estudos superiores (universitários ou politécnicos), com seis semestres de duração (180 ECTS) podendo ter, em determinados casos, sete ou oito semestres de duração (210 ou 240 ECTS). O Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos, conhecido pela sigla ECTS (*European Credit Transfer and Accumulation System*) é um sistema de descrição de um ciclo de estudos, que associa a cada uma das suas unidades curriculares um valor (o número de créditos) fixado com base no trabalho que o estudante deve realizar nessa unidade. O número de créditos avalia o trabalho do estudante sob todas as suas formas, designadamente, sessões de ensino de natureza coletiva, sessões de orientação pessoal de tipo tutorial, estágios, projetos, trabalhos de campo, estudo e avaliação.

Até a introdução da organização do ensino superior decorrente do Processo de Bolonha, o grau acadêmico de licenciado em Portugal funcionava da seguinte forma:

- No ensino universitário, era igualmente conferido na sequência da conclusão de um 1.º ciclo de estudos com a duração de quatro, cinco ou mais anos (em casos excepcionais),

- No ensino politécnico, era conferido na sequência da conclusão de um 1.º ciclo de estudos com a duração de quatro anos ou na sequência da conclusão de um a dois anos de estudos realizados após a conclusão de um curso de bacharelato com a duração de três anos.

A Declaração de Bolonha – que desencadeou o denominado Processo de Bolonha – é um documento conjunto assinado pelos ministros da educação europeus, em 19 de Junho de 1999 por 29 países, reunidos na cidade italiana de Bolonha.

Essa Declaração marca uma mudança em relação às políticas ligadas ao ensino superior dos países envolvidos e procura estabelecer um Espaço Europeu de Ensino Superior a partir do comprometimento dos países signatários em promover reformas de seus sistemas de ensino.

Para Ribeiro (2006b, p. 19 -22) “o processo de Bolonha [...] visa a aquisição de competências para o exercício profissional, procurando garantir ao máximo a empregabilidade dos detentores de primeiros ciclos (licenciatura, no caso português) e de segundo ciclos (mestrado) de estudos”. Para a autora, a Declaração de Bolonha “veio colocar novos desafios e estimular as escolas e os profissionais a repensar o(s) modelo(s) de formação”.

O processo de Bolonha chegou às universidades portuguesas com o desígnio de “melhorar a qualidade e a relevância das formações oferecidas” (PORTUGAL, 2006 *apud* FREITAS, 2006, p.11).

Freitas (2006, p.11) ainda afirma que de acordo com o plano de Bolonha,

[...] a melhoria da qualificação profissional e académica radica numa alteração de paradigma do ensino tradicional orientado por critérios de transmissão e aquisição de conhecimentos para um sistema que procura assegurar o desenvolvimento integrado de competências no sentido de promover a auto-aprendizagem [...] e a formação ao longo da vida [...], prevenindo a integração no mundo laboral e facilitando a sucessiva adaptação social.

Assim, dando cumprimento às exigências de Bolonha, as universidades portuguesas passaram a reestruturar seus cursos, dividindo-os em três ciclos de estudos a saber:

1º. Ciclo – corresponde, regra geral, a 180 até 240 créditos, isto é, duração média de três a quatro anos curriculares de trabalho, sendo variável conforme a natureza dos cursos, confere o grau de licenciado;

2º. Ciclo – com aproximadamente dois anos de duração confere o grau de mestre;

3º. Ciclo – com duração média de três anos corresponde ao doutoramento.

Freitas (2006, p.14) considera que o primeiro ciclo de estudos, isto é a licenciatura, com vistas à formação universitária e profissional em ciência da informação em Portugal deve recair na

Aquisição das competências que permitam o desempenho cabal das actividades técnicas nas unidades de informação e documentação, tornando-se uma exigência básica para a execução conveniente de tais tarefas profissionais [...] deverá igualmente possibilitar a aquisição de competências nas áreas do mercado editorial e do livro (produção e promoção) na área empresarial (*records management*).

Corroborando com Freitas, Pereira (2006, p. 34), afirma que os habilitados com o 1º. Ciclo devem adquirir competências que os capacite a reunir, seleccionar, conservar e preservar a documentação e a informação para que possa ser utilizada pelos usuários que dela necessite, independentemente do suporte em que se encontra, em todo tipo de bibliotecas e arquivos, centros de documentação e de informação, e prestar serviços à comunidade usuária.

No dizer de Glória Bastos (2006, p. 82), a organização de um curso deve conciliar vários elementos, entretanto, no caso particular da formação superior em Ciência da Informação, considera importante “articular o paradigma tecnológico com o paradigma humanista, independente do campo particular em que a profissão se vai exercer”.

Conforme anteriormente esclarecido, para o levantamento das licenciaturas disponíveis em Portugal, consultou-se o *site* oficial do acesso ao ensino superior. Este *site* relaciona e informa sobre todos os cursos existentes, podendo ser consultado por estabelecimento, curso, área e distrito. Ao localizar o nome do curso,

ainda nos direciona para o endereço e contatos do estabelecimento, fornece as características do estabelecimento/curso, provas de ingresso, classificações mínimas e dados estatísticos de candidaturas anteriores.

Embora a maioria dos cursos da área de Ciência da Informação esteja dentro da grande área de estudos definida pelo *site* oficial do acesso ao ensino superior como Áreas de Direito, Ciências Sociais e Serviços, para que nenhum curso ficasse de fora, no caso específico desta pesquisa, foi consultado, também, o índice de cursos por ordem alfabética. Deste modo, levantamos, à época, onze escolas que oferecem a licenciatura na Área de Ciência da Informação em Portugal.

O Quadro 15 a seguir relaciona os cursos que foram objeto deste estudo, bem como suas respectivas instituições que mantém, atualmente, as referidas licenciaturas, bem como as diferentes nomenclaturas atribuídas a cada curso, lembrando que após finalizarmos a recolha de dados desta investigação teve início mais uma licenciatura em Portugal. Para se estabelecer uma ordem para a listagem, optou-se pela ordem alfabética das designações dos cursos.

	Nomenclatura do Curso	Instituição	Localização	Faculdade/Departamento
01	Ciência da Informação	Universidade do Porto	Porto	Faculdade de Letras / Secção Autónoma de Jornalismo e Ciências da Comunicação
02	Ciência da Informação	Universidade Autónoma de Lisboa	Lisboa	-
03	Ciência de Informação Arquivística e Biblioteconómica ⁷⁷	Universidade de Coimbra	Coimbra	Faculdade de Letras/Instituto de Ciências de Informação Arquivística e Biblioteconómica
04	Ciências da Informação e da Documentação	Universidade Portucalense	Porto	Departamento de Ciências da Educação e do Património
05	Ciências da Informação e da Documentação	Universidade Católica Portuguesa	Braga	Faculdade de Filosofia
06	Ciências da Informação e da Documentação	Universidade Aberta	Lisboa	Departamento de Língua e Cultura Portuguesas
07	Ciências da Informação e Documentação	Universidade de Évora	Évora	Departamento de História
08	Ciências Documentais e Editoriais	Universidade do Algarve	Faro	Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
09	Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação	Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão	Vila do Conde	Instituto Politécnico do Porto
10	Documentação e Arquivística	Universidade de Aveiro	Águeda	Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda
11	Informação e Documentação	Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Portalegre	Instituto Politécnico de Portalegre

Quadro 15 – Licenciaturas que fizeram parte do estudo.

Fonte: SITE oficial do acesso ao ensino superior. Disponível em: <http://www.dges.mctes.pt>>. Acesso: jan. 2007 a maio. 2008.

⁷⁷ Observação: No site oficial do ensino superior o nome do curso da Universidade de Coimbra consta Ciência da Informação, Arquivística e Biblioteconomia, entretanto, na página do curso consta Ciência da Informação Arquivística e Biblioteconómica. Optamos, portanto, em usar o que está na página do curso.

Feito este levantamento, como já afirmado anteriormente, passamos a visitar o *site* de cada instituição, bem como sua página oficial na Internet, a fim de se levantarem informações suficientes para caracterizar tanto a escola como o curso. Obteve-se ainda o plano curricular de cada curso e a partir dele verificou-se quais unidades curriculares contemplam conteúdos referentes à catalogação/descrição de documentos. Após este trabalho, procurou-se obter junto ao próprio *site* os programas das referidas unidades curriculares. Entretanto, algumas escolas não os disponibilizam *online*. Neste caso, solicitou-se via *e-mail* e assim pôde-se obtê-los em quase a sua totalidade.

Isso posto, passamos à caracterização das licenciaturas portuguesas e a apresentação dos programas de ensino das unidades curriculares cujos conteúdos abordam a representação/catalogação descritiva. A ordem de apresentação é a mesma que foi estabelecida no Quadro 15, na página anterior.

4.2.1 LICENCIATURA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – UNIVERSIDADE DO PORTO – UP⁷⁸

O curso de Licenciatura em Ciência da Informação da Universidade do Porto - UP funciona em parceria entre a Faculdade de Letras e a Faculdade de Engenharia, cujas valências complementares nesta área científica e técnica permitiram construir um plano de estudos sólido e atualizado, em que se misturam saberes tradicionais com aplicações teórico-práticas na área das tecnologias da informação e da comunicação.

Ao abrir em 2001/2002 a primeira Licenciatura em Ciência da Informação, a Universidade do Porto pretendeu garantir uma formação adequada à nova realidade da Sociedade da Informação em que os profissionais dos arquivos e das bibliotecas, os administradores de dados e sistemas de informação e, em geral, os gestores de informação nas organizações desenvolvem a sua actividade (UNIVERSIDADE DO PORTO, 2008, *online*).

O curso de Licenciatura em Ciência da Informação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – FLUP e da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto – FEUP, atendendo a adequação ao processo de Bolonha, foi

⁷⁸ <http://sigarra.up.pt/flup/cursos>.

reestruturado, tendo-se definido um novo plano de estudos para esta Licenciatura, que reduziu a duração do curso para três anos, a partir de 2007/2008.

O curso tem como objetivo formar pessoas capazes de exercer uma profissão na área da Gestão e Organização da Informação em qualquer contexto organizacional, cujo desempenho profissional pressupõe a capacidade para exercer funções de coordenação, planeamento e execução.

Designado genericamente por "profissional da informação" ou "gestor de informação", o licenciado em Ciência da Informação pela FLUP/FEUP, está habilitado a exercer profissionalmente funções de: Administrador de dados; Analista de informação; Arquivista; Bibliotecário; Cientista da informação; Consultor em informação; Documentalista; Gestor de informação; Gestor de recursos de informação; Gestor de sistemas de informação.

Especificadamente no que tange às unidades curriculares voltadas à representação descritiva de documentos, segundo o plano oficial de estudos para 2007/2008 da Licenciatura em Ciência da Informação da Universidade do Porto (v.2, Anexo A) são:

Ano/Sem.	Unidades curriculares	CH total de trabalho
2º. /1º.	Organização e Representação da Informação I	189h = 7 ECTS
2º. /2º.	Organização e Representação da Informação II	189h = 7 ECTS

Nessas unidades curriculares são ministrados, aos estudantes, os seguintes conteúdos programáticos:

Conteúdo Programático – Organização e Representação da Informação I
1. O que significa organizar e representar informação: contextualização nos pólos técnico e morfológico do método quadripolar.
2. O fluxo informacional e suas fases: produção/reunião – tratamento – uso/difusão.
3. Os instrumentos de acesso à informação: conceito, tipologias e elementos constituintes.
4. A representação da informação: a descrição
4.1. Princípios e normas de catalogação. Normas internacionais para a descrição bibliográfica: a ISBD.
4.2. A estrutura da ISBD.
4.2.1. Os elementos necessários à identificação dos documentos / da informação.
4.2.2. Fontes de informação para a recolha dos elementos de identificação.
4.2.3. As zonas, a pontuação e a ordem de apresentação dos elementos.
4.3. A descrição bibliográfica dos diferentes tipos de documentos.
4.3.1. A descrição bibliográfica de monografias: análise da ISBD(M).
4.3.2. A descrição bibliográfica de publicações em série e de registos com continuação: análise da ISBD(S) e da ISBD(CR).
4.3.3. A descrição bibliográfica de material cartográfico: análise da ISBD(CM).
4.3.4. A descrição bibliográfica de material não-livro: análise da ISBD(NBM).
4.3.5. A descrição bibliográfica de registos electrónicos: análise da ISBD(ER).

4.3.6. A descrição bibliográfica de partes de documentos: análise dos princípios para aplicação das ISBDs à descrição de Partes Componentes.
4.4. As normas de descrição arquivística: a ISAD(G).

Conteúdo Programático – Organização e Representação da Informação II
I O acesso por produtores e por título: a catalogação
1. Determinação dos pontos de acesso principais e secundários
1.1. Obras da responsabilidade de um só autor (pessoa ou colectividade)
1.1.1. Obras anónimas ou de autoria incerta
1.2. Obras responsabilidade partilhada
1.3. Compilações e obras de responsabilidade solicitada
1.4. Obras de responsabilidade mista
1.4.1. Alteração de obras já existentes
1.4.1.1. Alteração de textos (adaptações, ilustração, revisões, anotações, traduções)
1.4.1.2. Alteração de obras de arte (adaptações, reproduções)
1.4.1.3. Alteração de música e registos sonoros
1.4.2. Obras resultantes da participação diferenciada de pessoas ou colectividades
1.5. Obras relacionadas
1.6. Regras especiais
1.6.1. Publicações de carácter legislativo e judicial
1.6.2. Algumas publicações religiosas
2. Determinação da forma dos pontos de acesso por produtores e por título
2.1. Nomes de pessoas
2.2. Nomes de colectividades
2.3. Títulos
3. Entidades produtoras em arquivos
3.1. A norma ISAAR(CPF): os pontos de acesso para entidades produtoras (pessoas, colectividades e famílias)
II O acesso por assuntos: a indexação
1. O processo de indexação por assuntos
1.1. Fases da indexação por assuntos
a) Reconhecimento / Identificação dos conceitos: a Norma Portuguesa 3715
- Análise do conteúdo informacional – métodos
- Identificação e selecção dos conceitos
b) Representação dos conceitos:
- Termo de acesso
- Noção de coordenação
- Linguagens de indexação
2. As linguagens de indexação
2.1. As linguagens categoriais: classificações enumerativas e facetadas
2.1.1. Princípios básicos, estrutura e método de construção
2.1.2. Análise de um sistema de classificação: a CDU
2.2. As linguagens combinatórias ou vocabulares
2.2.1. Filosofia geral; princípios e regras – a Norma Portuguesa 4036
2.2.2. Instrumentos de apoio – listas e tesauros

4.2.2 LICENCIATURA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA – LUÍS DE CAMÕES – UAL⁷⁹

O Curso de Licenciatura em Ciência da Informação da Universidade Autónoma de Lisboa – UAL, pelo seu carácter interdisciplinar, insere-se na área das Ciências Humanas e Sociais, mas, igualmente, integra-se, na área das Ciências Aplicadas e Tecnológicas.

Destina-se a todos aqueles que pretendam habilitar-se profissionalmente para o exercício das atividades de gestor da informação, bibliotecário, documentalista e arquivista, em organizações públicas e privadas.

A Licenciatura em Ciência da Informação da UAL foi criada em 2004 com o objetivo de proporcionar uma formação inovadora na área dos sistemas de informação enquanto recursos estratégicos das organizações.

São objetivos do curso, no plano teórico, dar a conhecer a natureza da informação, os princípios teóricos e metodológicos para a organização dos sistemas e serviços de informação bem como para a seleção, representação, recuperação, preservação, acesso e uso da informação e, ainda, conhecer as tecnologias de informação e comunicação referentes à produção, uso e difusão da informação.

Já no plano prático, objetiva proporcionar a aquisição de capacidades para aplicar as técnicas de organização e avaliação de sistemas e serviços de informação, usar e aplicar técnicas inerentes à aquisição, organização, representação, recuperação, preservação, acesso e uso da informação e utilizar e manejar adequadamente as tecnologias como meio indissociável dos processos de produção, tratamento e difusão da informação.

O plano de estudos do Curso de Licenciatura em Ciência da Informação da UAL foi concebido com base no Euro-referencial I-D, elaborado pelo European Council of Information Associations (2ª ed., 2004), tendo em conta os diferentes domínios de competências e objetivos desenvolvidos nas diversas unidades curriculares. Outros documentos-guia, em nível europeu, foram *Competencies for Information Professionals of the 21st Century*, 2003; *Guidelines for a Graduate Program in Archival Studies of the Society of American Archivists*; *Euroguide LIS: Competencies and Aptitudes for European Information Professionals*, e *ADBS Éditions*, 2004 (UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA, 2007, *online*).

⁷⁹ <http://www.universidade-autonoma.pt/>.

O curso de Licenciatura em Ciência da Informação da UAL tem os seguintes objetivos:

- 1 Garantir a preparação adequada de um profissional que, de uma forma geral, mostre capacidade para seleccionar, gerir, organizar e preservar a informação utilizada para diversos fins, independentemente do seu formato ou suporte;
- 2 Formar um profissional que, de forma específica, possa exercer a sua actividade em todo o tipo de bibliotecas, arquivos, centros de documentação ou de informação, mas também como um gestor de informação, gestor de conteúdos, ou analista de informação (UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA, 2007, *online*).

Segundo o plano curricular da Licenciatura em Ciência da Informação da UAL (v.2, Anexo B), as unidades curriculares que abordam conteúdos programáticos referentes ao tratamento descritivo de documentos são:

Ano/Sem.	Unidades curriculares	CH de trabalho
/3º.	Descrição Documental I	175,5h = 6,5 ECTS
/4º.	Descrição Documental II	175,5h = 6,5 ECTS

Observação: Até 2007, época de recolha desses dados, a informação recebida é de que esta licenciatura nunca funcionou por falta de candidatos. Em resposta ao *e-mail*, enviado a Dra. Ana Gaspar, secretária do CECD da UAL em 10 de Setembro de 2007, foi nos informado o seguinte: “A referida licenciatura, apesar de aprovada e devidamente regulamentada, ainda não teve início efectivo, pelo que não há, ainda, programas das disciplinas que pretende”.

Portanto, devido aos motivos acima mencionados, e também justificados na seção 4.1, este curso esteve fora da análise desta investigação.

4.2.3 LICENCIATURA EM CIÊNCIA DE INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA E BIBLIOTECONÓMICA – UNIVERSIDADE DE COIMBRA – UC⁸⁰

O Curso de Licenciatura em Ciência de Informação Arquivística e Biblioteconómica é vinculado ao Instituto de Ciências de Informação Arquivística e Biblioteconómica – ICIAB da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Foi criado em 2005, porém entrou em funcionamento no ano letivo de 2007/2008 na linha de uma reestruturação do Curso de Especialização em Ciências Documentais da Faculdade de Letras com vista à criação de uma nova área do saber numa perspectiva humanística.

⁸⁰ <http://www1.ci.uc.pt/iciab/>

O referido curso justifica sua existência pautada no fato de que a “sociedade da Informação [...] e a evolução tecnológica que lhe está associada justifica vivamente a formação de profissionais especializados que possam reunir, em simultâneo, as vertentes técnica e humanística” (UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 2007b, *online*).

O ano lectivo de 2007/2008 marcará a entrada generalizada da Universidade de Coimbra no denominado Processo de Bolonha, com a entrada em vigor de novos planos de estudos para todos os cursos de 1º e 2º ciclo. Os novos planos de formação continuam a proporcionar a formação de excelência dos anteriores, mas são também mais flexíveis e personalizáveis, para irem ao encontro das preferências muito específicas de cada estudante (UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 2007b, *online*).

Segundo a página do curso, disponível no *site* da UC, aos licenciados nesta área abrem-se perspectivas profissionais imediatas no domínio da biblioteconomia e da arquivística, bem como a possibilidade de frequentarem cursos de pós-graduação, mestrado e doutoramento nos diferentes domínios, de acontecimentos práticos e teóricos.

O licenciado em Ciência de Informação Arquivística e Biblioteconómica pelo ICIAB, da Universidade de Coimbra, poderá exercer as profissões de: Bibliotecário, Arquivista, Técnico Superior de Serviços de Documentação e Informação, Professor (Ensino Superior), Investigador, Quadro Superior da Administração Pública e Empresas. A duração normal do curso é de 6 semestres.

De acordo com o Plano de Estudos 2007-2008 (v.2 Anexo C), as unidades curriculares ofertadas no curso de Licenciatura em Ciência de Informação Arquivística e Biblioteconómica da Universidade de Coimbra cujos conteúdos contemplam a representação descritiva de documentos são:

Ano/Sem.	Unidades curriculares	CH total de trabalho
2º./2º.	Descrição Bibliográfica	135h = 5 ECTS
4º./1º.	Teoria e Métodos de Organização da Informação III	135h = 5 ECTS
4º./2º.	Teoria e Métodos de Organização da Informação IV	135h = 5 ECTS

Conteúdo Programático – Descrição Bibliográfica
1. A descrição bibliográfica internacional normalizada (ISBD). Origem e evolução.
1.1 A descrição bibliográfica antes do aparecimento das ISBDs. A importância do relatório Henkle.
1.2 A ISBD(G) – texto padrão. Zonas; elementos; ordem e pontuação; fontes prescritas de informação, etc.
1.3 ISBDs específicas. Tipo de material e tipo de publicação.
1.4 As ISBDs e a questão do objecto da descrição bibliográfica. Noções fundamentais para a

compreensão do problema: edição, impressão, “issue”, “state” e exemplar.
Descrição catalográfica e Bibliografia descritiva. Noção de “cópia ideal” e “cópia específica”.
1.5 A descrição bibliográfica resultante da aplicação das ISBDs. Ambivalência existente entre reorganização dos elementos bibliográficos e reprodução formal.
Referência a outros tipos de descrição.
1.6 Futuro das ISBDs. Referência aos trabalhos desenvolvidos pelo CC: DA, nomeadamente a análise da regra 0.24 do código Anglo-Americano e o tratamento de “versões múltiplas”.
FRBR (Functional Requirements for Bibliographic Records) – impacto no futuro do programa ISBD.
A ISBD consolidada. Natureza e justificação.
2. Catalogação antes da publicação – o conceito.
3. ISBD(M), ISBD(CR), ISBD(ER), ISBD(NBM): estudo e aplicação.
4. Princípios para a aplicação das ISBDs à descrição de partes componentes: estudo e aplicação.
5. A ISAD(G). Estudo e análise.
6. O catálogo de autores.
6.1 Funções e objectos. Noção de autor, obra, versão, manifestação e item.
6.2 Necessidade de uma concepção teórica firme e verdadeiramente elaborada para este sector da catalogação. Necessidade de princípios básicos e terminologia adequada.
Referência aos estudos efectuados neste domínio.
6.3 Distinção entre princípios, estipulações normativas e método (s).
6.4 Etapas relativas ao estabelecimento de pontos de acesso para o catálogo de autores.

Conteúdo Programático – Teoria e Métodos de Organização da Informação III
I – Catálogo de autores.
1. Funções e objectos.
2. Estabelecimento dos pontos de acesso: etapas.
2.1. Análise comparada da estrutura e conteúdo de dois códigos pós-Paris: Regras portuguesas de catalogação e código Anglo-Americano
3. A 1ª etapa do processo: determinação de autoria e pontos de acesso a criar (Regras portuguesas de catalogação e código Anglo-Americano).
3.1. Unidades de informação: principal, secundária e remissivas. Funções e objectos a que se referem.
Considerações teóricas sobre a noção de unidade de informação principal.
4. O futuro dos códigos de catalogação.
II – ISBD(CR), ISBD(ER) e ISBD(NBM). Estudo e análise.
III – Organização e descrição de arquivos.
1. Princípios e métodos.
2. Instrumentos de acesso.
3. Normas internacionais.
3.1 A ISAD(G). Estudo e análise.
3.2 Selecção de pontos de acesso de acordo com a ISAAR(CPF).

Conteúdo Programático – Teoria e Métodos de Organização da Informação IV
I. Controlo de autoridade. Significado e objectivos.
1. Natureza do processo.
1.1 Instrumentos necessários para uma correcta concretização.
2. Registos de autoridade: normalização internacional. IFLA – CBU.
“Guidelines for authority records and reference entries”: âmbito e objectivos.
2. Catálogo de autores.
2.1 As Regras portuguesas de catalogação e o código Anglo-Americano.
2.2. Nomes de pessoas físicas.
2.3. Nomes de colectividades.
2.4. Títulos.
2.5 Remissivas.
3. Pontos de acesso de nome à descrição de documentos de arquivo.
3.1 A ISAAR (CPF).
II – A automatização do subsistema da catalogação (bibliotecas).
1. Formatos de tipo MARC.
1.1. Origens históricas.

1.2. Derivados do formato MARC da LC. Componentes e diferenças.
2. A permuta internacional de informação bibliográfica entre ABNs.
Necessidade de programas de conversão. Problemas específicos na sua elaboração. A concepção de um formato internacional de troca para o sector das bibliotecas.
3. O formato UNIMARC: âmbito e objectivos. Estudo e aplicação. Breve referência a outros formatos internacionais de troca.

4.2.4 LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO – UNIVERSIDADE PORTUCALENSE – INFANTE D. HENRIQUE – UPT⁸¹

A Licenciatura em Ciências da Informação e da Documentação da Universidade Portucalense – UPT criada através da Portaria 688/2003 de 30 de Julho (autorizou a alteração da duração e do plano de estudos) é considerada pelo IQF (Instituto para a Qualidade na Formação) como área de grande empregabilidade. Nasceu da constatação da crescente necessidade de formação de profissionais qualificados num setor prioritário para a inovação e o desenvolvimento da sociedade contemporânea, e no qual se considera que é determinante investir.

Sendo assim, prepara profissionais para:

[...] a dinamização das empresas e dos organismos públicos no âmbito da gestão da informação, da exploração de interfaces de informação e do seu tratamento e difusão, de forma a contribuir para a cidadania, para a promoção cultural, para a alfabetização no novo ambiente informacional e para o desenvolvimento económico (UNIVERSIDADE PORTUCALENSE, 2007, *online*).

Primando pela formação em contexto de trabalho desde o 1º ano, contempla matérias curriculares que implicam a ação e a dinamização, imprescindíveis ao profissional para a correta gestão seja de sistemas tecnológicos, seja de serviços de informação, sendo claro que “a qualidade da gestão e dos saberes complementares que sustentam a intervenção social das unidades de informação têm repercussões na qualidade dos serviços de informação e nos meios criados e desenvolvidos para a sua comunicação” (UNIVERSIDADE PORTUCALENSE, 2007, *online*).

O contato direto com a realidade profissional e com as atividades que envolvem os serviços de informação em diferentes contextos organizacionais, são uma constante ao longo desta licenciatura. Com forte componente técnica,

⁸¹ <http://www.uportu.pt/site-scripts/cursos/>.

constituída por unidades curriculares opcionais que procuram apoiar a especialização e o aprofundamento de conhecimentos em determinados serviços de informação, proporciona desde o início uma orientação profissional ou até posteriores caminhos de investigação e prosseguimento de estudos.

Sendo assim, o curso de Licenciatura em Ciências da Informação e da Documentação da UPT tem o propósito de formar profissionais para atuarem em empresas do setor público e privado ligadas à comunicação social e editorial, instituições culturais, financeiras, comerciais e industriais, designadamente: Gestores de recursos e sistemas de informação; Gestores de conteúdos; Arquivistas; Bibliotecários; Documentalistas; Cientistas da informação; Consultores em informação; Analistas de informação. O curso, já adequado ao Processo de Bolonha, tem a duração de três anos, estruturado em seis semestres.

As unidades curriculares oferecidas no curso de Licenciatura em Ciências da Informação e da Documentação da UPT, que contemplam conteúdos referentes à descrição de documentos, segundo o Plano de Estudos 2007/2008 (v.2, Anexo D) são:

Ano/Sem.	Unidades curriculares	CH total de trabalho
2º./4º.	Organização e Representação da Informação I	162h = 6 ECTS
3º./5º.	Organização e Representação da Informação II	162h = 6 ECTS

Conteúdo Programático – Organização e Representação da Informação I
Considerações Gerais.
Normalização: objectivos e principais normas internacionais e nacionais.
Normas de autoridade para encabeçamentos de autores, títulos e matérias.
Descrição bibliográfica e forma dos cabeçalhos.
Descrição Bibliográfica de Documentos Monográficos.
Descrição Bibliográfica de Publicações em Série.
Formatos MARC. O UNIMARC.

Conteúdo Programático – Organização e Representação da Informação II
Descrição Bibliográfica de Material não-Livro.
Descrição Bibliográfica de Documentos Electrónicos.
Dados e metadados: novas tendências e normas emergentes.
A Descrição Arquivística: Conceitos Gerais; definição; características; problemas de terminologia.
Os Instrumentos de Descrição: guias; inventários, catálogos; outros Instrumentos de Descrição.
A Normalização da Descrição Arquivística: A norma ISAD (G); A norma ISAAR (CPF).

Fonte: Informações fornecidas via e-mail, em 16 de Setembro de 2007 pela coordenação do curso⁸².

⁸² Embora a Universidade Portucalense disponibilize os planos do curso, bem como os programas a informação obtida via e-mail em Setembro de 2007 foi a de que: “[...] *infelizmente, continuamos sem alunos para iniciar o curso, o que significa que não haverá novas oportunidades para a abrimos, pelo menos nesta versão*” (Profa. Manuela Barreto Nunes).

Conforme referido em 4.1 e justificado em nota de rodapé (nº.82), mesmo esta Licenciatura não tendo sido concretizada, por falta de candidatos, optou-se por inclui-la na análise uma vez que os programas das unidades curriculares existiam à época da recolha dos dados e nos foram fornecidos prontamente pela coordenação do curso.

4.2.5 LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO – UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA – UCP⁸³

A Licenciatura em Ciências da Informação e da Documentação, da Universidade Católica Portuguesa – UCP Centro Regional de Braga, está sob a responsabilidade da Faculdade de Filosofia. Criada em 2006, portanto, a essa altura ainda não formou sua primeira turma, a referida licenciatura pretende formar profissionais que detenham conhecimentos mais profundos e especializados nas áreas da Informática, Tecnologias da Informação e Comunicação, da Gestão e Comunicação, que consigam desenvolver competências específicas na gestão e organização da informação em diferentes tipos de organizações e para diferentes fins, quer científicos, quer profissionais.

A comunicação institucional, assegurando a qualidade do ciclo da informação para o *marketing*, a criação de eventos artísticos e culturais que possam contribuir para o desenvolvimento comunitário e atração de novos públicos são outras habilitações que se pretendem fornecer.

De acordo com os objectivos da Declaração de Bolonha, o plano de estudos desta licenciatura está organizado em dois ciclos: o primeiro, que é composto por seis semestres de formação de “banda larga”, com orientação profissionalizante nos últimos semestres; o segundo, de aprofundamento e/ou especialização, composto por quatro semestres (UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, 2007, *online*).

O Curso de Licenciatura em Ciências da Informação e da Documentação da UCP pretende formar profissionais para exercer funções em: Bibliotecas públicas, especializadas, universitárias e escolares; Arquivos; Serviços e

⁸³ <http://www.braga.ucp.pt/>.

centros de documentação de empresas; Associações culturais e recreativas; Livrarias; Editoras; Órgãos de comunicação social; Museus; Fundações; Grandes Superfícies comerciais (Hipermercados); Empresas de Serviços de Gestão da Informação; Empresas de Serviços de Gestão de Conteúdos e Conhecimento; Empresas de Serviços de Conceção de Sistemas de Informação; Empresas de Serviços de Gestão Eletrônica de Documentos (SGED); Empresas de Serviços de Sistemas de Gestão de Bases de Dados (SGBD); Empresas de Serviços de Edição Eletrônica; Empresas de Eventos Culturais; Empresas de Marketing e Publicidade – Setor de Tratamento da Informação; Empresas de Formação Inicial e Contínua; Espaços Internet (Gestores); Portais da Internet (UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, 2007, *online*).

Segundo o Plano Curricular 2007/2008 do Curso de Licenciatura em Ciências da Informação e da Documentação da UCP (v.2, Anexo E), as unidades curriculares que contemplam conteúdos referentes à representação descritiva são:

Ano/Sem.	Unidades curriculares	CH total de trabalho
1º./1º.	Organização e Representação da Informação I	162h = 6 ECTS
1º./2º.	Organização e Representação da Informação II	162 h= 6 ECTS
3º./1º.	Gestão Documental	162h = 6 ECTS

Conteúdo Programático – Organização e Representação da Informação I	
1-	A Catalogação de documentos: Princípios gerais
a)	O tratamento técnico na cadeia documental
2-	O catálogo: definição e funções
b)	Tipos de catálogos
3-	O processo normalizador da descrição bibliográfica
c)	Normas internacionais para a descrição bibliográfica: as ISBD's
d)	As Regras Portuguesas de Catalogação
4-	A Catalogação de monografias
e)	As Regras Portuguesas de Catalogação: sua estrutura
f)	Descrição bibliográfica de monografias
i.	As zonas, a pontuação e as fontes de informação
ii.	O elemento ordenador da descrição: o autor e o título
☐	Entrada principal e secundária
☐	A forma: rubrica uniforme, grafia actualizada, elementos de identificação
1.	O formato UNIMARC:
o	Enquadramento teórico
o	Formato ISBD vs. formato UNIMARC
o	Os blocos
o	As etiquetas
o	Os indicadores
o	Os campos
o	Os subcampos
o	Folhas de Recolha de Dados (FRD) de monografias
2.	Catalogação de monografias em formato UNIMARC

Conteúdo Programático - Organização e Representação da Informação II	
1.	O formato UNIMARC:
	Formato ISBD vs. formato UNIMARC
	Os blocos
	As etiquetas
	Os indicadores
	Os campos
	Os subcampos
2.	Catálogo automatizada de monografias – Porbase5
3.	Catálogo de Publicações em Série
3.1.	A ISBD (S)
3.2.	As R.P.C.
	3.2.1. As Zonas e os cabeçalhos
	3.3. Catálogo automatizada – Porbase5
4.	Catálogo de Analíticos
4.1.	A ISBD (CP)
4.2.	Catálogo automatizada – Porbase5
5.	Catálogo de Livro Antigo
5.1.	A ISBD (A)
5.2.	Catálogo automatizada – Porbase5
6.	Catálogo de Material Não-Livro
6.1.	A ISBD (NBM)
6.2.	A ISBD (CM)
6.3.	A ISBD (PM)
6.4.	Catálogo automatizada de audiovisuais e material cartográfico – Porbase5
7.	Catálogo de recursos electrónicos
7.1.	A ISBD (ER)
7.2.	Catálogo automatizada – Porbase5
8.	Cabeçalhos de autoridade
9.	Cotação e arrumação

Conteúdo Programático - Gestão Documental	
1.	Da pré-arquivagem à gestão de documentos
1.1.	A teoria das três idades
1.2.	Gestão de documentos: definição e história
1.3.	<i>Records Management e Préarchivage</i>
1.4.	Funções-meio e funções-fim
2.	Gestão documental e organização
2.1.	Conceito de organização
2.2.	Princípio da proveniência
2.2.1.	Origem e definição
2.2.2.	Graus de aplicação
2.2.3.	Utilidade em diferentes conceitos
3.	Concepção de plano de organização
3.1.	Levantamento da documentação
3.2.	Estudo do contexto de produção
3.3.	Análise de necessidades de informação
4.	Classificação
4.1.	Conceito
4.2.	Sistemas de classificação
4.2.1.	Classificação orgânico-funcional (hierarquizada)
4.2.2.	Classificação Decimal Universal (CDU)
4.3.	Planos de classificação
5.	Ordenação
5.1.	Métodos de ordenação
5.2.	Critérios de ordenação
5.3.	Regras de ordenação

5.3.1. Ordenação alfabética
5.3.2. Ordenação numérica
5.3.3. Ordenação cronológica
5.3.4. Outras modalidades de ordenação, geográfica, ideológica, cromática e compostas
6. Descrição
6.1. Conceitos de “descrição” e de “meta-informação”
6.2. Funções de controlo e de recuperação
6.3. As normas ISAD(G)
7. Indexação
7.1. Conceito
7.2. Normalização – NP 3715:1989
7.3. Indexação e análise
7.4. Indexação e informática
8. Avaliação, selecção e eliminação de documentos
8.1. Valor dos documentos
8.2. Critérios de avaliação
8.3. Transferências e incorporações
8.4. Selecção e eliminações
8.5. Preservação da documentação de conservação permanente
9. Instalação dos documentos
9.1. Acondicionamento e manuseamento
9.2. Condições físicas e ambientais
10. A tecnologia ao serviço dos arquivos
10.1. Fotocópia
10.2. Microformas
10.3. Computador
10.4. Disco óptico
10.5. DVD

4.2.6 LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO – UNIVERSIDADE ABERTA – UAb⁸⁴

A Licenciatura em Ciências da Informação e da Documentação, da Universidade Aberta – UAb, com sede em Lisboa, é vinculada ao Departamento de Língua e Cultura Portuguesas da referida universidade. Trata-se de um curso cujo regime de ensino é *online*, tendo como recurso a plataforma de *e-learning*.

Este curso já está adaptado ao processo de Bolonha e segundo Bastos (2006, p. 82), o licenciado em Ciências da Informação e da Documentação pela UAb deverão ser capazes de:

Desenvolver uma prática reflexiva e voltada para a realidade histórico social onde actuam, face às necessidades específicas dos contextos de trabalhos, que podem ser situados em contexto escolar, de biblioteca pública ou em instituições e organismos diversos que necessitem de um profissional qualificado nesta área.

⁸⁴ http://www.univ-ab.pt/students/guia/detail_curso.php?curso=5

Preferencialmente, o profissional formado por este curso desenvolve a sua ação junto a Bibliotecas públicas, universitárias e de conservação; Escolas e comunidades educativas; Centros de recursos; Serviços de documentação e de informação de organismos públicos e privados; Serviços culturais de autarquias e de outros organismos. Este curso destina-se a pessoas que pretendam desempenhar funções na área de biblioteconomia, no âmbito acima referido, numa lógica de formação inicial ou de reconversão profissional (UNIVERSIDADE ABERTA, 2008).

Segundo o plano de estudo, disponível na página da Licenciatura em Ciências da Informação e da Documentação da UAb (<http://www.univ-ab.pt/students/guia/>), (v.2, Anexo F), as unidades curriculares que contemplam conteúdos programáticos referentes à descrição/catalogação de documentos são:

Ano/Sem.	Unidades curriculares	CH total de trabalho
1º. /1º.	Análise e Linguagens Documentais I	162h = 6 ECTS
1º./2º.	Análise e Linguagens Documentais II	162h = 6 ECTS

Conteúdo Programático – Análise e Linguagens Documentais I
As Linguagens Documentais.
Os Vários tipos de Documentos.
Sua Natureza e Suporte.
Identificação da Cadeia Documental.
O Tratamento Documental.
Catalogação de Material Livro.

Conteúdo Programático – Análise e Linguagens Documentais II
Tema 1 – Catalogação
Tema 2 – Catalogação de monografias
Tema 3 – Catalogação de Periódicos
Tema 4 – Catalogação de Material não livro
Tema 5 – Catalogação de recursos electrónicos
Tema 6 – Unimarc

4.2.7 LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO – UNIVERSIDADE DE ÉVORA – UE⁸⁵

A Licenciatura em Ciências da Informação e Documentação da Universidade de Évora – UE tem como missão preparar profissionais para diversas funções na indústria da informação, incluindo o exercício de cargos em bibliotecas, centros de documentação, arquivos correntes, intermediários e históricos e aptos a

⁸⁵ <http://www.uevora.pt/>

lidar, também, com os problemas da arquivística pós-custodial. Trata-se de um curso novo, implantado a partir de 2007.

“Tem como finalidade a formação de técnicos superiores na área, de modo a suprir as crescentes necessidades do mercado de trabalho e criar condições que contribuam, a médio prazo, para o aumento da investigação neste campo” (UNIVERSIDADE DE ÉVORA, 2008, *online*).

Saídas Profissionais: Bibliotecas; Arquivos; Centros de Recursos; Instituições públicas e privadas; Empresas de comunicação social. Percursos: Bibliotecas e Arquivos.

No que tange ao ensino da representação descritiva, o curso de Ciências da Informação e Documentação da Universidade de Évora oferece duas unidades curriculares obrigatórias para o percurso Bibliotecas e uma para o Percurso Arquivo, segundo seu Plano de Estudos, (v.2, Anexo G). São elas:

Ano/Sem.	Unidades curriculares	CH total de trabalho
Op. 3º.	Organização e Representação da Informação I	135h – 5 ECTS
Op. 4º.	Organização e Representação da Informação II	135h – 5 ECTS
Op. 5º.	Descrição Arquivística	135h – 5 ECTS

Durante a recolha dos dados, ou seja, dos programas das respectivas unidades curriculares, fomos informados, através de um *e-mail* enviado em Fevereiro de 2008, pela coordenação do curso desta universidade que “ [...] a licenciatura só começou este ano e as disciplinas em causa só serão leccionadas no segundo ano, pelo que ainda não há planos curriculares nem sequer professores responsáveis nomeados”.

Pelo exposto, o curso de Ciências da Informação e Documentação da Universidade de Évora, também ficou fora de nossa análise.

4.2.8 LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DOCUMENTAIS E EDITORIAIS – UNIVERSIDADE DO ALGARVE – UALG⁸⁶

O Curso de Licenciatura em Ciências Documentais e Editoriais da Universidade do Algarve – UALG é relativamente recente, uma vez que foi criado em 30 de Março de 2006 e, portanto, a esta altura ainda não formou a sua primeira turma.

⁸⁶ <http://www.ualg.pt/>

O curso pretende permitir a integração de áreas de saberes que tradicionalmente estão separadas (a do tratamento e organização da informação com a da produção da informação), incluindo-as numa visão cultural do mundo atual. Com duração de três anos, tem como objetivos preparar os licenciados para:

1. Obtenção de conhecimentos básicos que lhes permitam adaptarem-se às novas formas de organização, gestão e divulgação da informação;
2. Dominar os meios técnicos de produção e difusão de informação;
3. Reconhecer a importância do campo das ciências humanas e sociais, sem excluir as disciplinas mais tradicionais, permitindo, assim, uma consciência histórica e crítica do mundo actual;
4. Adquirir instrumentos rigorosos de conhecimento explícito da Língua Portuguesa;
5. Seleccionar, analisar, indicar, resumir, armazenar, recuperar e difundir a informação registada, utilizando procedimentos tanto manuais como automáticos;
6. Aceder privilegiadamente a cursos de especialização que lhes garantam complementos de formação necessários a determinados desempenhos profissionais (UNIVERSIDADE DO ALGARVE, 2007, *online*).

Pretende formar profissional capacitado para: Investigação e docência; Serviços de Cultura das Autarquias; Bibliotecas, Arquivos e Centros de Documentação públicos e privados; Estudos especializados em bibliofilia; Editoras; Livrarias; Avaliação e comercialização do livro antigo; Gestão de sistemas de informação; Gestão de conteúdos, nomeadamente da Internet; Consultadoria de produção e/ou divulgação de informação; Empresas pré-gráficas e gráficas.

Segundo o Plano de Estudos do curso de Licenciatura em Ciências Documentais e Editoriais da Universidade do Algarve (v.2, Anexo H), as unidades curriculares que contemplam conteúdos referentes à descrição de documentos são:

Ano/Sem.	Unidades curriculares	CH total de trabalho
2º. /1º.	Quadro organizativo da Actividade Documental	135h = 5 ECTS
2º. /2º.	Tratamento e Análise da Informação Documental	135h = 5 ECTS
3º. /2º.	Recuperação e Difusão da Informação Documental	135h = 5 ECTS

Obs. Não foi possível verificar se a unidade curricular Recuperação e Difusão da Informação Documental contempla conteúdos referentes à representação descritiva pois, segundo informações recebidas via e-mail a referida unidade está a ser lecionada neste 2º.semestre (2008) pela primeira vez e funciona por módulos, cada um lecionado por um diferente técnico superior de Biblioteca. Por este motivo não nos foi enviado o programa.

Conteúdo Programático – Quadro Organizativo da Actividade Documental
1. Introdução. Conteúdos programáticos. Bibliografia. Funcionamento das aulas. Método de avaliação.
2 Enquadramento da disciplina. Políticas de informação e políticas documentais.
3 Produção documental. Tipologias documentais. Suportes documentais

4 Organização documental. Sistemas e redes de informação:
4.1 Museus
4.2 Arquivos
4.3 Bibliotecas
4.4 Consórcios
4.5 Bases de dados
5 A actividade documental nas bibliotecas
5.1 Selecção
5.2 Tratamento
5.3 Organização
5.4 Difusão

Conteúdo Programático – Tratamento e Análise da Informação Documental
1. O documento
1.1 Definição
1.2 Formas, formatos e suportes.
2. O Arquivo Corrente
2.1 Tratamento arquivístico
2.1.1 Definição
2.1.2 Identificação
2.1.2.1 Os órgãos produtores de documentos
2.1.2.2 A função
2.1.2.3 O tipo documental
2.1.2.4 A série documental
2.1.3 Classificação
2.1.4 Organização
2.1.5 Descrição
2.1.6 Instalação
2.2 Os sistemas de gestão documental
2.2.1 Os sistemas de <i>workflow</i>
2.3 O acesso
2.4 A transferência dos documentos para o Arquivo Intermédio
2.4.1 Objecto da transferência
2.4.2 Calendário
2.4.3 Procedimentos
3 O arquivo intermédio
3.1 Instrumentos de pesquisa
3.2 As normas de descrição
4 O arquivo definitivo
4.1 Definição
4.2 Tratamento arquivístico
4.2.1 Recenseamento
4.2.2 Organização
4.2.3 Descrição
4.2.3.1 Instrumento de pesquisa : o inventário; o índice; o catálogo
4.3 Instalação
5 Os arquivos digitais
5.1 Definição
5.2 Suportes
5.3 Tratamento arquivístico; 5.4 Questões legais
6 Legislação aplicada às Bibliotecas, Arquivos e Centros de Documentação
6.1 O acesso aos documentos administrativos
6.2 Os dados pessoais
6.3 As portarias de gestão documental
7 O tratamento documental em Bibliotecas e Centros de Documentação
4. O futuro dos códigos de catalogação.

4.2.9 LICENCIATURA EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS DA DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – ESCOLA SUPERIOR DE ESTUDOS INDUSTRIAIS E DE GESTÃO – ESEIG⁸⁷

Quando do seu início de funcionamento em 2001, o curso de Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação da Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão – ESEIG tinha como objetivo formar técnicos de nível superior em Biblioteconomia, Arquivo, Documentação e Informação, com competências técnicas, capacidade de gerir documentos e informações em diferentes setores da atividade profissional, capazes de trabalhar em equipe, bem como “preparar profissionais capazes de desenvolver formação contínua especializada, e uma cultura técnica, científica e humanista aberta à internacionalização”.

Tinha ainda o objetivo de:

Preparar técnicos especializados nas diferentes competências e ferramentas da informação e da gestão documental (tecnologias e outros recursos materiais e humanos) e habilitados com a teoria e a prática da avaliação, selecção, armazenamento, organização e tratamento técnico, pesquisa e análise de documentos e informação (ESCOLA SUPERIOR DE ESTUDOS INDUSTRIAIS E DE GESTÃO, 2007, *online*).

Sendo assim, antes do processo de Bolonha, o grau conferido ao estudante que frequentava este curso era o de Bacharelato e Licenciatura (Licenciatura bietápica). O grau de bacharelato era obtido após a conclusão dos três primeiros anos curriculares e o grau de licenciatura após a conclusão dos subsequentes dois anos curriculares.

A adequação, bem como o plano de transição do Bacharelato para Licenciatura em Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação, foram aprovados pelo Despacho n. 12.806 (2ª.série), publicado no D.R. II Série n. 117, de 20-06-2006, cujas adequações entraram em vigor em 2006/2007. A duração do curso, atualmente, é três anos, desenvolvidos em 6 semestres.

As principais saídas profissionais são: técnicos superiores de biblioteca, documentação e arquivo; formadores especializados no âmbito da formação contínua; técnicos e consultores de empresas e instituições públicas e

⁸⁷ <http://eseig.ipp.pt/>

privadas (setor da comunicação social, administração pública, bancos, centros culturais) nas áreas de: biblioteca, arquivos, centros e serviços de documentação e informação.

Habilita ainda para a docência em Ciências e Tecnologias Documentais unidades curriculares técnicas específicas em Biblioteca, Documentação, Arquivo e Informação (cursos de especialização, cursos profissionais e tecnológicos, etc.).

As unidades curriculares cujos conteúdos programáticos contemplam a descrição de documentos de bibliotecas e arquivos no curso de Licenciatura em Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação da ESEIG, de acordo com o Plano de Curso (v.2, Anexo I) são:

Ano/Sem.	Unidades curriculares	CH total de trabalho
1º./2º.	Representação da Informação Arquivística	135h = 5 ECTS
1º./2º.	Organização da Informação I	135h = 5 ECTS
2º./1º.	Organização da Informação II	162h = 6 ECTS

Conteúdo Programático – Representação da Informação Arquivística
1. Abordagem preliminar à representação e recuperação da Informação Arquivística:
1.1. Perspectiva diacrónica da evolução da arquivística
1.2. Os instrumentos de pesquisa; a análise de conteúdo; a representação do conteúdo; a descrição e a indexação;
1.3. O tratamento arquivístico
1.3.1. A identificação, classificação, ordenação e organização
2. Classificação em Arquivo:
2.1 Critérios e sistemas de classificação;
2.2 A escolha do sistema de classificação;
2.3 Quadros de Classificação;
3. Princípios da descrição arquivística:
3.1. Princípios da territorialidade, proveniência e ordem original.
3.2. Modelos e norma de descrição arquivística
3.2.1. A Norma Internacional de Descrição Arquivística – ISAD (G);
3.2.2. A Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades colectivas, pessoas e famílias – ISAAR (CPF)
4. Software para Arquivos:
4.1. Perspectiva histórica de aplicações informáticas para arquivo:
4.1.2. O MARC AMC; a EAD e aplicações de GED.
4.2. Estudo prévio à informatização
4.3. Análise de aplicações informáticas para arquivo
4.2.1. GISA
4.2.2. ARQGEST
5. A Meta-informação
5.1. Âmbito do uso actual da meta-informação;
5.2. Avaliação do papel da meta-informação na preservação da informação.

Conteúdo Programático – Organização da Informação I
1. A análise documental
1.1. A análise documental
1.2. O processo informativo-documental
1.3. A cadeia documental

2. Catalogação
2.1. Catalogação documental
2.2. Catalogação descritiva (descrição, pontos de acesso, produto da catalogação, suporte físico da catalogação)
2.3. O catálogo
3. História da Catalogação
3.1. Os precedentes históricos da catalogação moderna.
3.2. A catalogação moderna
3.3. A cooperação angloamericana
3.4. A harmonização internacional
3.5. A revisão dos códigos de catalogação
3.6. A catalogação nos dias de hoje
3.7 A catalogação em Portugal
4 Prática da catalogação: FRBR etc.

Conteúdo Programático – Organização da Informação II
1. Catalogação (manual e automatizada)
1.1 UNIMARC (M)
1.2 UNIMARC (S)
1.3 UNIMARC (PC)
1.4 UNIMARC (MNL)
1.5 UNIMARC (ER)
1.6 ISBD (CM), UNIMARC (CM)
1.7 ISBD (PM), UNIMARC (PM)
1.8 ISBD (A), UNIMARC (A)
1.9 AACR2 / AACR3
2. Novas tendências da catalogação: FRBR etc.

4.2.10 LICENCIATURA EM DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVÍSTICA – UNIVERSIDADE DE AVEIRO – ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO DE ÁGUEDA – ESTGA⁸⁸

A Licenciatura em Documentação e Arquivística da Universidade de Aveiro – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda – ESTGA, inicialmente Bacharelato, entrou em funcionamento a partir do ano letivo de 2007/2008. As áreas científicas são: Ciências Empresariais e da Administração; Ciências Sociais; Gestão; Informática; Línguas; Matemática. Oferece 40 vagas e as aulas são ministradas no período diurno.

Tem como objetivos, segundo informações disponíveis em sua página na Internet:

- adquirir, avaliar, organizar e conservar informação decorrente da actividade de indivíduos e organizações públicas ou privadas
- intervir na análise de processos organizacionais, promovendo a adequação da produção documental

⁸⁸ <http://www.estga.ua.pt/>

- avaliar, adquirir e tratar os diversos suportes documentais com o objectivo de facilitar o acesso à informação
- conceber e planear serviços e sistemas de informação, de modo a diagnosticar e responder às necessidades específicas dos utilizadores (UNIVERSIDADE DE AVEIRO, 2007, *online*).

Segundo o Plano do Curso 2007/2008 (v.2, Anexo J), há apenas uma unidade curricular que contempla questões referentes à descrição/catalogação de documentos no curso de Documentação e Arquivística da ESTGA.

Ano/Sem.	Unidade curricular	CH total de trabalho
2º./1º.	Catálogo	216h = 8 ECTS

Conteúdo Programático – Catálogo
1. A catalogação:
1.1. Catálogo em sentido amplo e catálogo em sentido restrito;
1.2. Os produtos resultantes do processo catalográfico – características e funções.
2. A descrição bibliográfica internacional normalizada.
2.1. ISBD(G) – estrutura, fontes de informação, pontuação e ordem de apresentação dos elementos;
2.2. Descrição bibliográfica de materiais e tipos de publicação específicos;
2.3. Descrição a vários níveis e catálogo analítico.
3. Os pontos de acesso no catálogo de autores e título.
4. O controlo de autoridade.
5. A catalogação usando o formato UNIMARC.

4.2.11 LICENCIATURA EM INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO – ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO – INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE – IPP⁸⁹

O Instituto Politécnico de Portalegre – IPP é uma Instituição de Ensino Superior que integra, atualmente, quatro Escolas Superiores – Educação, Tecnologia e Gestão, Agrária de Elvas e Saúde (ESAE). O IPP iniciou suas atividades em 1985 com a Escola Superior de Educação (ESE), para, em 1990, começar a funcionar a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Portalegre – ESTGP, em 1995 a ESAE e, em 2001, integrar a Escola Superior de Enfermagem (atual Escola Superior de Saúde).

O curso de Licenciatura em Informação e Documentação, sob a responsabilidade da ESTGP, está adequado ao Processo de Bolonha e tem, portanto, a duração de três anos. Foi aprovado pela Portaria n.º 1327/2007 de 8 de

⁸⁹ <http://www.ipportalegre.pt/>.

Outubro do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal. Confere ao estudante que o concluir o grau de Licenciatura.

Este profissional irá inserir-se, no mercado de trabalho, em toda e qualquer organização onde a informação é produzida, armazenada, distribuída ou utilizada, e da qual se irá retirar um uso estratégico e funcional de acordo com os objectivos de tal organização (INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE, 2008, *online*).

Assim, este profissional está apto a integrar o mercado de trabalho: na administração central ou local; indústrias; empresas públicas e privadas; instituições educacionais; editoras; livrarias; agências de notícias ou órgãos de comunicação social; empresas de informática; organizações não governamentais.

O licenciado em Informação e Documentação também encontra mercado de trabalho em: Arquivos (históricos ou especializados); Bibliotecas (Municipais, regionais ou escolares); Museus; Centros de Informação e de Documentação (Ministérios, Fundações, Grandes empresas públicas e privadas).

Segundo o Plano de Estudos para 2007/2008 da Licenciatura em Informação e Documentação do IPP (v.2, Anexo K), existe apenas uma unidade curricular que contém conteúdos referentes à descrição de documentos:

Ano/Sem.	Unidade curricular	CH total de trabalho
2º./1º.	Organização e Representação da Informação	162h = 6 ECTS

Conteúdo Programático – Organização e Representação da Informação
O fluxo de informação: produção, tratamento e difusão;
Representação da informação: princípios e normas de catalogação de documentos.
Normas de descrição bibliográfica ISBD para diferentes tipos de documentos;
Normas de descrição arquivística ISAD.

4.3 A GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA E EM BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL

Diferentemente de Portugal, no Brasil, a licenciatura é um tipo de diploma, que habilita seu titular a lecionar no ensino fundamental e médio e na educação infantil. Nas séries iniciais do ensino fundamental e médio, a formação se dá no curso de Pedagogia e nas séries finais a formação se dá nas Licenciaturas das áreas específicas do conhecimento. A licenciatura é diferente do bacharelado, mas é possível obter o diploma de Bacharel e o de Licenciado cumprindo os currículos específicos de cada uma destas modalidades. Além das disciplinas de

conteúdo da área de formação, a licenciatura requer também disciplinas pedagógicas e 300 horas de prática de ensino.

Deste modo, a formação do profissional da informação em nível superior, ou seja, graduação, acontece separadamente para os arquivistas e os bibliotecários. São ofertados, pelas instituições de ensino superior, cursos de Arquivologia e cursos de Biblioteconomia, conforme foi mostrado nos Quadros 5, 6 e 7 desta tese. Conforme já informado, são 43 escolas das quais apenas oito oferecem os dois cursos, isto é, Arquivologia e Biblioteconomia e que fizeram parte deste estudo. (cf. quadro 16 abaixo):

Cursos		Escolas
01	Arquivologia/Biblioteconomia e Documentação	Universidade Federal da Bahia – UFBA
02	Arquivologia/Biblioteconomia	Universidade de Brasília – UNB
03	Arquivologia/Biblioteconomia	Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
04	Arquivologia/Biblioteconomia	Universidade Estadual de Londrina – UEL
05	Arquivologia/Biblioteconomia e Documentação	Universidade Federal Fluminense – UFF
06	Arquivologia/Biblioteconomia	Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro – UNIRIO
07	Arquivologia/Biblioteconomia	Universidade Estadual Paulista – UNESP
08	Arquivologia/Biblioteconomia	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Quadro 16 – Cursos brasileiros que fizeram parte do estudo.

A seguir, apresenta-se a caracterização dos cursos brasileiros, bem como os objetos de estudo desta investigação, ou seja, os programas das disciplinas de cada curso, que contemplam o tratamento descritivo de documentos de arquivo e biblioteca.

4.3.1 CURSO DE ARQUIVOLOGIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA⁹⁰

O curso de graduação em Arquivologia, lotado no Instituto de Ciência da Informação da UFBA foi aprovado pela Câmara de Ensino de Graduação da UFBA em 10/4/1997, Parecer n.º 075/97 e reconhecido através da Portaria n.º 1864 publicada no Diário Oficial da União de 16/7/2003. Tem duração mínima de três e máxima de cinco anos sendo o grau conferido, o de Bacharel em Arquivologia.

Para atender à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o atual currículo do curso de graduação em Arquivologia está em processo de reestruturação curricular em seu Colegiado, devendo ser implantado, segundo informações do

⁹⁰ <http://www.ici.ufba.br/>

próprio *site* da UFBA, em breve. O projeto pedagógico do curso tem por finalidade proporcionar ao aluno uma formação humanística e técnica, dando-lhe uma visão global do meio social onde estará inserido quando da sua atuação profissional.

Tem como objetivo geral:

Formar profissionais (Bacharel(a) em Arquivologia) com capacidade para atuar em atividades arquivísticas, como profissional liberal ou não, promovendo o desenvolvimento dos arquivos ou centros de documentação e informação e/ou memória, comprometido com a sociedade e valorizando os princípios éticos e de cidadania (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2008, *online*).

O curso tem como objetivos específicos:

- Preparar profissionais capazes de gerenciar arquivos, centros de documentação e informação, centros de memória e informação, centros de documentação e memória, capacitando-os para criar, manter e aperfeiçoar os processos técnicos e de gestão arquivística em organizações e instituições públicas ou privadas nas diversas áreas da Arquivologia;
- Aprimorar a capacidade perceptiva do aluno para identificar e diagnosticar problemas organizacionais arquivísticos e propor soluções;
- Construir competências e habilidades para trabalhar em estudos arquivísticos, qualitativos e quantitativos, nas diversas áreas da Arquivologia, tais como: gestão da produção, utilização e destinação de documentos; gestão da informação; e preservação e disseminação da informação arquivística;
- Promover a internalização de valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional para que possa atuar na sociedade como profissional e cidadão consciente de suas responsabilidades sociais e éticas na promoção do bem comum;
- Desenvolver no aluno a responsabilidade pela preservação do patrimônio histórico e cultural do país;
- Formar profissionais com senso de cidadania ampliado pelo exercício acadêmico, voltando-o para reflexões críticas de natureza humana, social, ambiental e organizacional;
- Formar profissionais empreendedores preparados para atuar na gestão dos variados tipos de arquivos e centros de documentação como agentes de modernização e de responsabilidade;
- Proporcionar aos alunos a compreensão da necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2008, *online*).

O aluno graduado por meio do Curso de Arquivologia da UFBA deverá caracterizar-se por suas competências profissionais, sociais e intelectuais. Como

profissional, deve possuir conhecimentos sólidos e atualizados que o permitam abordar e tratar problemas novos e tradicionais do fazer arquivístico.

No aspecto social, deve estar preparado para interagir na sociedade, consciente de sua responsabilidade com a memória histórica e cultural do Brasil, refletindo criticamente sobre a realidade que o envolve e sabendo utilizar o conteúdo do curso de Arquivologia de forma ética e política, tendo consciência da importância da repercussão do uso da informação.

Como ser intelectual, deve estar preparado para a investigação técnico-científica, para produzir e difundir conhecimentos, buscando o aprimoramento constante por meio da educação continuada.

Os egressos do curso de Arquivologia da UFBA poderão atuar em: arquivos, centros de documentação e informação ou de memória, centros culturais, serviços ou redes de informações, órgãos de gestão do patrimônio cultural ou em outros setores responsáveis pela organização e salvaguarda de acervos documentais. Segundo o plano de ensino do curso de Arquivologia da UFBA (v.2, Anexo L), as disciplinas que contemplam conteúdos referentes à descrição de documentos arquivísticos são:

Semestre	Disciplinas	Carga horária
5º.	Laboratório de Arquivos Permanentes I	60h
6º.	Laboratório de Arquivos Permanentes II	60h

Conteúdo Programático – Laboratório de Arquivos Permanentes I	
UNIDADE 1 – ARQUIVOS PERMANENTES	
1.1	Conceito e evolução
1.2	Teoria de Fundos;
1.2.1	Princípios da proveniência e da ordem original
1.2.2	Ordenação dos fundos e unidades de arquivamento
UNIDADE 2 – ATIVIDADES DO ARQUIVO PERMANENTE	
2.1	Funções do Arquivo Permanente:
2.1.1	Recolhimento
2.1.2	Arranjo: Conceito, Objetivos e Tipos
2.1.3	Descrição: Conceito, Objetivos e Tipos
2.1.4	Processo de Descrição:
2.1.4.1	Formas de Descrição
2.1.4.2	Instrumentos de Pesquisa:
2.1.4.3	Importância e funções.
UNIDADE 3 – DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS PERMANENTES	
3.1	Conceito e objetivos da Disseminação da Informação
3.2	Acesso a documentos:
3.2.1	Políticas de acesso
3.2.2	Utilização dos Instrumentos de Pesquisa
3.2.3	Estudo de usuários de arquivo permanentes
3.2.4	Atendimento a usuários.

Conteúdo Programático – Laboratório de Arquivos Permanentes II	
UNIDADE 1 – Terminologia em arquivos permanentes	
1.3	Estudos terminológicos de arquivos permanentes, no Brasil e em outros países
1.4	Estudos comparativos em vocabulários distintos
UNIDADE II – Classificação de arquivos históricos e distinção	
2.1	Arquivos públicos: estudos teóricos e a prática de transferência, recolhimento, custódia, meios e legislação na disseminação da informação
2.2	Arquivos privados: estudos teóricos e a prática de transferência, recolhimento, custódia, meios e legislação na disseminação da informação
UNIDADE III – Sistema de informação em arquivos permanentes	
3.1	Análise documentária
3.2	Aplicação de sistemas de arranjo e descrição
3.3	Familiarização e implementação de instrumentos de pesquisa
3.4	Editoração dos instrumentos de pesquisa.
3.5	Normas de descrição internacional em arquivos permanentes, a exemplo do ISAD(g).

4.3.2 CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO – UFBA

O curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal da Bahia é reconhecido pelo Decreto n.º 43/804 de 23/05/1958 e pela Resolução n.º 08/82 do Conselho Federal de Educação. Tem duração mínima de oito e máxima de catorze semestres.

Sua filosofia é pautada tendo em vista que o bibliotecário é o profissional a quem compete: auxiliar, direta ou indiretamente, os usuários potenciais e reais da informação sócio-cultural econômica, científica e/ou técnica dos centros e serviços bibliográficos e referenciais; atender as tendências presentes e futuras do mercado de trabalho no que se refere ao planejamento, instalação, direção e execução dos serviços bibliográficos e documentários; reunir e organizar a informação de modo que seja proporcionado um serviço ótimo aos estudantes, pesquisadores, docentes e ao público em geral; atuar como um agente de transformação e desenvolvimento na comunidade, tendo-se em vista que a informação é uma fonte de inesgotável energia; conhecer os métodos e técnicas para recuperar e avaliar a informação, estabelecendo o nível de interesse do usuário; identificar e analisar problemas afetos à Biblioteconomia, a fim de atender as demandas e necessidades de leitura, ensino, aprendizagem, pesquisa, e informação de diferentes grupos sócio-econômico-culturais (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2008, *online*).

De acordo com a grade curricular do curso de Biblioteconomia e Documentação da UFBA (v.2, Anexo M), as disciplinas cujos conteúdos versam sobre catalogação/representação descritiva são:

Ano/Semestre	Disciplinas	Carga horária
4º.	Catalogação I – Publicações	102h
5º.	Catalogação II – Materiais Especiais	68h

Conteúdo Programático – Catalogação I – Publicações	
UNIDADE I – Catalogação	
1.1 Conceituação, terminologia e histórico	
1.2 Princípios e objetivos	
1.3 Histórico dos Códigos	
1.4 Leitura Técnica das publicações	
UNIDADE II – Catalogação Descritiva – ISBD	
2.1 Objetivos	
2.2 Formação e níveis da descrição bibliográfica	
2.3 Estudo das áreas suas características e elementos.	
UNIDADE III – PONTOS DE ACESSO	
3.1 Obras de autoria pessoal – título e entidade: obras de um só autor, obras em colaboração anônimas, título como entrada principal e livros sagrados.	
3.2 Autores pessoais – formas de acesso: sobrenome simples, composto, com prefixos, pelo prenome e pseudônimo	
3.3 Entidades – Sociedades e instituições, Congressos, conferências – Governos – nomes geográficos	
3.4 Título uniforme	
UNIDADE IV – FICHAS E CATÁLOGOS	
4.1 Fichas e seus elementos	
4.2 Ficha matriz – remissiva,	
4.3 Tipos de catálogos (dicionário, topográfico, sistemático).	
UNIDADE V – PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS E SERIADAS – ISBD (s)	
4.1 Objetivos	
4.2 Formato de descrição	
4.3 Elementos essenciais a descrição	
4.4 Estudo das áreas e suas características	
UNIDADE VI – SISTEMAS INFORMATIZADOS	
6.1 Controle Bibliográfico Universal – objetivo	
6.2 Padrões internacionais: AACR1, AACR 2, ISBD(M), ISBD(s), ISBN, ISSN.	
6.3 MARC e sua influência em outros formatos	
Catalogação de recursos eletrônicos (metadados).	

Conteúdo Programático Catalogação II – Materiais Especiais	
UNIDADE I – ESTUDO DOS MANUSCRITOS: conceituação, tipos, classificação e descrição	
UNIDADE II – MATERIAL CARTOGRÁFICO: conceituação, tipos, classificação: Atlas –	
Globo – Mapas – cartas (náuticas e aéreas) – Fotografias aéreas, etc.	
UNIDADE III – MÚSICA E FILMES	
Pontos de acesso e descrição	
Música impressa (partituras)	
Gravação de som (vinil, CD, cassete, etc.).	
Gravação de imagens (vídeos, DVD, CD- Rom, etc)	
Filmes Cinematográficos	
UNIDADE IV – OUTROS TIPOS DE MATERIAIS	
Materiais Iconográficos	
Definição, características, tipos, pontos de acesso e descrição	
Artefatos tri-dimensionais e realia	
a) objetos	
b) coisas reais (natureza)	

Arquivos de dados legíveis por computador
a) tipos de mídias, imagens
b) classificação
c) formatos
d) descrição bibliográfica
Microformas
Definição, características, descrição
UNIDADE V – CATÁLOGO SISTEMÁTICO E MECANISMOS DE RECUPERAÇÃO
DA INFORMAÇÃO
a) organização de catálogo
b) catalogação cooperativa
c) catalogação centralizada
d) catalogação na fonte

4.3.3 CURSO DE ARQUIVOLOGIA – UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB⁹¹

A história da graduação em Arquivologia na Universidade de Brasília – UnB começou em dezembro de 1977, quando foi nomeada, pelo reitor à época, uma comissão interdepartamental com a missão de planejar e implantar o Curso de Arquivologia naquela universidade. De início a proposta era que o referido curso fosse vinculado ao Departamento de História e Geografia. Embora o trabalho da comissão tenha sido concluído, o curso não chegou a ser implementado.

Somente no início da década de 90 o Departamento de Biblioteconomia – hoje Departamento de Ciência da Informação e Documentação – retoma as discussões sobre a importância do curso, e novo projeto para sua implantação é formulado, com vistas à formação de um profissional generalista, a atuar em todas as frentes do trabalho arquivístico. Desta feita, foi aprovado em 1990, o Curso de Arquivologia que iniciou suas atividades em 1991 e obteve seu reconhecimento, pelo Conselho Federal de Educação, em 1995.

Na UnB, o curso é oferecido no período noturno. Nos quatro anos do curso, os estudantes entram em contato com teorias de gestão estratégica, planejamento de sistemas de informação e de administração de arquivos permanentes. A formação dos alunos compreende aulas teóricas e práticas, incluindo estágios externos em instituições públicas e privadas. Dentre as disciplinas oferecidas, os conteúdos abordam: avaliação, classificação, indexação, descrição e conservação/preservação dos documentos. As tecnologias de informação oferecem novos desafios aos arquivistas, que se defrontam, hoje, com documentos produzidos eletronicamente e em meio digital. Aulas práticas em laboratório assim como as

⁹¹ <http://www.unb.br/graduacao/cursos/>

tendências e diretrizes nacionais e internacionais sobre esses aspectos integram o currículo do curso. O grau conferido é o de Bacharel e o número de semestres são no mínimo seis e no máximo dez. O curso é reconhecido pela Portaria nº. 064745 em 30/06/69 (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2008b, *online*)

Analisando o plano curricular do curso de Arquivologia da UnB (v.2, Anexo N), observamos que as disciplinas que abordam conteúdos referentes à descrição são:

Período	Disciplinas	Carga horária
6º. período	Arquivo Permanente 1	68h
7º. período	Arquivo Permanente 2	68h

Conteúdo Programático – Arquivo Permanente 1
1. Definição de Arquivo Permanente segundo a Arquivística.
1.1. O conceito de arquivo.
1.2. Arquivos, documentos e informação.
1.3. As três fases dos documentos de arquivo.
1.4. O arquivo permanente: características, especificidades e tipos.
2. Gênese e desenvolvimento dos conceitos-chave na Arquivologia: o Fundo de arquivo e o Princípio de proveniência.
2.1. O nascimento de um conceito, sua evolução e problemas atuais. Os principais teóricos.
2.2. O fundo de arquivo e o princípio de proveniência como conceitos-chave para a Norma Internacional de Descrição Arquivística – ISAD (g).
3. Conceito de arranjo e suas metodologias de aplicação.
3.1. O Arranjo como uma representação intelectual estruturada das informações arquivísticas.
3.2. Os fundamentos de um arranjo.
3.3. Arranjo estrutural e arranjo funcional: definições, aplicações e problemas.
4. Os arquivos permanentes, a memória e o patrimônio documental.
4.1. Os conceitos de memória e sua relação com o patrimônio documental: o papel da Arquivologia e dos arquivistas.
4.2. A questão do acesso aos arquivos permanentes.
5. As fontes orais: fundamentação teórica, construção e tratamento.
5.1. A história oral: nascimento e fundamentos teóricos.
5.2. Programa de história oral nos arquivos permanentes.
5.3. A produção do documento oral: metodologia, tratamento, problemas e perspectivas.

Conteúdo Programático – Arquivo Permanente 2
1. Revisão de conceitos:
- Teoria das três idades e os arquivos permanentes
- Principais atividades no arquivo permanente (arranjo, descrição, conservação)
- Problemas de terminologia
2. Noções introdutórias à descrição arquivística:
- Instrumentos de controle e instrumentos de pesquisa
- A correlação entre descrição e classificação/arranjo arquivístico
3. A importância da política de descrição:
- Conceito e importância das atividades de descrição
- Função do arquivo na sociedade: acesso e cidadania
- Estabelecimento de uma política de descrição: viabilizando o trabalho e o acesso
- Outros aspectos: divulgação, programas educativos, projetos etc.
4. Diretrizes para a elaboração de instrumentos de pesquisa:
- Diretrizes tradicionais da arquivística
- Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística - ISAD(G)
- Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE
5. Estudos de casos e elaboração de instrumentos de pesquisa:

- Guia, inventário, catálogo, índice
6. O uso das novas tecnologias na atividade de descrição

4.3.4 CURSO DE BIBLIOTECONOMIA – UNB

A graduação em Biblioteconomia na UnB inicia-se em 1962, ano da fundação do curso. Desde então, o curso tem formado profissionais reconhecidos nacionalmente por sua competência técnica e acadêmica. Com o objetivo de oferecer um currículo em sintonia com os avanços sociais, políticos, históricos e científicos do país as reformulações curriculares têm sido uma preocupação constante dos coordenadores e professores do curso.

O Curso foi reconhecido pela Portaria nº. 064745 em 30/06/69 e o grau conferido é o de Bacharel. Conforme o Anexo O (v.2), observamos que a disciplina que trata do conteúdo referente à catalogação/descrição de documentos de bibliotecas do curso de Biblioteconomia da UnB se denomina Catalogação.

Ano/Semestre	Disciplina	Carga horária
/3º.	Catalogação	68h

Conteúdo Programático – Catalogação
1. A catalogação como atividade profissional especializada, no contexto do ciclo documentário. O percurso do item ou objeto documental na biblioteca ou centro de informação/documentação. Definição atualizada de catalogação.
2. O catálogo. Histórico. Novas abordagens: dos catálogos tradicionais às bases de dados.
3. Descrição dos materiais bibliográficos e documentais em geral. As áreas de descrição bibliográfica e documentária.
4. Catalogação na prática. Introdução aos formatos MARC e Unisist.
4.1 Material bibliográfico. Monografias. Periódicos. Obras coletivas. Analíticas.
4.2 Materiais não impressos. Registros sonoros, imagens e multimídia.
5. Elementos dos registros bibliográficos e documentais nos sistemas informatizados. Catálogos coletivos. Sistemas cooperativos. Bases de dados.
6. Elementos dos registros bibliográficos e documentais dos recursos da Internet. Publicações eletrônicas. Bases de dados e motores de busca. Metadados.

4.3.5 CURSO DE ARQUIVOLOGIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES⁹²

O curso de Arquivologia da UFES, segundo informações obtidas junto ao *site* da instituição

[...] forma profissionais capazes de gerenciar as informações registradas em documentos, no tocante à sua produção, acesso e

⁹² <http://www.ccje.ufes.br>

guarda, planejando, supervisionando e coordenando Sistemas de Gestão da Informação em diferentes contextos organizacionais e sociais, com um perfil adequado para elaborar metodologias para o uso efetivo de novas tecnologias (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, 2008, *online*).

O estudante formado pela UFES recebe o título de Bacharel em Arquivologia. A duração sugerida pela UFES é de três anos e meio. O curso é vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

Segundo a grade curricular do curso de Arquivologia da UFES (v.2, Anexo P) a disciplina que ensina questões a respeito de descrição de documentos de arquivo é:

Período	Disciplina	Carga horária
4º.	Arranjo e Descrição de Documentos de Arquivo	60h

Conteúdo Programático – Arranjo e Descrição de Documentos de Arquivo	
1 ARRANJO	
1.1 Conceito	
1.2 Princípios de arranjo dos arquivos	
1.3 Natureza de arranjo dos arquivos	
1.4 Arranjo dos documentos de arquivo	
2 ACONDICIONAMENTO E COLOCAÇÃO DOS DOCUMENTOS NAS ESTANTES	
3 DESCRIÇÃO	
3.1 Conceito	
3.2 A presença da descrição nas atividades de avaliação e de classificação	
3.3 Descrição arquivística: uma consequência do arranjo	
3.4 Instrumentos de pesquisa	

4.3.6 CURSO DE BIBLIOTECONOMIA – UFES

A primeira proposta de criação do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Espírito Santo foi feita em 1969, com base no modelo de Curso oferecido pela Escola de Biblioteconomia do Estado do Ceará.

Entre outros aspectos apontados para justificar a criação do curso, destacava-se a necessidade de diplomar os profissionais que atuavam na Biblioteca Central da UFES e nas existentes no estado do Espírito Santo, uma vez que, naquele momento, o Conselho Regional de Biblioteconomia – Sétima Região – com jurisdição nos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, já clamava pela legalidade do exercício da profissão no Estado.

Em 4 de Julho de 1974, é baixada a Resolução 7/74 do Conselho de Ensino e Pesquisa, propondo a criação do Curso de Biblioteconomia e

Documentação na UFES, cujo reconhecimento, pelo Ministério da Educação e Cultura, ocorreu em 25 de Abril de 1977. O Conselho Federal de Educação comunica em 13 de Novembro de 1978, o reconhecimento do Curso de Biblioteconomia que representava não somente a legalização dos diplomas emitidos pela UFES, mas, principalmente, sedimentava e valorizava todo o trabalho iniciado com a criação do Curso, no Espírito Santo, em 1974.

O Curso de Biblioteconomia foi implantado na estrutura do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas e vinculado ao Departamento de Administração.

A desvinculação do Curso do Departamento de Administração, com a criação do Departamento de Biblioteconomia, foi outro fator marcante da história do Curso de Biblioteconomia da UFES, pois representou a autonomia política, acadêmica e administrativa necessárias a sua gestão e seu reconhecimento no ambiente institucional.

A criação do Departamento de Biblioteconomia concretizou-se em 30 de Abril de 1980, pela Resolução 14/80 do Conselho de Ensino e Pesquisa.

O curso de graduação em Biblioteconomia da UFES, tem como propósito formar

[...] especialistas no tratamento ou acesso à informação, capacitando-os a planejar, organizar e gerenciar unidades de informação como consultores, assessores e prestadores de serviços. O bibliotecário atua em escolas, universidades, empresas, hospitais, presídios, museus, arquivos, cinematecas, mapotecas, videoclubes, editoras, emissoras de rádio e televisão, jornais, banco de dados, hemerotecas, centros de informação e bibliotecas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, 2007, *online*).

De acordo com a grade curricular do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Espírito Santo (v.2, Anexo Q) são as seguintes as disciplinas que contemplam conteúdos referentes a descrição de documentos:

Período	Disciplinas	Carga horária
3º.	Representação Descritiva I	60h
4º.	Representação Descritiva II	60h

Conteúdo Programático – Representação Descritiva I
1 Representação descritiva e a organização do conhecimento
1.1 Representação da Informação
1.2 Controle bibliográfico Universal
2 Da descrição bibliográfica manual à descrição bibliográfica automatizada
2.1 Catalogar para quê?
2.2 Registro bibliográfico: panorama e princípios
2.3 Aplicação do AACR2

3 Formatos de intercâmbio
3.1 MARC 21
3.2 Conversão retrospectiva
3.3 Metadados
4 Representação descritiva na perspectiva da normalização bibliográfica: NBR 6023
4.1 A NBR6023/2002 e sua aplicação.

Conteúdo Programático – Representação Descritiva II
Unidade I. A diversidade de suportes na representação da informação
1 A representação da informação
2 Do impresso à diversidade de suportes
3 Multimeios e bibliotecários
Unidade II. Seleção, aquisição e registro de multimeios
1 Seleção
2 Aquisição
3 Registro
Unidade III. Catalogação descritiva dos multimeios
1 Fundamentos e instrumentos de catalogação descritiva
2 Registro bibliográfico: panorama e princípios
3 Cartografia: a representação do real
4 Gravação de som: sons da vida
5 Música impressa
6 Objetos reais e artefatos tridimensionais
7 Materiais iconográficos: a imagem parada
8 A Imagem em movimento
9 Recurso eletrônico: a tecnologia na informação
10 Microformas
11 Analíticas aplicadas a multimeios
Unidade IV. Indexação, armazenagem e promoção do acervo
1 Indexação aplicada a multimeios
2 Armazenagem, manuseio e conservação
3 Promoção do acervo
Unidade V. Referências: NBR6023 aplicada a multimeios
1 Introdução
2 Multimeios
3 Documentos disponíveis em meio eletrônico
Unidade VI. Seminário: teoria x prática cotidiana em centros documentais
1 Introdução
2 Contexto institucional
3 O centro de documentação e o acervo de multimeios
4 Tratamento técnico de multimeios
5 Teoria vs. Prática: o papel conciliador do profissional da informação
6 Conclusão

4.3.7 CURSO DE ARQUIVOLOGIA – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA – UEL⁹³

O Curso de Arquivologia da UEL foi criado através da Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE/CA n.º 112, de 08/10/97 e implantado em 26/02/98. Foi reconhecido Decreto Estadual n.º 6.646, de 28/11/02 e

⁹³ www.uel.br

confere aos formandos o grau de Bacharel em Arquivologia. É vinculado ao Departamento de Ciência da Informação.

Tem como principais objetivos,

[...] propiciar a formação de profissionais com visão científica que compreendam a provisoriedade da verdade científica, portanto, críticos, reflexivos, autônomos, éticos e que enfrentem os desafios próprios da área com competência; possibilitar o desenvolvimento da capacidade crítica e analítica do profissional para atender a demanda [...] incentivar o desenvolvimento de atitudes solidárias e não apenas competitivas, tal como induzido pela ideologia hegemônica e possibilitar o reconhecimento da dimensão social da profissão, por meio de uma formação que capacite o profissional a modificar o meio onde atua, de modo a induzir as desigualdades e compreender a diversidade sócio-cultural (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 2007a, *online*).

O curso de Arquivologia da UEL prepara profissionais para atuar em Instituições públicas e privadas, empresas, clínicas médicas, instituições culturais, universidades e outras instituições.

Tem duração mínima de quatro e máxima de oito anos, o sistema acadêmico é o Crédito Anual, oferece 40 vagas por turma e a carga horária é de 1547 teóricas e 833 práticas. Complementa ainda, a formação do aluno, o Estágio Obrigatório de 272 horas.

Ao analisar a grade curricular do curso de Arquivologia da UEL (v.2, Anexo R) cogitou-se, que as disciplinas Gestão Documental I, Gestão Documental II ou Arquivos Permanentes poderiam contemplar conteúdos relativos à descrição arquivística. No entanto, ao analisar os planos de ensino, mais precisamente os conteúdos programáticos das referidas disciplinas, constatamos que os estudantes do curso não estão recebendo ensinamentos desse assunto, ou seja, o curso não contempla, em nenhuma unidade curricular conteúdos sobre descrição arquivística, normas de descrição, etc. Mesmo assim, achou-se por bem, incluir neste capítulo o conteúdo programático das referidas disciplinas, para que de alguma forma tenhamos algum parâmetro para análise e discussão.

Série/Sem.	Disciplinas	Carga horária
2 ^a ./2 ^o .	Gestão Documental I	68h
3 ^a ./2 ^o .	Gestão Documental II	68h
3 ^a ./5 ^o .	Arquivos Permanentes	68h

Conteúdo Programático – Gestão Documental I
1 TEORIA DAS TRÊS IDADES X CICLO VITAL DOS DOCUMENTOS
2 GESTÃO DE DOCUMENTOS NOS ARQUIVOS CORRENTES
2.1 Documentos de arquivo: suas especificidades
2.1 Princípios
2.2 Etapas
2.2.1 Produção
2.2.2 Uso e tramitação
2.2.3 Destinação
2.2 Procedimentos de Gestão
2.2.1 Diagnóstico
2.2.2 Classificação
2.2.3 Avaliação
2.2.4 Descrição
2.2.5 Armazenamento

Conteúdo Programático – Gestão Documental II
1 Arquivos intermediários
1.1 Conceito e importância
2. Gestão de documentos
2.1 Classificação
2.2 Organização
2.3 Descrição
2.4 Avaliação

Conteúdo Programático – Arquivos Permanentes
A formação das disciplinas e do conhecimento no século XIX – contexto sociocultural;
Legislação e terminologia dos Arquivos, Bibliotecas e demais Centros de Informação – municipal, estadual e federal;
Arranjos, descrição e análise crítica dos Arquivos Permanentes brasileiros;
Distinguir o(s) conceito(s) de documentos na História e na Arquivologia;
Os limites e as possibilidades que aproximam a História e a Arquivologia: uma abordagem multidisciplinar.

4.3.8 CURSO DE BIBLIOTECONOMIA – UEL

O curso de Biblioteconomia da Universidade Estadual de Londrina foi criado em 25 de Março de 1972, implantado em Janeiro de 1973 e reconhecido em 1976, inicialmente ofertando 40 vagas semestrais no turno matutino. Hoje a oferta é de 50 vagas anuais no turno noturno. É vinculado ao Departamento de Ciência da Informação.

Desde sua criação, seu currículo já passou por várias modificações. De início, seu objetivo era formar profissionais com um perfil que atendesse serviços de informação pública e social, bem como serviços de informação especializados, tendo como responsabilidade formar profissionais com um perfil abrangente, que atendessem a todos os segmentos informacionais.

Visando adequar recursos à nova ordem mundial e formar profissionais com perfis direcionados a mercados específicos de atuação, o Curso de

Biblioteconomia da UEL implantou, em 1997, um novo projeto pedagógico, composto por um novo currículo que procurava enfatizar o paradigma do acesso e não mais o da posse de informação.

Posteriormente a este currículo, foi implantada, uma nova proposta com duração de quatro anos onde o aluno cursava disciplinas de um tronco comum nas duas primeiras séries, nas quais se encontravam as disciplinas básicas do curso. No final da segunda série, os alunos escolhiam entre as opções: 1) Informação e Sociedade, que formava o aluno para uma atuação nas áreas socioculturais, e o habilitava a exercer a profissão em que o conhecimento e a informação pública são disseminados por meio da arte, cultura e da educação e 2) Informação e Gerência, que habilitava o aluno a trabalhar em serviços de informação especializados, voltados para a ciência, tecnologia e negócios.

Atualmente o currículo vigente, implantado em 2005, do curso de Biblioteconomia da UEL visa:

[...] desenvolver capacidades para aprender a aprender, a ser, a fazer, a viver junto e a conhecer, levando em consideração a autonomia na formação para capacitar os alunos a atuar em um mundo que está em permanente mudança; desenvolver capacidades para pensar, inovar e executar para o futuro, atendendo com competência e criatividade as diferentes demandas de informação oriundas da sociedade; propiciar a formação de profissionais com visão científica [...]; possibilitar o reconhecimento da dimensão social da profissão, por meio de uma formação que capacite o profissional a modificar o meio onde atua, de modo a induzir as desigualdades e compreender a diversidade sócio-cultural (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 2007b, *online*).

O curso tem duração mínima de quatro e máxima de oito anos. O Sistema Acadêmico é o Crédito Anual. Tem uma carga horária teórica de 1.485 horas e 589 horas práticas. O aluno também deverá cumprir 255 horas de estágio obrigatório, 125 horas de atividade acadêmica complementar (estágios voluntários, monitorias, disciplinas especiais, participação em eventos e outros).

De acordo com a grade curricular do curso de Biblioteconomia da UEL (v.2, Anexo S), existem três disciplinas voltadas ao ensino da representação descritiva/catalogação de documentos de bibliotecas. São elas:

Série/Sem.	Disciplinas	Carga horária
1ª./1º.	Representação Descritiva I	68h
1ª./2º.	Representação Descritiva II	34h
2ª./4º.	Tecnologias Aplicadas à Representação Descritiva	68h

Conteúdo Programático – Representação Descritiva I	
1	Catálogo
1.1	História e crítica da catalogação
1.3	A catalogação como instrumento de controle bibliográfico universal
1.4	Padrões internacionais: Conceitos; Funções; Finalidades
1.5	Código de Catalogação Anglo-Americano – AACR-2.
2	Representação Descritiva
2.1	Leitura técnica em função da catalogação.
2.2	Formas de representação descritiva.
2.3	Organização da descrição
2.4	Pontos de acesso para a recuperação de materiais impressos e multimeios
2.4.1	Pontos de acesso: escolha e forma.

Conteúdo Programático – Representação Descritiva II	
1	Cabeçalhos, Títulos Uniformes e Remissivas
1.1	Pontos de Acesso: escolha e forma
1.2	Cabeçalhos para pessoas
1.3	Cabeçalhos para Entidades
1.4	Títulos uniformes
1.5	Remissivas

Conteúdo Programático – Tecnologias Aplicadas à Representação Descritiva	
1	OS IMPACTOS DA AUTOMAÇÃO NO PROCESSO DE REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA
1.1	A World Wide Web e suas implicações na prática bibliotecária
1.2	Paradigmas: biblioteca, catalogadores e catalogação
1.2.1	Novos rumos da catalogação
1.3	OPAC's: histórico, principais recursos, estrutura e tendências
1.3.1	Catalogação Cooperativa e redes bibliográficas brasileiras e estrangeiras
1.3.1.1	Rede Bibliodata
1.3.1.2	Online Computer Library Center (OCLC)
2	SOFTWARES E HARDWARES PARA AUTOMAÇÃO DE BIBLIOTECAS
2.1	Categorias de licença de softwares
2.2	Critérios para seleção de softwares para Unidades de Informação (UI)
2.3	Principais softwares para gerenciamento de acervos bibliográficos em UI's
2.4	Critérios para seleção de hardware
2.5	Projeto de automação: etapas básicas
3	ASPECTOS OPERACIONAIS PARA A REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA AUTOMATIZADA
3.1	Interoperabilidade entre bancos de dados bibliográficos
3.2	Padrões e formatos bibliográficos (MARC, CALCO, UNISIST, FRBR).
3.3	Descrição de recursos e objetos digitais, conceitos e avanços na representação e na recuperação da informação (metadados)
3.4	Métodos e técnicas para automação de registros bibliográficos
3.4.1	Conversão Retrospectiva (RECON)

4.3.9 CURSO DE ARQUIVOLOGIA – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF⁹⁴

O curso de Arquivologia da UFF tem como objetivos:

[...] formar profissionais capazes de gerenciar a informação registrada em qualquer formato ou suporte, produzida em função das atividades de organizações públicas, privadas e de pessoas físicas, capacitando-os para planejamento, organização e coordenação de

⁹⁴ www.uff.br

serviços e instituições arquivísticas. Tem duração mínima de 7 e máxima de 16 semestres e a titulação para o formando é o de Arquivista (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2008a, *online*).

A UFF, por meio da graduação em Arquivologia, propõe formar profissionais para atuarem em: empresas públicas e privadas, instituições arquivísticas públicas e privadas, centros de documentação e informação, universidades, centros de pesquisas, cinematecas, museus, bancos de dados, serviços de consultoria arquivística. De acordo com a grade curricular do curso de Arquivologia da UFF, (v.2, Anexo T), as disciplinas que abordam conteúdos referentes à descrição de documentos arquivísticos são as seguintes:

Período	Disciplinas	CH
4º.	Arquivos Permanentes	90h
6º.	Normas e Padrões para o Tratamento e Descrição da Informação	-

Obs: A disciplina Normas e Padrões para o Tratamento e Descrição da Informação só seria ministrada em 2008, motivo pelo qual ainda, a altura da recolha dos dados para esta tese, não havia programas.

Conteúdo Programático – Arquivos Permanentes
Unidade 1 – (25 horas/aula): A evolução do conceito de arquivo permanente: a teoria das 3 idades e as noções de arquivo histórico e arquivo permanente; os arquivos públicos e sua organização; os arquivos públicos no Brasil; a legislação arquivística de proteção ao patrimônio documental e de acesso aos documentos e seu impacto na administração de arquivos permanentes. O Conselho Nacional de Arquivos e a política arquivística brasileira.
Unidade 2 – (15 horas/aula): O princípio da proveniência e sua evolução: a questão da hierarquia de fundos; a identificação dos organismos produtores de fundos de arquivo.
Unidade 3 – (20 horas aula): A entrada de documentos no arquivo permanente; o planejamento do arranjo: o arranjo em arquivos institucionais, os modelos de arranjo estrutural e funcional; o arranjo em arquivos pessoais.
Unidade 4 – (20 horas aula): O planejamento do programa descritivo; os instrumentos de pesquisa; a função dos instrumentos de pesquisa na reconstituição dos fundos de arquivo e na observância do <u>princípio da proveniência</u> .
Unidade 5 – (10 horas/aula): O acesso público aos arquivos permanentes; o perfil do usuário de arquivos no Brasil; as possibilidades de disseminação da informação arquivística.

4.3.10 CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO – UFF

O curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal Fluminense tem como objetivos:

[...] formar profissionais capazes de acompanhar as transformações da sociedade, estando aptos a identificar demandas de informação e propor soluções inovadoras; formar profissionais especialistas no tratamento da informação registrada em diferentes tipos de suportes,

mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenagem e difusão da informação apoiados nas tecnologias da informação; formar profissionais qualificados para o planejamento, administração, assessoria e prestação de serviços em redes e sistemas, em bibliotecas, em centros de documentação e/ou serviços de informação; habilitar profissionais para a realização de pesquisas relativas ao uso e ao comportamento da informação registrada; e habilitar profissionais para planejamento, implantação e desenvolvimento de serviços de extensão cultural (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2008b, *online*).

O curso tem duração mínima de sete e máxima de 14 semestres e ao concluí-lo o aluno recebe o título de Bacharel em Biblioteconomia e Documentação. Como a maioria das escolas brasileiras, a UFF tem como missão formar profissionais bibliotecários para atuar não somente para desempenhar suas funções em Bibliotecas, Centros e Serviços de Documentação e Informação, Editoras, Cinematecas, Videoclubes, Emissoras de Rádio e Televisão, Jornais, Assessorias (parlamentares, empresariais, jurídicas, educacionais), mas também desenvolver e administrar Bancos de Dados e Bases de Dados, integrar equipes de manutenção de *Websites* na Internet ou ainda, exercer a profissão como autônomo.

Segundo a grade curricular do curso de Biblioteconomia e Documentação da UFF (v.2, Anexo U) as disciplinas que ministram conteúdos sobre representação descritiva são:

Período	Disciplinas	Carga horária
3º.	Representação Descritiva de Documentos I	60h
4º.	Representação Descritiva de Documentos II	90h
5º.	Representação Descritiva de Documentos III	60h

Conteúdo Programático – Representação Descritiva de Documentos I
• Normalização: definição, importância e instituições (nacional e internacionais). • Representação descritiva por referência bibliográfica: a NB6023/2002. • Leitura técnica do documento. • Ficha catalográfica: redação e sistemas. Catálogos: funções, tipos e formas.

Conteúdo Programático – Representação Descritiva de Documentos II
• AACR2: análise. • AACR2: estrutura e uso. • AACR2: descrição. • AACR2: pontos de acesso. • AACR2: cabeçalhos para pessoas e para entidades. • AACR2: nomes geográficos e títulos uniformes. • AACR2: remissivas e secundárias.

Conteúdo Programático – Representação Descritiva de Documentos III
1. Material especial: definição, tipologia (ênfase em fotografia e Referência Legislativa), caracterização, registro e representação descritiva;

2. Referência Legislativa: D. O. em âmbito federal e estadual (RJ);
3. Automação da catalogação: conceituação, histórico, estrutura de um formato bibliográfico; descrevendo documentos segundo um formato.

4.3.11 CURSO DE ARQUIVOLOGIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO⁹⁵

A primeira Escola de Arquivologia do Brasil foi a da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e tem sua origem no Arquivo Nacional, no início do século XX. Em 1922, o Arquivo Nacional, visando atender às suas necessidades internas, criou o Curso Técnico de Arquivos. Em 1958, este curso foi regulamentado e passou a ser denominado Curso Permanente de Arquivos. Em 1972, o MEC considerou o Curso Permanente de Arquivos como de nível universitário e, em 1973, um acordo entre o Arquivo Nacional e a UFRJ conferiu-lhe mandato universitário.

Em 1977, este curso foi incorporado a Federação das Escolas Federais Independentes do Estado do Rio de Janeiro – FEFIERJ já com o nome de Curso de Arquivologia, funcionando, ainda, nas dependências do Arquivo Nacional. Em 5 de Junho de 1979 passou a fazer parte do então Centro de Ciências Humanas.

Hoje, a Escola de Arquivologia do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNIRIO possui um diretor com funções executivas, administrativas e acadêmicas, um órgão colegiado formado pelos professores da Escola (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2008a, *online*).

Atualmente, a Escola trabalha com um currículo que tem como principais características uma menor quantidade de disciplinas obrigatórias e um grande elenco de disciplinas optativas, dentre as quais cada aluno poderá escolher de modo a montar sua formação em consonância com seus interesses; além da inclusão de atividades de pesquisa e extensão na carga horária total do curso.

O Curso de Arquivologia da UNIRIO fornece aos acadêmicos as opções de Bacharelado e Licenciatura e o prazo de integralização é no mínimo oito e no máximo 12 períodos. Sua grade curricular foi totalmente reformulada em 2006 (v.2, Anexo V). E em relação à disciplina que aborda conteúdos sobre descrição de documentos no referido curso é:

⁹⁵ <http://www.unirio.br>

Série	Disciplina	Carga horária
4ª.	Arranjo e Descrição de Documentos	60h

Conteúdo Programático – Arranjo e Descrição de Documentos
- A correlação entre as atividades de arranjo e descrição
- Princípios e normas de arranjo
- Princípios e normas de descrição
- Normas e padrões nacionais e internacionais de descrição
- Instrumentos de pesquisa
- Difusão e acesso de acervos arquivísticos na web
- Sistemas informatizados de descrição.

4.3.12 CURSO DE BIBLIOTECONOMIA – UNIRIO

Segundo a página oficial da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, o curso de Biblioteconomia desta instituição

Foi o primeiro a ser fundado na América Latina e o terceiro no mundo [sic], sob a égide da Biblioteca Nacional brasileira em 1911, originalmente para atender à demanda interna de funcionários. O curso foi estruturado segundo o modelo europeu de ensino da Biblioteconomia, consagrado pela Escola de Chartes, com ênfase para a formação de caráter erudito (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2008b, *online*).

O Curso foi reformulado em 1944, objetivando a formação de bibliotecários para quaisquer tipos de bibliotecas. Na década de 1960, atendendo às exigências da Documentação Científica, teve seu currículo ampliado por meio do Decreto n.º 550, de 1º de Fevereiro de 1962 e reconhecido como formação em nível superior. “O Curso de Biblioteconomia da UNIRIO, aliando tradição e inovação, vem redefinindo objetivos que se refletem em ações de ensino, pesquisa e extensão e de permanente atualização curricular, com ênfase humanística” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2008b, *online*).

Destarte, propõe como objetivos formar profissionais aptos a atuar como agentes sociais e culturais, engajados nos processos de geração, organização, transferência, uso e avaliação da informação contida nos mais diversos acervos, quaisquer que sejam as suas superfícies de inscrição: do papiro ao meio digital. Tendo em vista que a Biblioteca é também um espaço simbólico do saber acumulado, e tem como uma de suas funções a preservação da memória cultural,

espera-se que o egresso do Curso esteja habilitado a desenvolver atividades de organização, acesso e preservação dos diferentes acervos sob sua responsabilidade, atuando como agente de mudança social (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2008b, *online*).

Entre as informações disponíveis no *site* da instituição, consta que os formados pelo curso de Biblioteconomia da UNIRIO estarão aptos a trabalhar em: bibliotecas em geral, bibliotecas infantis, escolares, universitárias, populares, comunitárias, públicas, especializadas, especiais, virtuais e Internet em geral, centros de documentação, centros de informação, centros de memória, centros de referência, centros de inteligência, hospitais, editoras, instituições educacionais, culturais e de pesquisa, serviços de informações, sistemas de informações, empresas em geral.

De acordo com a grade curricular do Curso de Biblioteconomia da UNIRIO (v.2, Anexo W) existem quatro disciplinas que contemplam conteúdos referentes à representação descritiva. São elas:

Semestre	Disciplinas	Carga horária
2º.	Introdução à Catalogação	45h
3º.	Catalogação I	90h
4º.	Catalogação II	60h
5º	Catalogação III	75h

Conteúdo Programático – Introdução à Catalogação
- Histórico e objetivos da catalogação e dos catálogos - Princípios teóricos da catalogação - Principais códigos de catalogação - Catálogo principal e catálogos auxiliares , Leitura técnica do livro

Conteúdo Programático – Catalogação I
- Código de Catalogação Anglo-Americano, 2a. ed. - Regras gerais para descrição - Descrição bibliográfica para monografias - Escolha de pontos de acesso e forma de cabeçalhos para nome de pessoas - Remissivas ; Apêndices e índices

Conteúdo Programático – Catalogação II
- Análise (artigos de periódicos e monografias) - Cabeçalhos para nomes geográficos - Cabeçalhos para entidades coletivas - Escolha dos pontos de acesso para entidades coletivas - Títulos uniformes (em literatura, legislação e religião) - Remissivas (nomes geográficos, entidades coletivas e títulos uniformes)

Conteúdo Programático – Catalogação III
• Catalogação de materiais não-livro
• Recursos contínuos
• Gravação de som
• Gravação de vídeo
• Material cartográfico
• Materiais iconográficos – postais
• Recursos eletrônicos
• Marc
• Metadados
• Gestão de catálogos

Durante a recolha dos dados desta pesquisa, fomos informados que o curso de Biblioteconomia da UNIRIO está em fase de reestruturação e as disciplinas referentes ao tratamento descritivo de documentos sofrerão mudanças de nomenclatura, para o próximo ano letivo. Passarão a denominar-se Representação Descritiva I (45h); Representação Descritiva II (90h); Representação Descritiva III (90hs) e Tópicos Especiais em Representação Descritiva (45h).

4.3.13 CURSO DE ARQUIVOLOGIA – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – CAMPUS DE MARÍLIA – UNESP⁹⁶

O curso de Arquivologia da UNESP, campus de Marília, é o primeiro e único do Estado de São Paulo. Seu principal objetivo é formar um profissional que domine os conteúdos específicos e consiga enfrentar, de forma criativa e eficiente, os problemas inerentes à sua atividade. Na área acadêmica, por sua vez, busca-se formar profissionais que tenham na investigação científica uma das bases para pensar a sua atuação – que será, sobretudo, na formação de recursos humanos para o ensino e para os centros de pesquisa (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2008a, *online*).

Aliando uma base humanística a conhecimentos tecnológicos e gerenciais a estrutura curricular do curso é composta de um núcleo geral e outro específico. O primeiro tem disciplinas (obrigatórias e optativas) e atividades comuns aos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia. No segundo, estão as disciplinas próprias da atividade arquivística, além de 252 horas de estágio obrigatório e do

⁹⁶ <http://www.unesp.br>

desenvolvimento e defesa de um Trabalho de Conclusão de Curso. O grau conferido é o de Bacharel em Arquivologia, o curso tem duração de quatro anos.

Pela grade curricular do curso de Arquivologia da UNESP (v.2, Anexo X constatou-se que a disciplina abaixo é a que trata de descrição de documentos arquivísticos:

Ano/Sem.	Disciplina	Carga horária
3º./6º.	Descrição Documentária	60h

Conteúdo Programático – Descrição Documentária
A representação descritiva no contexto de arquivologia. Registro Documental.
Norma Internacional de Descrição Arquivística (ISAD).
Registros documentais manuais e automatizados: a questão da compatibilidade.
Instrumentos de pesquisa: tipologia (guias, inventários, catálogos, e índices). Elaboração e divulgação em distintos suportes.

4.3.14 CURSO DE BIBLIOTECONOMIA – UNESP

O curso de Biblioteconomia da Universidade Estadual Paulista – Campus de Marília teve início em 1977, no mesmo ano em que se instalava a Biblioteca central daquela instituição. Foi reconhecido pelo MEC com a Portaria nº 145 de 11 de Fevereiro de 1981, é oferecido na modalidade de Bacharelado, com duração mínima curricular de 4 anos, e máxima de 7 anos e oferece um total de 35 vagas por ano.

Visa à formação de profissionais da informação para atuar em vários tipos de unidades de informação, desde as tradicionais bibliotecas públicas, escolares e universitárias até os centros de informação empresariais.

Um diferencial do currículo do curso de Biblioteconomia de Marília é a preparação do aluno no âmbito da iniciação científica, que se traduz em um eixo curricular com disciplinas especificamente voltadas a esta temática, que perpassa todos os semestres do curso e culmina com a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Além disso, há o incentivo à participação dos alunos em projetos de pesquisa e em grupos de pesquisa (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2008b, *online*).

No curso de Biblioteconomia da UNESP, segundo a grade curricular (v.2 Anexo Y), existem duas disciplinas obrigatórias que abordam conteúdos referentes à descrição de documentos de bibliotecas:

Ano/Sem.	Disciplinas	Carga horária
1º.e 2º.	Catálogo	90h
/3º.	Catálogo Automatizada	60h

Conteúdo Programático – Catálogo
1 Introdução à Catálogo
1.1 Catálogo como Instrumento de Informação
1.2 Histórico dos Catálogos
1.3 Modalidades e Características dos Catálogos
1.4 Estrutura e Funcionalidade dos Catálogos
2 Controle Bibliográfico Universal (CBU)
2.1 Padrões Internacionais do CBU
2.2 Organismos Nacionais e Internacionais
3 Formas de Representação de Dados Bibliográficos e Catalográficos
3.1 O Registro Catalográfico
3.2 Normas e Códigos
4 Instrumentos de trabalho do catalogador
5 Organização dos Dados Catalográficos
5.1 Representação Descritiva segundo o AACR2
5.2 Pontos de Acesso segundo o AACR2
6. Sistemas de Alimentação de Catálogos e Bases de Dados
6.1. Catálogo na Publicação
6.2. Catálogo Centralizada
6.3. Catálogo Cooperativa

Conteúdo Programático – Catálogo Automatizada
1. Representação descritiva documentária: das fichas as bases de dados
1.2 Catálogo e tecnologias
2. Esquemas e estruturas para a descrição bibliográfica
2.1 Conceitos
2.2 História e desenvolvimento
2.3 Formatos de intercâmbio de dados bibliográficos
3. Formatos MARC
3.1 História e desenvolvimento
3.2 Estrutura do registro bibliográfico
3.3 Padrões de Metadados
4. Importação e exportação de dados bibliográficos: bases de dados <i>on line</i> e em CD-ROM
4.1 Conversão Retrospectiva
4.2 Principais bases para a conversão retrospectiva: Bibliodata, Fundação Biblioteca Nacional, Library of Congress, OCLC, CRUESP
4.2 OPAC – Catálogos On-line de Acesso Público
5. Módulo de Catálogo em Softwares de Gerenciamento de Unidades de Informação
6. FRBR – Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos: introdução

4.3.15 CURSO DE ARQUIVOLOGIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS⁹⁷

O Curso de Arquivologia da UFRGS foi criado em 30 de Julho de 1999 pela Decisão nº 112/99 do Conselho Universitário, e começou a funcionar 2000/1. Segundo o *site* da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, o referido curso procura:

[...] acompanhar o processo evolutivo tecnológico na área dedicando-se à organização e gestão da informação arquivística contida em diferentes suportes. O planejamento, a implantação e a implementação de arquivos correntes, intermediários e permanentes utiliza-se das técnicas de digitalização de documentos, gestão de documentos eletrônicos (GED), aplicação de tecnologias para sua preservação e conservação como a microfilmagem e a digitalização em sistemas híbridos e a convergência de mídias e multimídias (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2008a, *online*).

Disponibiliza 30 vagas anuais e a titulação que o formando recebe após a conclusão do curso é a de Bacharel em Arquivologia. Tem ainda como objetivo “formar um profissional capaz de disponibilizar informações arquivísticas em organizações públicas e privadas, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade de melhor qualidade” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2008a, *online*).

O currículo do Curso oferece uma sequência de disciplinas obrigatórias e eletivas elencadas nas áreas de fundamentação geral, habilidades instrumentais e conhecimentos específicos. Para complementar a formação do estudante, o estágio curricular é obrigatório.

A carga horária total do curso é de 2.460 horas/aula e está estruturado em oito semestres. Segundo a grade curricular do curso de Arquivologia da UFRGS (v.2, Anexo Z) existe uma disciplina cujos conteúdos tratam de descrição de documentos de arquivos:

Ano/Sem.	Disciplina	Carga horária
/6º.	Descrição Arquivística	60h

⁹⁷ <http://www.ufrgs.br>

Conteúdo Programático – Descrição Arquivística	
Unidade 1: Descrição	
1	Definições
2	Método e Planejamento
3	Modelos de Descrição Arquivística
Unidade 2: Os Instrumentos de Pesquisa: definição e elaboração	
1	Guias
2	Inventários
3	Catálogos
4	Repertórios
5	Outros instrumentos
Unidade 3: Normatização Arquivística	
1	A Norma ISAD(G)
2	A Norma ISAAR-CPF
3	Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE

4.3.16 CURSO DE BIBLIOTECONOMIA – UFRGS

O Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi criado em 1947 tendo sido reconhecido em 04 de Dezembro de 1950 por meio da Lei 1.254. Seu currículo obedece à Resolução nº 07/83 da III Câmara do Conselho de Ensino e Pesquisa desta Universidade, que aprovou seu elenco de disciplinas.

Tem como objetivo

[...] formar um profissional capaz de interpretar as necessidades de informação de diferentes públicos, orientando-os na busca de respostas que atendam suas expectativas, através da organização estratégias [sic] das informações (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2008b, *online*).

O curso disponibiliza, anualmente, 70 vagas. Seu currículo abrange uma sequência de disciplinas e atividades semestrais em uma seriação aconselhada. É composto de disciplinas de caráter obrigatório e por um conjunto de disciplinas eletivas, que deve ser cumprido integralmente pelo aluno a fim de que ele possa qualificar-se para a obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia. A carga horária total do curso é de 2.820 horas/aula, e é estruturado em oito semestres.

De acordo com a grade curricular do curso de Biblioteconomia da UFRGS (v.2, Anexo AA), as disciplinas que tratam dos conteúdos que se referem à descrição de documentos são:

Etapas	Disciplinas	Carga horária
3ª.	Representação Descritiva A	60h
4ª..	Representação Descritiva B	60h
5ª..	Representação Descritiva C	45h

Conteúdo Programático – Representação Descritiva A
CCAA2: estrutura, níveis da descrição
Descrição bibliográfica
Formato MARC: estrutura
Descrição bibliográfica: documentos impressos
Descrição bibliográfica: documentos não impressos

Conteúdo Programático – Representação Descritiva B
Escolha e determinação de pontos de acesso;
Estruturação de cabeçalhos para pessoas;
Aplicação de nomes geográficos em cabeçalhos para entidades coletivas;
Estruturação de cabeçalhos para entidades coletivas;
Estruturação de títulos uniformes como cabeçalhos de entrada;
Estruturação de entradas remissivas

Conteúdo Programático – Representação Descritiva C
Controle de autoridade
Publicações seriadas
Análise
Políticas de catalogação

4.4 ANÁLISE DOCUMENTAL

A consulta de documentos é “uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas as evidências que fundamentam as afirmações e declarações do pesquisador” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38).

Os documentos consultados neste estudo foram respectivamente a grade curricular dos cursos, os planos de ensino e os conteúdos programáticos das unidades curriculares/disciplinas que abordam o ensino da representação descritiva, dos cursos de Licenciatura em Ciência da Informação (Portugal) e dos cursos de Graduação em Arquivologia e Biblioteconomia (Brasil).

A Grade Curricular é um diagrama que mostra as dependências entre as disciplinas obrigatórias de cada curso. Significa definir para cada Curso e Série, uma lista com todas as unidades curriculares que fazem parte de seu Currículo Acadêmico. Para as instituições universitárias, o currículo deve ser aprovado por ato de seu Colegiado Superior.

O Plano de Ensino é um documento elaborado pelos departamentos de cada universidade/faculdade para cada unidade curricular/disciplina que faz parte do currículo de um determinado curso. Nele, no mínimo, estão discriminados:

- **Ementa ou Súmula:** é um resumo curto sobre o motivo da existência da disciplina;
- **Objetivos:** deve detalhar as capacidades apreendidas pelo aluno após o término da disciplina;
- **Conteúdo programático:** é mais longo e dividido em tópicos. Nele, devem estar expostos todos os assuntos abordados pela unidade curricular;
- **Método de avaliação:** deve informar quais serão os critérios do professor para avaliar se os alunos apreenderam o conteúdo;
- **Bibliografia:** livros e textos de apoio que deverão ser utilizados.

Com o intuito de atender ao principal objetivo proposto neste estudo, ou seja, comparar o ensino da representação descritiva de documentos pelas escolas portuguesas e brasileiras, foi levado em consideração, para análise, somente o “conteúdo programático” de cada unidade curricular (obrigatória) que ensina tópicos referentes à descrição/catalogação de documentos de arquivos e de bibliotecas. Entretanto, para fundamentar alguns pontos da análise, em vários momentos, sentimos necessidade de recorrer a outros elementos dos planos de ensino, os quais se encontram, na íntegra, em anexo.

Os planos de ensino das unidades curriculares foram obtidos por meio da página de cada curso na Internet e/ou pelo contato direto com o docente responsável pelas mesmas ou com o coordenador de cada curso.

Faz-se necessário lembrar que, devido aos motivos já mencionados no início deste capítulo, dos 11 cursos existentes em Portugal, à época da recolha dos dados, na área de Ciência da Informação, somente nove efetivamente fizeram parte da análise.

4.4.1 Nomenclatura atribuída aos cursos

Observou-se que em ambos os países, há várias designações para o mesmo curso. O Quadro17 mostra as semelhanças e diferenças entre as

nomenclaturas atribuídas aos cursos de licenciatura em Portugal e os de graduação no Brasil, apenas dos que fizeram parte deste estudo.

	NOMENCLATURA DOS CURSOS	NOME DA INSTITUIÇÃO
PORTUGAL	Ciência da Informação	Universidade do Porto
	Ciências da Informação e da Documentação	Universidade Portucalense
	Ciências da Informação e da Documentação	Universidade Católica Portuguesa
	Ciências da Informação e da Documentação	Universidade Aberta
	Ciências de Informação Arquivística e Biblioteconómica	Universidade de Coimbra
	Ciências Documentais e Editoriais	Universidade do Algarve
	Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação	Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão
	Documentação e Arquivística	Universidade de Aveiro
	Informação e Documentação	Escola Superior de Tecnologia e Gestão
BRASIL	Arquivologia	Todas as instituições
	Biblioteconomia	Universidade de Brasília
	Biblioteconomia	Universidade Federal do Espírito Santo
	Biblioteconomia	Universidade Estadual de Londrina
	Biblioteconomia	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
	Biblioteconomia	Universidade Estadual Paulista
	Biblioteconomia	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
	Biblioteconomia e Documentação	Universidade Federal da Bahia
	Biblioteconomia e Documentação	Universidade Federal Fluminense

Quadro 17 – Nomenclaturas dos Cursos portugueses e brasileiros.

Observa-se que em Portugal, considerando o número de cursos existentes, há uma diversidade grande de terminologia atribuída aos mesmos, e isso pode ser justificado porque na Europa, a formação nas áreas de Biblioteconomia e Documentação caracteriza-se por uma diversidade de tradições e modelos e sua introdução nas universidades é relativamente recente.

Entretanto, percebe-se (exceto a Universidade de Aveiro e a Escola Superior de Tecnologia e Gestão) que em todas as instituições que oferecem a Licenciatura nesta área, estas possuem em sua nomenclatura o termo “ciência” ou “ciências”. A designação Ciências da Informação e da Documentação, em substituição à Biblioteconomia e Arquivística, procura delimitar a área científica em tempos de grandes transformações técnicas e científicas e de transdisciplinaridade (VAZ, 2006, *online*).

Conforme afirma Vaz (2006, *online*) isso ocorre, particularmente nesta área, devido a ambivalência dos termos:

As Ciências da Informação identificam-se com informática e computação, mas o conceito informação remete do mesmo modo para a comunicação e para a documentação. Dada a evolução dos meios e suportes em que corre a informação o mais provável é que estas áreas tendam a aglutinar-se e a única distinção que neste momento nos parece plausível e entre as Ciências da Informação e

Documentação e Ciências da Informação e Comunicação, sendo que no primeiro caso estamos a falar predominantemente na produção, preservação e gestão da informação e no segundo dos tradicionais meios de comunicação de massas.

No Brasil, há de considerar-se que a Biblioteconomia surgiu praticamente junto com a implantação das primeiras bibliotecas trazendo, portanto, em seu bojo, toda a vertente técnica predominante à época. Embora ao longo dos anos os currículos tenham sofrido várias alterações e atualizações, hoje em dia, a maioria deles dá ênfase, por meio dos seus projetos pedagógicos, à formação científica do aluno de maneira a prepará-lo para uma futura vida acadêmica e ao uso das tecnologias de informação e comunicação enquanto ferramentas indispensáveis ao gerenciamento da informação. Entretanto, os currículos incluem também conteúdos que lembram o caráter humanista e a natureza social da profissão.

As atualizações referidas acima excluem mudanças significativas nas nomenclaturas dos cursos, que desde suas origens permanecem com o mesmo nome, ou seja, Biblioteconomia, sendo no âmbito deste estudo que apenas o curso da Universidade Federal da Bahia e o da Federal Fluminense conservam em seus nomes também a palavra Documentação.

Com relação à Arquivologia, seu reconhecimento como curso universitário é recente neste país (1973 - UNIRIO) e pelo fato de surgir como um curso totalmente à parte da Biblioteconomia recebeu a denominação de Curso de Arquivologia por todas as escolas, o que permanece até hoje.

4.4.2 Nomenclatura das unidades curriculares/disciplinas

De acordo com a análise realizada por meio da grade curricular de cada curso, pode-se observar que a maioria das licenciaturas na área de Ciência da Informação de Portugal e dos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia do Brasil pesquisados adota unidades curriculares de catalogação/descrição em seus currículos, conforme pode ser observado no Quadro 18, na página seguinte. Por meio do referido quadro pode-se ter uma visão geral dos nomes atribuídos às unidades curriculares, pelos cursos portugueses e brasileiros que fizeram parte desta investigação.

	CURSO	IES	UNIDADES CURRICULARES
PORTUGAL	Ciência da Informação	UP	• Organização e Representação da Informação I • Organização e Representação da Informação II
	Ciências de Informação Arquivística e Biblioteconómica	UC	• Descrição Bibliográfica • Teoria e Métodos de Organização da Informação III • Teoria e Métodos de Organização da Informação IV
	Ciências da Informação e da Documentação	UPT	• Organização e Representação da Informação I • Organização e Representação da Informação II
	Ciências da Informação e da Documentação	UCP	• Organização e representação da Informação I • Organização e representação da Informação II • Gestão Documental
	Ciências da Informação e da Documentação	UAb	• Análise e linguagens Documentais I • Análise e linguagens Documentais II
	Ciências Documentais e Editoriais	UALg	• Quadro organizativo da Actividade Documental • Tratamento e Análise da Informação Documental • Recuperação e Difusão da Informação Documental
	Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação	ESEIG	• Representação da Informação Arquivística • Organização da Informação I • Organização da Informação II
	Documentação e Arquivística	ESTGA	• Catalogação
	Informação e Documentação	IPP	• Organização e Representação da Informação
BRASIL – ARQUIVOLOGIA	Arquivologia	UFBA	• Laboratório de Arquivos Permanentes I • Laboratório de Arquivos Permanentes II
	Arquivologia	UnB	• Arquivo Permanente 1 • Arquivo Permanente 2
	Arquivologia	UFES	• Arranjo e Descrição de Documentos de Arquivo
	Arquivologia	UEL	• Gestão Documental I • Gestão Documental I • Arquivos Permanentes
	Arquivologia	UFF	• Arquivos Permanentes • Normas e Padrões para o Trat. e Descrição de Doc.
	Arquivologia	UNIRIO	• Arranjo e Descrição de Documentos
	Arquivologia	UNESP	• Descrição Documentaria
	Arquivologia	UFRGS	• Descrição Arquivística
BRASIL – BIBLIOTECONOMIA	Biblioteconomia e Documentação	UFBA	• Catalogação I – Publicações • Catalogação II – Materiais Especiais
	Biblioteconomia	UnB	• Catalogação
	Biblioteconomia	UFES	• Representação Descritiva I • Representação Descritiva II
	Biblioteconomia	UEL	• Representação Descritiva I • Representação Descritiva II • Tecnologias Aplicadas à Representação Descritiva
	Biblioteconomia e Documentação	UFF	• Representação Descritiva de Documentos I • Representação Descritiva de Documentos II • Representação Descritiva de Documentos III
	Biblioteconomia	UNIRIO	• Introdução à catalogação • Catalogação I • Catalogação II • Catalogação III
	Biblioteconomia	UNESP	• Catalogação • Catalogação Automatizada • MARC (Optativa)
	Biblioteconomia	UFRGS	• Representação Descritiva A • Representação Descritiva B • Representação Descritiva C

Quadro 18 – Designações das unidades curriculares dos cursos de LCI em Portugal e graduação no Brasil.

4.4.3 Análise dos conteúdos programáticos

4.4.3.1 Licenciatura em Ciência da Informação – Portugal

Iniciamos nossa análise pelos cursos portugueses, primeiramente verificando a nomenclatura atribuída às unidades curriculares dos nove cursos que efetivamente fizeram parte do estudo, bem como a carga horária por unidade, o período em que é ofertada e os conteúdos mais predominantes em cada uma delas.

Instituição	Designação da unidade curricular	ECTS=CH	Período (ano/sem.)	Predomínio de conteúdo
LCI - UP (Porto)	Organização e Representação da Informação I	7=189	2º./1º.	Desc.Bibliog./Desc.Arq
	Organização e Representação da Informação II	7=189	2º./2º.	Pontos de acesso e indexação
LCIAB -UC (Coimbra)	Descrição Bibliográfica	5=135	2º./2º.	Desc. Bibliog.-ISBD
	Teoria e Métodos de Organização da Informação III	5=135	4º./1º.	Pontos de acesso
	Teoria e Métodos de Organização da Informação IV	5=135	4º./2º.	Pontos de acesso
LCID-UPT (Porto)	Organização e Representação da Informação I	6=162	2º./4º.	Desc. Bibliog.
	Organização e Representação da Informação II	6=162	3º./5º.	Desc. Arquivística
LCID-UCP (Braga)	Organização e Representação da Informação I	6=162	1º./1º.	Catálogoação
	Organização e Representação da Informação II	6=162	1º./2º.	Catálogoação
	Gestão Documental	6=162	3º./1º.	Gestão de doc.- ISAD(G)
LCID-UAb (Lisboa)	Análise e Linguagens Documentais I	6=162	1º./1º.	Tipologia doc.
	Análise e Linguagens Documentais II	6=162	1º./2º.	Catálogoação
LCDE-Ualg (Algarve)	Quadro Organizativo da Actividade Documental	5=135	2º./1º.	Ativid.documental nas bibliotecas
	Tratamento e Análise da Informação Documental	5=135	2º./2º.	Gestão em arquivos
LCTDI -ESEIG (Vila do Conde)	Representação da Informação Arquivística	5=135	1º./2º.	Desc. Arqu.-Normas
	Organização da Informação I	5=135	1º./2º.	Catálogoação
	Organização da Informação II	6=162	2º./1º.	Catálogoação (automatizada)
LDA-ESTGA (Aveiro)	Catálogoação	8=216	2º./1º. Sem.	Desc. Bibliog. Pontos de acesso
LID-ESTG- IPP (Concelho de Portalegre)	Organização e Representação da Informação	6=162h	2º./1º.	Desc. Bibliog. -ISBD Desc. Arqu. – ISAD

Quadro 19 – Descrição das unidades curriculares dos cursos portugueses.

Observa-se, pelos dados mencionados no Quadro 19, que em Portugal, relativamente à nomenclatura atribuída à unidade curricular, há o predomínio das palavras *organização e representação da informação*, onde se

faculta aos alunos o conhecimento teórico-prático das normas, métodos e técnicas e outros instrumentos inerentes à organização e representação da informação, tendo em vista a construção de instrumentos como meio de recuperação e acesso à informação.

Nessas unidades curriculares, a maioria dos cursos aborda conteúdos programáticos referentes à descrição de documentos de arquivos e de documentos de bibliotecas. Entretanto, o curso de Ciências da Informação e Documentação da Universidade Aberta, não contempla o ensino das normas de descrição arquivística. Nas duas unidades curriculares designadas ao tratamento documental deste curso (Análise e Linguagens Documentais I e Análise e Linguagens Documentais II) são abordados somente conteúdos sobre catalogação de documentos bibliográficos, fato confirmado ao verificarmos que as bibliografias das referidas unidades relacionam apenas normas que descrevem documentos de bibliotecas (ISBDs e RPC). Isso vai ao encontro da proposta deste curso (seção 4.2.6) o qual destina-se a formar profissionais para desempenharem funções apenas na área de biblioteconomia.

O curso Documentação e Arquivística da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda (Universidade de Aveiro) não inclui tópicos referentes ao ensino das normas para descrição de documentos de arquivos. A unidade curricular que aborda representação descritiva/catalogação deixa bem claro que a abordagem fica apenas no âmbito das bibliotecas. Embora tenhamos verificado no plano curricular que a unidade “Arquivística” (2º.ano/2º.sem.) contemple em seu conteúdo programático “Os instrumentos de acesso à informação”, não há indícios de que seja abordado questões sobre descrição arquivística, sobretudo porque não há ao menos uma referência sobre as normas de descrição arquivística.

Na grade curricular do curso de Licenciatura em Ciências Documentais e Editoriais da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve constam três unidades curriculares, que pelas nomenclaturas abordam conteúdos referentes a representação descritiva (Quadro Organizativo da Actividade Documental; Tratamento e Análise da Informação Documental e Recuperação e Difusão da Informação Documental). Das três, somente conseguimos a ficha descritiva das duas primeiras. Analisando o conteúdo programático de *Quadro Organizativo da Actividade Documental* percebeu-se que com relação à atividade documental o conteúdo é mais voltado para bibliotecas, embora não esteja claro o

ensino da descrição bibliográfica. Acredita-se que seja uma unidade introdutória aos sistemas de informação, com ênfase nas atividades desenvolvidas por bibliotecas.

Já o conteúdo programático da unidade curricular *Tratamento e Análise da Informação Documental* possui um programa bastante extenso voltado quase que exclusivamente ao tratamento arquivístico. Embora tenha como um dos resultados esperados da aprendizagem, que os estudantes “identifiquem e saibam constituir os diferentes instrumentos de descrição documental de acordo com as normas de descrição”, apresenta tópicos genéricos sobre descrição. Não contempla normas de descrição arquivística na Ficha Descritiva da unidade, embora a norma ISAD(G) e a ISAAR(CPF) se encontre na bibliografia básica. Podemos inferir, portanto, que devido aos tópicos e à extensão do conteúdo programático da unidade *Tratamento e Análise da Informação Documental*, o ensino das normas de descrição arquivística fica na esfera da teoria.

Realizando uma comparação entre os conteúdos programáticos das unidades curriculares das escolas portuguesas que contemplam os tópicos em tela, percebemos que existe uma sequência lógica de conteúdos ministrados, isto é, todas as unidades procuram, inicialmente, conscientizar o estudante quanto à importância da organização/representação da informação para em seguida instrumentá-los ao uso correto das normas específicas de descrição dos diferentes tipos de documentos. Com isso, passa-se em seguida para a questão dos pontos de acesso de autoridade e título para recuperação da informação. Observa-se mais ênfase no ensino das normas de descrição de documentos de bibliotecas (ISBDs) do que na norma de descrição de documentos de arquivos (ISAD(G)). Isso é comprovado a partir dos seguintes dados levantados e descritos a seguir:

Somente os cursos relacionados abaixo citam como itens de conteúdo programático a norma internacional de descrição arquivística, a ISAD(G):

Ciências da Informação (UP) – Organização e Representação da Informação I “*As normas de descrição arquivística: a ISAD(G)*”;

Ciências da Informação Arquivística e Biblioteconômica (UC) – Descrição Bibliográfica “*A ISAD(G): estudo e análise*”;

Ciências da Informação e da Documentação (UPT) – Organização e Representação da Informação I “*A normalização da Descrição Arquivística: A norma ISAD(G)*”.

Ciências da Informação e Documentação (UCP) – Gestão Documental “*As normas ISAD(G)*”;

Ciências e Tecnologias da Documentação e informação (ESEIG) – Representação da Informação Arquivística “*Modelos e Normas de descrição arquivística: A Norma Internacional de Descrição Arquivística - ISAD(G)*”;

Informação e Documentação (IPP) – Organização e Representação da Informação “*Normas de descrição arquivística ISAD*”;

Esta constatação nos permite inferir que os cursos que destinam uma disciplina especialmente ao ensino da descrição arquivística abordam com muito mais propriedade essa questão, ao passo que aqueles que na mesma disciplina tratam de descrição de documentos bibliográficos e descrição de documentos arquivísticos, a tendência é que o ensino das normas de descrição de documentos de arquivos seja dado muito superficialmente e isso, obviamente, não instrumentaliza o estudante ao seu uso e aplicação satisfatoriamente. Neste aspecto, o único curso, em Portugal, que disponibiliza uma unidade curricular, especialmente a tratar das questões relativas a descrição arquivística é **Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação (ESEIG)** cuja unidade curricular, semestral obrigatória, com conteúdos teóricos e práticos, denomina-se Representação da Informação Arquivística e o item do programa “*Modelos e Normas de descrição arquivística: A Norma Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G)*”.

Como norma de apoio ao ensino da descrição bibliográfica, verificou-se que em Portugal, os cursos de Licenciatura em Ciência da Informação não adotam como instrumento de normalização bibliográfica as regras de catalogação americanas, as AACR. Utilizam para a descrição as ISBDs e para a determinação de pontos de acesso por produtores e títulos, as RPC.

Ao abordar as ISBDs, a maioria dos cursos enfoca sua estrutura, as zonas, a pontuação e a ordem de apresentação dos elementos para em seguida focar a descrição bibliográfica dos diferentes suportes e sua respectiva ISBD.

Nota-se que apenas o curso da Universidade do Porto contempla também aspectos referentes à indexação. Os demais cursos têm unidades curriculares específicas para tratar de indexação, conforme foi verificado nos planos de ensino das demais escolas.

Interessante observar que, com exceção do curso de Licenciatura em Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação da ESEIG, que apresenta em seu Plano de Curso (Anexo I) a unidade curricular *Representação da Informação Arquivística* no primeiro semestre do segundo ano, nos demais cursos que a contemplam, a descrição bibliográfica é ensinada primeiro que a descrição arquivística e isso é realizado por meio do ensino da aplicação das normas internacionais adequadas a cada caso, ou seja ISBD, para a representação descritiva de documentos bibliográficos e ISAD(G), para a representação descritiva de documentos de arquivo. Neste sentido, concordamos com Ribeiro (2005c, p. 96) e provavelmente em sua afirmativa esteja a explicação para esse fato, quando explica que

[...] as normas [são] frutos de uma evolução histórica em que a Biblioteconomia avançou mais rapidamente nos aspectos técnicos de representação descritiva normalizada, enquanto que a Arquivística esperou até aos anos noventa do século XX para obter consenso internacional sobre uma norma para descrição.

Fato é que, normas para descrição bibliográfica surgiram muito antes que normas para a descrição arquivística, e essas últimas foram grandemente baseadas nas primeiras, o que naturalmente facilita o seu entendimento, o que justifica o fato da maioria das escolas portuguesas as ensinarem na sequência.

Pela frequência do termo descrição bibliográfica nos conteúdos programáticos das unidades curriculares dos cursos portugueses que fizeram parte deste estudo, pode-se inferir que as mesmas consideram a catalogação um processo mais amplo e que a descrição bibliográfica é uma parte daquela, indo ao encontro da maioria dos teóricos da área, com os quais partilhamos.

Observa-se que apenas o curso de Ciências da Informação e da Documentação da UAb usa o termo “catalogação” e não “descrição” ao longo de todo o conteúdo programático das duas unidades curriculares (Análise e Linguagens Documetais I e Análise e Linguagens Documetais II) ao se referir ao tratamento documental, e como já foi mencionado anteriormente, apenas refere-se a documentos de bibliotecas.

As Regras Portuguesas de Catalogação – RPC aparecem nos conteúdos programáticos das unidades curriculares poucas vezes. Isso nos causou estranheza, pois sabemos que este é o instrumento adotado em Portugal, no que se

refere à escolha e forma dos cabeçalhos de autoridade e título. Entretanto, devemos lembrar que este estudo limitou-se a analisar apenas o ensino da descrição bibliográfica e não questões referentes ao acesso por produtores e títulos.

Nesse sentido, verificou-se que somente dois cursos deixam claro em seus conteúdos programáticos o termo Regras Portuguesas de Catalogação – RPC: o de Ciências da Informação Arquivística e Biblioteconómica da UC, nas unidades Teoria e Métodos de Organização da Informação III, e Teoria e Métodos de Organização da Informação IV e o de Ciências da Informação e da Documentação da UCP, nas disciplinas Organização e Representação da Informação I e Organização e Representação da Informação II.

Embora não apareça nos programas das demais unidades curriculares referentes à catalogação, podemos inferir que são utilizadas, uma vez que, como vimos, são as regras de apoio no que se refere à escolha e forma dos cabeçalhos.

Isso posto, podemos concluir que nas escolas portuguesas, no que se refere ao ensino da representação descritiva, as normas ensinadas são: as ISBDs (descrição bibliográfica) qualquer que seja o tipo de documento em causa e as Regras Portuguesas de Catalogação (escolha e forma dos cabeçalhos).

Relativamente à catalogação automatizada, nota-se uma preocupação da maioria das escolas portuguesas no sentido de incluir nos conteúdos programáticos a questão dos formatos sendo abordado principalmente o MARC e seus derivados, nomeadamente o UNIMARC. Entretanto, percebe-se que há unidades curriculares de alguns cursos que, pelo que consta nos seus conteúdos programáticos, não tratam deste assunto nas unidades relativas à representação descritiva e sim em outra disciplina denominada Armazenamento e Recuperação da Informação, como é o caso dos cursos da Universidade do Porto e do Instituto Politécnico do Porto.

Constatou-se que, normalmente, as escolas portuguesas destinam **duas** unidades curriculares para o ensino relativo à organização e representação da informação, sendo que uma delas aborda conteúdos relativos à descrição bibliográfica e arquivística e a outra a conteúdos referentes a pontos de acesso por produtores e títulos. Somente a Universidade do Porto contempla, além disso, conteúdos sobre indexação.

Relativamente ao modelo FRBR (Functional Requirements for Bibliographic Records), assunto emergente que permeia a área de Organização e

Tratamento da Informação, mais precisamente a Catalogação, cuja proposta é apresentar uma maneira de organizar a informação, de forma a possibilitar uma obtenção de resultados mais completos para as buscas dos usuários, só é abordado pelos cursos da UC na unidade curricular Descrição Bibliográfica e da ESEIG na unidade Organização da Informação I, os demais cursos não mencionam esse conteúdo, o que demonstra que os conteúdos programáticos das unidades relativas à catalogação/descrição, dos mesmos precisam ser atualizados, uma vez que questões relativas aos FRBRs estão trazendo mudanças radicais na representação bibliográfica.

4.4.3.2 Graduação em Arquivologia – Brasil

O quadro 20, mostra, quando possui, a nomenclatura atribuída às disciplinas dos cursos de graduação em Arquivologia brasileiros que fizeram parte do estudo, que contemplam conteúdos referentes à normas/descrição/catalogação de documentos de arquivo.

Instituição	Nome da disciplina	CH	Período	Normas de Descrição
UFBA	Laboratório de Arquivos Permanentes I	60hs	5º.Sem.	Não
	Laboratório de Arquivos Permanentes II	60hs	6º.Sem.	Sim
UnB	Arquivo Permanente I	60hs	6º.Per.	Sim
	Arquivo Permanente II	60hs	7º.Per.	Sim
UFES	Arranjo e Descrição de Documentos de arquivo	60hs	4º.Per.	Não
UEL	Não possui	Não	Não	Não
UFF	Arquivos Permanentes	90hs	6º.Per.	Não
UNIRIO	Arranjo e Descrição de Documentos	60hs	4º.Série	Sim
UNESP	Descrição Documentaria	60hs	6º.Sem.	Sim
UFRGS	Descrição Arquivística	60hs	6º.Sem.	Sim

Quadro 20 – Disciplinas dos cursos de Arquivologia brasileiros que contemplam conteúdos sobre descrição arquivística.

Se considerarmos apenas as nomenclaturas constantes nas Grades Curriculares dos referidos cursos, constata-se que quatro deles oferecem ao menos uma disciplina dedicada exclusivamente a tratar da descrição de documentos de arquivo. Incluem em seu plano de ensino, disciplina específica sobre descrição arquivística, com carga horária, ementa, conteúdo programático e bibliografia, facultando o estudante acesso a esse conteúdo com mais propriedade, uma vez que seu curso dispõe de uma disciplina destinada exclusivamente ao ensino deste conteúdo. No entanto, analisando cuidadosamente os conteúdos programáticos de cada uma delas, verificou-se que a disciplina Arranjo e Descrição de Documentos de Arquivo ofertada pelo curso de Arquivologia da UFES aborda “descrição” como atividade no processo de avaliação e de classificação de documentos de arquivo e não a descrição arquivística à luz da ISAD(G).

Portanto, apenas três cursos possuem disciplinas obrigatórias, dentro de sua grade curricular, dedicadas exclusivamente ao ensino da descrição arquivística na ótica das normas existentes. São eles:

- UFRGS – Descrição Arquivística;
- UNESP – Descrição Documentária;
- UNIRIO – Arranjo e descrição de Documentos.

Nessas disciplinas, podemos perceber a preocupação dos cursos em destacar, não só a importância do arranjo e da descrição para a organização física, o acesso e a difusão dos acervos arquivísticos, como também o ensino, aos futuros arquivistas dos princípios, das normas e dos padrões nacionais e internacionais tais como a ISAD(G), NOBRADE, ISAAR(CPF), ISAF e ISIAH que regulam as atividades de arranjo e descrição documentos de arquivos.

Acredita-se que o profissional arquivista formado por essas instituições, no que diz respeito às competências e habilidades no âmbito da descrição, será capaz de planejar, executar e elaborar instrumentos de pesquisa com base metodológica que lhe permita representar os aspectos formais do documento, de forma a permitir aos utilizadores condições de identificar, no acervo em questão, os documentos que estão ali armazenados.

Unidades curriculares específicas a tratar da representação descritiva no contexto da arquivologia, abordando normas vigentes de descrição, é extremamente importante, pois a descrição engloba várias atividades desenvolvidas pelos arquivistas, dentre elas a implementação de programas e políticas de

descrição documental que são aplicados especialmente em arquivos permanentes, de maneira que efetivamente possibilite o acesso às informações arquivísticas contidas nos mais diferentes suportes documentais de valor permanente. Em dois outros cursos brasileiros, os conteúdos programáticos referentes à descrição arquivística, incluindo as normas, estão vinculados as atividades dos arquivos permanentes:

- UFBA – Laboratório de Arquivos Permanentes II;
- UnB – Arquivo Permanente I e Arquivo Permanente II

Esta postura vai ao encontro do pensamento de Belloto (2004) que vê o processo de descrição acontecer de forma natural em arquivos permanentes, afirmando, sobretudo, que esta função não caberia em arquivos correntes nem em intermediários, pois as informações fornecidas nesses ambientes seriam menos pormenorizadas do que num arquivo permanente.

Entretanto, o curso de Arquivologia da UFBA, menciona *Normas de descrição internacional em arquivos permanentes, a exemplo da ISAD(G)*, como último *item* da última unidade do conteúdo programático da disciplina Laboratório de Arquivos Permanentes II, o que nos permite inferir que o estudante não sairá devidamente instrumentalizado ao uso e aplicação da referida norma de descrição arquivística.

No curso da UnB, as duas disciplinas de arquivos permanentes, inserem a ISAD(G). Em Arquivo Permanente I aborda-se o fundo de arquivo e o princípio de proveniência como conceitos chaves para a ISAD(G) e em Arquivo Permanente 2 volta a ser abordada a referida norma, bem como a NOBRADE, ambas como diretrizes para a elaboração de instrumentos de pesquisa.

No curso da UFF, embora haja uma unidade no conteúdo programático destinado ao planejamento do programa arquivístico, verifica-se a total ausência de normas de descrição. Acredita-se que as mesmas sejam ensinadas na disciplina *Normas e Padrões para o Tratamento e Descrição da Informação* cujo plano de ensino não nos foi possível verificar, uma vez que o referido programa está ainda sendo elaborado, segundo informações da coordenação do curso de Arquivologia da UFF.

Dos oito cursos de Arquivologia brasileiros analisados neste estudo, verificou-se que somente um deles não contempla conteúdo programático relativo à representação descritiva da documentação arquivística para fins de elaboração de

instrumentos de pesquisa. Trata-se do curso de Arquivologia da UEL. Em princípio, verificou-se que, em sua grade curricular, há três disciplinas denominadas: *Gestão Documental I*, *Gestão Documental II* e *Arquivos Permanentes*, onde no conteúdo programático de cada uma delas, aparece apenas a palavra “descrição”.

Na primeira disciplina esta palavra aparece como *sub-item* de gestão de documentos nos arquivos correntes, na segunda como *sub-item* de gestão de documentos em arquivos intermediários e finalmente na terceira como um *item* denominado “arranjos, descrição e análise crítica dos Arquivos Permanentes brasileiros”. Analisando, cuidadosamente, a ementa, os objetivos, o conteúdo programático e principalmente a bibliografia básica (onde não consta ao menos uma referência sobre normas de descrição arquivística), de cada uma das disciplinas mencionadas acima, concluímos que, comparadamente aos de todas as outras escolas brasileiras em estudo, os planos de ensino das referidas disciplinas, não nos oferecem subsídios suficientes para afirmar que este assunto seja ensinado aos alunos do referido curso. (cf. Anexo R).

Recomenda-se que haja uma reformulação desses planos e atualização das bibliografias e que eles espelhem adequadamente o conteúdo ministrado em sala de aula. Entretanto, se os conteúdos ensinados aos estudantes são exatamente o que consta nos planos disponíveis e que foram analisados nesta pesquisa, recomenda-se que o curso de Arquivologia da UEL reveja-os, a exemplo dos demais cursos brasileiros.

De maneira geral, os conteúdos programáticos constantes nos planos de ensino dos cursos de Arquivologia no Brasil demonstram uma coerência e uma boa abrangência de conteúdos ministrados aos estudantes com relação à descrição arquivística. Isso demonstra certa valorização da referida disciplina, bem como da importância de que os futuros profissionais arquivistas conheçam os princípios lógicos e normativos das atividades de descrição e estejam capacitados a elaborar instrumentos de pesquisa em arquivos.

A maioria deles apresenta os conceitos de descrição, o princípio de proveniência, as normas de descrição arquivística a fim de capacitá-los para a elaboração de instrumentos de pesquisa. Entretanto, a ISAD(G), como unidade de conteúdo programático, aparece claramente, somente nos cursos e nas disciplinas das seguintes universidades:

- UFBA – Disciplina: *Laboratório de Arquivos Permanentes II: Normas de descrição internacional em arquivos permanentes, a exemplo da ISAD(G)*;
- UnB – Disciplina: Arquivo Permanentes 1: *O fundo de arquivo e o princípio de proveniência como conceitos-chave para a Norma Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G)* e em Arquivos Permanentes 2, novamente é abordada a ISAD(G) dentro do item *Diretrizes para a elaboração de instrumentos de pesquisa*.
- UNESP – Disciplina: Arranjo e Descrição de Documentos: *Norma Internacional de Descrição Arquivística (ISAD)*;
- UFRGS – Disciplina: Descrição Arquivística: Unidade 3: *A Norma ISAD(G), A Norma ISAAR-CPF, Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE*.

A norma brasileira – NOBRADE é mencionada por apenas duas das escolas acima citadas: UFRGS e UNB. A ISAAR(CPF) apenas pela UFRGS.

Observamos que somente os cursos de Arquivologia da UFBA e da UnB contemplam em seus conteúdos programáticos o uso das novas tecnologias na atividade de descrição.

De maneira geral, os cursos de Arquivologia do Brasil demonstram reconhecer, mesmo com carga horária mínima, por meio de seus conteúdos programáticos, o valor e a necessidade da atividade descritiva, pois somente ela, quando bem feita, proporcionará ao pesquisador meios para encontrar o que necessita e mais, saber o que existe no arquivo e que poderá vir a ser de seu interesse. Nesse sentido, afirma Bellotto (2004, p.179) “a descrição é a única maneira de possibilitar que os dados contidos nas séries e/ou unidades documentais cheguem até os pesquisadores”.

Entretanto, esse estudo demonstrou que os cursos de Arquivologia brasileiros ainda não estão a dar a devida ênfase ao ensino do uso de normas de descrição arquivística, se comparado ao ensino do uso de normas de descrição de documentos de bibliotecas. Essas sim fazem parte de todos os programas dos cursos de Biblioteconomia, como veremos mais à frente.

A UFF não menciona no programa da disciplina Arquivos Permanentes nenhuma norma de descrição arquivística, porém, reserva 20 das 90hs, para trabalhar no planejamento do programa descritivo, instrumentos de pesquisa etc.

Entretanto, os currículos dos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia da UFF estão em fase de reformulação e neles está sendo incluída a disciplina denominada *Normas e Padrões para o Tratamento e Recuperação da Informação* cuja carga horária será de 60hs, que deverá ser ofertada aos dois cursos (Arquivologia e Biblioteconomia) e contemplará normas e padrões de descrição para documentos de arquivos e para documentos de bibliotecas. Considera-se a iniciativa da UFF, de ofertar disciplina comum aos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia um avanço, uma quebra de paradigmas, exemplo que deveria ser seguido por todos os demais cursos brasileiros.

4.4.3.3 Graduação em Biblioteconomia – Brasil

Conforme mostra o Quadro 21, na página seguinte, todos os cursos de Biblioteconomia brasileiros, que fizeram parte deste estudo, contemplam, em seu currículo, uma ou mais disciplinas, com carga horária considerável, designadas ao ensino da descrição bibliográfica/catalogação, bem como do uso das normas de descrição de documentos de bibliotecas.

Instituição	Nome da disciplina	CH	CH total	Período	Predomínio de conteúdo
UFBA	Catálogo I	102	170	4º. em.	Catálogo, ISBD, AACR2
	Catálogo II – Materiais Especiais	68		5º. em.	Pontos de acesso e descrição de materiais especiais
UnB	Catálogo	68	68	3º. em.	Hist. Catálogos, descrição bibliogr., formatos
UFES	Representação Descritiva	60	120	3º.Sem.	Desc. Bibliog., AACR2, formatos
	Representação Descritiva	60		4º.Sem.	Cata. Desc.de multimeios
UEL	Representação Descritiva I	68	170	1º.Sem.	Hist. Catálogos, Repr.Desc., AACR2
	Representação Descritiva II	34		2º.Sem.	Cabeçalhos, títulos uniformes e remissivas
	Tecnologias Aplicadas à RD	68		4º.Sem.	Automação da catalogação
UFF	Representação Descritiva I	60	210	3ºSem.	Repres.desc., norma NB6013, catálogos
	Representação Descritiva II	90		4ºSem.	AACR2
	Representação Descritiva III	60		5º.Sem.	Rep.desc. materiais especiais, automação da catalogação
UNIRIO	Introdução à Catalogação	45	270	2º.Sem.	Histórico da Cat., tipos de catálogos
	Catálogo I	90		3º.Sem.	AACR2, descrição:regras gerais e Mono, Pontos de acesso, remissivas
	Catálogo II	60		4º.Sem.	Análise, Entidades coletivas
	Catálogo III	75		4º.Sem.	Catálogo de materiais especiais; Formatos
UNESP	Catálogo	90	150	2º.Sem.	Hist. Cat., CBU, AACR2, Pontos de acesso
	Catálogo Automatizada	60		3º.Sem.	Automação catalogação, formatos, conversão retrospectiva
UFRGS	Representação Descritiva A	60	165	3º.Sem.	AACR2, Desc. Bibliog. Impressos e não impr. Formato Marc
	Representação Descritiva B	60		4º.Sem.	Pontos acesso, entidade coletiva, tit. uniformes, remissivas
	Representação Descritiva C	45		5º. em.	Controle aut., pub. seriadas, análise e política catalogação

Quadro 21 – Descrição das disciplinas dos cursos de Biblioteconomia brasileiros que contemplam conteúdos sobre Representação Descritiva/Catálogo.

Comparando-se o quadro das disciplinas do curso de Arquivologia (Quadro 20) com os de Biblioteconomia (Quadro 21), observa-se uma situação muito diferente em relação ao ensino da representação descritiva. Nos cursos de Biblioteconomia a questão é muito mais favorável. Primeiramente todos eles contemplam no mínimo uma disciplina a tratar deste conteúdo, com uma carga horária bem maior para a descrição/catalogação do que nos cursos de Arquivologia, quando elas existem.

Ainda com relação à carga horária, percebe-se uma divergência muito grande em termos de quantidade de horas por disciplinas entre os cursos de Biblioteconomia brasileiros. A UNIRIO, por exemplo, reserva 270 horas da carga horária total de seu currículo, enquanto que a UnB apenas 68.

Pela experiência adquirida em alguns anos ministrando esta disciplina, acredita-se que em apenas 68hs não é possível preparar o estudante para o

exercício da importante tarefa que é a catalogação, com habilidade e competência para lidar com a diversidade de ambientes e de suportes atualmente existentes.

Temos consciência de que a Catalogação, como outras áreas do Processamento Técnico, passa por grandes mudanças: das fichas catalográficas impressas para os registros bibliográficos legíveis por computadores; dos catálogos impressos para os catálogos *online* até as redes de catalogação cooperativa. No entanto, nada disso dispensa o ensino das normas e padrões, tão necessários, principalmente para o intercâmbio de dados.

Pela análise realizada nos programas curriculares de catalogação, das escolas de Biblioteconomia brasileiras que fizeram parte deste estudo, observou-se que, de modo geral, as mesmas, trabalham com o foco na prática catalográfica, tendo como instrumento de apoio e base de conteúdos o Código de Catalogação Anglo Americano, segunda edição (CCAA2) e os estudantes são orientados para o exercício e a elaboração de registros bibliográficos no formato de fichas tradicionais de catalogação 12,5cm x 7,5cm ou formato MARC.

Verificou-se que poucos cursos direcionam para a construção de bancos de dados, portanto, o formato MARC e os metadados ainda têm um peso pequeno nos programas das disciplinas, comparado a outros conteúdos. Na verdade, aqueles cursos que não possuem uma disciplina específica a tratar da catalogação automatizada, com periodicidade e carga horária própria, apenas introduzem o aluno nessas questões, pois os conteúdos são bastante extensos e complexos e a carga horária, obviamente, não permite que esses conteúdos possam ser ensinados de fato. Corroborando com isso, e concordamos com elas, Machado, Helde e Couto (2007, p.102) quando afirmam que:

No Brasil, o conhecimento da utilização dos códigos de catalogação é obtido durante o período de formação regular, nos cursos superiores de Biblioteconomia, entretanto a aplicabilidade destes conhecimentos em bases automatizadas se dá, na maioria das vezes, na prática, ou seja, por meio dos estágios curriculares e não curriculares ou durante a atuação profissional.

Vejamos a situação dos cursos brasileiros em relação a abordagem desses conteúdos:

UFBA – Disciplina: Catalogação I: Publicações “*MARC e sua influência em outros formatos e Catalogação de recursos eletrônico (metadados)*”;

UnB – Disciplina: Catalogação: *“Catalogação na prática. Introdução aos formatos MARC e Unisist. Elementos dos registros bibliográficos e documentais nos sistemas informatizados. Catálogos coletivos. Sistemas cooperativos. Bases de dados. Elementos dos registros bibliográficos e documentais dos recursos da Internet. Publicações eletrônicas. Bases de dados e motores de busca. Metadados.*

UFES – Disciplina: Representação Descritiva I: *Formatos de intercâmbio, MARC 21, Conversão retrospectiva, Metadados.*

UFF – Disciplina: Representação Descritiva de Documentos III: *“Automação da catalogação: conceituação, histórico, estrutura de um formato bibliográfico; descrevendo documentos segundo um formato”;*

UNIRIO – Disciplina: Catalogação III: *“MARC; Metadados”.*

UFRGS – Disciplina: Representação Descritiva A: *“Formato MARC: estrutura”;*

Somente duas escolas contêm em sua grade curricular disciplinas obrigatórias, com código, ementa e carga horária exclusiva para o ensino da catalogação automatizada:

➤ **UEL** – Disciplina: *Tecnologias aplicadas à Representação Descritiva* (68hs) (Anexo R)

➤ **UNESP** – Disciplina: *Catalogação automatizada* (60hs) (Anexo Y).

Considera-se ser imprescindível que o estudante antes de iniciar a prática da elaboração de registros bibliográficos tenha clareza da importância da catalogação como atividade profissional especializada; do contexto histórico, social e cultural que levou a criação desse procedimento, dos princípios que regem a área (Declaração de Paris). Neste sentido, observou-se que de maneira geral, os conteúdos programáticos das disciplinas dos cursos de biblioteconomia brasileiros, contemplam, como *itens* iniciais, esses assuntos, ou seja, a história dos catálogos e da catalogação.

Entretanto, o mesmo não acontece nos cursos de licenciatura em ciência da informação portugueses, com exceção do curso de Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação, da Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão – ESEIG, na unidade curricular Organização da Informação I. Os demais cursos portugueses não incluem em suas unidades curriculares

conteúdos referentes à história dos catálogos e da catalogação. Pode ser, entretanto, que sejam tratados em outras disciplinas do plano curricular.

Todos os cursos de Biblioteconomia brasileiros que fizeram parte deste estudo procuram ensinar a catalogação em seu sentido amplo, ou seja, além da descrição bibliográfica capacitam o estudante a identificar e justificar a escolha e a forma dos pontos de acesso para nomes pessoais e coletivos.

Relativamente aos novos desenvolvimentos teóricos da catalogação, mais precisamente os FRBRs, constatou-se que somente a UNESP e a UNIRIO já incluíram nos programas das disciplinas, um *item* sobre esse assunto.

4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal das discussões desta investigação, foi realizar um estudo comparativo sobre o ensino da representação descritiva de documentos nos cursos da área de Ciência da Informação, nomeadamente a Licenciatura em Ciência da Informação em Portugal, a Graduação em Arquivologia e a Graduação em Biblioteconomia no Brasil.

Iniciamos este trabalho realizando uma “viagem” através dos tempos buscando as origens e a evolução histórica dos arquivos e das bibliotecas para entendermos como esses dois tipos de serviços de informação caminharam até que se estabelecessem limites (por força dessa própria evolução) entre esses serviços de informação, uma vez que ambos conservavam tanto documentos de natureza arquivística quanto materiais bibliográficos. Entretanto, foram se distanciando através dos tempos.

A diferenciação começou a ficar evidente a partir da invenção da imprensa com a duplicação mecânica dos textos.

Na verdade, constatou-se por meio da revisão de literatura, que a Arquivologia e a Biblioteconomia, na sua origem, estão rigorosamente próximas, tanto que suas trajetórias comprovam que até a Idade Média arquivos e bibliotecas eram praticamente a mesma entidade, uma vez que organizavam, preservavam e armazenavam diversos tipos de documentos.

Até finais do século XIX, assistimos às preocupações com a salvaguarda do patrimônio dos arquivos, bem como às preocupações com a

bibliografia e com as bibliotecas. Portanto, essas duas áreas de estudo, a Arquivologia e a Biblioteconomia sempre caminharam lado a lado, tendo apenas objetos de trabalhos específicos.

Atualmente, já podemos afirmar que as diferenças entre arquivos e bibliotecas estão fundamentadas em dois e complementares eixos: os acervos e as instituições que os abrigam, lembrando, acima de tudo que são as informações que esses estão incumbidos de tratar, organizar, armazenar e disseminar que ligam os profissionais das duas áreas.

Relativamente ao tratamento e organização dos documentos, notadamente a representação descritiva, verificou-se que os procedimentos estão estritamente ligados a natureza dos materiais com que lidam o arquivista e o bibliotecário. O primeiro lida com unidades agrupadas ou menores cujo valor está, na maioria das vezes, relacionado entre si. O bibliotecário lida, geralmente com unidades avulsas, material colecionado de fontes diversas, adquirido por compra, doação ou permuta, existente em numerosos exemplares e que não depende da relação com outras peças. De qualquer modo toda documentação, seja ela abrigada pelo arquivo ou pela biblioteca precisa passar por um tratamento documental que compreende várias operações, entre elas a catalogação e esta por sua vez pressupõe o uso de normas e padrões internacionais que devem ser aceitos, compartilhados e respeitados por todos os países garantindo assim o intercâmbio e a troca de dados, e que esses possam ser convertidos em forma legível à máquina.

O produto final deste processo (catalogação) são os instrumentos de pesquisa, sendo os catálogos (manuais ou *online*), os mais comuns em bibliotecas e nos arquivos, além dos catálogos, os guias, índices e os inventários.

Verificamos que a catalogação bibliográfica é composta por três partes: dados de localização (nº. de chamada no Brasil e cota em Portugal), descrição bibliográfica e pontos de acesso. O foco deste trabalho esteve na descrição, porém, não apenas a bibliográfica, mas também na descrição arquivística. Sendo assim verificamos que apesar de várias tentativas de se estabelecer códigos nacionais de catalogação e normas para a descrição bibliográfica o que as escolas e cursos de Biblioteconomia e as bibliotecas adotam para a descrição bibliográfica e pontos de acesso de autoria e título, são as Anglo American Cataloguing Rules – AACR2 – Código de Catalogação Anglo Americano, 2ª. edição – AACR2 (Brasil) e as International Standard Bibliographical Description – ISBDs e as Regras Portuguesas

de Catalogação – RPC (Portugal) respectivamente para a descrição bibliográfica e os pontos de acesso de autoria e título.

As ISBDs se tornaram ao longo do tempo valiosas ferramentas de gestão para as bibliotecas ao padronizar a descrição bibliográfica permitindo e facilitando o intercâmbio de registros bibliográficos entre agências nacionais e internacionais. As ISBDs foram fruto de muitos encontros entre especialistas em catalogação, iniciados na década de 1960, serviram de base para a confecção das AACR cujo embrião surgiu na "Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação", realizada em Paris, em 1961, organizada pela IFLA e patrocinada pela UNESCO, e que levou inicialmente à publicação do Código de Catalogação Anglo-Americano (Anglo-American Cataloging Rules-AACR), em 1967, porém, somente dois anos depois, em 1969 é que foi publicada a primeira edição brasileira.

Em 1978, novo código foi publicado em inglês. No Brasil, a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições – FEBAB, a partir de vários contatos realizados com a American Library Association, Library Association e Canadian Library Association, assinou em 11 de julho de 1980 o acordo que autorizava a Federação a publicar a obra em língua portuguesa, disponível em dois volumes: em 1983 o v. 1, e em 1985 o v. 2. Sofreu atualizações em 1988, sem reimpressão do código no Brasil. Em janeiro de 2003, a FEBAB disponibilizou aos bibliotecários brasileiros e dos países de língua portuguesa o novo Código de Catalogação Anglo-Americano, 2ª edição, revisão 2002.

O resultado obtido proporcionou o conteúdo necessário para esta nova edição, impressa conforme o original em língua inglesa, no formato de folhas soltas acondicionadas em pastas especiais, para facilitar as atualizações posteriores.

Já relativamente à padronização da representação arquivística, as normas existentes são: Norma Internacional de Descrição Arquivística Geral – ISAD(G), para descrição e a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias - ISAAR(CPF) para pontos de acesso de “produtor”, que surgiram em 1992, tendo sido revista e atualizada em 2000 e disponibilizada, via Internet em janeiro de 2003. A última norma de que temos conhecimento é a *International Standard on Activities/Functions of Corporate Bodies* - ISAF ou Norma Internacional sobre as Atividades e Funções de entidades, conta já com uma versão provisória, na qual se avançam recomendações sobre a

forma de relacionar as descrições de funções/atividades com as descrições conformes à ISAD(G) e com os registros de autoridade conformes à ISAAR(CPF).

Em seus primeiros momentos, a formação de bibliotecários no Brasil, ficou restrita às cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, onde participavam alunos de outros estados do país que após concluírem seus cursos, retornavam às suas regiões e fundavam novas escolas e cursos. Assim, os mesmos foram se proliferando e com eles foram nascendo as associações de classe, conselhos e outros órgãos relacionados e com isso o reconhecimento e a valorização do profissional.

Já a formação do arquivista em nível superior surgiu, no Brasil, totalmente à parte da dos bibliotecários, sendo que o primeiro curso teve início em 1977.

Os cursos de Biblioteconomia e Arquivologia brasileiros são pautados pelas Diretrizes Curriculares do Conselho Nacional de Educação. Em Portugal, a formação dos bibliotecários e arquivistas nasceu junta. Foi país pioneiro, a criar cursos de formação superior na área de Informação/Documentação. Começou como Curso de Bibliotecário-Arquivista, que foi substituído pelo Curso de Especialização em Ciências Documentais. A partir de 2001 iniciou-se uma nova fase com a criação dos cursos de Licenciatura em Ciência da Informação, pautados atualmente pelo Processo de Bolonha.

A Biblioteconomia foi a primeira disciplina a se preocupar com o tratamento da informação e neste sentido, como vimos, possui uma longa história, dedicada à organização, preservação e uso dos registros do conhecimento. A arquivologia, surgida tempos depois, pôde usufruir muitas das técnicas, normas e preceitos oriundas da biblioteconomia.

Com o aparecimento da Documentação, essas áreas evoluíram surgindo a Ciência da Informação rompendo com o passado de práticas que não se mostravam mais suficientes para atender às necessidades bibliográficas e documentais de uma sociedade marcada pelo surgimento das novas tecnologias, e, principalmente, de uma comunidade científica em contínuo processo de crescimento.

Mesmo diante de tantas mudanças, o ensino da Catalogação/Representação descritiva continua a fazer parte do currículo de todos os cursos que formam o profissional da informação, notadamente o bibliotecário e o arquivista, sempre tendo como objetivos desenvolver no estudante as habilidades

profissionais necessárias para descrever, em conformidade com normas nacionais e internacionais registros documentários de diferentes tipos, em ambientes tradicionais ou não.

Embora o foco maior desta pesquisa tenha sido os conteúdos programáticos das unidades curriculares/disciplinas que abordam a descrição de documentos, o desenvolvimento do trabalho nos proporcionou observar diferenças significativas no ensino como um todo da Ciência da Informação entre Portugal e Brasil, sendo a maior delas o fato de que em Portugal não há separação na formação de arquivistas e de bibliotecários, isto é, o curso se denomina Licenciatura em Ciência da Informação (com pequenas diferenças de nomenclatura) e os estudantes recebem a mesma formação visando prepará-los a atuarem profissionalmente na nova realidade da Sociedade da Informação onde os profissionais dos arquivos e das bibliotecas, e em geral, os gestores de informação possam desenvolver com competência suas atividades.

Vimos por meio da revisão de literatura, que este modelo formativo em Portugal é recente, devido à adequação ao processo de Bolonha, porém, a formação ministrada neste país sempre foi, durante quase um século, conjunta para bibliotecários e arquivistas, contrariamente aos modelos formativos da maioria dos outros países, inclusive o Brasil.

A implementação do processo de Bolonha envolvendo 29 países da Europa, inclusive Portugal, assinado em 19 de Junho de 1999 determinou alterações significativas no ensino superior deste país, assim como a Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Biblioteconomia e Arquivologia, aprovada pelo Parecer: CNE/CES 492/2001 em 03/04/2001, no Brasil.

A maior modificação do programa de Bolonha é a alteração do modelo de ensino, ou seja, de um ensino de conhecimentos acumulados e sistematizados para um ensino que valoriza a aquisição de competências de aprendizagem. Os países europeus têm até 2010, para implementar o novo paradigma do ensino superior, “visando a harmonização de políticas educativas compatíveis, atractivas e competitivas no espaço europeu” (BRAGA, 2006, p. 57).

O Referencial Europeu de Informação e Documentação define como competências para um profissional da informação: conhecimentos específicos de informação e documentação, competências relativas à comunicação, competências

relativas à gestão e à organização, outros conhecimentos aplicados à informação e à documentação.

Relativamente às aptidões: faculdade de adaptação, espírito de análise, sentido de antecipação, capacidade de comunicação, espírito crítico, espírito de curiosidade, espírito de decisão, capacidade de ouvir, espírito de equipe, espírito de iniciativa, sentido de organização, sentido pedagógico, perseverança, rigor e espírito de síntese (ALVES et al., 2006, p. 88).

Como vimos, os últimos vinte anos de formação da chamada área BAD, em Portugal, foram dedicados a diversos cursos profissionais e a pós-graduações ou cursos de especialização em Ciências Documentais com duração de dois anos, ofertados, de preferência, a licenciados da área de humanas com opções de Biblioteca e Arquivo. No início do século XXI, mais precisamente no ano de 2001, surge em nível nacional e como modelo pioneiro, em nível de Ciência da Informação, a primeira licenciatura, isto é, a Licenciatura em Ciência da Informação fruto da parceria entre a Faculdade de Letras e a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, seguida de outras, que foram devidamente caracterizadas ao longo deste trabalho.

A nosso ver, um aspecto que merece ser destacado no novo modelo formativo do espaço europeu, nomeadamente em Portugal, país que foi foco desta pesquisa, no âmbito da Ciência da Informação, preconizado pela licenciatura da FLUP/FEUP é que se percebeu que não há justificativa, de carácter científico, para separar a formação de bibliotecários e arquivistas, o que ocorre, entretanto, nos cursos brasileiros.

No caso brasileiro, se observarmos o que se diz nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Biblioteconomia e Arquivologia, quanto ao **perfil dos formandos**, verificamos que praticamente não há diferenças entre o que se espera da formação do bibliotecário e do arquivista. Na verdade a única diferença está nas palavras “bibliotecas” e “arquivos”, quando a Lei se refere aos espaços de atuação profissional dos mesmos. Quanto às **competências e habilidades gerais**, verificamos que as únicas diferenças estão no fato em que na Biblioteconomia há um item “Utilizar racionalmente os recursos disponíveis” e na Arquivologia “Identificar as fronteiras que demarcam o respectivo campo de conhecimento”, no restante, as competências e habilidades gerais recomendadas para a formação de arquivistas e bibliotecários são as mesmas.

Relativamente as **competências específicas**, aí sim se verifica a grande diferença existente do que se espera do arquivista e do bibliotecário formado pelas instituições brasileiras:

Arquivistas:

- Compreender o estatuto probatório dos documentos de arquivo;
- Identificar o contexto de produção de documentos no âmbito de instituições públicas e privadas;
- Planejar e elaborar instrumentos de gestão de documentos de arquivo que permitam sua organização, avaliação e utilização;
- Realizar operações de arranjo, descrição e difusão (BRASIL, 2001, *online*)

Bibliotecários:

- Interagir e agregar valor nos processos de geração, transferência e uso da informação, em todo e qualquer ambiente;
- Criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação;
- Trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza;
- Processar a informação registrada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação;
- Realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação (BRASIL, 2001, *online*).

Quanto aos **conteúdos curriculares**, foco principal desta pesquisa, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional preconiza igualmente conteúdos de formação geral e conteúdos de formação específica, os últimos constituindo o núcleo básico, nos quais se inscreve a formação de bibliotecários e de arquivistas e se encontram as unidades curriculares referentes à descrição de documentos de bibliotecas e documentos de arquivos, o que nos levou também a refletir sobre essas diferenças, chegando a conclusão que o que realmente diferencia o documento de arquivo do documento de biblioteca é o princípio de proveniência, isto é, todo documento produzido em um arquivo vem de uma única fonte e conservam sua relação com todos os outros documentos da organização e que o documento de biblioteca é tratado individualmente e os itens de sua coleção não precisam ser necessariamente ligados a todos os demais.

As bibliotecas desenvolvem suas coleções adquirindo, por compra, doação ou permuta, obras de apoio às pesquisas, de cunho informativo, educativo, culturais etc. e não oriundos de uma única organização ou fundo. Sendo assim,

arquivos e bibliotecas enquanto instituições têm finalidades diferentes e consequentemente seus documentos também, justificando, portanto, normas e formas de organização diferentes, porém, lembrando que o mais importante é considerar que os diferentes tipos de informações tratadas nas bibliotecas e arquivos não devem ser interpretados como tipos de documentos, mas tipos de utilização da informação.

Comparadamente aos cursos portugueses, relativamente ao ensino das normas de descrição arquivística, observa-se que eles abordam um pouco mais que os cursos brasileiros, porém acreditamos ainda ser muito baixa a incidência desses conteúdos em ambos os países, o que pode ser justificado pelo aparecimento recente de normas internacionais para descrição de documentos de arquivos.

A carga horária das unidades curriculares não foi posta como um elemento de análise nesta investigação, porém, no caso brasileiro, este detalhe nos chamou a atenção. Comparando a carga horária destinada às disciplinas relativas à representação descritiva, tanto nos cursos de Arquivologia como nos cursos de Biblioteconomia, percebe-se que a Biblioteconomia absorve uma carga horária muito maior que a destinada à descrição arquivística, e ainda que alguns cursos reservam uma disciplina especialmente para ensinar a representação descritiva de multimeios ou materiais especiais. Vemos isso como altamente positivo, devido aos inúmeros ambientes de atuação profissional em que a diversidade de suportes dos recursos informacionais está cada vez mais presente e portanto, necessita de profissionais capacitados para organizá-los, tratá-los com vistas à sua recuperação.

Portanto, observamos que há uma diversidade marcante nesses dois aspectos: carga horária destinada às disciplinas referentes ao ensino da descrição e a abrangência de conteúdos ministrados. Algumas escolas destinam uma carga horária significativa ao ensino da catalogação/representação descritiva, enquanto que outras nos parecem destinar o mínimo possível.

Relativamente ao ensino da **descrição bibliográfica**, as normas utilizadas pelos cursos portugueses são as ISBDs, enquanto que no Brasil os cursos utilizam as AACR2. Já para a descrição arquivística, ambos os países utilizam a norma ISAD(G), embora de maneira ainda superficial.

O uso de normas para descrição é importante porque o processo de descrição de documentos visa racionalizar e sistematizar, por meio de normas

universalmente aceitas, a ordem de elementos os quais permitem identificar e facilmente localizar o documento. Contudo, nesse processo de normalização, a Biblioteconomia tem um maior tempo de prática do que a Arquivologia. A Biblioteconomia, desde meados do século XIX, procura uma forma de uniformizar o processo de descrição, tornando-se mais acentuada ainda nas décadas de 60/70 com a introdução e uso dos computadores nas bibliotecas o que proporcionou a automação dos serviços facilitando o trabalho de profissionais e usuários. Consequentemente, a elaboração de um código no qual um padrão fosse seguido mundialmente, para que as informações pudessem ser compartilhadas, foi inevitável, afinal sem pensar em normas, não é possível automatizar.

Na Arquivologia, esse processo veio um pouco mais tarde, nas décadas de 1980/90, pois até então havia uma disparidade de modelos. Como vimos no Capítulo 2, as primeiras normas para descrição arquivística, bem como a ISAD(G) são originárias da Biblioteconomia, ou seja, de um manual de catalogação, conhecido pela sigla AACR. O ponto crucial aqui está no fato de que as AACR não estabelecem relações entre os documentos, não trata dos conjuntos documentais e sim como unidades isoladas e independentes, não contemplando os preceitos da descrição arquivística, já discutidos: o princípio da proveniência, o respeito à ordem original, a classificação determina a descrição e a descrição procede do geral para o específico. Talvez encontremos aqui uma justificativa plausível para a criação de normas diferentes para a descrição de documentos de arquivo.

Na Biblioteconomia, o registro bibliográfico, que é único, seja em formato de ficha catalográfica, impressa ou *online*, irá contemplar toda análise feita pelo profissional. Nela, os pontos mais importantes estão presentes, pois são os dados referentes ao autor, ao conteúdo e à edição e impressão.

Para entender as semelhanças existentes entre AACR e ISAD(G), recorreu-se ao trabalho de Albuquerque (2006) que em sua dissertação de mestrado dedicou um capítulo a comparar as duas normas. Em sua pesquisa, a autora concluiu e nossa pesquisa vem corroborar com ela, que as principais **semelhanças** são:

- Ambas têm como objeto de trabalho a informação registrada;
- Tanto num registro bibliográfico manual (ficha catalográfica) ou *online*, em bibliotecas ou num instrumento de pesquisa arquivístico, elaborado a partir de níveis hierárquicos do próprio arquivo, têm o mesmo objetivo de difundir, de ser o

elo entre o acervo e o usuário e de disponibilizar informações fidedignas e eficazes aos seus utilizadores;

- Os elementos físicos ou intelectuais em ambas as normas são descritos com a finalidade de extrair o máximo de informações exatas e objetivas;
- AACR e ISAD(G) têm áreas semelhantes;
- Na maioria dos casos, a busca pela informação, numa biblioteca, é mais específica, ao passo que num arquivo, documentos têm uma relação de encadeamento, tornando o trabalho mais amplo.
- O documento em uma biblioteca foi produzido com a finalidade de ser disseminado e tratado bibliograficamente, enquanto que, em um arquivo, o documento é produto de uma atividade e de uma ação, cujo conjunto não pode ser separado e tampouco ser identificado por assunto ou autor, pois têm todo um contexto e controle do próprio arquivo que dão sentido à sua existência;
- Na Biblioteconomia, a descrição é bastante sucinta, já na Arquivologia há necessidade de mais elementos contextuais.

Nossa pesquisa nos permite concluir, com relação à existência de normas diferenciadas para descrição de documentos de arquivos e bibliotecas, que a existência dessas instituições é milenar e que as práticas de tratamento documental, à medida que foram desenvolvidas, criaram avaliações próprias materializadas em códigos, respeitando reflexões e teorias do que seja um documento, para essas organizações.

Entretanto, podemos inferir aqui que não fossem tantas as divergências entre bibliotecários e arquivistas, desde a concepção dos cursos de Arquivologia, hoje poderíamos ter uma única norma de descrição de documentos, apenas respeitando-se as especificidades de cada documento, das instituições que os abrigam e do usuário deste documento.

O ideal, portanto, seria pensar na possibilidade de uma norma única de descrição a ser usada em todas as instituições que adquirem, tratam e disseminam a informação registrada, independentemente do suporte em que essa informação está.

No entanto, relativamente ao ensino dessas normas pelos cursos portugueses e brasileiros, consideramos que Portugal encontrou a forma ideal, uma vez que as mesmas são ensinadas aos futuros bibliotecários e arquivistas numa mesma unidade curricular. Observou-se que com exceção da Universidade Aberta, todos os demais cursos, em maior ou menor quantidade, contemplam unidades

curriculares que ensinam descrição arquivística e mencionam claramente a ISAD(G). Antes disso, Portugal encontrou, atendendo aos princípios da declaração de Bolonha, a forma ideal para o curso, isto é, esses profissionais são formados por uma única via: a Licenciatura em Ciência da Informação, evitando a duplicação de recursos e infra-estruturas e favorecendo a harmonização das formações de bibliotecários e arquivistas, muito embora Portugal tenha sido pioneiro neste sentido – desde o memorável curso Superior de Bibliotecário-Arquivista ao Curso de Especialização em Ciências Documentais – conforme relatado no Capítulo 3 desta tese.

Este estudo constatou que no Brasil as normas de descrição de documentos de arquivos e bibliotecas são ensinadas separadamente devido à própria separação existente para a formação de arquivistas e bibliotecários. No entanto, verificou-se que duas instituições, nomeadamente a Universidade Estadual Paulista – UNESP (Campus de Marília) e a Universidade Federal Fluminense – UFF já contemplam algumas unidades curriculares ministradas igualmente para ambos os cursos. O curso de Arquivologia da UNESP, criado posteriormente ao de Biblioteconomia, possui um núcleo geral comum aos dois cursos, ou seja, ao ser implantado, o curso de Arquivologia absorveu várias disciplinas já existentes e em funcionamento. Consideramos um grande avanço para a área, porém com relação à representação descritiva, ainda é ensinada separadamente em ambos os cursos, estando incluída no chamado núcleo específico.

Já a UFF está implantando um novo currículo que contempla disciplinas para atender aos dois cursos – Biblioteconomia e Arquivologia – e deverão incluir os padrões internacionais de descrição arquivística também, já que atualmente, pela análise feita na grade curricular do curso de Arquivologia existe apenas uma disciplina (Arquivos Permanentes), que possui uma unidade onde se contempla pouco conteúdo referente a descrição e nada sobre a norma ISAD(G). Assim, as atuais disciplinas Representação Descritiva I, II e III, exclusivas do curso de Biblioteconomia serão extintas e substituídas por, outras que atenderão aos dois cursos.

Entretanto, no caso brasileiro, com exceção do curso de Arquivologia da UEL, todos os demais cursos, que fizeram parte deste estudo, comprovaram por meio dos seus conteúdos programáticos que contemplam disciplinas que abordam o ensino da descrição, e a maioria deles menciona a Norma Internacional de

Descrição arquivística - ISAD(G), mas apenas dois – o curso da UnB e da UFRGS – expressam em seus conteúdos programáticos, além da ISAD(G), a Norma Brasileira de Descrição Arquivística, a NOBRADE.

A representação descritiva no contexto de Arquivologia pressupõe a fundamentação teórica e metodológica direcionada à implementação de Programas e Políticas de Descrição Documental aplicados especificamente aos Arquivos Permanentes e/ou Históricos, de forma a tornar eficiente e efetivo o acesso às informações arquivísticas contidas nos mais variados suportes documentais, principalmente os de valor permanente.

A Descrição engloba as diversas atividades desenvolvidas pelos arquivistas, no que diz respeito à aplicação dos referidos programas e políticas de Descrição Documental, cujo eixo está direcionado à elaboração e construção dos instrumentos de pesquisa, tais como os guias, os inventários, os catálogos e os repertórios, que permitam a disponibilização das informações contidas nos acervos arquivísticos e seu consequente acesso e difusão, aspectos determinantes e fundamentais de uma correta e eficiente Classificação Documental.

Esta pesquisa nos permite afirmar que, de modo geral, o objetivo principal das unidades curriculares, que fazem parte dos planos de ensino dos cursos de arquivologia no Brasil é o de proporcionar aos estudantes o conhecimento dos principais aspectos teóricos do processo de implementação de políticas de descrição documental e capacitá-los para a elaboração e construção de instrumentos de pesquisa (guias, inventários, catálogos, e índices) que permitem tornar os fundos documentais acessíveis para fins de estudos e pesquisas.

Para finalizar, com relação aos cursos de Biblioteconomia no Brasil e Ciência da Informação em Portugal recomenda-se considerar a opinião de autores e especialistas na área de catalogação (MEY, 2005; TILLET, 2004; PEREIRA, RODRIGUES, 2002), que vêm cada vez mais afirmando a necessidade das escolas repensarem a formação do profissional e estimular o estabelecimento de um processo de educação continuada para aqueles que lidam com o registro bibliográfico.

Dentre as inúmeras atividades desenvolvidas pelos bibliotecários e arquivistas está a de criar instrumentos de acesso a informação com o intuito de proporcionar a recuperação da informação de forma eficaz, o controle da linguagem documentária, a velocidade e a qualidade na resposta. Fazem parte da grade curricular de todos os cursos, formadores de bibliotecários e arquivistas, unidades curriculares que instrumentalizam o estudante a desenvolver esta importante e indispensável tarefa.

Esta pesquisa teve como objetivo fazer uma comparação entre os cursos de Biblioteconomia, Arquivologia e Ciência da Informação do Brasil e Portugal no que tange ao ensino da representação descritiva de documentos.

Pretendeu analisar os planos de ensino das unidades curriculares que contemplam conteúdos referentes à descrição de documentos de arquivos e de bibliotecas em cursos portugueses e brasileiros, que formam profissionais da informação aptos a trabalhar em arquivos, bibliotecas e outros ambientes em que se encontram os mais diferentes suportes da informação.

No Brasil, a formação deste profissional se dá unicamente, desde suas criações, por meio de cursos em nível de *graduação* sendo que na sua maioria se denomina **Curso de Biblioteconomia** – formando bibliotecários – e **Curso de Arquivologia** – formando arquivistas. O equivalente, em Portugal, denomina-se *licenciatura* havendo uma considerável diversidade de nomenclaturas, de acordo com cada escola.

Entretanto, neste país, a licenciatura não é a única formação existente. De 1935 até 1982, a formação de bibliotecários e arquivistas era comum sendo que o único curso existente denominava-se Curso de Bibliotecário-Arquivista. A partir de 1982, foram criados cursos em nível de pós-graduação denominados, em sua maioria, de Curso de Especialização em Ciências Documentais, nos quais existe um tronco comum no primeiro ano e duas variantes no segundo ano (Arquivo / Documentação e Biblioteca).

Com duração de dois anos, esses cursos têm o intento de fornecer uma base teórico-prática, considerada indispensável ao profissional da área de documentação, biblioteca e arquivo, incluindo as técnicas e normas de catalogação descritiva para documentos de bibliotecas e de arquivos.

Porém, o foco desta pesquisa foi somente os cursos portugueses em nível de licenciatura e os cursos brasileiros em nível de graduação.

Um longo caminho foi percorrido até se chegar a definir normas internacionais, aplicáveis às áreas das bibliotecas e da documentação. No Brasil, no campo da Biblioteconomia, são utilizados amplamente tanto para descrição, como para determinação de pontos de acesso às *Anglo American Cataloguing Rules* – AACR, enquanto que em Portugal é utilizada a *International Standard Bibliographical Description* – ISBD para descrição, e as *Regras Portuguesas de Catalogação* para determinação de pontos de acesso de autoridade e título. Para documentos arquivísticos, são utilizados, em ambos os países a *General International Standard Archival Description* – ISAD(G), para descrição e a *International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons, and Families* - ISAAR(CPF) para pontos de acesso de “produtor”.

Esta pesquisa constitui-se de um primeiro exercício para a discussão sobre o ensino das normas para descrição de documentos dentro das áreas da biblioteconomia e arquivologia. Foi motivada pelas dúvidas e reflexões a respeito da existência e conseqüentemente do ensino de diferentes normas para descrição de documentos de arquivos e bibliotecas. Também faz parte da construção deste texto a curiosidade a respeito da formação de bibliotecários e arquivistas em Portugal.

Desta forma, o tema se torna relevante no sentido de discutir como as normas de descrição de documentos de arquivos e bibliotecas são ensinadas nos cursos que formam profissionais para desempenharem essas atividades em nível de graduação (Brasil) e licenciatura (Portugal).

Os principais objetivos propostos para o desenvolvimento desta investigação foram comparar os conteúdos programáticos ministrados nas unidades curriculares referentes à representação descritiva/catalogação, dos referidos cursos, bem como quais as normas ensinadas para a descrição de documentos de bibliotecas e as normas para descrição de documentos de arquivos.

As unidades curriculares voltadas ao processamento técnico de documentos sempre fizeram parte dos currículos dos cursos da área de Ciência da Informação, em qualquer parte do mundo. Currículos vão se aperfeiçoando, se adaptando às mudanças exigidas pela evolução das tecnologias e da própria humanidade, mas as disciplinas denominadas técnicas, como a representação descritiva/catalogação sobrevivem e nenhuma alteração de currículo tem a ousadia de aboli-las. E dificilmente o farão, pois apesar de surgirem tecnologias de comunicação e informação cada vez mais eficientes e sofisticadas, o trabalho do

profissional da informação será sempre indispensável. E para que ele desempenhe essas funções com eficiência e eficácia, também é indispensável que na sua formação lhe seja ensinado normas e padrões nacionais e internacionais de descrição e que haja uma adequação dessas regras aos diferentes suportes.

Obviamente, as escolas precisam e devem atualizar seus currículos de forma a acompanhar as evoluções exigidas pelos novos tempos, bem como tenham um Projeto Político Pedagógico de acordo com sua região, e que haja preparação docente para ministrar tais conteúdos.

Por isso, concordamos com Machado; Helde e Couto (2007, p.102) quando afirmam que “a catalogação vem se apresentando como uma das ferramentas mais importantes para o compartilhamento de recursos, e que hoje é possível com o uso das inúmeras inovações tecnológicas que já estão à nossa disposição [...]”.

Este estudo comparativo nos fez despertar sobre a necessidade de uma visão integrada sobre a formação de arquivistas e bibliotecários no Brasil, uma vez que pudemos verificar que essa separação nunca existiu em Portugal e que nesse país o resultado nos parece ser altamente positivo. Atualmente, os cursos portugueses formam licenciados em Ciência da Informação e esses profissionais estão habilitados a exercer a profissão de arquivista, bibliotecário ou gestor da informação.

Sabemos que, no Brasil, existe resistência por parte de alguns docentes e especialistas da área, embora nenhum estudo, neste sentido, tenha sido realizado. Há os que defendam essa separação, alegando que os cursos integrados acabam por formar profissionais generalistas, ou seja, não formam nem arquivistas nem bibliotecários, argumentando que a CI é uma área teórica, não tem uma aplicação prática concreta ao passo que Arquivologia e Biblioteconomia são áreas profissionais que geram profissionais visíveis. E que a Arquivologia e a Biblioteconomia são campos de aplicação e de validação das teorias e metodologias oriundas da CI.

Nesta concepção, José Augusto Chaves Guimarães, autor com larga experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Organização da Informação afirma que:

Os estudantes formados por cursos de graduação em ciência da informação [serão] meros teóricos, ao passo que quando estou

formando arquivistas e bibliotecários estou formando [sic] profissionais que detêm conhecimentos específicos para serem aplicados em ambiências visíveis específicas: o arquivo, a biblioteca. (2007)⁹⁸.

Particularmente, sou contrária a essa posição, e esse estudo veio confirmar isso, haja vista a forma como é o ensino e a formação dos estudantes nos cursos de Licenciatura em Ciência da Informação em Portugal, porém não vejo no Brasil sinais de mudança, pois aqui existe uma institucionalização, um corporativismo já alicerçado, com interesses bem definidos, os profissionais com suas carreiras também definidas, ou seja, avançaram e se consolidaram nas graduações e pós-graduações.

Entretanto, deve-se considerar que apesar da Biblioteconomia e a Arquivologia serem parte de uma mesma base, ou seja, a Ciência da Informação, estas são atividades profissionais distintas em funções e objetivos. Porém, com respeito ao ensino da representação descritiva percebe-se que este está atualmente sujeito ao constrangimento, pois há normas distintas para bibliotecas e arquivos.

Consideramos ideal a existência de uma única norma a ser usada em todos os serviços de informação, uma vez que seu objetivo maior é o da organização da informação com vistas a sua recuperação. Afinal, esta é a finalidade última dos arquivos e das bibliotecas, isto é, comprovadamente, o acesso à informação.

Devemos considerar também que em contextos organizacionais não há distinção entre a biblioteca e o arquivo, mas existe um único sistema de informação. Deste modo, as normas existentes para a descrição são um espalho complicado e não se adaptam a essa realidade una e integrada.

A pesquisa também nos levou a concluir que as normas e padrões são frutos de uma evolução histórica da organização e tratamento da informação, e que serão necessárias sempre. No entanto, a introdução e o avanço das tecnologias de informação e comunicação em todos os setores, principalmente na sociedade da informação nos leva a repensar, enquanto formadores, as novas exigências conceituais e formais de descrição bibliográfica.

⁹⁸ Comunicação verbal. Palestra proferida em 2007.

A realidade atual, com a qual nos deparamos é que, como bem colocou Fernando Modesto (2008, *online*) “o conteúdo informacional descola-se dos suportes físicos, migra e expande-se irreversivelmente para o ambiente digital”.

Os profissionais da informação devem, por sua vez, acompanhar esses avanços tecnológicos e serem capazes de adaptar ou migrar serviços convencionais ao novo meio e gerar novos serviços e produtos de informação.

Neste cenário, também os usuários, tanto dos arquivos como das bibliotecas, ou qualquer outro tipo de sistema de informação, estão mais aptos e preparados nas diferentes técnicas de buscas e possíveis recuperações da informação. Essa realidade nos obriga a aceitar o fato de que, os mesmos estão cada vez mais satisfeitos com a rapidez da pesquisa realizada na Internet e, portanto, tendem a abandonar gradativamente os catálogos bibliográficos que, em sua grande maioria, além de não possibilitar em seus sistemas maior interação, oferecem apenas descrições em lugar do acesso.

Preocupados com essa nova era, nomeadamente no campo da Biblioteconomia, o *Joint Steering Committee for Revision AACR* / Comitê Conjunto Permanente para a Revisão das Regras Anglo americanas de Catalogação e do qual fazem parte a *American Library Association*; a *Library of Congress*; a *Australian Committee on Cataloguing*; a *British Library*; e *Canadian Committee on Cataloguing* estão desenvolvendo uma nova proposta de padrões para descrição, que substituirá as AACR. Trata-se do RDA, sigla para *Resource Description and Access* (Descrição e Acesso a Recursos), cuja proposta aponta para uma mudança na direção de ser um código internacional, que diferentemente do atual, não se regule por regras rígidas, mas por diretivas de ampla aplicação, focado no usuário e nas suas necessidades de informação.

O RDA pretende ser de fácil utilização na geração de registros bibliográficos que contenham dados relevantes aos usuários, com a proposta de subsidiar o modelo descritivo *Functional Requirement for Bibliographic Record* – FRBR (Requisitos Funcionais para Registro Bibliográfico), que analisa, no registro bibliográfico, como o dado é usado, identificando as entidades, bem como seus atributos e relacionamentos no universo bibliográfico de interesse para os usuários.

Necessariamente, esse cenário de mudança que se apresenta irá alterar a perspectiva, as discussões e principalmente o ensino da catalogação e quem sabe mudar a concepção de que a catalogação, na visão de muitos, porém

não na nossa, é um “mero serviço técnico”, uma prática dependente de normas, para tornar-se, com efeito, um serviço centrado no usuário, que a catalogação não se encerra na ficha catalográfica ou no registro bibliográfico eletrônico. Da mesma forma, é vital que os alunos percebam a importância da catalogação, com a proposta de mostrá-la de um modo diferente, formar estudantes mais críticos e reflexivos com as questões da catalogação, com uma boa fundamentação teórica, e com o reconhecimento da importância da informação bem representada, para sua recuperação satisfatória.

Como já afirmado em vários momentos desta tese, as atividades de catalogação, há mais tempo presente no âmbito das bibliotecas e mais recentemente no âmbito dos arquivos, é uma atividade técnica especializada que possui desde sempre uma característica de prática cotidiana visível, que consiste basicamente no registro de dados físicos e de conteúdo de um documento, feito numa ficha bibliográfica – atualmente, na inclusão dos registros em sistema automatizado – visando a identificação, localização e recuperação desse.

Os constantes avanços tecnológicos na área, relativamente ao desenvolvimento de formatos e protocolos, padrões, funções, opções de exibição e busca, em diferentes ambientes informacionais, atingem principalmente a catalogação que sofre mudanças, tornando-se mais complexa e influenciando diretamente o ensino. Isso obriga os cursos da área a reverem constantemente seus currículos e adequar a formação do estudante.

Essa situação cria, por sua vez, necessidade de treinamento constante e atualização por parte dos bibliotecários e arquivistas, designadamente aqueles que trabalham diretamente com a catalogação, de modo que possam tirar o máximo de vantagens dos novos recursos e ferramentas de trabalho.

De fato, é no mercado de trabalho que os estudantes efetivamente recebem seus treinamentos porque as instituições, para atender seus objetivos, têm suas próprias formas de organizar a informação, ainda que respeitem normas e padrões internacionalmente aceitos.

Acreditamos que os cursos de Biblioteconomia, Arquivologia (Brasil) e as Licenciaturas em Ciência da Informação (Portugal) devam tender a se preocupar com a formação e não com o treinamento de catalogadores. O treinamento visa ao aprendizado sobre a prática e processos detalhados específicos de uma determinada unidade de informação, ao passo que formação se preocupa com a

história, o raciocínio fundamentado, a análise e os princípios subjacentes. No entanto, sabe-se que nenhum catalogador completa sua formação por meio do curso universitário. Faz-se necessária a complementação entre os conhecimentos teóricos e mais amplos adquiridos na sala de aula – concernentes à fundamentação e à razão de ser da catalogação – ,e os conhecimentos práticos que, nunca suficientes em si, em razão de constantes mudanças e novidades relativas à área, requerem treinamento, atualização e aperfeiçoamento contínuos durante toda a vida profissional.

Por meio da análise dos conteúdos programáticos das unidades curriculares referentes à catalogação/representação descritiva, esta pesquisa conclui que a formação dos catalogadores no âmbito das universidades – em nível de graduação no Brasil e o seu equivalente em Portugal (licenciatura) – mostra-se insuficiente em função das mudanças ocorridas na própria natureza da catalogação, mudanças essas, como mencionado, conseqüentes da diversificação dos suportes físicos dos recursos informacionais e do progresso tecnológico.

Não obstante, os docentes responsáveis pelo ensino dessas unidades curriculares, muitas vezes não adquirem formação complementar, no sentido de estarem atualizados e preparados para ministrar tais conteúdos. Neste sentido, é mister que haja união dos envolvidos para que se possa acompanhar conscientemente e contribuir efetivamente para a evolução da descrição documental, âmago de teoria e prática necessárias para ambientes tradicionais ou digitais.

No momento em que se constata mudanças e propostas procedentes de organismos internacionais, é imprescindível que haja grupos de trabalho e fóruns que propiciem discussões e trabalhos conjuntos, tendo como norte balizador revisões, traduções, análise de regras, bem como para assimilar novas posturas de atuação e desempenho dos serviços técnicos e, acima de tudo, mudar a mentalidade generalizada de se “fazer” catalogação de forma isolada.

Tudo isso deve estar em consonância com os conhecimentos acumulados, bom senso, maturidade e prática dos envolvidos e, sobretudo, com a capacidade de se entrever as necessidades oriundas das novas tecnologias de informação e comunicação para que, em nível de currículo, se encontre um equilíbrio entre fundamentação teórica e prática.

Além das considerações acima, é também de suma importância que nossos pares reconheçam que a catalogação não é apenas e tão somente “técnica”, que a vejam também de um modo diferente e que os docentes que nela atuam usem as teorias de outras áreas, formem massa crítica, publiquem e pesquisem.

É preciso considerar, acima de tudo, que bibliotecas e arquivos vivem uma mudança do paradigma tradicional para o digital, e que bibliotecários e arquivistas devem estar preparados para essa mudança de modo a desenvolver satisfatoriamente as novas funções impostas por esse novo modelo. Cabe às universidades serem pioneiras nas consolidações dessas mudanças de paradigmas, formando profissionais capazes de entender e adequar-se ao momento histórico que estamos vivendo. Estamos nos referindo a frequentes mudanças sociais, tecnológicas, econômicas e culturais que antes aconteciam com um razoável intervalo que a sociedade podia acompanhar e que hoje, no 3º. Milênio, acontecem com mais rapidez e essas transformações, aliadas às tecnologias e às telecomunicações, têm influenciado de forma definitiva a área da informação.

Finalizando, este estudo nos permite concluir que, cotejando o ensino da representação descritiva nos cursos da área de CI do Brasil e de Portugal, verificou-se muitas semelhanças, diferenças e pontos em comum, mostrados ao longo deste trabalho. Entretanto, a maior diferença está na concepção das duas formações em tela: bibliotecários e arquivistas. Em Portugal elas nasceram conjuntamente por meio do *Curso de bibliothecario-archivista*, em 1887 e verifica-se que há um núcleo comum de interesse, que permite uma convergência de conteúdos básicos para a formação profissional com a identificação de pontos comuns permitindo o diálogo e aproximação das profissões.

No Brasil estruturada em cursos separados, dirigidos para atender a necessidades próprias de bibliotecas, centros de informação e arquivos, a formação de bibliotecários surgiu em 1915 por intermédio do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional e a formação de arquivistas, em nível universitário, pelo Curso Permanente de Arquivos do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, em 1973, passando a denominar-se, a partir de 1977, Curso de Arquivologia.

A evolução e o atual estágio de formação demonstram ter sido acertada a decisão tomada em Portugal. No Brasil essa separação traduz alguns conflitos, talvez o maior deles seja o desconhecimento mútuo entre bibliotecários e arquivistas, o que fortalece o isolacionismo, que infelizmente, ainda é uma realidade,

e que torna-se um modelo problemático da área, pois favorece que sejam ressaltadas as diferenças profissionais e dificulta o processo de identificação das semelhanças, mais útil para uma cooperação recíproca.

É fundamental que esses profissionais percebam a importância do seu papel como agentes de um decisivo processo de convergência entre a Biblioteconomia, a Arquivologia, e a Ciência da Informação, na formação acadêmica e no exercício profissional. E cabe também a nós, formadores, contribuir para tal e para o ajuste do perfil dos estudantes às exigências da sociedade contemporânea e a utilização das atuais tecnologias de informação e comunicação, as quais se configuram como premissas para se atingir essa proposta.

Neste sentido, é providencial a citação de Smit (2000, p. 28) quando se refere às três profissões – Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia –, que ela denomina de 3 Marias: *“uma família na qual cada irmã ignora em boa parte a atuação profissional, os princípios teóricos e as metodologias de trabalho das demais”*.

Felizmente já vislumbramos algum avanço neste sentido, conforme as palavras de Matos e Cunha (2006, *online*):

Se por um lado se manifestou, durante muito tempo, isolamento e endogenia entre as categorias, uma exarcebada defesa de espaços e competências, o cenário acena, mesmo que ainda de modo incipiente, para a busca da integração, tendo por alicerce o novo modelo da interdisciplinaridade e do compartilhamento, da sociedade em rede marcada pelas tecnologias de informação e comunicação.

ALBUQUERQUE, A. C. **Catálogo e descrição de documentos fotográficos:** uma aproximação comparativa dos códigos AACR/2 e ISAD (G). Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – UNESP. Marília, 2006.

ALQUERÉS, H. Apresentação. In: CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANO. Direção do Joint Steering Committee for Revision of AACR; Tradução brasileira sob a responsabilidade da FEBAB. 2. ed. São Paulo: FEBAB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

ALVARENGA, L. Representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação em tempo e espaço digitais. **Enc. Bibli. Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Florianópolis, n.15, 1º. Sem. 2003.

ALVES, A. et al. A licenciatura em Ciências da Informação e Documentação da Faculdade de Filosofia de Braga. **Cadernos BAD**, n.1, p.84-94, 2006.

AMAT NOGUERA, N. **La biblioteca:** tratado general sobre su organización, técnicas e utilizacion. [s.l]: Diáfora, 1998.

ANCONA LOPEZ, A. P. **Como descrever documentos de arquivo:** elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002. (Série como fazer, v.6).

ANGLO-AMERICAN cataloguing rules. 2nd ed. Ed. by Michael Gorman and Paul W. Winkler. Chicago: American Library Association, 1878.

APRESENTAÇÃO do livro Regras de Catalogação. Disponível em: <http://www.apbad.pt/Edicoes/Edicoes_Apresentacao_Livro_Porto.htm#Redactor>. Acesso em: 12 ago.2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ABECIN. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras. **Projeto pedagógico e avaliação da graduação:** referências para a renovação e ressignificação do ensino em Biblioteconomia/Ciência da Informação. Texto elaborado a partir da Oficina de Trabalho de São Paulo/SP, sediada pelo CBD/ECA/USP, realizada de 4 a 5 de outubro de 2001. Disponível em: <http://www.abecin.org.br/portal/abecin/main.php?sl=ini>. Acesso em: 05 out. 2007.

ASSUNÇÃO, M. C. R. S. **Catálogo de documentos musicais escritos:** uma abordagem à luz da evolução normativa. Évora, 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Documentais) – Universidade de Évora, 2005.

BALBY, C.N. **Estudos de uso de catálogos on-line (OPACs):** revisão metodológica e aplicação da técnica de análise de log de transações a um OPAC de biblioteca universitária brasileira. 137f. 2002. Tese (Doutorado)- USP, Escola de Comunicações e Artes, São Paulo, 2002.

BARBOSA, A. P. **Novos rumos da catalogação.** Rio de Janeiro: BNG/ Brasilart, 1978.

BARBOSA, R.R. et al. Novo nome e novo paradigma: da biblioteconomia à ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.5, n. especial, p.81-91, jan./jun. 2000.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3.ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARITÉ, M. Referenciales teóricos vigentes in el área de tratamiento temático de la informacion y su expresion metodológica. Porto Alegre : ABEED, 1998. [Relatório técnico do II Encontro de Dirigentes dos cursos superiores de Biblioteconomia dos países do MERCOSUL, Buenos Aires, 1997].

BAPTISTA, D. M. A catalogação como atividade profissional especializada e objeto de ensino universitário. **Informação & Informação**. Londrina, v.11, n.1, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/1700/1451>>. Acesso em: 22 maio 2008.

BARRETO, A. A. Glossário sobre a ciência da informação. **DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação**, v.8, n.1, fev. 2007. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/fev07/F_I_art.htm>. Acesso em: 02 maio 2007.

BASTOS, G. Percursos de formação: o lugar das Ciências da Informação e da Documentação. **Cadernos BAD**, n.1, p.77-83, 2006.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. São Paulo: FGV, 1991.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2.ed. São Paulo: FGV, 2004.

BRAGA, G. M. Informação, ciência da informação: breves reflexões em três tempos. **Ciência da Informação**, v.24, n.1, 1995. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cionline/viewarticle.php?id=579>>. Acesso em: 02 de maio 2007.

BRAGA, M. I. P. O processo de Bolonha e a inevitável mudança na área da Ciência da Informação. **Cadernos BAD**, n.1, p.56-67, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Resolução N. 08/82, de 29/10/82. Fixa os Mínimos de Conteúdo e Duração do Curso de Biblioteconomia. **Documenta**, Brasília, n.265, p.246, dez. 1982.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Câmara Superior de Educação. **Parecer nº 583/2001**. Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. [Brasília] 4 abr. 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de:** Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia **PARECER N.º: CNE/CES 492/2000**. Aprovado em: 03/04/2001. Disponível em:

<<http://www.abecin.org.br/portal/abecin/documentos/repositorio/HomologacaodasDiretrizesCurricularesCI.doc>>. Acesso em: 27 jun.2008.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

BURKE, P. Problemas causados por Gutemberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. **Estudos avançados**, v.6, n.44, p.173-185, jan./abr. 2002. Disponível em: <<http://www.escriitoriodolivro.org.br/historias/burke.html>>. Acesso em: 12 out. 2007.

CALDIN, C. F. et al. Os 25 anos do ensino de biblioteconomia na UFSC. **Encontros Bibli: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, n.7, abr.1999. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/bibliote/encontro/bibli7.html>>. Acesso em: 23 set. 2007.

CAMARGO, A.M.A. ; BELLOTTO, H.L. (Org.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

CARDOSO, A.M.P. Educação para a informação: desafios contemporâneos para a ciência da informação. **DataGramaZero- Revista de Ciência da Informação**, v.3, n.5 out. 2002. Disponível em:< http://www.dgz.org.br/out02/Art_06.htm>. Acesso em: 5 set. 2007.

CARRIÓN GÚTIEZ, M. **Manual de bibliotecas**. Salamanca: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1987.

CARVALHO, M. M. A graduação em biblioteconomia: perspectiva face ao novo currículo mínimo. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.18, n.1/2, p.20-26, jun. 1985.

CASTRO, C. A. Histórico e evolução curricular na área de Biblioteconomia no Brasil. In: VALENTIM, M.L.P. (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. p. 25-48

CASTRO, C A. **História da biblioteconomia brasileira**: perspectiva histórica. Brasília: Thesaurus, 2000.

CHARTIER, R. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANO. Direção do Joint Steering Committee for Revision of AACR; Tradução brasileira sob a responsabilidade da FEBAB. 2. ed. São Paulo: FEBAB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

COELHO NETO, J. T. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: luminuras, 1997.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAAR (CPF)**: norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. 2.ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD (G)**: norma geral internacional de descrição arquivística, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p. (Publicações técnicas-AN, n. 49).

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: normas gerais internacionais de descrição em arquivos. **Cadernos Bad**, Lisboa, v. 2, p. 87-116, 1995.

CORREIA, R. M. R. **Catálogo descritivo no século XXI**: um estudo sobre o RDA. 65f. 2008. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista, campus Marília, 2008.

COUTURE, C.; ROUSSEAU, J. Y. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Tradução de Magda Bigote de Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. 356 p. (Nova enciclopédia, 56).

CRUZ, A C. **Representação descritiva de documentos**: estudos de iniciação. Rio de Janeiro: Federação Brasileira das Associações de Bibliotecários, 1994.

CRUZ MUNDET, J. R. **Manual de archivística**. 5.ed. Madrid . Fundacion German Sanchez Ruiperez, 2003. (Biblioteca del libro, 63)

CUNHA, M. V. A formação dos profissionais da informação na França: comparação com o sistema brasileiro. In: VALENTIM, Marta Ligia Pomim (Org.). **O profissional da informação**: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000, p.71-90.

DIAS, A. C. **Elementos de catalogação**. Rio de Janeiro: ABB, 1967.

DIAS, E. W. ; NAVES, M. M. L. **Análise de assunto**: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2007. (Estudos avançados em Ciência da Informação, 3).

ESCOLA SUPERIOR DE ESTUDOS INDUSTRIAIS E DE GESTÃO –ESEIG.

Apresentação. Disponível em:

<http://www.eseig.ipp.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=50&Itemid=54>. Acesso em: 08 ago 2007.

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO Instituto Politécnico de Portalegre. **Informação e Documentação**: saídas profissionais. Disponível em: <<http://www.estgp.pt/ensino/id/SaidasProfissionais.asp>>. Acesso em: 23 jan. 2008.

FAJARDO, C. R. Principios generales e instrumentos de catalogación. In: MOLINA, María Pinto (Ed.) **La calalogación de documentos**: teoría y práctica. Madrid: Síntesis, 1994.

FANTINATI, C. E.; CECCANTINI, J. L. C. T. Um país se faz de homens, livros e bibliotecas. In: PEREIRA, R. F.; BENITES, S. A. L. (Org.). **À roda da leitura: língua e literatura no jornal Proleitura**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2004. p. 41-51.

FIUZA, M. M. A catalogação bibliográfica até o advento das novas tecnologias. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 43-53, mar., 1987.

FLOWER, D. A. **Biblioteca de Alexandria**: as histórias da maior biblioteca da antiguidade. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

FONSÊCA, Â. M. F.; ODDONE, N. **Breves reflexões sobre o profissional da informação e sua inserção no mercado de trabalho**. Disponível em: <<http://dici.ibict.br/archive/00000485/01/AngelaNancibreves.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2007.

FONSECA, V. M. M. A normalização da descrição arquivística: avanços internacionais e a situação do Brasil. In: MESA REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS, 1999, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 23 out. 2000.

FÓRUM de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras. **Do pessimismo da razão para o otimismo da vontade**: referências para a construção dos projetos pedagógicos nas IES brasileiras. Curitiba: ForGrad, 1999. Disponível em: <http://prograd.ufpr.br/forgrad/Referencia_p_constr_proj_ped_ies.doc>. Acesso em: 4 de jan. de 2008.

FREITAS, J. A. G. Bolonha e a formação universitária e profissional em Ciência da Informação. **Cadernos BAD**, n.1, p.11-15, 2006.

FRÍAS MONTOYA, J. A. **La descripción bibliográfica y sus puntos de acceso en el catálogo de la biblioteca**: evolución histórica y problemática actual. 3v.Tese (Doutorado)- Universidad Complutense de Madrid, 1995

FUJITA, M.S.L. Gestão do potencial de pesquisa da universidade: proposta de atuação do profissional da informação em Escritório de Pesquisa na UNESP. **Informação & Informação**, Londrina, v.3, n.2, p.33-42, 1998.

FUJITA, M.S.L. **A leitura documentária do indexador**: aspectos cognitivos e linguísticos influentes na formação do leitor profissional. 2003. 321f. Tese (Livre-Docência em Análise Documentária e Linguagens Documentárias Alfabéticas) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

GABRIEL, A.; CARNEIRO, R. Introdução à tradução brasileira. In: **Código de catalogação anglo-americano**. Preparado por The American Library Association...[et al.]; coordenado por Micheal Gorman e Paul W. Winkler; Tradução brasileira da Parte I e Apêndices sob responsabilidade da Comissão Brasileira de documentação em processo Técnicos da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários. 2. ed. São Paulo: FEBAB, 1983.

GARÇÃO, J. **Com Raul Proença pelo estômago**. Disponível em: <http://www.triplov.com/poesia/joao_garcao/2006/Raul-Proenca.htm>. Acesso em: 27 jul. 2007.

GARRIDO ARILLA, M. R. **Teoría e história de la catalogación de documentos**. Madrid: Síntesis, 1996.

GLOSSÁRIO de biblioteconomia e documentação. Disponível em: <<http://portalfust.socinfo.org.br/Docs/Docs%20contribuicoes%20dos%20SUBGTS/GT-UN.BTCA.IDDL.0025.doc>>. Acesso em: 22 jul. 2007.

GODOY, A S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

GOMES, H. E. A organização do conhecimento diante das novas tecnologias da informação. In: SIMPÓSIO: ESTADO ATUAL E PERSPECTIVAS DA CDU. 1996. Brasília : IBICT, 1996, p. 54-57.

GOMES, H. E.; ZAHER, C. R. A experiência do IBBBD na preparação de cientistas da informação. In: SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO SOBRE PREPARAÇÃO DE CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO, 1., México, 1972. **Anais...** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1972. p. 315-323.

GUIMARÃES, J. A. C. O profissional da informação sob o prisma de sua formação. In: VALENTIM, M.L.P. (Org.) Profissionais da informação: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000. p.53-70.

GUIMARÃES, J. A. C. Ensino de Biblioteconomia no Brasil: uma perspectiva histórica dos encontros nacionais promovidos pela ABEBD. **Cadernos da F.F.C.**, Marília, v.4, n.1, p.68-81, 1995.

GUIMARÃES, J. A. C. **Ciência da Informação, Arquivologia e Biblioteconomia**: pontos de convergência e especificidades, em busca do diálogo entre o universo teórico e os fazeres profissionais. Marília: Unesp/ Depto. de Ciência da Informação, 2007. (Palestra proferida)

GUSMÃO, A. N; CAMPOS, F. M G.; SOTTOMAYOR J. C. G.(Coord.). **Regras portuguesas de catalogação**: cabeçalhos, descrição de monografias, descrição de publicações em série. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1997. 280p.

HAGEN, A.M.M. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. **Ciência da Informação**, Brasília, v.27, n.3, p.293-299, set./dez. 1998.

HEREDIA HERRERA, A. Descripción y normalización. **Boletín de la ANABAD**. Madrid, n.2, p. 51-58, 1991.

HISTÓRIA da Suméria. Disponível em:<<http://www.gigabusca.com.br/wiki/Sum%C3%A9ria.html#Hist.C3.B3ri>> Acesso em: 22 maio 2007.

IBICT. **Breve histórico**. Disponível: <<http://www.ibict.br/>>. Acesso em: 18 dez. 2008

IFLA. **Princípios de Catalogación de IFLA**: pasos hacia un código internacional de catalogación. Tradução de María Luisa Martínez-Conde, Juan Carlos Sánchez Olivares e Concha Vilariño. Madri: Ministério da Cultura, 2004.

IFLA. **Requisitos Funcionales de los Registros Bibliográficos**: informe final. Tradução de Xavier Agenjo y María Luisa Martínez-Conde. Madri: Ministério da Cultura, c1998.

IFLA. Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records. **Requisitos funcionais dos registos bibliográficos**: relatório final. Lisboa: Bibliotecas Nacionais de Portugal, 2008.

INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Biblioteconomia e documentação**. Disponível em: <<http://www.twiki.ufba.br/twiki/bin/view/ICI/Biblioteconomia>>. Acesso em: 16 maio 2007.

INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO. **Orientações para a Descrição Arquivística**. 1ª Versão Lisboa: IAN/TT, 2006. 124 p. Disponível em: <www.iannt.pt/downloads/Orient_desc_arq_v1.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2007.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE. **Informação e documentação**. Disponível em: <<http://www.estgp.pt/ensino/id/SaidasProfissionais.asp>>. Acesso em: 23 jun. 2008.

JACOB, C. Ler para escrever: navegações alexandrinas. In: BARATIN, M.; JACOB, C. (Ed.) **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 45-73.

JARDIM, J. M. O ensino universitário de arquivologia no Brasil. In: JARDIM, J. M.; FONSECA, Maria Odila (Org.). **A formação do arquivista no Brasil**. Niteroi: Eduff, 1999. p. 53-86.

JARDIM, J. M. ; FONSECA, M. O. As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. **Cadernos Bad**, Lisboa, v. 2, p. 29-45, 1992.

JOINT STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT OF RDA. **A new organization for RDA**. [Dez. 2007]. Disponível em: <<http://www.collectionscanada.gc.ca/jsc/rda-neworg.html>>. Acesso em: 11 set. 2008.

KATO, M. A. **No mundo da escrita**. 2.ed. São Paulo : Ática, 1987.

LANCASTER, F.W. **Indexação e resumos**: teoria e prática. Brasília, Briquet de Lemos, 2004.

LEÃO, F. C. **A representação da informação arquivística permanente**: a normalização descritiva e a ISAD(G). Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de São Paulo, 2006.

LEMOS, A. A. B. Estado atual do ensino da Biblioteconomia no Brasil e a questão da Ciência da Informação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v.1, n.1, p.51-58, jan./jun. 1973.

LEVACOV, M. Bibliotecas virtuais: (r) evolução? **Ciência da Informação**, v. 26, n. 2, p. 125-135, maio/ago., 1997.

LUBETZBY, Seymour. **Cataloging rules and principles**: a critique of ALA rules for entry and a proposed design for their revision. Washington: LC, 1953. 65 p.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa qualitativa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U., 1986.

MACHADO, E. C.; HELDE, R.R. von; COUTO, S.D. Ensino de catalogação: da teoria à prática. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, Nova Série**, São Paulo, v.3, n.2, p.100-106, jul-dez. 2007.

MANGUEL, A. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 405 p.

MARTINS, W. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. São Paulo: Ática, 1996.

MATOS, M.T.N.B.; CUNHA, V.A. **Notas acerca da convergência da formação acadêmica e profissional entre a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação**. Disponível em:
<http://www.cinform.ufba.br/iv_anais/artigos/TEXT013.HTM (1 de 13)2/1/2006.
Acesso em: 13 dez. 2006.

MCKITTERICK, D. A biblioteca como interação: a leitura e a linguagem da bibliografia. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian. (Ed.) **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p.94-107.

MEY, E. S. A. **Acesso aos registros sonoros**: elementos necessários à representação bibliográfica de discos e fitas. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.

MEY, E. S. A. Da espiral do conhecimento à catalogação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 137-148, 1987a.

MEY, E. S. A. **Catalogação e descrição bibliográfica**: contribuições a uma teoria. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1987b.

MEY, E. S. A. **Não brigue com a catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2003.

MEY, E. S. A. **Introdução à catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1995.

MILANESI, L. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 20.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MODESTO, F. Panorama da catalogação no Brasil: da década de 1930 aos primeiros anos do Século XXI. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22.,

Brasília (DF), 08 a 11 de Julho de 2007. Disponível em:
<<http://www.eca.usp.br/prof/fmodesto/textos/2007PanoramaCatalogacao.pdf>>.
Acesso em: 15 out. 2007.

MORAES, R. B. **Livros e bibliotecas no período colonial**. Rio de Janeiro: LTC, 1979.

MORENO, F. P. **Requisitos funcionais para registros Bibliográficos – FRBR**: um estudo no catálogo da Rede Bibliodata. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós_Graduação em Ciência da Informação. Universidade de Brasília, 2006a.

MORENO, F. P. ; ARELLANO, M. A. M. Requisitos funcionais para registros bibliográficos – FBR: uma apresentação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.3, n.1, p.20-38, jul./dez. 2005.

MORENO, N. A. **A informação arquivística no processo de tomada de decisão em organizações universitárias**. 220f. (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, 2006b.

MUELLER, S. M. P. Formação profissional e educação continuada - o que devemos ser? In: SIMPÓSIO BRASIL-SUL DE INFORMAÇÃO, 1996, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 1996, p. 253-272.

MUELLER, S. M. P. O ensino da Biblioteconomia no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v.14, n.1, p.3-13, jan./jun. 1985.

NAGLE, J.; CASALECCHI, J. Ê. **Projeto acadêmico-pedagógico**. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Disponível em:
<<http://www.fespsp.org.br/04-ProjetoAcademicoPedagogico.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2007.

NASTRI, R. M. Formação profissional do bibliotecário no Brasil, sob a perspectiva histórico-educacional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação** São Paulo, v.25, n. 374, p.79-96, jul./dez. 1992.

ODDONE, N. Lydia de Queiroz Sambaquy e a Ciência da Informação no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 6., 2005. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, SC. Disponível em:
<http://www.arquivar.com.br/espaco_profissional/sala_leitura/teses-dissertacoes-e-monografias/Lydia_e_a_Ciencia_da_Informacao_no_Brasil.pdf>. Acesso em. 26 Jun.2007.

ODDONE, N. O IBBD e a informação científica: uma perspectiva histórica para a ciência da informação no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 45-56, jan./abr. 2006.

OHIRA, M. L. B.; PRADO, N. S.; SCHMIDT, L. Profissional da informação no limiar do século XXI: enfoque nos periódicos brasileiros em biblioteconomia e ciência da informação (1995/2002). **Enc. Bibli. Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Florianópolis, n.17, 1º. Sem. 2004.

ORTEGA, C. D. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, v.5 n.5, out. 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out04/Art_03.htm>. Acesso em 10 out. 2007.

OSÓRIO, M. A. L.; ALFANO, M. C. **Trabalhando na biblioteca**: manual para os auxiliares das bibliotecas de instituições teológicas evangélicas. São Paulo: M. A. L. Osório, 1994.

PANDO, D. A. **Formação e demanda profissional em tratamento temático da informação no Brasil**: uma análise comparativa de conteúdos programáticos universitários e de concursos públicos em Biblioteconomia. Dissertação, 2005. 187f. (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Paulista, Marília, 2005.

PENTEADO, P. Das "ciências" documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular: Recensão. **Arquivística.net** (www.arquivistica.net), Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 95-103, jul./dez. 2005.

PEREIRA, A. M.; RODRIGUES, R. A educação continuada do catalogador: o caso da Universidade do Estado de Santa Catarina. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, v.7, n.1, p. 219-239, 2002.

PEREIRA, A. S. A formação profissional BAD e o processo de Bolonha. **Cadernos BAD**, n.1, p. 28-36, 2006.

PEREIRA, E. M. A. **Subsídios para a elaboração do projeto pedagógico**. [Campinas] 2001. p. 1-4. Disponível em: <<http://www.prg.unicamp.br>>. Acesso em: 20 jan. 2007.

PINHEIRO, L. V. R. Campo interdisciplinar da Ciência da Informação: fronteiras remotas e recentes. In: PINHEIRO, L. V. R. (Org.). **Ciência da Informação, Ciências Sociais e Interdisciplinaridade**. Rio de Janeiro: IBICT, 1999. p. 155-182.

PINHEIRO, L. V. R. Medidas de consistência da indexação: interconsistência. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p.109-114, 1978.

PINHEIRO, L. V. R.; LOUREIRO, J.M.M. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n.1, p. 42-53, 1995.

PINHO, F. A. **Aspectos éticos em representação do conhecimento**: em busca do diálogo entre Antonio García Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – UNESP, Marília, 2006.

PINTO, M. M. G. A. A formação em informação e documentação: Portugal na contemporaneidade. In: ENCUESTRO IBÉRICO DE DOCENTES E INVESTIGADORES EN INFORMACIÓN Y DOCUMENTACIÓN, 3., Salamanca 5 a 7 de Maio de 2008. **Anais...** Salamanca, Universidade de Salamanca, 2008, p. 91-144.

PINTO MOLINA, M. **La catalogación de documentos**: teoría y práctica. Madrid: Editorial Síntesis, 1996.

POLÓNIA, A. O ensino das Ciências Documentais em Portugal: vectores de problematização. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS 1., Porto, 1985. **A informação em tempos de mudança: Actas**. Porto: BAD, 1985, v.1, p.19-30.

PORTUGAL. Decreto-lei nº 26:026 [de 7 de Novembro de 1935]. **Diário do Governo. 1ª Série**. Lisboa. 258 (7 Nov. 1935), p. 1.633-1.635.

PORTUGAL. Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo. **Da Torre do Tombo ao Instituto dos Arquivos Nacionais**. Disponível em: <http://www.ianntt.pt/instituto.html?menu=menu_ianntt&conteudo=da_tt_ao_ian&conteudo_nome=Historial>. Acesso em: 26 out. 2006.

PORTUGAL. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. **Orientações para a Descrição Arquivística**. 1ª versão Lisboa: IAN/TT, 2006. 124 p. Disponível em: <www.ianntt.pt/downloads/Orient_desc_arq_v1.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2006.

REIS, L. O arquivo e a arquivística: evolução histórica. **Biblios – Revista de Bibliotecología e Ciencias de la Información**, Lima, Perú v.7, n.24, abr./jun. 2006. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/161/16172402.pdf>>. Acesso em: 22 maio de 2007.

RIBEIRO, F. **Indexação e controlo de autoridade em arquivos**. Porto: Câmara Municipal, 1996.

RIBEIRO, F. O desafio da formação profissional: novo paradigma, novo modelo formativo. CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 1. **Anais...** São Paulo: INTEGRAR, 2002. p. 418-440.

RIBEIRO, F. **O acesso à informação nos arquivos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003. 2v.

RIBEIRO, F. Informação: um campo uno, profissões diversas? In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS; ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 8. Estoril, 2004 – Nas encruzilhadas da Informação e da Cultura: (re)inventar a profissão : **Actas**. [CD-ROM]. Lisboa: BAD, 2004. Disponível em: <sapp.telepac.pt/apbad/congresso8/convidado4.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2006.

RIBEIRO, F. Desfazer equívocos: ciência ou ciências da informação. **Newsletter “A Informação”**, n.1, p. 19-22, dez. 2005a. Disponível em: <http://gnomo.fe.up.pt/~ci02005/blog/Newsletter-A-Informacao.pdf>. Acesso em: 14 maio 2007.

RIBEIRO, F. Formação e mercado de trabalho em Informação e Documentação em Portugal. In: **Colóquio Internacional de Ciencias de la Documentación**, 6. Salamanca, 26 a 28 de out. 2005b. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo11111.pdf>>. Acesso em: 11 set.2008.

RIBEIRO, F. Organizar e representar a informação: apenas um meio para viabilizar o acesso? **Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património**. Porto, v.4, p.83-100, 2005c.

RIBEIRO, F. O ensino da paleografia e da diplomática no curso de Bibliotecário-Arquivista. In: **Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques**. Org. Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Departamento de História. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006a. Disponível em: <<http://repositorio.up.pt/aberto/bitstream/10216/7741/2/4847.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2006.

RIBEIRO, F. Um modelo formativo em Ciência da Informação, de feição europeia e adequado a Bolonha: o caso da Universidade do Porto. **Cadernos BAD**, n.1, p.16-27, 2006b.

RIBEIRO, F. **Para o estudo do paradigma patrimonialista e custodial: a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e o contributo de António Ferrão (1887-1965)**. Porto : CETAC - Centro de Estudos das Tecnologias e Ciências da Comunicação; Edições Afrontamento, 2008. 302 p. (Coleção Comunicação, Arte, Informação; 4).

RIBEIRO, F.; CERVEIRA, M. E.; AZEVEDO, A.G. Curso de Especialização em Ciências Documentais – 10.º aniversário : balanço e perspectivas futuras. In: **Formação profissional na área BAD** : mesa-redonda organizada pelo Curso de Especialização em Ciências Documentais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto : FLUP, 1996. p. 11-42. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo7741.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2008.

RIBEIRO, F. ; LEITE, J.; CERVEIRA, M. E. Memória do Curso de Especialização em Ciências Documentais (1985-2003). In: **Homenagem ao Professor Doutor José Marques** : 26 e 27 de Junho de 2003. Org. [da] Secção de Ciências Documentais, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto : FLUP, 2004. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo5651.PDF>>. Acesso em: 16 maio 2007.

RILEY, J. FRBR:or, how I learned to stop worrying and love the model [jan.2004]. Disponível em: <<http://www.dlib.indiana.edu/~jenlrile/presentations/bbfall04/frbr/frbr/BB.ppt>>. Acesso em: 12 jan. 2007.

ROBREDO, J. **Da Ciência da Informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus, 2003.

RODRIGUES, M. E. F.; CUNHA, M.V.C.; GUIMARAES, J. A. et al. **Auto-avaliação do Ensino no BRASIL desde a perspectiva da Pesquisa, Extensão e Gestão**: contribuição para um modelo de avaliação às escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação do Mercosul.[2004]. Disponível em: <<http://www.abecin.org/Documentosabecin.htm>> Acesso em: 19 set. 2007.

ROSSETO, M. AACR2 – Apresentação. **Publicações FEBAB**, São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.febab.org.br/>. Acesso em: 23 out. 2007.

RUBI, M. P. **Política de indexação para construção de catálogos coletivos em bibliotecas universitárias**. Marília, 2008. 169 f. Tese. (Doutorado em Ciência da Informação)- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2008.

SANTOS, J. P. Reflexões sobre currículo e legislação na área de Biblioteconomia. **Encontros BIBLI – Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação da UFSC**, Florianópolis, n.6, set. 1998. Disponível em: <http://www.encontros-bibli.ufsc.br/eb6art4.html>. Acesso em: 19 set. 2007.

SANTOS, J. P. **A formação do profissional da área da informação em tempos de mudança**. Disponível em: http://cdij.pgr.mpf.gov.br/noticias/palestra_cbdb/P3_A2.pdf. Acesso em 23 nov. 2007.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SCHWARZBOLD, K. C. et al. Arranjo e acessibilidade de documentos arquivísticos no curso de Arquivologia e no Departamento de Documentação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – 1977/2002. In: CONGRESSO DE ARQUIVOLOGIA, 1. **Anais...** Brasília, 2004.

SILVA, A. B. M. **A informação: da compreensão do fenómeno à construção do objeto científico**. Porto: Afrontamento, 2006.

SILVA, A. B. M.; RIBEIRO, F. **Das ciências documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular**. Porto: Afrontamento, 2002.

SILVA, A. B. M.; RIBEIRO, F. Formação, perfil e competências do profissional da Informação. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS; ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 8., Estoril, 2004 - Nas encruzilhadas da Informação e da Cultura : (re) inventar a profissão: **Actas**. [CD- -ROM]. Lisboa: BAD, 2004.

SILVA, A. B. M.; RIBEIRO, F. Um modelo sintético de licenciaturas para uma ciência da informação consolidada: o caso português. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 5., Belo Horizonte, 10 a 14 de nov. 2003. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 2003.

SILVA, A. B. M. et al. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. 2.ed. Porto: Afrontamento, 2002.

SILVA, D. A.; ARAUJO, I. A. **Auxiliar de bibliotecas: noções fundamentais para formação profissional**. Brasília: Thesaurus, 1995.

SILVA, M. R.; FUJITA, M. S. L. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 133-161, maio/ago., 2004.

SILVEIRA, N. C. **Análise do impacto dos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) nos pontos de acesso de responsabilidade pessoal.** 2007. 108f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2007.

SILVEIRA, M. A. A. **Rede de textos científicos:** um estudo sob a ótica da institucionalização da Ciência da Informação no Brasil. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pós-Graduação em Ciência da Informação. Campinas: PUC-Campinas, 2008. 133p

SMIT, J. W. Arquivologia/Biblioteconomia: interfaces das ciências da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v.8, n.2, p.1-13,jun./dez. 2003.

SMIT, J. W. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, Nova Série, v. 1, n. 2, p. 27-36, fev. 2002.

SMIT, J. W. O profissional da informação e a sua relação com as áreas de Biblioteconomia/Documentação, Arquivologia e Museologia. In: VALENTIM, Marta Ligia Pomim (Org.). **Profissionais da informação:** formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000.

SOTTOMAYOR, J. C. Regras portuguesas de catalogação. In: JORNADAS PORBASE, 10., **Normalização Bibliográfica**, Lisboa, 18 e 19 de maio de 2006. Disponível em: <<http://purl.pt/6393/1/comunicacoes/regras-portuguesas-catalogacao.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2006.

SOTTOMAYOR, J. C. **Regras de catalogação:** descrição e acesso de recursos bibliográficos nas bibliotecas de língua portuguesa. Lisboa: BAD, 2008.

SOUSA, A. P. M. et al. Principios da descrição arquivística: do suporte convencional ao eletrônico. **Arquivística.net**. Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.38-51, ago./dez. 2006.

SOUZA, F. C. **O ensino da biblioteconomia no contexto brasileiro.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990.

SOUZA, F. C. **Modernização e biblioteconomia nova no Brasil.** Florianópolis : UFSC, 2003.

SOUZA, T. B.; CATARINO, M. E.; SANTOS, P. C. Metadados: catalogando dados na internet. **Transinformação**, Campinas, v. 9, n. 2, p. 93-105, 1997.

TARAPANOFF, K. O profissional da informação e a sociedade do conhecimento: desafios e oportunidades. **Transinformação**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 27-38, jan./abr. 1999.

TARGINO, M. G. Quem é o profissional da informação? **Transinformação**, Campinas, v. 12, n. 2, p.61-69, jul./dez. 2000.

TAYLOR, A. G. Wynar's introduction to cataloging and classification. 9 ed. London:Libraries Unlimited, 2004.

TILLET, B. FRBR: Functional requirements for bibliographic records. **Technicalities**, v. 23, n. 5, p.10-3, set./out. 2003.

TILLET, B. **Cataloging for the future**. 2004. Disponível em: <http://puboff.lis.uiuc.edu/catalog/windsor/windsor_tillett.html>. Acesso em: 15. Jun. 2007.

TILLET, B. **O modelo FRBR** (Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos). Atlanta, 2002. Disponível em: <www.vtls.com.br/demonstração/demonstração_arquivos/frbr/pdf> Scesso em 20 nov.2008.

TILLET, B.; GÖMPEL, R.; OEHLISCHLÄGER, S. (Ed.). **Principios de catalogación de IFLA**: pasos hacia un código internacional de catalogación: Informe de la 1ª Reunión IFLA de Expertos sobre un Código Internacional de Catalogación, Frankfurt, 2003. Traducción de Mariá Luisa Martínez-Conde et al. Madrid, Espanha: Ministerio da Cultura/Subdirección General de Publicaciones, Información y Documentación, 2005. (Série de IFLA sobre Control Bibliográfico, v. 26).

UNIVERSIDADE ABERTA. Guia informativo. **Licenciatura em Ciências da Informação e da Documentação**. Disponível em: <http://www.univ-ab.pt/students/guia/detail_curso.php?curso=5>. Acesso em: 23 jan. 2008.

UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA. **Licenciatura em Ciência da Informação**: caracterização do curso. Disponível em: <<http://www.universidade-autonoma.pt/curso.asp?cid=1&id=60>>. Acesso em 08 ago. 2007.

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA. **História**. Disponível em: <<http://www.ucp.pt/site/custom/template/ucptplportalpag.asp?sspagelD=7&lang=1>>. Acesso em 08 ago. 2007.

UNIVERSIDADE DE AVEIRO. **[Página principal]**. Disponível em: <<http://www.estga.ua.pt/PageText.aspx?id=2067>>. Acesso em: 08 ago. 2007.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Arquivologia**. Disponível em: http://www.unb.br/aluno_de_graduacao/cursos/arquivologia. Acesso em: 17 mar. 2008b.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Biblioteconomia**. Disponível em: http://www.unb.br/aluno_de_graduacao/cursos/biblioteconomia. Acesso em: mar. 2008b.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Faculdade de Letras. **Curso de Especialização em Ciências Documentais**. Disponível em: <<http://fl.uc.pt/ciende/histor/historic.html>>. Acesso em: 28 jun. 2007a.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **Informações sobre ensino**: cursos para 2007/2008. Disponível em: <<http://www.uc.pt/siteuc/1171.htm>>. Acesso em: 8 ago. 2007b.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **Marcos históricos**. Disponível em: <<http://www.uc.pt/siteuc/1171.htm>>. Acesso em: 28 dez. 2006.

UNIVERSIDADE DO ALGARVE. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.
Detalhe do curso de Licenciatura em Ciências Documentais e Editoriais.
Disponível em:
<<http://www.fchs.ualg.pt/menuCursos/detalheCurso.asp?codCurso=81>>. Acesso em:
08 ago. 2007.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Resolução CEPE nº 25/2005**
Reformula o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Biblioteconomia, a ser
implantado a partir do ano letivo de 2005. Disponível em:
<http://www.uel.br/prograd/pp/PP/BIBLIOTECONOMIA%20-%20GERAL%201.pdf>>.
Acesso em: 18 jan. 2008.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Pró-Reitoria de Graduação.
Arquivologia. Disponível em: <http://www.uel.br/prograd/catalogo-cursos/Catalogo_2007/ARQUIVOLOGIA.pdf>. 2007a. Acesso em: 18 dez. 2007a.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Biblioteconomia.** Disponível em:
<http://www.uel.br/prograd/catalogo-cursos/Catalogo_2007b/BIBLIOTECONOMIA.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2007b.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO. **Graduação em Arquivologia.** Disponível em:
<<http://www.marilia.unesp.br/index.php?CodigoMenu=52&CodigoOpcao=52&Opcao=50>>. Acesso em: fev. 2008a.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO. **Graduação em Biblioteconomia.** Disponível em:
<<http://www.marilia.unesp.br/index.php?CodigoMenu=58&CodigoOpcao=60>>. Acesso em: fev. 2008b.

UNIVERSIDADE DE ÉVORA. Oferta Formativa 08/09. **Ciências da Informação e Documentação.** Disponível em:
<http://www.acesso.uevora.pt/cursos/11_ciclo/ciencias_da_informacao_e_documentacao>. Acesso em: 23 jan. 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Instituto de Ciência da Informação.
Arquivologia. Disponível em:
<<http://www.twiki.ufba.br/twiki/bin/view/ICI/Arquivologia#Objetivo%20geral>>. Acesso em: 14 ago. 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. **Arquivologia.** Disponível em:
<<http://www.ufrgs.br/fabico/arquivologia.htm>>. Acesso em: jan. 2008a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Biblioteconomia.**
Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/fabico/biblioteconomia.htm>>. Acesso em: jan. 2008b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Escola de Arquivologia.** Disponível em: <<http://www.unirio.br/arquivologia/aescola.html>>. Acesso em: fev. 2008a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Escola de Biblioteconomia**. Disponível em: <<http://www.unirio.br/cch/eb/objetivo.html>>. Acesso em: fev. 2008b.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Há algum glossário com as terminologias mais usadas na UFF?** Disponível em: <<http://calouros.uff.br/glossario>>. Acesso em: dez. 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Pró-reitoria de Assuntos Acadêmicos. **Arquivologia**. Disponível em: <http://www.proac.uff.br/index.php?option=com_content&task=view&id=58&Itemid=57>. Acesso em: jan. 2008b.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Pró Reitoria de Assuntos Acadêmicos **Terminologias**. Disponível em: <http://www.proac.uff.br/index.php?option=com_content&task=view&id=105&Itemid=75>. Acesso em: 05 out. 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Pró Reitoria de Assuntos Acadêmicos. **Biblioteconomia e Documentação**. Disponível em: <http://www.proac.uff.br/index.php?option=com_content&task=view&id=59&Itemid=57>. Acesso em: jan. 2008b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Pró-Reitoria de Graduação. **Arquivologia**. Disponível em: <http://www.prograd.ufes.br/cursos_de_graduacao/arquivologia.htm>. Acesso em: 25 jan. 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Biblioteconomia**. Disponível em: <http://www.prograd.ufes.br/cursos_de_graduacao/biblioteconomia.htm>. Acesso em: 29 dez. 2007.

UNIVERSIDADE DO PORTO. Faculdade de Letras. **Apresentação**. Disponível em: <http://sigarra.up.pt/flup/web_base.gera_pagina?P_pagina=1182>. Acesso em: 07 jan. 2008a.

UNIVERSIDADE DO PORTO. **Licenciatura em Ciência da Informação**. Disponível em: <http://sigarra.up.pt/flup/cursos_geral.FormView?P_CUR_SIGLA=LCINF> Acesso em: 07 jan. 2008b.

UNIVERSIDADE PORTUGALENSE INFANTE D. HENRIQUE. **Departamento de Ciências da Educação e do Património**. Disponível em: <http://www.uportu.pt/site-scripts/cursos/departamento_default.asp?codloca=14&opt=1>. Acesso em: 08 ago. 2007.

VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002.

VALENTIM, M. L. P. Análise de conteúdo. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005a. p.119-134.

VALENTIM, M. L. P. Construção de conhecimento científico. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005b. p.7-28.

VAZ, F. A formação em ciências da informação e da documentação, 2006.

Disponível em:

<<http://home.uevora.pt/~fvaz/Publica%E7%F5esProjectoCen%E1culo/2006-%20A%20FORMA%C7%C3O%20EM%20CI%C4NCIAS%20DA%20INFORMA%C7%C3O%20E%20DA%20DOCUMENTA%C7%C3O.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2008.

VIEIRA, S. L. Universidade e projeto pedagógico. In: ForGRAD. **Memória do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação**. [Campins], 1996. p. 187-190.

VIEIRA, M. M. F.; SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 2.ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

WITTER, G. P. Pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e busca de informação. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 5-30, jan. /jun. 1990.